U.PORTO

# incipit²

WORKSHOP DE ESTUDOS MEDIEVAIS
DA UNIVERSIDADE DO PORTO
2011–12

GIHM
GRUPO INFORMAL DE HISTÓRIA MEDIEVAL

U.PORTO
think medieval

Coordenação de
Flávio Miranda, Joana Sequeira &
Diogo Faria

Universidade do Porto
Faculdade de Letras
Biblioteca Digital, 2014

Grupo Informal de História Medieval
CITCEM, Universidade do Porto, Faculdade de Letras
Via Panorâmica 4150-564 Porto Portugal

www.gihmedieval.com

# *Incipit 2*
# *Workshop de Estudos Medievais da Universidade do Porto, 2011–12*

COORDENADORES
Flávio Miranda
*IEM – Universidade Nova de Lisboa*
*CITCEM – Universidade do Porto*

Joana Sequeira
*CITCEM – Universidade do Porto*
*CHAM – FCSH/NOVA-UAç*

Diogo Faria
*IEM – Universidade Nova de Lisboa,*
*CEPESE – Universidade do Porto*

Porto, 2014
Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital
ISBN: 978-989-8648-20-4

Apoio:
FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR
CITCEM CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA
U.PORTO

*Esta página foi intencionalmente deixada em branco.*

**Ficha técnica**

Título: Incipit 2. Workshop de Estudos Medievais da Universidade do Porto, 2011–12
Coordenadores: Flávio Miranda, Joana Sequeira, Diogo Faria
Editor: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital
Local de edição: Porto
Ano de edição: 2014
ISBN: 978-989-8648-20-4
Capa: Flávio Miranda

Grupo Informal de História Medieval
CITCEM, Universidade do Porto, Faculdade de Letras
Via Panorâmica 4150-564 Porto Portugal

www.gihmedieval.com

*Esta página foi intencionalmente deixada em branco.*

# SUMÁRIO

LISTA DE AUTORES ..... viii

*INCIPIT* ..... ix

O Médio Tejo dos meados do século IX à primeira metade do século XIII: Militarização e Povoamento ..... 1
**Filipa Santos**

Senhores e Camponeses num espaço de fronteira. O Senhorio do Mosteiro de Santa Maria de Oia em Portugal na Idade Média. Apresentação do projecto de doutoramento. ..... 7
**Ana Paula Rodrigues**

Povoamento e Fronteira na Serra de S. Mamede da Idade Média à Idade Moderna (sécs. XII – XVI) ..... 19
**Ana Santos Leitão**

As Ordens Militares na cultura escrita da Nobreza (1240-1380). Representações nas cantigas de escárnio e de maldizer e nos nobiliários medievais portugueses ..... 29
**Cláudio Neto**

A Nobreza Galego-Portuguesa da Diocese de Tui (915-1381). Teoria e metodologia..... 41
**João Paulo Martins Ferreira**

Conflitos sociais no Gharb al-Andalus nos séculos VIII e IX ..... 51
**Ana Luísa Sérvulo Miranda**

Conflictos socio-políticos en la villa de San Vicente de la Barquera en la Baja Edad Media ..... 61
**Fernando Martín Pérez**

El poder de una villa en su hinterland. El caso de Laredo y su jurisdicción en los siglos XIV y XV 75
**Javier Añíbarro Rodríguez**

A inserção dos mesteres em Braga nos séculos XIV e XV ..... 89
**Ana Sofia Ferreira da Cunha**

Mesteres Vimaranenses: o setor dos couros nos séculos XIV e XV ..... 97
**Olímpia Conceição Barbosa Pinto**

La corporación de carpinteros de Valencia: consolidación y construcción de su identidad corporativa..... 105
**Teresa Izquierdo Aranda**

A Assistência aos Leprosos na Idade Média: A Gafaria de Coimbra (sécs. XIII-XV)..... 117
**Ana Rita Rocha**

El Confesor Real en Castilla (siglos XIII al XV): conocimiento sobre el mismo y planteamiento de estudio ..... 127
**Guillermo F. Arquero Caballero**

Los pontificales en Castilla durante la Edad Media: aproximación a una fuente de conocimiento histórico ..... 141
**Mercedes López-Mayán**

A Arte Românica na Antiga Diocese de Tui: as relações artísticas Galaico-Minhotas ..... 155
**Margarita Vázquez Corbal**

O sistema hidráulico superior na arquitectura sacra gótica. Casos de estudo na zona Norte de Portugal ..... 165
**Ana Patrícia R. Alho**

Mal moral: aspectos de aproximação entre Agostinho e Kant ..... 177
**Adriane da Silva Machado Möbbs**

O autoconhecimento da alma em Tomás de Aquino ..... 185
**Marcelo Pereira de Andrade**

# LISTA DE AUTORES

**Ana Patrícia R. Alho**
Universidade de Lisboa

**Marcelo Andrade**
Pontifícia Universidade Católica de S. Paulo

**Javier Añibarro Rodríguez**
Universidade da Cantábria

**Guillermo F. Arquero Caballero**
Universidade Complutense de Madrid

**Ana Sofia Ferreira da Cunha**
Universidade do Minho

**João Paulo Martins Ferreira**
CEPESE, Universidade do Porto

**Tereza Izquierdo Aranda**
Universidade de Valência

**Ana Santos Leitão**
Universidade de Lisboa

**Mercedes López-Máyan**
Universidade de Santiago de Compostela

**Fernando Martín Pérez**
Universidade de Cantábria

**Ana Luísa Sérvulo Miranda**
Universidade de Lisboa

**Adriane da Silva Machado Möbbs**
Universidade Federal de Santa Maria

**Cláudio Neto**
IEM, Universidade Nova de Lisboa

**Olímpia Conceição Barbosa Pinto**
Universidade do Minho

**Ana Rita Rocha**
Universidade de Coimbra

**Ana Paula Rodrigues**
Universidade de Santiago de Compostela, IEM, Universidade Nova de Lisboa

**Filipa Santos**
Universidade de Lisboa

**Margarita Vásquez Corbal**
Universidade de Santiago de Compostela

# *INCIPIT*

Mais tarde do que desejariam autores e coordenadores, é finalmente publicado o segundo número da *Incipit*. Este volume reúne dezoito textos apresentados e debatidos nas edições de 2011 e 2012 do Workshop de Estudos Medievais (WEM), organizado pelo Grupo Informal de História Medieval da Universidade do Porto (GIHM).

A publicação desta coletânea corresponde a uma fase diferente na curta vida do GIHM e na organização do WEM, marcada pela internacionalização. Na primeira *Incipit*, relativa aos workshops de 2009 e 2010, foram dados à estampa dez textos. A grande maioria dos autores era de nacionalidade portuguesa e proveniente de instituições científicas nacionais. Neste volume, existe uma quase perfeita paridade entre autores portugueses (dez) e estrangeiros (oito), investigadores de universidades portuguesas (Porto, Minho, Coimbra, Lisboa e Nova de Lisboa), espanholas (Cantábria, Complutense de Madrid, Santiago de Compostela e Valência) e brasileiras (Católica de S. Paulo e Federal de Santa Maria). Estes dados refletem o reconhecimento que o WEM tem alcançado enquanto fórum de discussão de projetos de investigação em estudos medievais e o interesse que tem despertado junto de estudantes de diversas origens.

O volume reúne artigos sobre História, História da Arte e Filosofia medievais, que abrangem cronologias que vão desde a Alta Idade Média até ao século XVI. A organização interna da coletânea não comporta secções temáticas, mas procurou-se, sempre que possível, agrupar trabalhos que têm afinidades de conteúdos. Assim, o leitor encontra sucessivamente: três estudos sobre povoamento e organização social do espaço; dois sobre o universo da nobreza e das Ordens Militares; seis sobre aspetos diversos da história urbana medieval; um sobre um servidor importante dos reis de Castela; três abordagens à arte da Idade Média e, finalmente, duas reflexões sobre filosofia medieval. Importa referir que estes textos correspondem a estádios diferentes de investigações em curso à data da sua elaboração, algumas entretanto concluídas, devendo o leitor ter presente que muitas das reflexões e dos dados aqui apresentados têm um caráter preliminar e provisório.

A *Incipit* não poderia ser publicada sem o empenho de todos os participantes (estudantes e professores) nas edições de 2011 e 2012 do WEM, a quem muito agradecemos. Reconhecemos e agradecemos, também, o contributo de vários membros do GIHM, do Prof. Dr. Luís Miguel Duarte (diretor do Doutoramento em História da FLUP), da Prof.ª Dra. Paula Pinto Costa (diretora do

Mestrado em Estudos Medievais da FLUP), da Prof.ª Dra. Cristina Cunha (diretora do CITCEM) e do Dr. João Emanuel Leite (diretor da Biblioteca da FLUP). Finalmente, reconhecemos a importância de todas as instituições que têm apoiado financeiramente sucessivas edições do WEM: a Reitoria da Universidade do Porto, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, o Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», o Instituto de Filosofia da Universidade do Porto e a Associação de Estudantes da FLUP.

Porto, março de 2014

Os coordenadores,
Flávio Miranda
Joana Sequeira
Diogo Faria

# 1

## O Médio Tejo dos meados do século IX à primeira metade do século XIII: Militarização e Povoamento

Filipa Santos
Universidade de Lisboa

Resumo

A investigação que se propõe desenvolver tem como objectivos principais estudar a organização do território, os sistemas de povoamento e as estruturas militares existentes num vasto território que designámos Médio Tejo, numa longa diacronia que se inicia no século IX e termina na primeira metade do século XIII. Assim, e visando o conhecimento da rede de povoamento, a organização militar e o ordenamento do território, procurar-se-á encontrar as rupturas e/ou continuidades que marcaram tais processos antes e depois da conquista da linha do Tejo e do território envolvente.

Abstract

Our research is on the organization of the territory, the settlement systems and the existing military structures in the vast territory known as Middle Tagus Valley, in a long diachronic perspective begins in the ninth century and ends in the first half of the thirteenth century. In order to understand the settlement networks and military organization, we will try to find the ruptures and/or continuities that have marked these processes, before and after the conquest of the "Tagus line" and the surrounding territories.

*O Médio Tejo dos meados do século IX à primeira metade do século XIII: Militarização e Povoamento*, título da nossa dissertação de Mestrado em História Medieval, visa compreender a evolução dos sistemas de povoamento e as estruturas militares no Médio vale do Tejo, no período de transição do mundo muçulmano para o cristão. Procurámos, portanto, através das fontes disponíveis, construir uma visão diacrónica deste território que, no século XII, devido à conquista militar cristã e consequente mudança de poderes políticos, se transformou em fronteira, e entender eventuais processos de continuidades e/ou rupturas.

Assim, começámos por definir um espaço geográfico que tem como limites, a jusante, a área de influência setentrional de Santarém; e, a montante, a área de influência de Açafa (Ródão); a norte, na margem direita do Tejo, incluímos os vales do Nabão e do Zêzere na confluência com o Tejo, seguindo o Zêzere até à Foz de Cambas, a sul da Serra da Gardunha, e daí em linha recta até ao rio Erges; e a sul, na margem esquerda, considerámos a área a norte de Santarém até Ponte de Sôr, continuando em linha recta até Marvão e daí ao rio Sever até confluir no Tejo.[1] Os limites mencionados enquadram-

[1] O que corresponde grosso modo aos actuais concelhos de Santarém, Torres Novas, Tomar, Vila Nova da Barquinha, Constância, Abrantes, Sardoal, Vila de Rei, Mação, Proença-a-Nova, Vila Velha de Rodão, Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Nisa e Gavião. No que concerne aos limites territoriais, considerámos as seguintes cartas de demarcação dos séculos XII e XIII: doação do castelo de Ceras, datada de 1159 [Rui de Azevedo, *Documentos Medievais Portugueses*, vol. I, 1.º tomo – Documentos Régios (Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1958): 344-345]; doação de Idanha e Monsanto à Ordem do Templo, datada de

se geograficamente na nossa definição de Médio Tejo, ou seja, o seu curso entre o rio Sever e Santarém.

No que respeita à cronologia, estabelecemos como *terminus a quo* do nosso estudo o século IX, e como *terminus ad quem* os meados do século XIII. A escolha do primeiro marco temporal prende-se com o facto de datarem desse período as mais antigas referências escritas muçulmanas sobre a região em estudo. Relativamente ao século XIII, optámos pelo fim do reinado de Sancho II, quando o Médio Tejo se apresenta como um território já estabilizado do ponto de vista militar.

Definidos o objecto de estudo, a geografia e a cronologia, centrámo-nos nas fontes disponíveis, tanto muçulmanas como cristãs. A fim de compreender as dinâmicas e as estruturas do espaço tagano, sobretudo no que se refere à ocupação do espaço, partimos das fontes muçulmanas coevas, analisando primeiramente as geográficas e as de carácter cronístico/historiográfico, sendo que as primeiras nos dão informações sobre o espaço e a organização territorial, enquanto as últimas nos relatam os acontecimentos cronísticos considerados mais relevantes ocorridos no mesmo. A produção textual árabe, sobretudo a geográfica, é aquela que mais informação nos dá sobre o espaço de análise do Médio Tejo. No entanto, e apesar de essenciais para que possamos cartografar os modelos de ocupação do território, estas fontes apresentam algumas lacunas, sobretudo se considerarmos a construção do discurso geográfico muçulmano que, como lembra Maíllo Salgado, não é mais do que a "refundição" de obras anteriores. [2] Embora a expressão do autor nos pareça redutora, tal refere-se ao facto de os autores muçulmanos citarem e reproduzirem constantemente os seus antecessores, de forma acrítica, sem interpretarem os textos, baseando-se no elemento da autoridade. Com efeito, é mesmo possível construir uma estratigrafia da produção textual árabe, não só em relação às obras geográficas, como também às cronísticas.

As mais antigas descrições árabes referentes especificamente ao *Gharb al-Andalus* datam do século X, designadamente as obras de Ibn Istarik, Ibn Hawqal[3] ou Al-Razi (AH.274/888-AH.344/955), redigidas durante o reinado de Abd al-Rahman III. A geografia árabo-andalusa teve como autor primordial Muhammad Al-Razi, cuja obra *Ajbar muluk al-Andalus*[4], influenciou os geógrafos e historiadores muçulmanos ocidentais, entre os quais destacamos Al-Udri (AH.393/1003-AH.478/1085)[5], Al-Bakri (AH.405/1014-AH.487/1094)[6], Al-Idrisi (AH.493/1100-AH.560/1165)[7], Ibn Galib (m. AH.571/1175)[8], Ibn Sa'id al-Magribi (AH.610/1213-AH.685/1286)[9], o Anónimo da obra *Dikr Bilad al-Andalus* (século XIV-XV)[10] e Al-Maqqari (AH.986/1578-AH.1041/1631).[11]

---

1165 [Idem, ibidem, 370]; carta de confirmação da doação do Castelo de Tomar, do castelo do Zêzere, do castelo da Cardiga e de uma vinha na foz do Zêzere, junto ao castelo, datada de 1169 [Idem, ibidem, 389]; doação de Abrantes e seus termos à Ordem de Santiago, em 1173 [Idem, ibidem, 417]; doação da Herdade de Guidintesta [Rui de Azevedo, Avelino de Jesus Costa, Marcelino Rodrigues Pereira, *Documentos de Sancho I (1174-1211)* (Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1979): 112]; a doação da cidade de Idanha-a-Velha e seus termos à Ordem do Templo, em 1197 [Idem, ibidem, 160]; doação da Herdade de Açafa de 1199 [Idem, ibidem, 181-182]; e o foral da Egitânia datado de 1229, no qual estão limitados os seus termos [PMH, *Leges*, vol. I, fasc. IV: 313-316].

[2] F. Maíllo Salgado, *De Historiografía árabe* (Madrid: Abada Editores, 2008), 86.

[3] Autor de duas importantes obras: *Configurácion del mundo*, trad. e índices por Maria José Romani Suay (Valência: Anubar Ediciones, 1971) e *Opus geographicum*, ed. J. H. Kramers (Leyde: Brill, 1939).

[4] Cfr. Diego Catalan y M.ª Soledad de Andres, *Fuentes Cronísticas de España: Crónica de moro Rasis* (Madrid: Ed. Gredos, 1975).

[5] Luis Molina, «Las dos versiones de la Geografia de Al-Udri», *Al-Qanṭara* vol. III (1982): 249-297.

[6] Redigiu a *Geografía de España* (Kitab al-Masalik wa-l-Mamalik, Zaragoza: Anúbar Ediciones, 1982).

[7] *Geografía de España*, ed. de Antonio Ubieto Arteta (Valência: Anúbar Ediciones, 1974).

[8] Joaquín Vallé Bermejo, «Una descripción d España de Ibn Galib», *Anuário de Filologia* (1975): 369-389.

[9] *La Conquista de Al-Andalus [Fath al-Andalus]*, trad. de Mayte Penelas (Madrid: CSIC/Instituto de Cooperación com el Mundo Árabe, 2002).

[10] Luis Molina (ed.), *Una Descripción Anónima de Al-Andalus [Ḏikr Bilad al-Andalus]*, tomo I – Edición; tomo II – Traducción y estudio (Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Instituto Miguel Asín, 1983).

[11] *The History of the Mohammedan Dynasties in Spain, extracted from the Nafhu-t-Tíb min Ghosni-l-Andalusi-r-Rattíb wa Táríkh Lisánu-d-Dín ibni-l-Khattíb*, trad. Pascual de Gayangos, int. Michael Brett, 2

Também entre os autores orientais, a influência de Al-Razi foi notória, como podemos observar em Yaqut (m. AH.626/1228)[12], Al-Qazwini (AH.600/1203-AH.682/1283)[13], Abu-l-Fida (AH.672/1273-AH.732/1331)[14], e Al-Qalqashandi (AH.756/1355-AH.821/1418).[15]

A geografia árabe fornece-nos informações diversas como a organização territorial e administrativa, as relações de dependência entre as várias estruturas organizativas, os núcleos populacionais, as origens dos grupos étnicos, a economia, o sistema militar e as redes de comunicação que vigoravam no período muçulmano. Os geógrafos árabes são unânimes em centrar a sua descrição no elemento estrutural para a organização territorial, que é a cidade (*madina*). A quase totalidade dos catálogos geográficos limita-se a elencar as várias cidades que constituem o país descrito, esquecendo o mundo rural. A geografia árabe é, portanto, a geografia das cidades, pelo que as descrições geográficas do *al-Andalus* se focam, sobretudo, no mundo urbano, herdado do Império Romano.

Todavia, e apesar da importância das fontes geográficas, os modelos de povoamento que se desenvolveram no Médio Tejo não podem ser conhecidos na sua totalidade sem o contributo da cronística, dado que as crónicas árabes nos deixaram testemunhos que indiciam a existência de grupos populacionais no território antes da "Reconquista" cristã. As crónicas muçulmanas são, geralmente, de carácter aúlico, focadas nos feitos bélicos dos príncipes. A produção historiográfica muçulmana que mais nos importa é aquela produzida sobretudo nos séculos X, por Ibn Hayyan[16], e nos séculos XII, XIII e inícios do XIV, por cronistas como Ibn Sahib Al-Sala (século XII)[17], Ibn Al-Athir (1160-AH.630/1233)[18], Abd Al-Wahid Al-Marrakushi (século XII-XIII)[19], Ibn Idhari Al-Marrakushi[20] (século XII-XIV), Al-Himyari (século XIV)[21], Ibn Abi Zar[22] ou a crónica anónima *Al-Hulal al Mawsiyya*[23], datada do século XIV. Nas crónicas de duzentos e de trezentos existe um particular enfoque nos episódios bélicos que ocorreram no *Gharb* no último quartel do século XII, protagonizados pelos príncipes magrebinos da dinastia

---

vols. (facsimile de London, The Oriental Translation Fund of Great Britain and Ireland, 1840; London/New York: Routledge/Curzon, 2002).

[12] Gamal Abd al-Karim, «La España Musulmana en la Obra de Yaqut (siglos XII-XIII). Repertorio enciclopédico de ciudades, castillos y lugares de al-Andalus, extraído del Mu'yam al-buldan», *Cuadernos de Historia del Islam*º 6 (1974): 13-315.

[13] *El Occidente de al-Andalus en el Atar al-bilad de Al-Qazwini introd.*, trad. e notas F. Roldán Castro (Sevilha: Ediciones Alfar, 1990).

[14] *Géographie d'Aboulféda*, trad. M. Reinaud (Paris: L'Imprimerie Nationale, 1868).

[15] *Al-Qalqashandi, Subḥ al-A'sha fi Kitabat al-Insha*, trad. de Luis Seco de Lucena e índices por María Milagros Carcel Ortí (Valência: Anúbar Ediciones, 1975).

[16] *Al-Muqatis min anba ahl al-Andalus*, ed. Mahmud Ali Makki (El Cairo: 1390/1971).

IBN ḤAYYĀN, *Crónica de los Emires Alhakam y 'Abdarraḥman II entre los Años 796 y 847 [Al-muqtabis II-1]*, trad., notas e índices de Mahmud 'Ali Makki e Federico Corriente (Zaragoza: Instituto de Estudios Islámicos y del Oriente Próximo, 2001).

IBN ḤAYYĀN, *La Primera Década del Reinado de Al-Hakam I, según el Muqtabis II,1 de Ben Ḥayyan de Córdoba*, ed., trad. e notas de Joaquín Vallvé Bermejo e F. Ruiz Girela (Madrid: Real Academia de la Historia, 2003).

[17] Ibn Sahib Al-Sala, *Al-Mann bil-Imama*, est. preliminar, trad., e índices por A. Huici Miranda (Valência: Anubar Ediciones, 1967).

[18] Ibn Al-Athir, *Annales du Magreb et de l'Espagne* ([s.l.]: Elibron Classics, 2006).

[19] Al-Wahid Al-Marrakushi, *Kitab al-Mu'yb fi Taljis Ajbar al-Magrib*, trad. Ambrosio Huici Miranda, Colección de Crónicas Arabes de la Reconquista, vol. IV (Tetuán: Editora Marroquí, 1955).

20 Ibn Idhari al-Marrakushi, *Al-Bayan al-Mugrib fi ijtisar ajbar Muluk al-Andalus wa al-Magrib* (La Exposición Sorprendente en el Resumen de las Noticias de los Reyes del Andalus y del Magrib), tomos I – Los Almohades. Trad. española de Ambrosio Huici Miranda, Tetuán: Editora Marroquí, 1953-1954).

[21] *La Péninsule Ibérique au Moyen-Âge d'après le Kitab ar-Rawd al-Mi'tar fi Habar al-Aktar d'[...]* (texte arabe des notices relatives à l'Espagne, au Portugal et au Sud-ouest de la France, publié avec une introduction, un répertoire analytique, une traduction annotée, un glossaire et une carta par Évariste Levi-Provençal, Leiden: Brill, 1938).

[22] Ibn Abi Zar', *Rawd al-Qirtas*, trad. e anot. de Ambrosio Huici Miranda, 2 vols. (Valência: Anúbar, 1964).

[23] *Al-Hulal al-Mawsiyya*, trad. e anot. de Ambrosio Huici Miranda, 2 vols. (Tetuán: Editora Marroquí, 1951).

almóada, e que tinham como principal objectivo submeter os poderes regionais do *al-Andalus*, assim como também travar os fossados cristãos em território muçulmano. No que se refere ao território em estudo, as campanhas mais narradas são a de 1184, com o ataque ao castelo de *Fonch* e a Santarém, este último marcado pela morte do califa Yaqub, e a de 1189-1190, na qual o seu filho Yusuf atacou a cidade de *Shantarin*, atravessou o Tejo, destruiu o castelo de *Turrush* e cercou o castelo de *Taman*.

Relativamente às fontes cristãs, e para que possamos estudar os processos e dinâmicas da ocupação do território no período imediato à conquista da «linha do Tejo», procurámos nas chancelarias de Afonso Henriques e Sancho I os documentos relativos a doações territoriais ou forais. A consulta de tais arquivos permitiu o levantamento de dados relevantes para o nosso estudo, principalmente no que se refere à distribuição do território conquistada aos muçulmanos, dado que estes documentos fornecem informações relativas à ocupação do espaço. As delimitações territoriais, presentes tanto nas cartas de doações como nos forais, permitem-nos visualizar a implantação de uma nova organização administrativa do espaço.

A chancelaria régia, porém, não foi o único arquivo documental considerado no nosso estudo, pois uma outra importante fonte foi a chancelaria da Ordem de Cristo, na qual ainda se encontram preservados alguns documentos referentes à Ordem do Templo, datados do século XII e XIII, e que nos fornecem informações relativas a doações régias e particulares (herdades, casas, vinhas, olivais, bens, dinheiros, armas, etc.), contratos de compra e venda, contratos de enfiteuse e também forais. O conjunto destes dados é fundamental no exercício de compreender e conhecer a fixação desta Ordem Militar na "linha do Tejo", dado que os Templários foram, efectivamente, a Ordem que mais território recebeu na região, estabelecendo-se como um dos mais importantes poderes, quer do ponto de vista jurídico-económico, quer do ponto de vista militar.

Os limites definidos nestas cartas, tanto as da chancelaria régia como as da Ordem do Templo, permitiram-nos conhecer a toponímia atestada na documentação coeva. As referências toponímicas foram consideradas neste estudo porque consideramos que permite, dentro de certos limites, apontar para possíveis redes de ocupação do espaço, ao nível de povoamento e das estruturas militares. Assim, e para que possamos mapear os vestígios da presença muçulmana no Médio Tejo, procedeu-se à recolha de topónimos nas fontes supra mencionadas com o objectivo de averiguar a sua origem etimológica, dado que estes nos revelam a memória da ocupação do espaço, podendo, desse modo, demonstrar a existência de comunidades muçulmanas e/ou moçárabes na região no período imediatamente anterior à reconquista. Esta escolha prende-se com o facto de muitos dos topónimos hoje existentes, apesar da origem etimológica árabe, serem de época posterior. A existência de um topónimo árabe não significa, portanto, a ocupação física de um determinado espaço, dado que muitos dos topónimos foram atribuídos depois da "Reconquista". Todavia, não considerámos apenas os topónimos atestados na documentação cristã referente à cronologia em estudo, analisámos igualmente os topónimos mencionados nos textos árabes, ou seja, aqueles anteriores ao século XII.

Recorremos, ainda, à consulta de crónicas, relevantes sobretudo no que se refere aos aspectos militares, bem como à arqueologia, que apesar de fornecer informações vitais, como a existência de populações muçulmanas em cidades como Tomar ou em Idanha-a-Velha, é ainda muito incipiente para outros territórios do Médio Tejo.

O conjunto das fontes reunidas permitiu-nos verificar que as referências explícitas à geografia que escolhemos são escassas, não só para o período muçulmano como também para o período cristão. No entanto, a recolha e tratamento das fontes, particularmente as provenientes das chancelarias cristãs, permitiram não só a constituição de uma base de dados relativos a doações régias e particulares às Ordens Militares que se estabeleceram no Médio Tejo, como também a elaboração de mapas que demonstram a fixação dos novos poderes na região. A cartografia mostra-se, pois, como uma ferramenta premente, na medida em que nos permite visualizar a evolução da ocupação do espaço e a sua rede de povoamento. Tais ferramentas revelam-se essenciais na elaboração de hipóteses e na resposta às mesmas, designadamente: Era o Médio Tejo povoado

no período muçulmano? E que níveis de povoamento existiam? Como se organizava a rede de povoamento? E de que forma se articulava com as estruturas militares? Apesar do domínio muçulmano existiam comunidades moçárabes em alguns dos territórios do Médio Tejo, ou este encontravam-se ermos? O que mudou com a conquista cristã? Houve um aproveitamento das estruturas militares muçulmanas? Ou o fenómeno de militarização da "linha do Tejo" na segunda metade do século XII foi uma criação das Ordens Militares? E as comunidades permaneceram ou o território foi colonizado pelos cristãos? E de que forma se organizava este território de fronteira? São algumas das questões que procurámos desenvolver na nossa dissertação.

No que concerne aos estudos, no panorama da historiografia nacional existem algumas obras relativas à região; no entanto, centram-se em áreas específicas e tratam outras cronologias, focando-se sobretudo na Baixa Idade Média[24]. Apesar de essenciais, estes estudos versam sobretudo sobre a história local, enquanto esta investigação pretende analisar uma macro-região, a do Médio Tejo. Também os trabalhos desenvolvidos nos últimos anos centram-se, principalmente, no período "pós-Reconquista" e nos séculos subsequentes, ao contrário da nossa dissertação, que procura mostrar a evolução dos sistemas de povoamento e estruturas militares num território de fronteira na transição entre o poder muçulmano e o poder cristão.

Seguindo a nossa premissa inicial, ou seja, a evolução dos sistemas de povoamento e das estruturas militares, dividimos o nosso trabalho em três partes. Na primeira, intitulada *O Médio Tejo no período muçulmano. De meados do século IX ao XII. Territorialização e Militarização*, procurámos identificar as estruturas de povoamento (urbanas e/ou rurais) distritos, em árabe *aqalim* (pl. de *iqlim*), que seguiam o modelo romano, ou seja, eram alicerçados na cidade ou *madina* (pl. *mudun*); as *qura* (pl. de *qarya*); as aldeias (*al-day'a*); os *husun* (pl. de *hisn*, castelos), as atalaias (*at-talai'a*, pl. *tali'a*) ou as torres (*buruj*, pl. de *burj*), sendo que nos focaremos sobretudo (e guiados pelas fontes muçulmanas) na área de influência de *Shantarin*, a mais importante estrutura para o nosso espaço até ao período da "Reconquista", e cuja importância política, administrativa, económica e militar foi transversal ao domínio muçulmano; a região da Idanha-a-Velha muçulmana (*Antanyia*), fortemente militarizada e povoada por comunidades arabo-berberes e possivelmente moçárabes que, de acordo com as fontes disponíveis, parece ter tido uma importância estratégica e económica, no decorrer dos séculos IX e X. No entanto, e apesar da vitalidade conhecida nesse período, as referências à cidade desaparecem das fontes muçulmanas a partir do século XI; e ainda nos territórios de *Taman*, *Turrush* e *Quluj*.

Na segunda parte, que intitulámos *O Médio Tejo de 1147 à primeira metade do século XIII. Conquista e Militarização*, procurámos seguir os processos militares que possibilitaram a conquista militar do vale do Tejo, transformando este vasto território numa zona de fronteira. Com efeito, a ideia de liminaridade é central, dado que entendemos que foi a sua posição de fronteira face ao Islão que possibilitou a doação daquelas terras às Ordens Militares (designadamente Templários e Hospitalários), que aí se estabeleceram como forças-tampão ao poder muçulmano, iniciando o processo de mili-

[24] Referimo-nos aos casos de Tomar e Abrantes. Relativamente a Tomar, consultar, respectivamente: Manuel Sílvio Alves Conde, *Horizontes do Portugal Medieval. Estudos Históricos* (Cascais: Patrimonia, 1999); Idem, «Ocupação humana e polarização de um espaço rural do Gharb Al-Andalus. O Médio Tejo à luz da toponímia arábica», *Arquipélago. História* 2.ª série, II, (1997): 353-385; Idem, «Os forais tomarenses de 1862 e 1174», *Actas do 2.º Congresso Histórico de Guimarães, vol. 4, Sociedade, administração, cultura e igreja em Portugal no século XII* (Guimarães: Câmara Municipal do Minho/Universidade do Minho, 1996): 349-381; Idem, *Tomar Medieval. O Espaço e os Homens* (Cascais: Patrimonia, 1996); Idem, *Uma paisagem humanizada. O Médio Tejo nos finais da Idade Média* (Cascais: Patrimonia, 2000). Para cidade medieval de Abrantes, veja-se: Hermínia Vasconcelos Vilar, *Abrantes Medieval. Séculos XIV-XV* (Abrantes: Câmara Municipal de Abrantes, 1988); Manuel António Morato, e João Valentim da Fonseca Moita, *Memória Histórica da Notável Vila de Abrantes*, org. e notas de Eduardo Manuel Tavares Campos (Abrantes: Câmara Municipal de Abrantes, 1981) ; Idem, *Memória Histórica da Notável Villa de Abrantes para Servir de Começo aos Anais do Município*, 2.ª ed. revista, introd., org. e notas críticas de Eduardo Campos (Abrantes: Câmara Municipal de Abrantes, 1990).

tarização da "linha do Tejo" através da edificação de estruturas militares. Estudámos, igualmente, os mais importantes acontecimentos bélicos ocorridos no Médio Tejo, sobretudo as ofensivas almóadas ocorridas no último quartel de século XII.

A última parte, intitulada *Algumas aproximações à Toponímia e ao Povoamento no Médio Tejo*, tem como objectivo estabelecer sugestões interpretativas em torno da toponímia relativa ao território em estudo, tencionando analisar somente as referências toponímicas atestadas em fontes coevas, tanto muçulmanas como cristãs, evitando desse modo anacronismos linguísticos e históricos. Através do estudo da toponímia procuraremos demonstrar a possível existência de estruturas de povoamento e de sistemas militares, e perceber se estes existiam antes do século XII e se continuaram no "pós-Reconquista". Concomitantemente, pretendemos ainda conhecer as dinâmicas de povoamento instituídas pelos seus principais agentes, as Ordens Militares, através do estabelecimento de forais, aforamentos e outros contratos de carácter económico, tais como contratos de compra e venda.

A nossa dissertação procura, portanto, estudar o Médio Tejo sob uma outra perspectiva, a da territorialização e da militarização, numa visão diacrónica, centrada nos poderes muçulmanos e cristãos e noutros agentes que não o régio, como as Ordens Militares, que num território repleto de especificidades, que advêm do seu carácter de fronteira, se estabeleceram como a principal força no final do século XII e início do XIII.

Deste modo, e perante o conhecimento dos modelos, das dinâmicas e da evolução do povoamento e organização do território ocorridos no extenso e diversificado território do Médio Tejo, procurámos conhecer quais os modelos de transição ocorridos (se é que efectivamente os houve) entre as mudanças de poderes políticos.

# 2

## Senhores e Camponeses num espaço de fronteira. O senhorio do Mosteiro de Santa Maria de Oia em Portugal na Idade Média. Apresentação de projecto de doutoramento

Ana Paula Rodrigues[1]
Universidade de Santiago de Compostela, IEM – FSCH-UNL

Resumo

O Mosteiro de Santa Maria de Oia, situado na costa do Sudoeste da província galega de Pontevedra, é o protagonista deste texto e da investigação de doutoramento que pretendemos dar a conhecer. Ao mesmo tempo que surgia como comunidade religiosa, em meados do século XII, o mosteiro de Oia iniciava o longo caminho da construção de um vasto e coeso património transfronteiriço, o qual, no caso do território português, se centrava em dois grandes núcleos: um no Entre Lima e Minho e o outro na Estremadura, mais concretamente nos termos de Lisboa e de Torres Vedras. O texto que agora apresentamos tem por objectivo revelar as principais linhas de investigação do nosso projecto de doutoramento, com o intuito de abordar, ainda que de maneira resumida, as principais características inerentes à construção e gestão do poder e património senhorial do mosteiro de Oia em Portugal, evidenciando o seu carácter transfronteiriço e inserindo-o no contexto das relações entre Portugal e Castela ao longo do período medieval.

Abstract

The aim of this text is to present the main subject of my Ph.D. research on the Cistercian monastery of Santa Maria de Oia, situated in the Galician Southwestern coast. Oia's abbey owned properties in Portugal since the very begging of its foundation. The efficient and cautious management of its acreage, in accordance with the Cistercian tradition, made possible to the monastery to multiply the number of its properties in Portugal and to organize them into two main groups: the one of the northwest territory, between the rivers Minho and Lima, and the other one including properties in the medieval territory of Lisbon and Torres Vedras. My propose is, therefore, to present the main characteristics of the construction and management of the monastery's domain in Portugal, placing it in the context of the relations between Castile and Portugal throughout the medieval period.

O projecto de doutoramento que agora apresentamos centra-se no estudo do património que o mosteiro galego de Santa Maria de Oia possuía em Portugal entre meados do século XII e finais do século XV. Guia-nos o propósito de investigar e avaliar o processo de formação, desenvolvimento e consolidação dos dois núcleos de propriedades em Portugal que fizeram parte de um senhorio transfronteiriço, dedicando especial atenção aos aspectos económicos, sociais e políticos que moldaram a relação da instituição com os diferentes poderes, autoridades e categoriais sociais no contexto dos dois reinos pe-

[1] Gostaríamos de deixar o nosso agradecimento aos nossos orientadores, os Professores Doutores Ermelindo Portela Silva e Amélia Aguiar Andrade, e também ao Professor Doutor Luís Carlos Amaral pelo contributo que, durante a edição do WEM de 2012, proporcionou a esta investigação através dos seus comentários e observações.

ninsulares de Portugal e Castela.

Os limites cronológicos do nosso trabalho estão intimamente relacionados com os do *corpus* documental que constitui a sua base.[2] As datas de 1145 e 1495 referem-se ao primeiro e último dos cerca de 237 documentos que, do total de 1268 que compõem o conjunto dos pergaminhos medievais do mosteiro de Oia, se relacionam com o património do cenóbio em território português ou com as relações estabelecidas com Portugal e as suas gentes. Desta forma, e embora recorrendo a outros fundos e fontes documentais, nomeadamente aqueles que podemos encontrar nos arquivos portugueses, o conjunto documental inédito do mosteiro de Oia, correspondente à época medieval, será a base de trabalho e investigação deste projecto de doutoramento.[3]

Numa tentativa de resumo, que esperamos seja suficientemente esclarecedora, começaremos por indicar as principais hipóteses de pesquisa inerentes a cada um dos quatro temas principais da investigação. Posteriormente, tentaremos esclarecer de maneira mais concreta, através de vários exemplos, alguns dos conteúdos e informações fundamentais correspondentes a cada uma das hipóteses, de acordo com os dados que a exploração dos documentos que desenvolvemos até agora nos permite revelar.

Num primeiro momento, apresentaremos o protagonista indiscutível desta investigação, o mosteiro galego de Santa Maria de Oia, incidindo sobre os principais aspectos do seu enquadramento geográfico, do qual se destaca a originalidade do seu assentamento inicial, e também do enquadramento cronológico da sua fundação e momentos iniciais que, como veremos, estabelecem uma relação directa com os primórdios da construção do conjunto patrimonial em Portugal.

Seguidamente, e penetrando já na temática mais específica da investigação, destacaremos os principais aspectos inerentes à formação dos dois núcleos principais de propriedades que compunham o conjunto patrimonial de Oia em Portugal: as propriedades localizadas na região do Entre Lima e Minho e aquelas que se centravam em torno dos termos de Lisboa e de Torres Vedras, na Estremadura. Em que momento estas propriedades passam a integrar o conjunto patrimonial do mosteiro? A quem se devem as primeiras doações – porque sabemos tratarem-se de doações – que inauguraram um longo caminho em direcção à construção de um vasto património no lado português da fronteira do rio Minho? As respostas a estas duas perguntas apresentá-las-emos de forma resumida neste texto, pois o trabalho realizado até agora permite-nos ter uma visão mais clara destes dois fenómenos, em comparação com outros que, por agora, somos obrigados a enumerar em forma de hipótese ou de apresentação de situações particulares reveladas pela documentação de Oia. O inquérito inicial a que sujeitámos as fontes do mosteiro de Oia proporciona-nos, no entanto, a segurança de saber que no decorrer da investigação algumas respostas poderão ser encontradas, em particular aquelas que, directamente correlacionadas com o pendor comparativo e transfronteiriço que damos a esta investigação, têm que ver com as estratégias de aquisição, métodos e ritmos da gestão patrimonial levada a cabo pelo mosteiro num e noutro lado da fronteira.

A terceira hipótese de trabalho prende-se com a relação que o mosteiro de Oia, enquanto detentor de um senhorio transfronteiriço, estabelece com diferentes poderes políticos e sociais. Neste sentido, a documentação permite-nos assinalar três categorias principais: as relações entabuladas com as Coroas de Portugal e Castela e com as autoridades municipais e locais delegadas do poder central; os contactos com diferentes hierarquias eclesiásticas; e, finalmente, a ligação a indivíduos pertencentes a determinados ramos da nobreza cavaleiresca do Entre Lima e Minho. Pretendemos, desta forma, analisar a posição do mosteiro, enquanto instituição senhorial possuidora de um património transfronteiriço, no contexto das relações políticas entre Portugal e Castela e, a nível mais particular, a sua relação com estes dois poderes políticos principais, destacando o papel dos monarcas portugueses na arbitragem de conflitos, nomeadamente

[2] Archivo Historico Nacional (doravante AHN), *Clero*, Oya, *carpetas* 1794 a 1849.
[3] Veja-se o ponto 6 deste texto.

aqueles que surgiram entre o mosteiro e os representantes do poder local. No que se refere às autoridades eclesiásticas, destacaremos os principais aspectos que marcaram o longo e complexo pleito com o bispado de Lisboa que, por sua vez, suscitou o estabelecimento de diversos contactos entre o mosteiro de Oia e outras autoridades eclesiásticas, desde os arcebispados de Braga e Santiago até ao papado. Finalmente, num contexto já não tanto de poder político mas sim social, abordaremos a ligação do mosteiro com alguns dos membros da nobreza enquanto representantes do poder social leigo na região do Alto Minho.

Por último, mas definitivamente não menos importante, abordaremos o senhorio do mosteiro de Oia em Portugal propriamente dito, na tentativa de compreender o exercício efectivo do poder senhorial e a sua incidência sobre o espaço e os homens, a propriedade e a população dependente. Na medida em que nos permita a documentação, analisaremos os diferentes tipos e estratégias de gestão patrimonial e a sua influência sobre o espaço e a população camponesa. Tal como nos outros pontos, e seguindo a linha primordial deste trabalho, estará sempre presente a comparação com o património, e neste caso o senhorio, de Oia na Galiza. Assim, e recorrendo a um conjunto de documentação referente à Galiza que seleccionaremos dentro do total dos pergaminhos de Oia, tentaremos averiguar a representação dos rendimentos provenientes das propriedades portuguesas no cômputo geral da economia senhorial do mosteiro.

## 2. O Mosteiro de Santa Maria de Oia – localização e inícios

> Este Monasterio de Sancta Maria la Real de Hoya esta situado en las occidentales partes del reyno de Galicia, dentro de la Diocesis de Tuy, en la costa del Mar occeano occidental, cuias olas baten muchas veces sus murallas. Tiene su situacion entre las dos Villas de Baiona e la Guarda, y quasi a igual distancia de la una y de la otra.[4]

Esta é a descrição da localização do mosteiro de Oia que nos oferece o tombo de 1789, assaz reveladora da situação e envolvência natural e geográfica de Oia. De facto, ainda hoje em dia, o local onde os primeiros monges decidiram instalar-se, por volta de meados do século XII, não perdeu o seu carácter inóspito: o mosteiro de Oia ergue-se imponente numa estreita faixa de terra ladeada pelo Atlântico a ocidente e pela montanha a leste. O processo inicial de expansão patrimonial do mosteiro partiu deste pequeno couto encravado entre o mar e a montanha em direcção às regiões férteis envolventes: a norte, a ria de Baiona e o vale do Miñor, a sul a vila de A Guarda e o amplo e fértil vale do rio Minho e a oriente, para lá da montanha, a parte mais meridional do vale de O Rosal e o vale de Tomiño.

O propósito deste texto não se coaduna com uma exposição sistemática sobre a localização, fundação ou evolução do senhorio galego do mosteiro de Oia, tema aliás a que se têm dedicado vários autores ao longo de várias décadas.[5] Porém, o papel que nos primórdios do mosteiro representaram as ligações mantidas com Portugal leva-nos a destacar alguns pontos essenciais dos começos da vida monástica.

Fazendo uma vez mais uso das palavras do autor do tombo de 1789, verificamos que em finais do século XVIII, como de alguma maneira ainda hoje em dia,

---

[4] *Tumbo del Imperial Monasterio de Santa Maria de Hoya*, fl. 1. Este documento encontra-se em posse da empresa *Vasco Gallega de Consignaciones*, actual proprietária do Mosteiro de Oia.

[5] Vejam-se a título de exemplo: Ermelindo Portela Silva, "En torno a los orígenes del monasterio de Santa María de Oia. Císter en la frontera galaicoportuguesa", em *III Seminário Internacional Tarouca e Cister*, 1-20 (Tarouca, 2010), no prelo; Marta Cendón Fernández, "Santa María de Oia", em *Monasticón cisterciense gallego*, coord. Fray Mª Damián Yáñez Neira, vol. 1, 198-223 (León: Caixavigo e Ourense, 2000); Ermelindo Portela Silva, *La región del obispado de Tuy en los siglos XII a XV. Una sociedade en la expansión y en la crisis* (Santiago de Compostela, 1976); Mª del Carmen Pallares Méndez e Ermelindo Portela Silva, *El Bajo Valle del Miño en los siglos XII y XIII. Economía agraria y estructura social* (Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 1971), 69-134.

> no se tienen indibiduales positivas noticias de su fundacion, y principios, pues no hai en su Archivo escritura, ni monumento alguno, que la declare y esta es la causa, y motivo, de que cada qual opine segun su modo de pensar acerca de la Fundacion, y principios de este Monasterio.[6]

Efectivamente, várias foram as conjecturas que ao longo dos tempos se formaram em torno da fundação e origens do mosteiro de Oia.[7] O momento da fundação do mosteiro, bem como os condicionalismos que o desencadearam, não são precisamente fenómenos fáceis de definir e muito menos de datar com exactidão. O mais recente estudo levado a cabo sobre o mosteiro de Oia aborda precisamente a questão das suas origens, oferecendo-nos uma visão renovada baseada nos testemunhos directos que sobre esta matéria nos proporciona a documentação medieval mais antiga.[8] De forma resumida, seguiremos as directrizes do autor, tentando reconstruir o contexto do nascimento do mosteiro de Oia e o papel que nele jogará o seu património português.

Em Abril de 1145, D. Paio, bispo de Tui, concedeu ao abade D. Pedro e aos religiosos da sua congregação os direitos episcopais (à excepção dos Votos de Santiago) referentes à pequena igreja de S. Mamede de Loureza – localidade onde se fixaram os referidos abade e monges e onde à data iniciavam a construção de um mosteiro – e à *villa* de Oia.[9] Neste contexto, o topónimo "Oia" refere-se, tal como indica o texto do documento, não ao mosteiro mas sim à *villa*, isto é, ao espaço habitado cuja propriedade pertencia aos religiosos que viviam em Loureza, localidade próxima daquela *villa*.[10] Contudo, quatro meses mais tarde, em Agosto, Paio Guterres, monge de Oia, doa à instituição em que professa uma série de bens em Portugal.[11] No documento, Paio Guterres indica claramente ter recebido de Dona Teresa uma das propriedades em reconhecimento pelos seus serviços, a qual teria sido posteriormente confirmada por D. Afonso Henriques. Sobre a identidade do monge Paio Guterres, cuja relação de proximidade com Dona Teresa e Afonso Henriques é inequívoca, reflectiremos mais adiante ao abordar as questões inerentes à formação do conjunto patrimonial de Oia em Portugal. Por agora o que cabe destacar é que a doação de Paio Guterres constitui a primeira referência escrita segura à existência do mosteiro de Santa Maria de Oia.[12]

À luz dos documentos, podemos pois concluir que a fundação do mosteiro de Oia, deverá ter ocorrido entre Abril e Agosto de 1145. Mas também que a comunidade eremítica de Loureza, assim como a de S. Cosme, terão assumido um papel crucial no surgimento do mosteiro de Oia.[13] Efectivamente, alguns dos mais antigos documentos incorporados no arquivo de Oia permitem-nos deduzir que, provavelmente, o mosteiro teria nascido da fusão dos eremitérios referidos, ou, pelo menos, da deslocação dos seus grupos de religiosos em direcção à localidade de Oia onde, algures entre Abril e Agosto de 1145, se teriam fixado e fundado uma comunidade unificada. Uma comunidade que

---

6 Tumbo del Imperial Monasterio de Santa Maria de Hoya, fl. 1.

7 Relativamente a estas conjecturas veja-se, por exemplo, *Tumbo del Imperial Monasterio de Santa Maria de Hoya*, fls. 1 a 15v; Manuel Fernández Rodríguez, "El Monasterio de Santa María de Oya y sus maestros constructores", *Cuadernos de Estudios Gallegos*, Tomo IX, Fascículo XXXIV (1956): 218-228.

8 Portela Silva, "En torno a los orígenes", 1-20.

9 Fray Henrique Florez, "De la iglesia de Tuy desde su origen hasta el siglo decimo sexto", em *España Sagrada* tomo XXII, 269-270 (Madrid, 1798).

10"Huic etiam donationi adicimus omnium laborum vestrorum decimas, tam in ipso loco, quam in alia Villa vestra quae vocatur Oia". Ibid., p. 269.

11 Trata-se da metade de uma herdade em Mozelos e de três casais em Verdoejo, nos actuais concelhos de Paredes de Coura e Valença, respectivamente. AHN, *Clero*, Oya, *carpeta* 1794, doc. 7

12 Portela Silva, "En torno a los orígenes", 6.

13 Para além da informação que nos é proporcionada pela citada doação do bispo de Tui à comunidade de Loureza, possuímos o documento que comprova a doação da *villa* de Erizana feita por D. Afonso VII aos eremitas de S. Cosme, em 1137, localidade que, posteriormente, seria incorporada no conjunto patrimonial do já então formado mosteiro de Oia. Sabemos que a *villa* de Erizana pertenceu ao mosteiro de Oia porque em 1201 D. Afonso IX doa ao mosteiro o couto de Saa, entre outros bens, em compensação pela perda da *villa* de Erizana, reincorporada pelo monarca no conjunto dos bens do reguengo. AHN, *Clero*, Oya, *carpetas* 1794, doc. 3 e 1796, doc. 11.

inicialmente vestiu de negro e que provavelmente só por volta de 1185 integraria a Ordem de Cister, embora não devamos descartar uma influência muito precoce dos fundamentos doutrinários cistercienses – e da própria figura de S. Bernardo – que por esta época se difundiam por todo o Ocidente cristão.[14] Devemos ainda ter presente a relação existente entre a fundação do mosteiro de Oia e o processo de ordenamento e de submissão de formas de vida eremítica sob uma regra monástica, o qual contou com o apoio e participação directa do imperador Afonso VII e do bispo D. Paio de Tui, acérrimos defensores e impulsionadores do movimento da reforma gregoriana e, no caso do primeiro, também da entrada dos monges brancos na Galiza.[15]

## 3. O PATRIMÓNIO DO MOSTEIRO DE OIA EM PORTUGAL

De acordo com o que atrás ficou dito, podemos afirmar que o mosteiro de Oia possuiu propriedades em Portugal desde os inícios não só os da instituição como os do próprio reino português.

Tal como já havíamos referido na introdução deste texto, o mosteiro de Santa Maria de Oia possuiu, ao longo da Idade Média e também da Época Moderna, um conjunto notável de propriedades inseridas nos dois núcleos do Entre Lima e Minho e da Estremadura.[16] No primeiro, que incluía bens em todos os actuais concelhos do extremo norte da região do Alto Minho,[17] destaca-se a Granja da Silva que, englobando grande parte dos que ainda hoje constituem os principais lugares das freguesias de Santa Maria e S. Julião da Silva, era descrita em 1340 como "cabeça e celeyro de todollos beens de Antre Limha e Minho".[18] Relativamente ao segundo núcleo, sabemos que o mosteiro de Oia possuía propriedades no termo de Lisboa e na zona sul do termo de Torres Vedras, destacando-se pelo número de referências na documentação as localidades da Enxara do Bispo e de Fanga da Fé.

### 3.1 A FORMAÇÃO DO NÚCLEO DE PROPRIEDADES DO ENTRE LIMA E MINHO

Pudemos já constatar que o primeiro documento que prova a existência do mosteiro de Oia é uma doação testamentária de propriedades em território português. Para melhor compreendermos esta precoce relação entre a fundação do mosteiro e a formação deste núcleo de propriedades devemos centrar a nossa atenção no autor da doação de 1145, Paio Guterres. Sabemos pelo documento que este era, à data, monge do mosteiro de Oia e que a metade da herdade de Mozelos que doa ao mosteiro lhe foi concedida por Dona Teresa e confirmada por D. Afonso Henriques, em reconhecimento dos serviços prestados. Temos, portanto, conhecimento de que este monge de Oia fora alguém próximo da corte de Dona Teresa e posteriormente da do seu filho, antes de ingressar no mosteiro galego.

Seguindo a opinião de Ermelindo Portela, cremos ser possível identificar este

---

[14] Mª Carmen Pallares e Ermelindo Portela apontam como principais justificações de uma precoce influência cisterciense a eleição de um local inóspito e de difícil acesso para a implementação do mosteiro, as doações e privilégios concedidos por Afonso VII ao mosteiro, a isenção do pagamento de tributos eclesiásticos concedida pelo bispo de Tui em 1145, a dedicação ao trabalho manual por parte de monges e conversos ou a invocação mariana do mosteiro. Pallares Méndez e Portela Silva, *El Bajo Valle del Miño*, 89.

[15] Portela Silva, "En torno a los orígenes", 13 e 15.

[16] Apesar de que o designativo "Estremadura" incluiu um território muito mais abrangente do que aquele a que nos referimos, optamos por utilizá-lo pela alusão que em pelo menos dois documentos, de 1305 e 1356, é feita ao "selareyro das granias d'Estremadura e ao celareyro para as cousas que son na Stremadura". AHN, *Clero*, Oya, *carpetas* 1814, doc. 19 e 1834, doc. 5.

[17] Caminha, Vila Nova de Cerveira, Paredes de Coura, Valença, Monção e Melgaço.

[18] AHN, *Clero*, Oya, *carpeta* 1827, doc. 17. Publicado em José Marques, "O mosteiro de Oia e a Granja da Silva, no contexto das relações luso-castelhanas dos séculos XIV-XV", em *Relações entre Portugal e Castela nos finais da Idade Média*, 222-224 (*s. l.*: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994).

personagem com aquele que sob as designações de Paio Guterres da Silva ou Paio Guterres de Froião confirmou vários documentos de Afonso Henriques, entre eles a carta de couto que, em 1134, Afonso Henriques concedeu ao mosteiro de Sanfins de Friestas.[19] José Mattoso identifica também Paio Guterres da Silva ou de Froião com o mesmo indivíduo que, em 1128, recebia de Dona Teresa a Igreja de Mozelos, sob a condição de que à sua morte a legasse aos mosteiros de Oia e Ganfei.[20] Apesar da incongruência cronológica inerente à alusão feita a Oia neste último documento, pois como vimos em 1128 o mosteiro de Oia ainda não existia, o mesmo não deixa de ser extremamente revelador pela menção a uma propriedade na localidade de Mozelos entregue por Dona Teresa a Paio Guterres, adequando-se perfeitamente à informação do documento de 1145. Por outro lado, sabemos que a família da qual provém Paio Guterres – os Silva – exerceu importantes cargos administrativos relacionados com o território do Condado Portucalense desde tempos de Afonso VI de Leão e que, em 1125, fez parte do grupo de nobres que, abandonando a corte de Dona Teresa, transferiu o seu apoio para o partido do infante Afonso Henriques.[21] Por fim, e não menos importante, é a relevância que a mesma família assumiu no domínio da região do julgado de Froião que incluía as freguesias centrais da Granja da Silva, Santa Maria e São Julião.[22]

Não é de admirar que um nobre cuja família dominava uma zona muito próxima da Galiza decidisse beneficiar uma instituição galega, como aliás o fizera Dona Teresa e posteriormente Afonso Henriques, no contexto das ambições de alargamento do seu domínio territorial para lá do rio Minho.[23] O que nos chama particularmente à atenção são os motivos que teriam levado um nobre de tão proeminente estatuto a eleger o modesto cenóbio de Oia como local de retiro, e não outra instituição mais proeminente no contexto da formação e afirmação de Portugal, como poderia ser o caso de Santa Cruz de Coimbra. Esperamos que o avançar da nossa investigação nos permita esclarecer estas dúvidas, embora desde já não nos pareça despropositado pensar que a eleição do mosteiro de Oia por parte de Paio Guterres se prenderia com a capacidade de atracção de privilégios e benesses por parte do jovem mosteiro, o que, por sua vez, poderíamos relacionar com o apoio das elites à expansão da Ordem cisterciense, podendo esta hipótese constituir uma prova mais da sua precoce influência sobre o mosteiro. Por outro lado, a eleição de Paio Guterres poderia também ser interpretada, em parte, como uma manifestação da noção de continuidade geográfica e eclesiástica do território do bispado de Tui, o qual até finais da Idade Média abarcaria a região de Entre Lima e Minho. Finalmente, cremos ser também importante o facto de o êxito do movimento cisterciense ter sido muito mais relevante na Galiza do que no Norte de Portugal, não tendo existido, portanto, uma continuidade geográfica, como ocorreu com outros fenómenos.[24] Se na Galiza os cistercienses foram parte activa no movimento de reforma ecle-

[19] Portela Silva, "En torno a los orígenes", 14; Ruy Pinto de Azevedo, *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios. Documentos dos condes portugalenses e de D. Afonso Henriques (1095-1185)*, vol. I, tomo I (Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1958), 165-166.

[20] José Mattoso, *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325) – Oposição*, vol. I (Lisboa: Editorial Estampa, 1985), 147; Azevedo, *Documentos Medievais Portugueses*, vol. II, tomo II, refª 11, 517; *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum. Inquisitiones*, vol. I, fasc. 3 (Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1891), 357.

[21] Mattoso, *Identificação de um país*, 146; José Mattoso, "1096-1325", em *A Monarquia Feudal*, coord. José Mattoso, vol. 2 de *História de Portugal,* dir. José Mattoso (Lisboa: Editorial Estampa, 1997), 153; José Mattoso, *D. Afonso Henriques* (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2007), 53.

[22] Mattoso, *Identificação de um país*, 142; Amélia Aguiar Andrade, "Vilas, poder régio e fronteira: o exemplo do Entre Lima e Minho medieval" (Dissertação de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1994), 200.

[23] A título de exemplo poderíamos citar as doações concedidas por Dona Teresa e também pelo seu filho à Sé de Tui em 1125, 1137 e 1169, e aquela que o infante faria ao mosteiro galego de Toxosoutos em 1136. José Marques, "A fronteira do Minho, espaço de convivência galaico-minhota, na Idade Média", em *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, vol. II, 701-702 (Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004); José Mattoso, *D. Afonso Henriques*, 141.

[24] Maria Alegria F. Marques, "A introdução da Ordem de Cister em Portugal", em *La introducción del Císter en España y Portugal*, 181 (Burgos: Editorial La Olmeda, 1991).

siástica e organização territorial, em Portugal a presença dos monges brancos seria muito mais visível nas regiões do Centro e Sul, mantendo-se no Norte senhorial a supremacia dos cenóbios beneditinos.[25] Em suma, se o objectivo de Paio Guterres foi o de ingressar num mosteiro cisterciense próximo da região onde a sua família concentrava as suas propriedades e exercia o seu domínio senhorial, a eleição do mosteiro de Oia torna-se, no nosso entender, uma escolha bastante plausível.

### 3.2 A FORMAÇÃO DO NÚCLEO DE PROPRIEDADES NA ESTREMADURA

A primeira notícia que possuímos sobre o núcleo dos termos de Torres Vedras e de Lisboa remonta ao ano de 1194 e trata-se de uma sentença emitida pelo arcebispo de Braga relativa ao pleito mantido entre o mosteiro e o bispo de Lisboa sobre os direitos da igreja da Enxara, situada dentro dos limites da granja com o mesmo nome pertencente ao mosteiro galego. [26] Ou seja, na última década do século XII, o mosteiro de Oia não só era o proprietário de uma granja na Enxara, como empreendia acções legais com o objectivo de proteger o seu património relativamente aos interesses de outras instituições religiosas. Sobre a incorporação desta propriedade no conjunto patrimonial de Oia não encontramos nenhum esclarecimento nos pergaminhos medievais do mosteiro, embora saibamos que já em 1220/1221 Oia possuía a terça parte da igreja da Enxara, assim como a granja homónima.[27] Contudo, é a inquirição de 1235, realizada a mando do rei D. Sancho II às propriedades que o mosteiro possuía na localidade de Fanga da Fé, que nos pode dar algumas pistas sobre o início do processo que desencadeou a criação do núcleo de propriedades de Oia na Estremadura.[28] Apesar de não nos revelar qualquer informação sobre a tipologia ou quantidade dos bens da Fanga da Fé, no documento expressa-se com toda a clareza que se tratam de doações feitas aos frades do mosteiro de Oia pelo rei D. Afonso Henriques e seu filho D. Sancho I, confirmadas em 1235 por D. Sancho II.

Que motivos terão levado Afonso Henriques a beneficiar o mosteiro galego de Oia com doações numa região tão longínqua em relação à localização do mosteiro e do núcleo de propriedades do Alto Minho? Acreditamos que a resposta poderá estar na dupla política expansionista do infante, bem como nas estratégias de administração dos domínios que herdara de seus pais, por um lado, e das novas conquistas, por outro.

Vimos já anteriormente que, à semelhança da sua mãe, Afonso Henriques demonstrou desde cedo um interesse claro por alargar o seu território para lá do rio Minho, abrindo em direcção ao norte uma via de expansão do seu poder e reclamando para si parte do território e herança do seu avô Afonso VI de Leão.[29] As instituições religiosas jogariam um importante papel nos planos expansionistas e de consolidação do poder político de Afonso Henriques, enquadrando-se neste contexto as doações feitas ao mosteiro de Toxosoutos e à Sé de Tui, coetâneas do exercício do domínio sobre os territórios galegos de Límia e Toronho. Posteriormente, ao relegar para um segundo

---

[25] Ibid., 180.

[26] AHN, *Clero*, Oya, *carpeta* 1795, doc. 19.

[27] Esta informação encontra-se na inquirição feita aos bens das ordens militares e monásticas e direitos reais nas regiões de Lisboa, Sintra e Torres Vedras no reinado de D. Afonso II. Entre os bens do mosteiro de Oia, também inquiridos, para além dos já citados, encontram-se um pardieiro na paróquia de S. Bartolomeu, no termo de Lisboa, uma granja em Fanga da Fé, e na Atouguia umas marinhas, uma casa e uma courela, tudo isto já em 1120/1121. Publicado em José Manuel Vargas, "O património das Ordens Militares em Lisboa, Sintra e Torres Vedras, segundo uma inquirição do reinado de D. Afonso II", em *Ordens Militares. Guerra, religião, poder e cultura. Actas do III Encontro sobre Ordens Militares*, coord. Isabel Cristina F. Fernandes, vol. 2, 121 (Lisboa: Edições Colibri, 1999).

[28] Arquivo Nacional da Torre do Tombo (doravante ANTT), *Gaveta* I, Maço 6, doc. 21.

[29] Afonso Henriques soube aproveitar as rivalidades internas no seio da nobreza da Galiza, tentando atrair para o seu círculo de apoiantes alguns dos seus membros, como os condes de Toronho e Límia. Posteriormente, o infante português penetraria em território galego na conturbada época em que Afonso VII tentava submeter ao seu poder os reinos de Aragão e Navarra no contexto da sua luta por alcançar a dignidade imperial. Mattoso, *D. Afonso Henriques*, 138-142.

plano o projecto expansionista em direcção à Galiza,[30] Afonso Henriques centrou a sua atenção no combate contra o Islão. Depois da conquista de Lisboa e Santarém, em 1147, logo no ano seguinte de 1148 caía nas mãos do exército liderado por Afonso Henriques a vila de Torres Vedras.[31] A partir desse momento e até aproximadamente finais da década de cinquenta, o infante empreenderia um processo de ocupação e reorganização destes territórios, com a finalidade de afirmar claramente a sua soberania sobre os mesmos.[32] Nesta região, determinadas instituições monásticas, mas também grupos de colonos estrangeiros, entre os quais galegos, exerceriam um papel crucial na reorganização do espaço agora cristão.[33]

O interesse e as acções de domínio efectivo de Afonso Henriques na Galiza até inícios da segunda metade do século XII, a importância das ordens monásticas nos processos de legitimação do poder do infante e de administração e ocupação do território de Torres Vedras, com a intrínseca importância revelada no mesmo pelos grupos de colonos galegos, são algumas das hipóteses explicativas da doação feita por Afonso Henriques, e confirmada pelos monarcas subsequentes, ao mosteiro de Oia. Doação que acreditamos poder enquadrar-se cronologicamente no período entre 1148 e finais da década seguinte, tempo marcado pela reorganização do espaço correspondente ao termo da vila de Torres Vedras.[34]

## 4. Relação com poderes políticos e sociais

A fronteira galego-minhota conheceu, ao longo da Idade Média, uma "relação de amor e ódio", como de forma tão elucidativa indicou Amélia Aguiar Andrade no título do seu artigo.[35] Mas entre o "amor" e o "ódio" parece ter prevalecido o primeiro, pois, de uma maneira geral, imperou a boa convivência, a solidariedade e a interdependência entre as populações de ambos os lados da raia, sendo episódicas as situações de confronto e hostilidade, relacionadas, regra geral, com circunstâncias particulares, como as diferentes guerras e enfrentamentos armados entre Portugal e Castela e as suas consequências mais imediatas na região.[36] No caso das relações estabelecidas pelo mosteiro de Oia

30 Entre 1159 e 1165, num contexto de enfrentamento a Fernando II de Leão, Afonso Henriques exercerá, pela última vez, actos de soberania sobre os território de Toronho e Límia. Mattoso, *D. Afonso Henriques*, 290-292.

31 Ana Maria Rodrigues, "Torres Vedras e o seu termo durante a primeira dinastia" em *Espaços, Gente e Sociedade no Oeste. Estudos sobre Torres Vedras Medieval*, 87 (Cascais: Patrimonia, 1996).

32 Maria Alegria Fernandes Marques, "A viabilização de um reino", em *Portugal em definição de fronteiras. Do condado portucalense à crise do século XIV*, coord. Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, vol. III de *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, 29-30 (Lisboa: Editorial Presença, 1996).

33 Mattoso, "1096-1325", 68 e 76; Manuela Santos Silva, "Galegos e Minhotos à conquista do litoral do Centro de Portugal. Vestígios da sua presença e acção na região medieval de Óbidos", em *Carlos Alberto Ferreira de Almeida, in memoriam*, vol. II, 397 (Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999); Ana Maria Rodrigues, *Torres Vedras. A vila e o termo nos finais da Idade Média* (*s. l.*: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995), 51; Pedro Gomes Barbosa, "O território de Torres Vedras", em *Povoamento e estrutura agrícola na Estremadura Central*, 274 (Lisboa: INIC, 1992).

34 De acordo com Pedro Gomes Barbosa, para quem terá existido uma relação directa entre a fixação de colonos galegos e a concessão de propriedades ao mosteiro de Oia, apenas o mosteiro galego e Santa Cruz de Coimbra teriam recebido doações régias no período do início da colonização e repovoamento do termo de Torres Vedras (datando a primeira doação feita por Afonso Henriques a Santa Cruz do ano de 1159). Barbosa, "O território de Torres Vedras", 269 e 274.

35 Amélia A. Andrade, "Entre Lima e Minho na Idade Média: uma relação de amor e ódio", em *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam*, vol. I, 77-92 (Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999).

36 Marques, "O mosteiro de Oia", 205-206; Carlos Barros, "La frontera medieval entre Galicia y Portugal", em *Medievalismo. Revista de la Sociedad Española de Estudios Medievales*, nº 4 (1994): 32-36; Humberto Baquero Moreno, "Áreas de conflito na fronteira galaico-minhota no fim da Idade Média", em *Actas del II Coloquio Galaico-Minhoto*, vol. 1, 53-63 (Santiago de Compostela: Instituto Cultural Galaico-Minhoto, 1984).

com as diferentes autoridades, poderes e categorias sociais e políticas, a documentação revela-nos ambas as facetas desta ligação.

Praticamente todos os diplomas régios que fazem parte do acervo documental de Oia dizem respeito a acções de protecção e privilégios,[37] com destaque para o papel que os monarcas exerceram na mediação de conflitos entre o mosteiro e as autoridades locais de Valença e Caminha ou mesmo outras instituições monásticas.[38] Também em épocas de conflito bélico entre Portugal e Castela, os monarcas portugueses beneficiaram o mosteiro galego, como foi o caso de Afonso IV, ao ordenar às autoridades de Valença, em 1340 e 1342, a restituição de todos os bens da Granja da Silva que haviam sido subtraídos ao mosteiro de Oia no contexto da guerra com Afonso XI de Castela, cuja paz se assinou precisamente em 1340.[39] Ainda no caso de algumas medidas relacionadas com a organização do território e o reforço do poder central, que se reflectiram na gestão do património de Oia em Portugal, as decisões régias, de acordo com a documentação do mosteiro, parecem ter-lhe sido favoráveis.[40]

Parece-nos também importante destacar o caso da relação do mosteiro com a Coroa durante o reinado do Mestre de Avis. Os documentos referentes a este período incluídos no acervo do mosteiro são benesses e privilégios de vária ordem.[41] O desejo de procurar o apoio de um mosteiro cujo património e população dependente eram vastos e situavam-se na conturbada zona da fronteira é, por si só, um bom motivo justificativo desta atitude de D. João I em pleno conflito com Castela. Contudo, podemos também acrescentar, à semelhança do que faz José Marques, a especial vinculação do monarca à Ordem de Cister – através da influência de S. Bernardo na Regra da Ordem de Avis – e a sua pessoal devoção à figura da Virgem Maria.[42] Porém, os documentos da Chancelaria de D. João I incluem dois diplomas referentes a Oia que contrariam esta atitude e que não deixaram vestígios directos no arquivo do mosteiro.[43] Tratam-se da concessão feita em 1384 ao cavaleiro Diogo Nunes de todas as rendas, foros, direitos e tributos que o mosteiro de Oia detinha em Portugal; e do emprazamento a Gomes Lourenço, copeiro do rei, de todos os bens da Fanga da Fé que, em 1426, "nos trazia sonegada o abade do convento do moesteiro de oia". Esperamos, no decorrer da nossa investigação, poder esclarecer os motivos que levaram D. João I a expropriar o mosteiro de Oia, sobretudo depois de assinado o tratado de paz com Castela (1411), como no caso do segundo documento.

Ao contrário do que parece ter acontecido no caso dos diferentes monarcas, a relação do mosteiro de Oia com as autoridades eclesiásticas foi indubitavelmente mar-

---

37 A correlação entre reinados e número de documentos é a seguinte: D. Sancho II (um documento), D. Dinis (cinco), D. Afonso IV (três), D. Pedro I (três), D. João I (seis), D. Duarte (um) e D. Afonso V (um).

38 Tomem-se como exemplo a ordem de 1282 dada por D. Dinis a Diogo Quintela, sacador das colheitas de Além-Douro, para que respeitasse a isenção do pagamento deste tributo que já seu pai Afonso III concedera ao mosteiro galego; ou a confirmação que em 1308 faz o mesmo rei da propriedade de Oia sobre o couto de Chamosinhos, a qual lhe vinha sendo disputada pela abadessa do mosteiro de Valboa. AHN, *Clero*, Oya, *carpetas* 1806, doc. 16 e 1816, doc. 15.

39 AHN, *Clero*, Oya, *carpetas* 1827, doc. 17 e 1828, doc. 5. Publicado em Marques, "O mosteiro de Oia", 222-226.

40 A título de exemplo, poderíamos citar o privilégio de 1363 concedido por D. Pedro I, pelo qual o mosteiro de Oia consegue isenção face às leis de desamortização impostas. AHN, *Clero*, Oya, *carpeta* 1835, doc. 5; publicado em Marques, "O mosteiro de Oia", 226-227. A este respeito veja-se também Isabel Beceiro Pita, "Las tensiones en torno a los dominios del Císter gallego en el norte de Portugal", em *Actas do Congreso Internacional sobre San Bernardo e o Cister en Galicia e Portugal*, vol. I, 253-265 (Ourense: Monasterio de Osera, 1992).

41 AHN, *Clero*, Oya, *carpetas* 1837, doc. 15, 1838, docs. 1, 16 e 20, 1839, doc. 5, 1843, doc. 1. Publicado em José Marques, "Cartas inéditas de D. João I do Arquivo Histórico Nacional de Madrid. Novos elementos para o estudo das relações galaico-portuguesas, nos séculos XIV-XV", em *Relações entre Portugal e Castela nos finais da Idade Média*, 272-279 (*s. l.*: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994).

42 Marques, "Cartas inéditas", 266-267.

43 *Chancelarias Portuguesas. D. João I*, org. João José Alves Dias (Lisboa: Centro de Estudo Histórico – Universidade Nova de Lisboa, 2004), vol. I, t. 1, 160 e vol. IV, t. 2, 114.

cada pelo longo conflito que opôs a instituição galega ao bispado de Lisboa, a cuja primeira referência documental já fizemos alusão.[44] A duração deste pleito, bem como as repetidas apelações de Oia dirigidas a instâncias superiores da hierarquia eclesiástica, revelam, no nosso entender, a importância que para o mosteiro tinha o conjunto de propriedades da zona de Torres Vedras e, particularmente, a defesa dos privilégios relacionados com os direitos eclesiásticos. A partir de 1313 e até 1320 multiplicam-se os documentos referentes a este assunto, o que pensamos tratar-se, muito possivelmente, de uma reacção aos resultados da inquirição feita em 1309 pelos representantes do bispo de Lisboa, a pedido dos priores das quatro igrejas matrizes de Torres Vedras, com o objectivo de aferir os rendimentos agrícolas de boa parte do termo da vila e os limites paroquiais.[45] É, pois, precisamente após a realização deste inquérito que se sucedem as apelações de Oia relativas à defesa dos seus direitos, particularmente a isenção de tributos eclesiásticos, dirigidas, numa primeira etapa, ao arcebispo de Compostela e, posteriormente, ao Papa.[46]

Se, por um lado, o longo pleito mantido com o bispado de Lisboa revela as dificuldades que Oia teve de enfrentar ao nível da sua relação com outras instituições religiosas, por outro, o registo documental do mosteiro dá a entender que as sentenças ditadas sobre este conflito pelas várias hierarquias foram favoráveis ao cenóbio galego. Apesar de as relações entre Oia e as hierarquias e instituições da Igrejas não se limitarem, de nenhuma maneira, a este conflito, pareceu-nos oportuno, no contexto desta apresentação, citá-lo como exemplo.

Doações, pleitos, estabelecimento de contratos de emprazamento e arrendamento e escambos são as principais vias de contacto entre o mosteiro e a nobreza da região do Entre Lima e Minho, com claro destaque na documentação de vários cavaleiros da família dos Cerveira. Tratam-se, portanto, de referências documentais muito mais difusas, dispersas e variadas do que as subordinadas às temáticas dos poderes régio e eclesiástico. A relação do mosteiro de Oia com alguns dos principais representantes do poder leigo na região assumiu um carácter conflituoso, espelhado em vários casos de usurpação de bens do mosteiro, inclusivamente em território galego.[47] No entanto, e por outro lado, esta mesma relação revelou também uma conjugação de interesses transfronteiriços por parte dos dois poderes senhoriais. São vários os acordos estabelecidos entre o mosteiro e nobres relativos ao intercâmbio de propriedades na zona envolvente da Granja da Silva e, sobretudo, na localidade galega de Tebra, revelando que alguns senhores leigos, particularmente os cavaleiros de Cerveira, seriam detentores de um património considerável na zona do extremo Sudoeste da Galiza.[48] A abundância destas transacções mostra-nos, portanto, que boa parte dos contactos entre o mosteiro e a nobreza se subordinou a este jogo de interesses senhoriais, onde os dois

---

44 À sentença do arcebispo de Braga de 1194 (*vd.* nota 26) seguiu-se outra em 1206, mas desta vez dirigida pelo papa Inocêncio III ao bispo de Lisboa, na qual se reiteram os direitos do mosteiro sobre a igreja da Enxara. AHN, *Clero*, Oya, *carpeta* 1796, doc. 17.

45 ANTT, Colegiada de Santa Maria do Castelo, incorporação de 1912, *Livro* 11, fls. 27v. e 31v; ANTT, Colegiada de S. Miguel, *Livro* 5, fls 31 e 36v. Embora tivéssemos consultado os documentos originais, ambos se encontram publicados, respectivamente, em Harold B. Johnson, ed., "Para a história social de Torres Vedras, um documento eclesiástico de 1309", em *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*, LXXIII-LXXIV, 59-174 (Lisboa, 1970); Maria Julieta Ventura de Oliveira, "Subsídios para a História de Torres Vedras" (dissertação de licenciatura, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 1970), 1-241.

46 Vejam-se a título de exemplo: AHN, *Clero*, Oya, *carpetas* 1820, doc. 14 e 1822, doc. 9.

47 É o caso do reconhecimento feito, em 1303, por Álvaro Rodrigues, filho de Rui Lourenço de Cerveira, dos direitos do mosteiro sobre propriedades no couto de Chaín em Gondomar, Galiza, as quais seu pai tinha subtraído ao património do cenóbio. No contexto das usurpações efectuadas por membros da nobreza que, simultaneamente, ocupavam lugares de destaque na administração municipal, temos a notícia dos protestos do mosteiro contra Lopo Afonso, alcaide de Cerveira, e seu neto Rui Vasques pela invasão do couto de Malvas (Galiza), para onde os referidos indivíduos transferiram o seu local de residência. AHN, *Clero*, Oya, *carpetas*, 1814, doc. 9 e 1827, doc. 15. Marques, "O mosteiro de Oia", 212.

48 Vejam-se como exemplo: AHN, *Clero*, Oya, *carpetas* 1799, doc. 12; 1802, docs. 20 e 21; 1806, doc. 3; 1812, doc. 16.

tinham como objectivo comum aumentar e consolidar o seu poderio em ambos os lados da fronteira.

## 5. O SENHORIO DO MOSTEIRO DE OIA EM PORTUGAL

Finalmente, a última hipótese de investigação centrar-se-á na influência da instituição sobre aqueles que mais directamente dela dependeram ou sobre os quais exerceu o seu poder de maneira mais efectiva – a população camponesa dos dois núcleos de propriedades em território português.

A informação que nos proporciona os documentos refere-se sobretudo ao núcleo do Entre Minho e Lima, particularmente a Granja da Silva, pelo que nos será mais fácil averiguar os principais mecanismos de domínio sobre os homens e o território nesta região.

As questões relacionadas com as estratégias de aquisição e gestão do património, com os níveis e tipos de produção agrícola, com a existência, uso e exploração de instrumentos de produção, com a organização do espaço agrícola e rural, com os conflitos e tensões[49] são alguns dos aspectos que pretendemos explorar, seguindo o modelo que, relativamente ao património do mosteiro na Galiza, desenvolveu Ermelindo Portela em 1976.[50] Os mais de 40 contratos enfitêuticos e de arrendamento, juntamente com escambos e doações permitir-nos-ão aferir vários destes aspectos. Através do tratamento qualitativo e estatístico dos dados recolhidos pretendemos também averiguar os montantes das rendas, dos foros e demais tributos, os quantitativos de produção e, consequentemente, os níveis de pressão exercidos sobre os camponeses dependentes do mosteiro. O tratamento desta informação implica um aliciante mas moroso trabalho de recolha de um conjunto vasto e heterogéneo de informações, que temos previsto iniciar muito em breve. E, dado o carácter transfronteiriço e comparativo que pretendemos dar ao nosso trabalho, levaremos a cabo uma comparação com a documentação referente ao património galego do mosteiro, a fim de estabelecer relação entre os métodos e estratégias de gestão do património na Galiza e em Portugal. Esta parte da investigação representa, de alguma maneira, um ponto culminante, na medida em que pretende dar a conhecer as características do exercício do poder senhorial do mosteiro de Oia em Portugal, construído e consolidado graças às múltiplas relações e contactos estabelecidos com as várias autoridades e poderes políticos, sociais e económicos.

## 6. CONCLUSÃO

Apesar de a temática e o protagonista desta investigação não constituírem, de nenhuma maneira, uma novidade no contexto da historiografia portuguesa e espanhola, como aliás podemos conferir pelas várias referências bibliográficas feitas ao longo do texto, acreditamos que a análise aprofundada do património do mosteiro de Oia em Portugal poderá revelar novos aspectos sobre o estudo das relações transfronteiriças entre o Norte de Portugal e o Sul da Galiza na época medieval.

A calendarização da nossa investigação privilegiou, até agora, a leitura e exploração de todo o fundo correspondente ao mosteiro de Oia, *corpus* documental base deste estudo. Desta forma, foi-nos possível conhecer o conteúdo dos 1268 documentos, selecionando aqueles que dizem respeito ao património de Oia em Portugal e/ou à relação do mosteiro com os diferentes poderes e grupos sociais em território português. Assim, pudemos aferir as reais potencialidades deste conjunto documental e, posteriormente, estabelecer o esquema de perguntas e hipóteses de trabalho que atrás expusemos. Obviamente,

[49] Como são os casos bem explícitos na documentação dos enfrentamentos com os enfiteutas do casal da Azoeira, em 1368, e posteriormente com os de S. Miguel de Fontoura, em 1390, ambos relativos ao incumprimento de cláusulas contratuais e pagamento de rendas. AHN, *Clero*, Oya, *carpetas* 1836, doc. 16 e 1837, doc. 17 (publicado em Marques, "O mosteiro de Oia", 230).

[50] Portela Silva, "La región del obispado".

e como também tivemos a oportunidade de citar ao longo do texto, a documentação de Oia, embora seja a primordial, não será a única utilizada neste projecto. O carácter transfronteiriço do património de Oia implica a consulta de outras fontes, nomeadamente as directamente relacionados com territórios em que se inseriam as propriedades do mosteiro – particularmente as referentes à administração régia, como é o caso das Inquirições de D. Afonso III e D. Dinis, mais directamente relacionadas com a região do Entre Lima e Minho – ou com a evolução de algumas propriedades específicas.[51] No mesmo sentido, poderá ser de grande utilidade a consulta de boa parte da documentação do mosteiro de Oia referente à época moderna que, como já tivemos oportunidade de comprovar em trabalhos anteriores, nos dá uma visão *ad quem* da evolução do património de Oia em Portugal.[52] Por outro lado, e tendo mais uma vez em conta a matriz comparativa e transfronteiriça deste projecto, utilizaremos uma selecção de documentos do conjunto dos pergaminhos medievais de Oia referentes ao património do território galego, com o principal objectivo de estabelecer comparações, por exemplo, ao nível da gestão dos dois conjuntos de propriedades de ambos os lados da fronteira ou dos contactos estabelecidos com as duas Coroas de Portugal e Castela.

Por fim, e visto que lidamos com um conjunto documental inédito, pretendemos incluir no nosso projecto de investigação a publicação de uma série de documentos cuja selecção permita elucidar cada uma das principais hipóteses e pontos do esquema da tese.

O nosso objectivo principal ao apresentar este texto, para além dos contributos que para o projecto de doutoramento que levamos a cabo podem proporcionar as críticas que logre suscitar, foi o de dar a conhecer um esquema de tese e de trabalho baseado nos dados até aqui recolhidos num *corpus* documental específico. Simultaneamente, ao expor algumas das temáticas ou exemplos mais representativos relacionados com cada uma das diferentes etapas ou hipóteses do esquema, pretende-se comprovar a viabilidade do estudo do património do mosteiro de Oia em Portugal através das fontes directamente relacionadas com ele.

---

[51] Citemos apenas a título de exemplo o fundo dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira e Marqueses de Ponte de Lima, no qual podemos encontrar várias referências a algumas das propriedades que durante a época medieval pertenceram ao mosteiro de Oia na região do termo de Torres Vedras e que, posteriormente, teriam incorporado o património dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira. Entre estas referências encontramos, por exemplo, um traslado do acordo assinado entre o mosteiro de Oia e o rei D. Duarte, segundo o qual o cenóbio cede à Coroa as propriedades da Fanga da Fé, em 1434, a troco do pagamento de 500 coroas de ouro (AHN, *Clero*, Oya, *carpeta* 1844, doc. 17). Os documentos deste fundo relacionados com a investigação podem ser consultado no catálogo online da Torre do Tombo (http://digitarq.dgarq.gov.pt/).

[52] Ana Paula Rodrigues, *O Tombo da Granja da Silva (1560/1565). Bases para uma análise da propriedade transfronteiriça do Mosteiro de Santa Maria de Oia*. Traballo de Investigación Tutelado apresentado em Julho de 2010 perante o tribunal composto pelos Professores Doutores Amélia Aguiar Andrade, Pegerto Saavedra Fernández e José Miguel Andrade Cernadas, e avaliado com a classificação de Sobresaliente (10 valores), na Facultade de Xeografía e Historia da USC com vista à obtenção do Diploma de Estudios Avanzados. Inédito. Este trabalho deu origem à publicação do artigo "O Tombo de 1560/1565 da Granja da Silva do Mosteiro de Santa Maria de Oia. Aspectos da evolução e consolidação do património medieval do mosteiro de Oia no Entre-Lima-e-Minho português através da análise de um documento da Época Moderna", em Cuadernos de Estudios Gallegos, vol. LIX, 115-142 (Santiago de Compostela: Instituto de Estudios Gallegos "Padre Sarmiento"), 2012. Para além deste documento do século XVI, e do tombo já mencionado de 1789, poderíamos também citar outros dois dos séculos XVII e XVIII, bem como parte dos legajos cuja informação diz directamente respeito ao património português: AHN, Códices, L.1037, L. 1036, L. 1035; AHN, Legajos, 5471, nº 4.

# 3

## Povoamento e Fronteira na Serra de S. Mamede da Idade Média à Idade Moderna (sécs. XII – XVI)

Ana Santos Leitão[1]
Universidade de Lisboa

Resumo

Este projecto de dissertação para doutoramento visa compreender como um sistema social se traduz em termos de localização e como a organização espacial influencia as dinâmicas sociais geoestratégicas, focando a problemática numa região específica. Como delimitação espacial, o recorte geográfico corresponde à zona da antiga comarca de Entre Tejo e Odiana, centrando-se na sub-região da serra de S. Mamede, que representa um eixo estruturante com funções articuladoras entre o Alentejo e a Beira, por se tratar de uma área de charneira entre os reinos de Portugal e Castela, no qual surgiu um complexo urbano singular estruturado pela serra. A definição do objecto centra-se no estudo das repercussões da fronteira na organização do território sobre uma base geográfica.

Na delimitação espacio-temporal do campo de pesquisa, o âmbito cronológico definido vai dos finais do século XII ao início do século XVI (1169 – 1527), ou seja, o estudo inicia-se no momento em que a serra de S. Mamede passa para a esfera de influência de controlo do reino de Portugal, quando Marvão era o principal eixo polarizador, culminando com a fase da realização do primeiro *Numeramento* do reino no século XVI e com a ascensão económica e política de Portalegre.

Abstract

This PhD project seeks to understand how a social system is reflected in terms of spatial distribution and how this organization influences the geostrategic social dynamics, focusing on a specific region. Geographically, it covers a defined area of the old *Entre Tejo e Odiana* district (set between the Tagus river and the Guadiana), based on the sub-region of the mountains of São Mamede; this zone is a structural axis with a coordination role between the regions of Alentejo and Beira, as it is a border area between the kingdoms of Castile and Portugal where a singular urban structure developed, shaped by the mountains. The specific object of this research project is the impact of the border in the organization of the territory on a geographical basis.

The chronological scope is from the late twelfth century to the beginning of the sixteenth century (1169 - 1527), meaning that the study begins at the moment the mountains of S. Mamede enter the sphere of influence and control of the Portuguese crown, when Marvão was the main polarizing centre, and ends with the realization of the kingdom's first *Numeramento,* in the sixteenth century, and the economic and political rise of Portalegre.

[1] Doutoranda do PIUDH – Programa InterUniversitário em História (ICS/UL; FLUL; ISCTE; UCP e EU). Investigadora do Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Membro do GIMI. Bolseira da Fundação para a Ciência e Tecnologia (Ref. SFRH / BD / 64360 / 2009).

Este texto tem como objectivo apresentar a proposta de projecto de investigação de doutoramento, ainda em fase embrionária, que durante a participação no Workshop de Estudos Medievais sofreu algumas modificações, devido às sugestões apresentadas e às possíveis perspectivas de estudo então sugeridas.
Apesar dessa substancial evolução e do desenvolvimento do estudo, decorridos nos últimos meses, decidi manter o conteúdo do artigo substancialmente inalterado, introduzindo apenas algumas observações pontuais. A elaboração deste artigo, acompanhada da apresentação de um primeiro ponto de situação do projecto de investigação e da sua submissão à crítica e comentário de colegas e especialistas da mesma área do conhecimento, resultou num enriquecedor exercício de reflexão, diálogo e debate científico de extrema utilidade para a prossecução do meu trabalho. Neste contexto, este é o resultado da apresentação do plano de estudos inicial, que foi sujeito ao parecer do Prof. Doutor Luís Carlos Amaral (Universidade do Porto) e de Ana Paula Rodrigues (doutoranda da Universidade de Santiago de Compostela), a quem eu dirijo os meus especiais agradecimentos.

A estrutura do artigo baseou-se na proposta apresentada pela organização do WEM, dividindo-se em 5 partes essenciais: o Projecto; a Problemática; o Contexto Histórico; o Estado da Arte e a Metodologia.

## O PROJECTO

O projecto de dissertação para doutoramento tem como tema "*Povoamento e Fronteira na Serra de S. Mamede da Idade Média à Idade Moderna (Sécs. XII-XVI)* "[2] e insere-se na temática da linha de investigação *Sociedades e Poderes,* que se foca no estudo das dinâmicas históricas que conduziram à formalização de centros de poderes no contexto da Europa Ocidental. Esta linha de investigação pretende gerar uma discussão e reflexão alargadas sobre as ligações entre o contexto social e político e propõe a reflexão em torno do processo de construção dos poderes do centro, tendo como horizonte privilegiado de análise o espaço europeu e mediterrânico, na longa duração compreendida entre o período medieval e moderno.

A presente investigação apresenta-se sob a orientação científica de Hermenegildo Fernandes (FLUL) e de Pedro Gomes Barbosa (FLUL).

A principal questão de pesquisa é a formação da rede urbana que circunda a serra de S. Mamede, no Alto Alentejo, e o principal objectivo é o de compreender como um sistema social se traduz em termos de localização e de como a organização espacial influencia as dinâmicas sociais geoestratégicas, focando a problemática numa região específica. Como delimitação espacial, o recorte geográfico é o de uma zona correspondente à antiga comarca de Entre Tejo e Odiana, centrando-se na sub-região da serra de S. Mamede, que representa um eixo estruturante com funções articuladoras entre o Alentejo e a Beira, por se tratar de uma área de charneira entre os reinos de Portugal e Castela, onde surgiu um complexo urbano singular estruturado pela serra.

Na delimitação espacio-temporal do campo de pesquisa, o âmbito cronológico definido vai dos finais do século XII ao início do século XVI (1169 – 1527), ou seja, o estudo inicia-se no momento em que a serra de S. Mamede passa para a esfera de influência de controlo do reino de Portugal, quando Marvão era o principal eixo polarizador, culminando com a fase da realização do primeiro *Numeramento* do reino no século XVI e com a ascensão económica e política de Portalegre. Entre as principais subquestões e subhipóteses, constam como tema principal o estudo de vilas medievais fortificadas, numa região de fronteira, tratando-se de uma fronteira terrestre. A linha defensiva/ofensiva da serra de S. Mamede constitui uma das subquestões. A compreensão do estabelecimento e presença de ordens religiosas no espaço analisado, nomeadamente a Ordem de St[a]. Cruz de Coimbra (Arronches) e a Ordem de S. Francisco (Portalegre) representam outra. Já para não referir a importância jurisdicional que as ordens militares exerceram no território abrangido no estudo durante toda a Idade Média.

[2] Tema que abrange o estudo da dissertação, mas que ainda não reflecte o título definitivo da tese.

## A PROBLEMÁTICA

A problemática da minha dissertação centra-se nos conceitos de *povoamento* e *fronteira,* pelo que as fortificações se tornam os elementos territoriais fundamentais na aferição das subquestões. É por essa razão que será necessário abordar as questões dos bispados, das ordens religiosas e militares e os motivos da sua implantação nesta zona fronteiriça. Uma das razões para a escolha da região da serra de S. Mamede foi precisamente o facto de se tratar de uma zona geográfica pouco estudada, do ponto de vista historiográfico.

Os estudos de fronteira continuam a ser, ontem como hoje, de elevada relevância, e pretendo centrar o conceito em questão no período da Idade Média. A temática do *povoamento* está relacionada com a defensiva, que lhe está subjacente. A problemática defensiva insere-se na dupla vertente de defesa da fronteira do reino e dos núcleos de povoadores e dos seus bens, constituindo por isso também um poderoso factor indispensável na estruturação e consolidação do Estado medieval português.

O problema do povoamento do território português ao longo da Idade Média, apesar das abordagens já realizadas, e destaco o estudo de Rui de Azevedo,[3] está longe de se poder considerar estudado. Segundo Maria José Lagos Trindade,[4] a política de defesa e de colonização que possibilita o aparecimento dos importantes senhorios das ordens militares determina também que a sua acção se complemente como marcas nas formas de povoamento. Outros estudos têm vindo a abordar esta temática, se bem que sobre outras regiões, dos quais enuncio apenas alguns[5]. Nos séculos XIII e XIV, a intensificação de iniciativas de povoamento é decisiva para uma melhor ocupação e ordenação do território e conveniente integração administrativa das populações. Neste processo, estão presentes não só objectivos económicos e sociais, mas também preocupações e objectivos estratégicos, visando através do povoamento das terras mais expostas às incursões inimigas levantar barreiras, quer ao avanço dos árabes, quer ao dos castelhanos. Relativamente às fortificações, verifica-se que só existia uma, a de Marvão, no período mais recuado da minha investigação (século XIII). Ao longo da cronologia do estudo, foram construídos os castelos de Castelo de Vide, Arronches, Portalegre, Alegrete, Montalvão, Nisa e Alpalhão. A caracterização da malha social e do estabelecimento dos poderes eclesiásticos e senhoriais naquele território específico torna-se fundamental para a compreensão a um nível mais lato da sua importância estratégica, ou seja, pretende-se identificar os interesses económicos e estratégicos daquele território delimitado, que se traduz numa importância ainda actual à luz dos vestígios arqueológicos existentes. Todo este processo pretende ser compreendido e identificado num âmbito mais alargado, ligado à construção de uma visão política entre os reinos cristãos ibéricos, primeiro no contexto do Al-Andaluz, e depois num processo de construção de uma identidade ibérica como instrumento de centralização e afirmação de poder régio.

O tema integra-se ainda nos actuais debates historiográficos sobre as identidades nacionais, dos espaços de fronteira e as estremaduras históricas, pretendendo contribuir para uma melhor compreensão do território a um nível macro/micro de âmbito regional, nacional e internacional. A contribuição historiográfica pretende situar-se nos estudos que integram actualmente a História Peninsular dos Espaços de Fronteira num contexto ibérico e europeu, nomeadamente os do Sul ibérico, da História de Portugal e do Alentejo.

---

3 Rui Azevedo (ed.), *Documentos Medievais Portugueses,* vol. 1 (Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1958).

4 Maria José Lagos Trindade, *Estudos de História Medieval e Outros* (Lisboa: Ed.História Crítica, 1981).

5 José Marques, "Povoamento e Defesa na estruturação do Estado Medieval Português," Revista de História 8 (1988): 9-28*;* Pedro Gomes Barbosa, *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central – séc. XII-1325* (Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa,1992); Ricardo Teixeira, "Um património sem Fronteiras*",* in *Actas do Congresso Transfronteiriço de Arqueologia. Um Património sem fronteiras* (Chaves: Grupo Cultural Aquae Flaviae, 2009), 41.

O carácter fronteiriço das extensas zonas do Ocidente tem sido assinalado pela investigação histórica geral das últimas décadas, como factor determinante na compreensão da identidade das chamadas comunidades fronteiriças e tem sido um dos aspectos aos quais mais importância se concede actualmente nas linhas de investigação do período medieval. Os estudos das regiões de fronteira durante a Idade Média portuguesa têm-se revelado de especial importância para perceber não só os sistemas de defesa e de povoamento, mas igualmente para definir a formação de identidades, numa lógica de integração e de exclusão. A serra apresenta-se, assim, não só como ponto fundamental, como já foi referido, mas também como um território delimitado e de características singulares.

Segundo José Mattoso, a historiografia em Portugal não tem tido muita tradição e este autor insiste na necessidade crescente e urgente de se fazer uma reflexão crítica sobre a historiografia medievalista em Portugal, pois essa análise crítica é forçosamente cada vez mais actual, uma vez que existem novas orientações historiográficas associadas ao *Linguistic Turn* e a tendências desconstrutivistas. Numa tentativa de definição de prioridades, identifica os principais aspectos que devem ser aprofundados, na sua opinião, para uma melhor compreensão historiográfica evolutiva da medievalidade portuguesa. Recentemente, no âmbito da obra *A Historiografia em Portugal, c. 1950-2010,* salientou as principais lacunas actuais da História Medieval Portuguesa que urgem ser preenchidas. É exactamente nesta perspectiva de preencher lacunas na historiografia portuguesa, e tendo como base alguns dos elementos acima referidos, que, insiro o meu estudo e trabalho de investigação.

O estudo das regiões de fronteira durante a Idade Media portuguesa sempre se revelou de especial importância, e cada vez mais se tem confirmado que a essência das identidades portuguesa e espanhola se formou, em grande parte, pela sua realidade de fronteira com o Islão, o tão próximo contraste com um contexto religioso e cultural tão divergente e que terá sido um elemento modelador e determinante no desenvolvimento e construção das próprias malhas sociais.

Poucos estudos têm sido desenvolvidos sobre esta temática, mas têm vindo efectivamente a ser levados a cabo alguns trabalhos de investigação histórica na referida área, sobretudo ao nível da Arqueologia Pré-Histórica, (período da romanização) e da História Contemporânea. O facto é, que as Idades Média e Moderna constituem uma lacuna que urge ser preenchida, para uma melhor compreensão da articulação dos temas na sua evolução temporal. Segundo Oliveira Marques[6], a rede das fortificações, muitas datando do período romano e outras construídas já em tempos islâmicos, era relativamente densa e significativa em termos demográficos. Para Orlando Ribeiro, o povoamento era uma referência importante em termos de informação demográfica, embora esse já fosse mais fraco nos actuais distritos de Castelo Branco e Portalegre[7].

## O CONTEXTO HISTÓRICO

Após a Reconquista Cristã, grande parte das terras a sul do Tejo, onde se inclui Marvão, foram doadas à Ordem do Templo, que tinha por missão povoá-las, explorá-las e defendê-las. Essa missão terá sido conseguida, pelo menos em Marvão, tanto mais que em 1188, D. Sancho I promove Marvão a sede de concelho, outorgando-lhe a administração de um amplo território. Esse enorme município era limitado a norte pelo rio Tejo até à Amieira, descia até ao rio Sor, passava por Seda, incorporava Assumar e Campo Maior, subia por Xévora e quando chegava quase ao topo da serra de S. Mamede, inflectia para nascente, em território espanhol, era limitado pela serra de S. Pedro e daí dirigia-se para norte, até ao Tejo, próximo de Alcântara. Era assim o município de Marvão, quase tão amplo quanto o actual Distrito de Portalegre, e incorporava ainda as terras castelhanas de Valência de Alcântara, Herrera e Santiago até às imediações de Alcântara,

[6] A. H. Oliveira Marques, *Introdução à História da Cidade Medieval Portuguesa* (Braga: Livraria Cruz, 1981), 23.
[7] Orlando Ribeiro, "Geografia de Portugal", in *O Povo Português*, vol. III (Lisboa: Sá da Costa,1989).

provável memória do território romano de Ammaia. Gradualmente, com o povoamento de outras terras e com a definição das fronteiras estabelecidas entre Castela e Portugal, pelo Tratado de Alcanices, foi o concelho de Marvão assumindo os actuais limites. Terá sido na sequência da Reconquista que os sistemas defensivos da fortaleza de Marvão terão sofrido obras de requalificação para a afirmação do domínio deste amplo território. Terá sido, igualmente, por essa data, quando a região já estava pacificada, que muitas das gentes, que se encontravam dispersas por pequenos núcleos urbanos e casais agrícolas foram povoar e defender Marvão? A vivência terá sido mantida contudo, nesses espaços urbanos formados após a derrocada de Ammaia, e terão dado origem a algumas das povoações que hoje constituem o concelho de Marvão? Estas são uma das várias subquestões que se pretende analisar.

Passada a época conturbada da Reconquista, Marvão manter-se-á atalaia sobre a vizinha Castela, constituindo-se, acima de tudo, como um espaço militar. O povoamento da área imediatamente envolvente dependerá dos recursos naturais e os múltiplos moinhos e azenhas, de origem medieval, testemunham um florescimento económico. Na zona de passagem natural, na base do penhasco coroado pela fortaleza de Marvão, instalar-se-á a Portagem e a Alfândega. Por ali passava, e pagava os seus impostos quem transitava entre esta região e Castela. "Nesta zona de passagem, ladeada pelos férteis terrenos do Prado, terras d'el rei, se explorava também a tão necessária cal. Nos finais da Idade Média, este vale seria já o grande centro económico do espaço que viria a conformar o actual concelho de Marvão"[8]. No entanto, no século XIV, D. Fernando I estabelece em Marvão o primeiro couto de homiziados da serra de S. Mamede, no âmbito de uma política régia de defesa da raia portuguesa. D. João I, anos mais tarde, estabelece o segundo couto, a sul da serra, em Arronches. Relativamente às fortificações, verifica-se que só existia uma, a de Marvão, no período mais recuado da minha investigação (século XIII). Ao longo da cronologia do estudo, foram construídos os castelos de Castelo de Vide e de Arronches. Que explicação terá esta inversão de povoamento? Trata-se de uma outra subquestão. Uma das várias sub-questões prende-se com a representação, por Duarte d´Armas, das fortalezas medievais que circundavam a serra de S. Mamede; apesar de terem sido visitadas, as de Alegrete e Portalegre não aparecem representadas no seu livro. Poder-se-á interpretar este aspeto, desde logo, como a perda da função defensiva destas construções? Quais as motivações?

Entre o final da década de 30 e o termo dos anos 70 do século XIII, bispo e cabido estabeleceram concórdias com quase todas as instituições sediadas na região e submeteram ao pagamento dos tributos episcopais a maior parte das igrejas assinaladas em 1320.

> No decurso destes quarenta anos, a rede das igrejas paroquiais parece estruturar-se, mesmo se em alguns casos a anterioridade do templo é possível e comprovável, assinalando o bispo, recorrentemente, a sua dádiva de cura animarum. As Igrejas de Nisa, Montalvão, Alpalhão e Ares aparecem referenciadas em 1250 e virão a ser incluídas na diocese da Guarda após 1260.[9]

Atesta-se assim, de forma clara, o esforço de organização paroquial do território ao longo destes anos. Com efeito, foi sobretudo na área sujeita à jurisdição episcopal da Guarda que a Ordem do Templo sediou muitos dos seus interesses e bens, inclusive igrejas que em 1250 pertenciam a Évora. No entanto, mais do que a acção individual de um prelado, o que se deve entrever é o esforço de organização de uma região.

Após a paragem das conquistas e das razias militares, instalados os novos poderes no amplo espaço do Além-Tejo, o panorama que se definia a partir da década de 30 do século XIII era o da apropriação do espaço por diferentes entidades senhoriais. Apropriação económica, social e religiosa que implicava não apenas uma rentabilização

[8] Jorge Oliveira, Sérgio Pereira e João Parreira, *Nova Carta Arqueológica do Concelho de Marvão* (Lisboa: Colibri, 2007), 35.
[9] Hermínia Vilar, *As Dimensões de um Poder: A Diocese de Évora na Idade Média* (Lisboa: Editorial Estampa, 1999), 56.

desse mesmo território, mas também a sua organização administrativa e fiscal. Os sucessivos acordos celebrados denunciam isso mesmo: um esforço diocesano no sentido de consagrar ou de incentivar a formalização de uma malha paroquial, sobre a qual assentaria o sistema de colecta do dízimo e dos tributos diocesanos. Ao consagrar na forma escrita a obrigação destes pagamentos, bispo e cabido procurariam assegurar o reconhecimento final da sua supremacia, expresso na necessidade, sempre presente, da confirmação episcopal dos clérigos nomeados e no reconhecimento expresso que muitos destes poderes faziam dos chamados sacramentos episcopais.

Um dos objectivos fulcrais da tese prende-se com a intenção de se reconfigurar a região numa perspectiva socioeconómica e de identificar as razões da formação da rede urbana, assim como os motivos da alteração da centralidade política, que passou de Marvão, no final do século XII, para Portalegre, no início do século XVI.

Segundo o *Numeramento* do reino de 1527, em consequência da inversão deste povoamento, Portalegre conta com 1492 habitantes, enquanto em Marvão vivem apenas 495. Sendo Portalegre já o principal eixo económico e político da região circundante da serra de S. Mamede, chegando mesmo a tornar-se sede de bispado, em meados do mesmo século, quais terão sido as dinâmicas sociais, políticas e económicas que terão levado a essa mudança de centralidade geoestratégica? Eis uma das principais questões da minha investigação.

## O ESTADO DA ARTE

No âmbito da historiografia portuguesa, a temática da fronteira portuguesa tem vindo a ser objecto de estudo de alguns autores, de entre os quais destaco apenas alguns[10]. No domínio dos estudos regionais, poucos trabalhos têm vindo a ser realizados, mas alguns revelam-se de grande importância, apresentando-se, no entanto, tendencialmente monográficos e abrangendo períodos cronológicos diversificados. Alguns desses estudos devem ser referenciados, tal como o estudo elaborado por Bernardo Sá Nogueira em 1991[11], mas que se limita apenas ao estudo do senhorio durante aquele período, pelo que se revela já insuficiente, sendo necessário integrá-lo numa perspectiva mais alargada, quer cronologicamente, quer espacialmente. Apesar disso, esse artigo contribuiu para a referência e identificação de fontes, uma vez que procede a um exaustivo trabalho de transcrição, que constitui uma excelente base para futuras investigações.

O estudo elaborado por Possidónio Laranjo Coelho, reeditado em 2001 (*Terras de Odiana: Subsídios para a sua História documentada: Medrobiga, Aramenha, Marvão*),[12], é sem dúvida aquele que é sempre apontado como sendo o de maior importância sobre a região, mas é muito centrado na história local do triângulo formado por Marvão, Castelo de Vide e Portalegre e é de âmbito muito genérico, sendo no entanto uma boa referência também para identificação de fontes. Destaca-se ainda a recente edição de 2012, de *Castelo de Vide na Idade Média*, da autoria de José Augusto Oliveira".[13] Os estudos actuais mais importantes têm sido publicados nas revistas culturais de

[10] Leontina Ventura, "A Fronteira Luso-Castelhana na Idade Média", *Revista da Faculdade de Letras. História* XV (1998): 25-52; Carminda Cavaco, *A região de Fronteira do Rio Minho* (Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 1973)*;* Rita Costa Gomes. "A construção das Fronteiras", in *A Memória da Nação*. *Actas do Colóquio*, org. F. Bethencourt e D. R.. Curto. (Lisboa: Sá da Costa, 1991), 357-382; Amélia Aguiar Andrade, "A estratégia Dionisina na Fronteira Noroeste", in *2.º Congresso Histórico de Guimarães. Actas do Congresso, vol. II – A política portuguesa e as suas relações exteriores* (Guimarães: CM de Guimarães/Universidade do Minho, 1997), 83*;* Hermenegildo Fernandes, "Entre mouros e cristãos, a sociedade de fronteira no sudoeste peninsular interior (séculos XII-XIII)" (Tese de doutoramento em História*,* Universidade de Lisboa, 2000)*;* José Marques. "A Fronteira do Minho, espaço de convivência galaico-minhota na Idade Média*"* in *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos,* vol. II (Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004):697-712.

[11] Bernardo Sá Nogueira, "A constituição do senhorio fronteiriço de Marvão, Portalegre e Arronches em 1271. Antecedentes regionais e significado político,*" A Cidade, Revista Cultural de Portalegre* 6 (1991): 19-45.

[12] Possidónio Mateus Laranjo Coelho, *Terras de Odiana, subsídios para a sua História Documentada*, Edição com texto fac-similado da 1ª Edição (Medrobiga - Aramenha – Marvão, 1924)

[13] José Augusto Oliveira, *Castelo de Vide na Idade Média* (Lisboa: Colibri, 2012).

Marvão e Portalegre, respectivamente *Ibn Marúan* e *A Cidade,* incidindo todos sobre aspectos de índole local. Alguns artigos pontuais sobre a região têm vindo a ser desenvolvidos sobre esta temática, para este período, por alguns investigadores do CIDEHUS, em Évora,[14] da Casa de Vélazquez, em Madrid, e também por alguns historiadores da Universidade da Estremadura, em Badajoz. No entanto, nenhum deles apresenta uma abrangência regional de articulação macro/micro de importância geohistórica e geoestratégia sobre a região na qual se insere a Serra de S. Mamede, pelo que se tornam todos de importância meramente complementar. A zona circundante da Serra de S. Mamede, num âmbito regional, tem sido, de facto, muito pouco estudada e muitas são as razões que o justificam, sendo que um dos argumentos mais comuns para a falta de fontes escritas para aquela época tenham sido as efectivas marcas destrutivas das diversas incursões na região, durante as invasões francesas, no início do século XIX, o que terá feito desaparecer muitos dos testemunhos arqueológicos, iconográficos e manuscritos da época.

A região do Nordeste alentejano foi também referenciada em fontes árabes, nomeadamente em documentação produzida por geógrafos. A vasta região que na época islâmica se situava, *grosso modo*, entre Santarém, a oeste, o rio Tejo, a norte, Évora, a sul e Badajoz a leste, não era muito referenciada pelos geógrafos árabes; ainda assim, existem alguns documentos que, de qualquer modo, trazem alguma informação, tais como a *Crónica del Moro Rasis*[15] (1975,86-87) e obras de Ibn Hawqal[16] e de al- Idrîsî[17]. Segundo o que foi transmitido por estas fontes, o termo da Egitânia repartia-se pelas duas margens do Tejo e dele faziam parte duas fortalezas no actual nordeste alentejano: Marvão e Arronches. Apesar da não existência de grandes núcleos urbanos nesta área, actualmente alentejana, nem por isso ela terá deixado de ser uma zona de intercâmbios entre as zonas mais a ocidente e as mais a oriente do Gharb al-Andalus; ao mesmo tempo, algumas das suas fortificações terão também desempenhado um papel castrense significativo, principalmente em épocas de crise, pois ainda no século XI a Taifa de Badajoz teve de suster as investidas dos cristãos de Castela e também no século XII, quando estiveram na linha da frente contra os ataques de D. Afonso Henriques. Afirma-se, porém, que "no século XII, a zona onde se desenvolveu a vila de Portalegre, mais não seria do que uma região despovoada, aberta às incursões do norte do Tejo e às investidas da moirama e a sua reedificação e povoamento solidifica-se a partir do século XIII".[18]

## A METODOLOGIA

A previsão da concretização do projecto em curso é de quatro anos, divididos num total de oito semestres. A fase de pesquisa e de identificação da documentação está prevista ser concretizada nos quatro primeiros semestres da investigação. Esta fase de trabalho de campo requer diversas deslocações no país e em Espanha, incluindo visitas aos arquivos nacionais, distritais, municipais e eclesiásticos, que se encontram na região em estudo ou em zonas contíguas.

A análise e o tratamento de dados serão realizados durante o período aproximado de dois anos, que corresponderá à fase mais morosa do processo, dada a sua complexidade e diversidade. Tendo em conta a natureza e a especificidade da documentação, uma vez que abrange o período medieval e moderno, o recurso à Paleografia é im-

[14] A maioria dos artigos e publicações de âmbito local constam da Base de Dados Bibliográfica HEMERA.
[15] A *Crónica do Mouro Rasis,* tradicionalmente entendida como repositório das descrições do famoso historiador e geógrafo cordovês al-Râzi, foi traduzida para português por ordem do rei D. Dinis. Tendo-se perdido a versão original, restaram as cópias castelhanas da mesma tradução, com as quais Diego Catalán e Maria Soledad de Andrés elaboraram a referida edição multitextual.
[16] Ibn Hawqal, *Configurácion del mundo*, siglo X, tradução e índices por Maria José Romani Suay (Valencia: Anubar Ediciones, 1971).
[17] Al-Idrīsī, *Geografía de España*, ed. de Antonio Ubieto Arteta (Valencia: Anúbar Ediciones, 1974).
[18] José Dias Heitor Patrão*, Portalegre, Fundação da Cidade e do Bispado Levantamento e progresso da Catedral* (Lisboa: Colibri, 2007), 87.

prescindível, porque um considerável volume da mesma não se encontra transcrita, o que implicará sempre um período de trabalho adicional. A fase correspondente à elaboração dos anexos tem de ser levada em conta, por constituir uma boa parte complementar da tese, pelo que contempla a duração de pelo menos 2 semestres. A conclusão e as revisões integrais dos textos deverão estar concluídas no último semestre. Todas as fases serão complementadas com leituras gerais e específicas sobre os temas a abordar e haverá necessidade de reservar alguns dos períodos para a elaboração de relatórios e revisões de textos.

As principais fontes a utilizar neste estudo são fontes manuscritas, impressas e a bibliografia. As fontes para este estudo baseiam-se sobretudo na documentação das chancelarias régias, na documentação municipal, na documentação eclesiástica e na correspondência entre reinos que se encontra em arquivos de Portugal e Espanha. A tipologia da documentação é diversa, como o próprio tema o exige, pois não abunda documentação para a região em estudo, sobretudo para o período cronológico da investigação. Em termos quantitativos, a maior parte das fontes encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, dispersa pelas Chancelarias Régias, pelas Gavetas, pelas Cadernetas, pelo Núcleo Antigo e pela Mesa de Consciência e Ordens. Os arquivos a consultar são vários em Portugal e em Espanha, nomeadamente: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, Arquivo Distrital de Portalegre, Arquivo Histórico Municipal de Elvas, Arquivo Histórico Municipal de Marvão, Arquivo Histórico Municipal de Nisa, Arquivo Histórico da Casa de Bragança, em Vila Viçosa, Arquivo Histórico Municipal de Vila Viçosa, Arquivo Histórico Municipal de Castelo de Vide e Arquivo Histórico Municipal de Monforte. Em Espanha: Arquivo Histórico Militar de Madrid, Arquivo Nacional de Simancas, em Valladolid, Arquivo Provincial de Badajoz, Arquivo Histórico Municipal de Badajoz, Arquivo Histórico Municipal de Cáceres, Arquivo Capitular de Cória-Cáceres, Arquivo da Arquidiocese Mérida-Badajoz e Arquivo Histórico Municipal de Albuquerque. O confronto com a bibliografia, sobretudo castelhana, será sempre um recurso complementar, para colmatar as lacunas eventualmente deixadas pela documentação ou pela bibliografia portuguesa. A análise das fontes será quantitativa, mas também qualitativa, sendo neste caso a qualitativa a mais relevante para o estudo. Os dados recolhidos são colocados para tratamento numa base de dados, em Excel e Access. Os campos a preencher e a informação a recolher serão seleccionados por topónimos, cronologia e tipologia da documentação. Será considerada a utilização de métodos de pesquisa de outras ciências, como a Cartografia e os SIG – Sistemas de Informação Geográfica.

A problemática e as hipóteses relacionam-se ainda com outras áreas das ciências sociais, nomeadamente com a Geografia e com a Arqueologia.

Os resultados dos trabalhos de Arqueologia têm vindo a ser obtidos nesta região, na sua maioria coordenados pelo arqueólogo Jorge Oliveira, e têm sido extraordinários em termos quantitativos. O período medieval é aquele para o qual recentemente se têm encontrado mais vestígios arqueológicos, sobretudo elementos de importância industrial, que contribuem para caracterizar o povoamento da região, nomeadamente lagares, moinhos, pias, sepulturas antropomórficas e mesmo estruturas defensivas amuralhadas, que fazem denotar, por exemplo, períodos de convulsões.

Em termos de eixo de organização do território, encontra-se em plena escavação a cidade romana de Ammaia, que impulsionou o povoamento em terrenos férteis no vale, mas que passou na Idade Média para as zonas altas da serra, locais dispersos e de difícil acesso. Esta articulação da inversão da ocupação do espaço, não está estudada, uma vez que os rios e a serra foram sempre elementos constantes da centralidade territorial e foram responsáveis ao longo dos séculos pela fixação das gentes, assim como o foi o interesse pela exploração de recursos minerais.

Ao nível da Geografia, a cartografia, nomeadamente a histórica, será o suporte mais necessário e de maior utilidade como ferramenta de trabalho e como recurso metodológico a explorar, sendo que as Cartas Militares do Instituto Geográfico do Exército serão uma base de trabalho fundamental. Os trabalhos elaborados por geógrafos, na Península Ibérica, nomeadamente na Extremadura Espanhola e Alentejo são os que se

apresentam com mais relevância neste campo para o estudo em questão.

Por fim, não gostaria de terminar sem expressar um agradecimento, à organização do WEM 2012 e ao GIHM – Grupo de Investigação de História Medieval da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que em muito têm contribuído e garantido uma crescente dinâmica, qualidade e incentivo ao estudo da investigação da História Medieval

ANEXO – IMAGENS

Imagem 1 – Província do Alentejo
Fonte: Provincia do Alentejo [Material Cartográfico / sculp. Laurent. – Escala [ca. 1:1100000]. – [S.1.s.n.,17--].

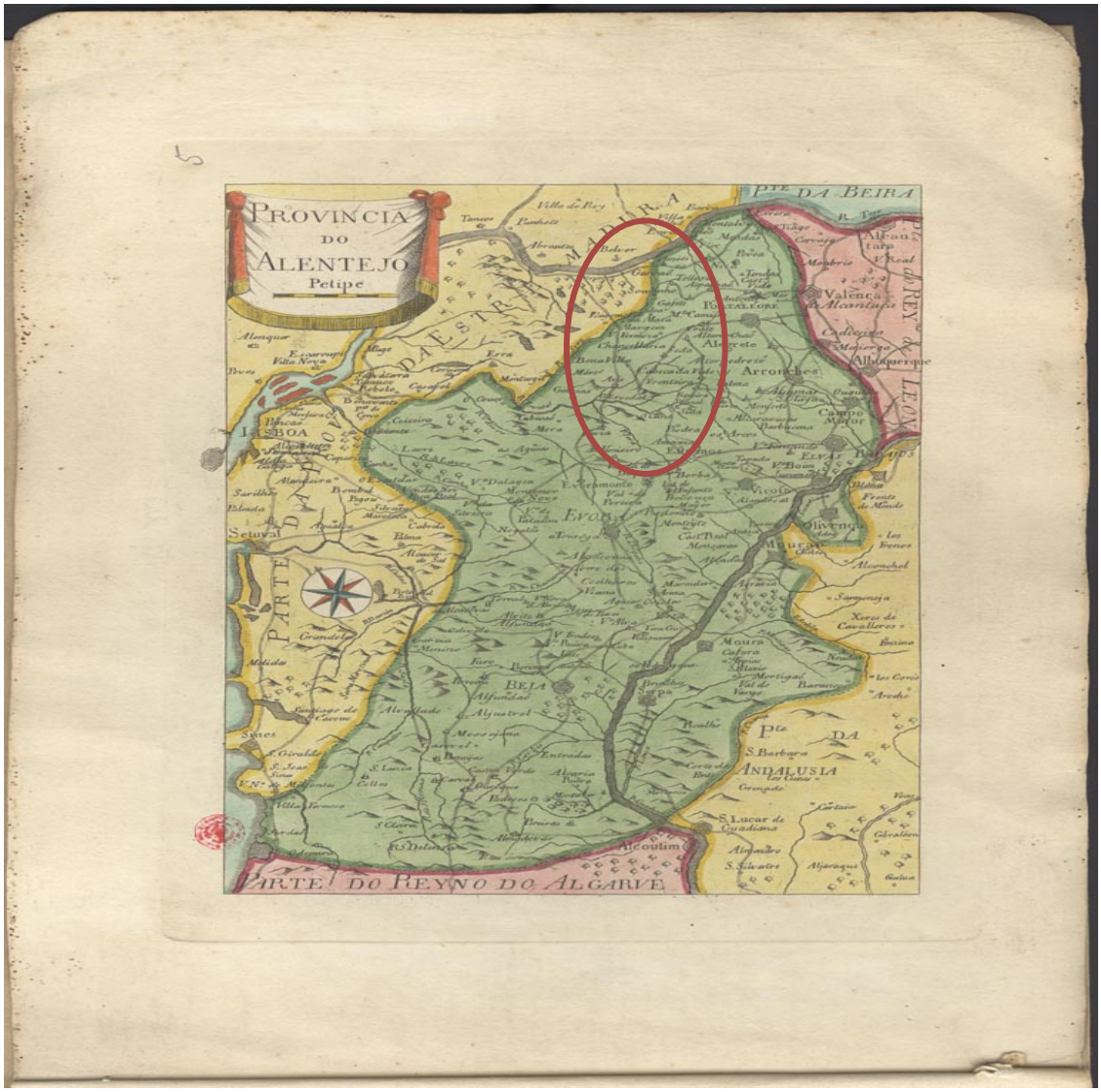



Imagem 2 – Atlas geográfioc das províncias do reino de Portugal e do Algarve
ATLAS GEOGRAFICO DAS PROVINCIAS DO REINO DE PORTUGAL E ALGARVE Atlas geográfico das províncias do reino de Portugal e Algarve [Material cartográfico. - [Lisboa: s.n.], CARPINETTI, João Silvério, 1740.

# 4

## As Ordens Militares na cultura escrita da Nobreza (1240-1380). Representações nas cantigas de escárnio e de maldizer e nos nobiliários medievais portugueses*

Cláudio Neto
Instituto de Estudos Medievais - FCSH-UNL

Resumo

Apresentação do projecto de dissertação de mestrado em História Medieval intitulada *As Ordens Militares na cultura escrita da Nobreza (1240-1380). Representações nas cantigas de escárnio e de maldizer e nos nobiliários medievais portugueses*. Partindo da renovação da historiografia sobre Ordens Militares, são apresentados alguns dos problemas e potencialidades colocados pelos estudos sobre representações das milícias. Propondo-se esclarecer a valorização das milícias religiosas no seio da ideologia da Nobreza medieval portuguesa, o presente projecto debruçar-se-á sobre as representações dos freires presentes quer no repertório satírico dos trovadores galego-portugueses, quer nos três nobiliários medievais portugueses. Introduzem-se os materiais a analisar, bem como alguns dos problemas inerentes aos seus contextos de produção, necessariamente dependentes da estrutura da Nobreza medieval portuguesa dos séculos XIII e XIV.

Abstract

This text presents the master dissertation project in Medieval History titled *The military orders in the nobility's written culture (1240-1380). Representations in the cantigas de escárnio e de maldizer and in the Portuguese medieval lineage books*. Recent advances on the Military Orders' historiography have shown the importance and potential of studies dedicated to the views of the medieval society in relation to the religious militias. Following this trend, this research project intends to analyse both the satires produced by the Galician-Portuguese troubadours and the three Portuguese medieval lineage books. Through this analysis it is expected a better understanding of the views of the medieval Portuguese nobility about the religious militias. The article introduces the materials to be worked, as well as some of the inherent problems related to their production contexts, which necessarily depend on the structure of the Portuguese medieval nobility of the 13th and 14th centuries.

### COORDENADAS DE PARTIDA

Em 1985, em *Identificação de um País*, José Mattoso adiantava a hipótese de que um dos elementos difusores da ideologia de cavalaria na Península Ibérica seria a presença e acção das Ordens Militares neste espaço.[1] Na mesma passagem, referia a incapacida-

* O presente texto resulta da comunicação apresentada a 30 de Abril de 2010 ao Workshop de Estudos Medievais (WEM) 2010, decorrido na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. À data, assumia-se como uma exploração preliminar das linhas orientadoras da dissertação de mestrado do autor. As vicissitudes da publicação determinam que este trabalho venha a público já depois da conclusão da referida dissertação, pelo que muito do que aqui se encontra redigido tenha sido alvo de reformulação no produto final desta investigação. Por outro lado, algumas das considerações aqui tecidas foram também alvo de revisão decorrente do aprofundamento da pesquisa bibliográfica e da publicação de trabalhos posteriores. Foi tomada a opção de manter o texto idêntico ao da redacção original de modo a manter o objectivo com que foi elaborado: o da apresentação de um projecto de dissertação de mestrado. Do presente projecto resultou

de de determinar esta hipótese com rigor devido à escassez de estudos que se debruçassem sobre aquilo a que chamou *ambiente cultural* próprio destes institutos.

À altura, o panorama geral dos estudos acerca das Ordens Militares em âmbito português mostrava-se incipiente. Hoje, volvidos mais de vinte e cinco anos, o estudo deste tema ganhou fôlego, muito incentivado pelos trabalhos desenvolvidos quer na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, quer pelo Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago, sediado em Palmela. Duas iniciativas regulares, a revista *Militarium Ordinum Analecta*[2] e os *Encontros sobre Ordens Militares* em Palmela[3] (com a subsequente publicação das suas actas), atestam o vigor dos estudos sobre as milícias religiosas em Portugal e a sua crescente dimensão internacional.

As iniciativas citadas não esgotam a investigação acerca destes institutos em Portugal. São antes um bom barómetro para a compreensão das linhas de força da mesma, que tem vindo a debruçar-se principalmente sobre as questões relacionadas com o património, a normativa, a administração, as relações entre as Ordens e os outros poderes e, mais recentemente, com a composição humana das mesmas.[4] Algumas tentativas de síntese sobre o tema foram já gizadas, fazendo ponto da situação e procurando um enquadramento global. Neste âmbito, refira-se o artigo de Luís Adão da Fonseca, no *Dicionário de História Religiosa de Portugal*[5], primeiro esforço de síntese sobre o tema, se bem que condicionado pela produção historiográfica disponível à data – maioritariamente relacionada com os problemas do estabelecimento destes institutos, ou com o estudo dos mesmos na baixa medievalidade e na transição para o período moderno.[6] Refiram-se, por outro lado, outros esforços de síntese mais recentes. Um deles, levado a cabo por Luís Filipe Oliveira, em 2005, na secção sobre Ordens Militares da obra *Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento*[7], e outro, do mesmo au-

---

a elaboração da dissertação intitulada *As Ordens Militares na cultura escrita da Nobreza - 1240-1350. Representações nas cantigas de escárnio e de mal dizer*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, elaborada sob a orientação do Prof. Doutor Bernardo Vasconcelos e Sousa e do Prof. Doutor Luís Filipe Oliveira (Novembro 2012). No âmbito desta advertência, cabe ainda aqui prestar os devidos agradecimentos ao Professor Doutor José Carlos Miranda e ao Mestre Armando de Sousa Pereira pelas críticas e sugestões que fizeram ao presente artigo no decorrer dos trabalhos do WEM 2010.

[1] José Mattoso, *Identificação de um País. Oposição*, 103 (Lisboa: Círculo de Leitores, 2001).

[2] Esta revista, dirigida por Luís Adão da Fonseca e apoiada pela Fundação Eng. António de Almeida, conta já com onze números, abarcando estudos acerca de todas as Ordens Militares presentes em solo português.

[3] As Ordens Militares em Portugal. Actas do I Encontro sobre Ordens Militares, coord. Paulo Pacheco; Luís Pequito Antunes (Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 1991); As Ordens Militares em Portugal e no Sul da Europa. Actas do II Encontro sobre Ordens Militares, coord. Isabel Cristina F. Fernandes; Paulo Pacheco (Lisboa: Colibri/Câmara Municipal de Palmela, 1997); Ordens Militares. Guerra, Religião, Poder e Cultura. Actas do III Encontro sobre Ordens Militares, coord. Isabel Cristina F. Fernandes, 2 vols. (Lisboa: Colibri/Câmara Municipal de Palmela, 1999); As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental. Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares, coord. Isabel Cristina F. Fernandes (Lisboa: Colibri/Câmara Municipal de Palmela, 2005); As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente. Actas do V Encontro sobre Ordens Militares, coord. Isabel Cristina F. Fernandes (Palmela: Câmara Municipal/GEsOS, 2009).

[4] A este respeito, veja-se Luís Filipe Oliveira, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores. As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)* (Faro: Imprensa da Universidade do Algarve, 2009).

[5] Luís Adão da Fonseca, "Ordens Militares" in *Dicionário de História Religiosa de Portugal (J-P)*, dir. Carlos Moreira de Azevedo, 334-344 (Lisboa: Círculo de Leitores, 2001).

[6] Este contributo foi dado sobretudo pelos seguintes trabalhos: Isabel Luísa Morgado de Sousa e Silva, "A Ordem de Cristo durante o Mestrado de D. Lopo Dias de Sousa (1373-1417)" *in Militarium Ordinum Analecta. As Ordens Militares no Reinado de D. João I*, n.º 1, 5-126 (Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1997); Maria Cristina Gomes Pimenta, "A Ordem Militar de Avis (Durante o Mestrado de D. Fernão Rodrigues de Sequeira)" in *Militarium Ordinum Analecta. As Ordens Militares no Reinado de D. João I*, n.º 1, 127-242; António Maria Falcão Pestana de Vasconcelos, "A Ordem Militar de Cristo na Baixa Idade Média: espiritualidade, normativa e prática" in *Militarium Ordinum* Analecta, n.º 2, 5-92 (Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1998); Isabel Maria Lago Barbosa, "A Ordem de Santiago em Portugal na Baixa Idade Média: normativa e prática" in *Militarium Ordinum Analecta*, n.º 2, 98-288; Paula Pinto Costa, "A Ordem Militar do Hospital em Portugal: Dos Finais da Idade Média à Modernidade" in *Militarium Ordinum Analecta*, n.º 3/4, pp. 5-592 (Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1999/2000).

[7] Luís Filipe Oliveira, "Ordens Militares" in *Ordens Religiosas em Portugal. Das origens a Trento – Guia*

tor, em colaboração com Isabel Cristina Fernandes, dedicado às milícias religiosas em solo português, também de 2005, publicado na obra *As Ordens Militares na Europa Medieval.*[8]

A importância da publicação destas duas tentativas de formular uma visão de conjunto sobre o tema deve ser entendida no quadro da pujança atingida pelos estudos sobre Ordens Militares em Portugal. A inclusão de uma entrada sobre o assunto no *Guia de Ordens Religiosas*[9] revela o desenvolvimento e o reforço do interesse sobre esta temática no seio dos estudos de história religiosa. Por outro lado, a inclusão de um artigo de síntese dedicado ao caso português na obra coordenada por F. Novoa Portela e por C. de Ayala Martínez[10], revela a conquista de um lugar relevante no seio da historiografia europeia sobre estes institutos pelos académicos portugueses.

## APROXIMAÇÕES A UMA HISTÓRIA CULTURAL DAS ORDENS MILITARES

Resiste, ainda, uma lacuna relativa aos estudos sobre o ambiente cultural das Ordens Militares para o período que medeia o início do reinado de D. Afonso III e o advento da dinastia de Avis. Esta ausência é muito motivada pela escassez de fontes directas que permitam ao investigador aceder a este tema. Como se sabe, a ter existido, a cronística medieval das Ordens Militares em solo português encontra-se desaparecida, factor que constitui o primeiro entrave para a investigação neste rumo. Porém, conhecem-se já alguns materiais que podem fornecer pistas para o desencadear de um inquérito mais aprofundado sobre esta questão.

Quanto à hipotética tradição cronística medieval das Ordens Militares, o testemunho mais emblemático consiste na chamada *Crónica da Conquista do Algarve*, vestígio de uma provável *Crónica de Paio Peres Correia*[11], inserida na *Crónica de 1419*. Mas a actividade cultural relacionada com as milícias encontra outros ecos, como o da recepção da *Matéria da Bretanha* em Portugal, que Ivo Castro relacionou, através do *Livro de José de Arimateia*, com a actividade cultural de João Vivas, freire da Ordem de Santiago.[12] Há também que relembrar o conjunto de epígrafes relacionadas com as milícias religiosas, do qual as lápides funerárias de Gualdim Pais e de Afonso Peres Farinha, ambas editadas por Mário Jorge Barroca[13], servem de bom exemplo.

Relativamente à relação das milícias com a actividade dos trovadores galego-portugueses, é importante relembrar a importância de Fernando Afonso, bastardo de D. Afonso Henriques e Grão-Mestre Hospitalário, nos contactos estabelecidos entre as Cortes do Nordeste peninsular – nomeadamente a dos Cameros – e alguns trovadores occitânicos.[14] Por outro lado, é necessário chamar à atenção para um dado já enunciado por António Resende de Oliveira no seu apêndice prosopográfico a *Depois do Espectáculo Trovadoresco* e também sublinhado por Philippe Josserand: pondera-se a hipóte-

---

*Histórico*, dir. Bernardo Vasconcelos e Sousa, 453-502 (Lisboa, Horizonte, 2005).

[8] Isabel Cristina Fernandes; Luís Filipe Oliveira, "As Ordens Militares no Reino de Portugal" in *As Ordens Militares na Europa Medieval*, coord. Feliciano Novoa Portela e Carlos de Ayala Martínez, 136-165 (Lisboa: Chaves Ferreira, 2005).

[9] Vide supra, nota 7.

[10] Vide supra, nota 8.

[11] A este respeito, veja-se Luís Krus, "Crónica da Conquista do Algarve" in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, org. e coord. de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavanni, 176 (Lisboa: Caminho, 1993).

[12] Cf. Ivo Castro, "Sobre a data da introdução na Península Ibérica do Ciclo Arturiano da Post-Vulgata" in *Boletim de Filologia*, t. XXVIII, 81-98 (Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 1983). Sobre esta problemática, veja-se ainda: Ivo Castro, *Livro de José de Arimateia (estudo e edição do cód. ANTT 643)*, diss. Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Coimbra: 1984); José Carlos Miranda, *A Demanda do Santo Graal e o ciclo arturiano da Vulgata* (Porto: Granito, 1998); José Carlos Miranda, *Galaaz e a Ideologia da Linhagem* (Porto: Granito, 1998).

[13] Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, III vols. (Porto: Gulbenkian/FCT, 2000) [epígrafes n.º 203 (vol. II, t. 1, 522-527) e n.º 398 (vol. II, t. 1, 1024-1025)].

[14] Cf. José Carlos Miranda, Aurs Mesclatz ab Argen. Sobre a primeira geração de trovadores galego-portugueses, 53-54 (Porto: Guarecer, 2004).

se de o trovador Rui Gomes, o Freire, autor de duas cantigas de amor, ser um freire da Ordem de Avis – concretamente, Rodrigo Gomes, testemunha da doação dos bens de Seia à Ordem de Avis pela rainha D. Mafalda, em 1215.[15] Estas duas evidências parecem apontar para o envolvimento de alguns freires neste fenómeno cultural, hipótese a necessitar de futuro esclarecimento.

A escassez e dispersão destes e de outros vestígios constituem, porém, um obstáculo para o desenvolvimento da investigação neste sentido. Com isto em mente, são necessárias abordagens que permitam intuir a aplicação do modelo de espiritualidade próprio das milícias – a *cavalaria religiosa*[16] –, de forma a esclarecer a implicação desta forma de vida na criação de modalidades culturais próprias das Ordens Militares. Na ausência de testemunhos directos, a exploração do impacto causado na restante sociedade medieval pela existência destes institutos tem-se provado um método eficaz para o acesso a informações relativas ao lugar ocupado pelos freires na mundividência dos agentes culturais. Neste sentido, existem já estudos dedicados à observação e interpretação da *imagem* dos freires. Refiro-me, em primeiro lugar, aos trabalhos de Helen Nicholson sobre a imagem dos templários, hospitalários e teutónicos na Europa entre 1128 e 1291 e sobre as representações destes na épica medieval e no romance entre 1150 e 1500.[17] Em segundo lugar, é necessário referir a primeira parte da tese de doutoramento de Philippe Josserand[18], dedicada à aferição das mutações e permanências das representações das milícias religiosas na sociedade castelhana entre 1252 e 1369. Salientem-se também os trabalhos de Damien Carraz que tiveram em conta a importância do retrato das Ordens Militares e da Cruzada traçado nas composições dos trovadores Provençais.[19]

A atenção prestada por estes investigadores às representações das Ordens Militares feitas quer por elas próprias – fenómenos de auto-representação[20] –, quer por terceiros, veio demonstrar que este trilho de pesquisa constitui um filão que permite obter respostas a questões ainda não se encontram suficientemente esclarecidas pela historiografia. O estudo das representações, campo privilegiado da corrente pós-moderna[21], permite ao investigador lidar não só com a escassez de vestígios directos, mas também, através da sondagem das projecções do seu objecto de estudo noutros agentes históricos, compreendê-lo no âmbito da inserção num determinado contexto

---

[15] Cf. António Resende de Oliveira, Depois do Espectáculo Trovadoresco. A estrutura dos cancioneiros peninsulares e as recolhas dos séculos XIII e XIV, 432 (Lisboa: Colibri, 1994). Veja-se também Philippe Josserand, Église et Pouvoir dans la Péninsule Ibérique. Les Ordres Militaires dans le Royaume de Castille (1252-1369), 190 (Madrid: Casa de Velázquez, 2004).

[16] Para a compreensão e esclarecimento deste conceito, veja-se Malcom Barber, *The New Knighthood. A History of the Order of the Temple*, 38-63 (Cambridge: Cambridge University Press, 1995); Luís Filipe Oliveira, "Ordens Militares", 455-460; Carlos de Ayala Martínez, *Las ordenes militares hispânicas en la Edad Media (siglos XII-XV)*, 13-53 (Madrid: Marcial Pons/La Torre Literaria, 2007); Luís García-Guijarro Ramos, *Papado, Cruzadas y órdenes militares, siglos XI-XIII*, 63-100 (Madrid: Cátedra, 2010).

[17] Helen Nicholson, Templars, Hospitallers and and Teutonic Knights. Images of the Military Orders, 1128-1291 (Leicester/London/New York: Leicester University Press, 1995); Helen Nicholson, Love, War and the Grail. Templars, Hospitallers, and Teutonic Knights in Medieval Epic and Romance. 1150-1500 (Boston/Leiden: Brill, 2004).

[18] Philippe Josserand, *Église et Pouvoir*, 15-228. Veja-se também Philippe Josserand, "En crise de raison d'être? Critiques et contestation des Ordres Militaires dans la Castille des XIII$^{e}$ et XIV$^{e}$ siècles" in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente. Actas do V Encontro sobre Ordens Militares*, coord. Isabel Cristina F. Fernandes, 235-259 (Palmela: Câmara Municipal/GEsOS, 2009).

[19] Damien Carraz, *L'Ordre du Temple dans l abasse valée du Rhône (1124-1312). Ordres Militaires, croisades et sociétés méridionales*, 395-418 (Lyon: PUL, 2005); Damien Carraz, "Ordres militaires, croisades et sentiments politiques chez les troubadours. Le cas de la Provence au XIII$^{e}$ siècle" in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental. Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares*, coord. Isabel Cristina F. Fernandes, 993-1011 (Lisboa: Colibri/Câmara Municipal de Palmela, 2005).

[20] Entenda-se, neste caso, todas as formas que cada uma das Ordens Militares têm de se fazer representar, sintetizando a instituição em símbolos como o hábito, os selos apostos nos documentos ou a heráldica. Estas formas devem ser entendidas no quadro de afirmações de solidariedade colectiva e de projecção de poder para o exterior.

[21] Cf. Peter Burke – *What is Cultural History?*, 2$^{nd}$ ed., 64-69, 77-101 (Cambridge: Polity, 2008).

histórico.

No caso das milícias religiosas, os trabalhos têm prestado atenção às representações construídas por agentes eclesiásticos e aristocráticos, no âmbito da cultura da Igreja e da emergente cultura profana. Tendo em conta um leque alargado de fontes, das quais as fontes literárias são um dos elementos privilegiados[22] – crónicas de matriz eclesiástica, nobiliárquica ou régia, poesia trovadoresca, épica medieval, romances de cavalaria – demonstrou-se ser possível aceder a um conjunto de informações capazes de fornecer dados importantes no esclarecimento de problemas historiográficos como o da extinção dos Templários, o do relacionamento destas Ordens com os restantes poderes e corpos sociais, as motivações da constituição do seu património, a valorização do seu *munus* espiritual pela restante Cristandade, o esclarecimento de preconceitos historiográficos relativos à ideia de decadência e secularização da espiritualidade militar cristã, entre outros.

OBJECTIVOS

Conforme sugere Helen Nicholson: "(...) we can say that, unlike the documentary sources and many of the chronicles, literary works were written to apeal to some part of the laity, and so give a general impression of their attitudes and expectations. Hence the skilful historian can draw a great deal from literary sources wich could never be learned from the supposedly more 'factual' sources."[23] Seguindo este princípio, a investigação agora em curso procurará compreender a maneira como as Ordens Religioso-Militares presentes em solo português foram percepcionadas e integraram o *discurso* da Nobreza medieval portuguesa, num período balizado, sensivelmente, entre 1240 e 1380. Para este efeito, utilizarei as referências aos freires presentes em dois tipos distintos de fonte: as cantigas de escárnio e de mal dizer pertencentes ao repertório trovadoresco do ocidente peninsular[24] e os nobiliários medievais portugueses: o *Livro Velho de Linhagens*, o *Livro do Deão*[25] e o *Livro de Linhagens do conde D. Pedro*.[26] O estudo deste aspecto da mundividência aristocrática portuguesa poderá servir não só para compreender melhor a mecânica das interacções entre o modelo de vida religiosa dos freires e o *ethos* nobiliárquico, como também para aflorar novos dados que contribuam para a compreensão das relações entre a Nobreza e as Ordens, quer nos aspectos do patrocínio destes institutos, quer nos aspectos de ingresso nas mesmas. No campo espiritual, será também importante prestar atenção ao peso que estes institutos detinham na economia das almas para a Nobreza e de que modo a sua forma de vida religiosa permaneceu importante neste campo ao longo do tempo. Por outro lado, no campo político, o estudo das representações poderá trazer a lume novos dados que permitam compreender as relações entre as Ordens Militares e os restantes poderes, nomeadamente na área dos alinhamentos políticos dos freires face aos posicionamentos políticos da aristocracia.

A presença de representações das Ordens Militares nos nobiliários medievais já foi detectada por Bernardo Vasconcelos e Sousa na sua comunicação apresentada ao IV Encontro sobre Ordens Militares de Palmela, realizado em 2002.[27] Menos visível para

[22] Mas não os únicos; os trabalhos destes investigadores tomaram um leque variado de vestígios, abrangendo desde a documentação diplomática à sigilografia, passando pela iluminura, pela escultura e pela tumulária.

[23] Helen Nicholson, Templars, Hospitallers and and Teutonic Knights, 9.

[24] Encontram-se já publicadas, em duas edições: Cantigas d'Escarnho e de Mal Dizer dos Cancioneiros Medievais Galego-Portugueses, ed. Manuel Rodrigues Lapa (Lisboa: Sá da Costa, 1995); Cantigas de Escárnio e de Maldizer dos Trovadores e Jograis Galego-Portugueses, ed. Graça Videira Lopes (Lisboa, Estampa, 2002).

[25] Ambos editados com estudos introdutórios: *Livros Velhos de Linhagens*, eds. Joseph Piel e José Mattoso (Lisboa: Academia das Ciências, 1980).

[26] *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, ed. José Mattoso (Lisboa, Academia das Ciências, 1980).

[27] Bernardo Vasconcelos e Sousa, "As Ordens Militares nos Nobiliários Medievais Portugueses" in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental*, 623-630.

os investigadores tem sido a presença das milícias religiosas no âmbito da poesia trovadoresca, na qual é possível encontrar, pelo menos, dezasseis cantigas de escárnio e de mal dizer relacionadas com o universo dos freires.[28]

É importante salientar que uma parte significativa dos trovadores que deixaram vestígios de contestação dirigidos aos freires pertence a círculos aristocráticos ou próximos da Corte régia.[29] Perante este aspecto, surge a ideia de que a preocupação com a crítica destes institutos está intimamente relacionada com as interacções entre o grupo da aristocracia guerreira e cortesã e os freires. Ora, tendo isto presente, não se poderá deixar de reflectir relativamente a uma maior ou menor proximidade entre as milícias e o grupo social dominante, quer se pense em termos de proximidade física e material (ingresso nas Ordens, patrocínio, presença em teatros de operações militares), quer em termos de proximidade ideológica (vocação guerreira, ambiente cavaleiresco, espiritualidade nobiliárquica).

## PROBLEMATIZAÇÃO

Tendo já situado a minha investigação no panorama bibliográfico existente relativo ao estudo das representações das Ordens Militares e apresentado o material empírico a empregar, procurarei agora uma problematização de algumas questões relevantes à apresentação do projecto de dissertação. O estudo terá como horizonte cronológico o período situado entre a actividade da segunda geração de trovadores galego-portugueses e a última refundição do *Livro de Linhagens do conde D. Pedro* antes da crise sucessória de 1383-1385.

Por cultura escrita da Nobreza entendem-se os testemunhos escritos legados, significativos da ideologia nobiliárquica portuguesa neste âmbito cronológico. Nesta definição, as cantigas de escárnio colocam-nos desde logo o problema de serem uma manifestação cultural cujo objectivo não era o da reprodução escrita, mas sim o da vivência oral e musical cortesã.[30] Se o papel da escrita no processo de composição das cantigas foi já minimamente esclarecido, demonstrando a importância da mesma na elaboração e circulação das composições, a impossibilidade de reconstituirmos totalmente o ambiente da *performance* poético-musical trovadoresca leva, desde logo, a perceber-se o grau de descontextualização que estas fontes, em particular, sofrem quando se procura a sua interpretação. Restando apenas os textos, o trabalho de análise prender-se-á sobretudo à tentativa de fixação do seu sentido, procurando aí situar-se a valorização atribuída às milícias e aos homens que as compunham no seio da sátira trovadoresca.

---

[28] As quais são "Nom é Amor em cas d'e[l] Rei" (B 1525), de Gil Peres Conde; "Ua dona foi de pram" (V 1003) e "Abadessa, Nostro Senhor" (V 1005), de Gonçalo Eanes do Vinhal; "Dom Vuiturom, o que vos a vós deu" (V 1023), de João Soares Coelho; "Chegou Paio de más artes" (B 1600; V 1132), de Pero Mendes da Fonseca; "Joham Fernándiz, aqui é chegado" (B 1544), de Rui Gomes de Briteiros; "Comendador u m'eu quitei" (B 1438; CV 1050) e "Meu senhor, se vos aprouguer" (B 1440; V 1048) de Rui Pais de Ribela; "Rei D. Afonso, se Deus vos Pardom," (B 1512), de Vasco Gil com Afonso X; "Pero Martiis, ora por caridade" (V 1020), de Vasco Gil com Pero Martins; "Os d'Aragom, que soem donear" (B 1623, V 1157), de Caldeirom; "Pois cata per u m'esp[r]eite" (B 1314; CV 919) e "O caparom de marvi" (B 1322; V 927), de Estêvão da Guarda; "O que seja no pavio" (B 1327; V 933), de João Fernandes de Ardeleiro; "Os privados, que d'el-Rei ham," (V 1038) e "Um cavaleiro havia" (V 1039), do conde Pedro Afonso de Barcelos.

[29] Veja-se o apêndice prosopográfico na obra já citada de António Resende de Oliveira. Por outro lado, é muito importante prestar-se atenção aos núcleos onde os diferentes autores das cantigas supracitadas se incluem na estrutura dos cancioneiros peninsulares, uma vez que assim se poderá ter maior intuição do ambiente cultural das composições. Assim, Rui Gomes de Briteiros é um dos trovadores incluídos no primeiro cancioneiro aristocrático ou *Cancioneiro de Cavaleiros*: Cf. António Resende de Oliveira, *Depois do espectáculo trovadoresco*, 256-259; já João Soares Coelho, Gonçalo Eanes do Vinhal, Gil Peres Conde, Rui Pais de Ribela e Vasco Gil encontram-se incluídos no segundo cancioneiro aristocrático: idem, 259-262; Estêvão da Guarda é um dos autores cujas composições se encontram num cancioneiro individual – o *Cancioneiro de Estêvão da Guarda*: idem, 273-275; o bastardo Pedro Afonso, conde de Barcelos, terá sido o mais provável responsável pela compilação geral de meados do século XIV: idem, 275-281.

[30] Cf. António Resende de Oliveira, *Depois do espectáculo trovadoresco*, 155 e ss..

As compilações de cantares testemunham-nos a existência do fenómeno trovadoresco, mas também são indício da sua decadência no final da primeira metade de Trezentos, já que a sua passagem a escrito, pela mão dos compiladores, foi realizada tendo como objectivo a sua preservação, num meio que já não possuía a dinâmica necessária à reprodução desta manifestação cultural.[31] Doutro modo, a passagem a escrito dos nobiliários, incluindo não só as genealogias, mas também pequenas narrativas acopladas ao registo genealógico, evidencia a necessidade sentida pelos membros da Nobreza da passagem a escrito e reelaboração das suas memórias e tradições familiares com o objectivo de reforçar os laços de solidariedade entre a Nobreza face às investidas do poder régio.[32]

Esta investigação situa-se, deste modo, no âmbito de uma cultura nobiliárquica que se debate no campo da passagem de uma cultura essencialmente oral, nas suas manifestações lúdicas e memorialistas, para uma cultura assente num suporte escrito.[33] É este processo que estrutura e que permite ao historiador actual aceder a um conjunto de vestígios que podemos compreender enquanto *discurso* da Nobreza. A composição de textos de carácter satírico e das memórias linhagísticas da Nobreza portuguesa deste período constituem fenómenos de afirmação de um *ethos* próprio deste corpo social, codificado em textos de âmbito cortesão, cuja função é atribuir a cada indivíduo um código de conduta e de comportamento, padrões de demonstração da superioridade aristocrática e definir claramente o lugar de cada um na estrutura interna da Nobreza.[34]

Neste âmbito, parecem-me determinantes as considerações de Foucault acerca da estruturação dos discursos, no seu texto *L'ordre du discours*[35], no sentido em que estes são, não só, evidência de tensões, fracturas e processos de estruturação e reestruturação dos corpos sociais, como também são eles próprios instrumentos e veículos destes fenómenos. O processo de selecção de cantigas e sua passagem a escrito, bem como as evidências de uma crítica dos autores e das produções já na época da composição e de compilação torna esta ideia bem visível. O mesmo se poderá dizer dos nobiliários, uma vez que a selecção de linhagens, de narrativas e de conteúdos evidencia a ideia de controlo, selecção, organização e redistribuição do discurso com vista à organização de poderes. Da mesma forma poder-se-á entender o processo de manipulação das compilações trovadorescas e o processo de refundição dos livros de linhagens.

Relativamente ao âmbito cronológico, a datação de cerca de *1240* para baliza inicial do trabalho que procuro desenvolver justifica-se por esta ser uma década em que se verifica um primeiro momento de confluência sincrónica da actividade de cinco dos trovadores da segunda geração[36] que compõem cantigas que referem as Ordens Militares.[37] De facto, é no seio da segunda geração de trovadores que se verificam as primeiras manifestações trovadorescas galego-portuguesas com referência a estes institutos

---

[31] Idem, 13.

[32] Cf. José Mattoso, "Livros de Linhagens" in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, 419-421; veja-se também, a este respeito, José Mattoso, "A transmissão textual dos livros de linhagens" in *Naquele tempo. Ensaios de História Medieval*, 275-292 (Lisboa: Círculo de Leitores, 2000).

[33] Cf. Roland Barthes, "Oral/Escrito" in *Enciclopédia Einaudi. Oral/Escrito. Argumentação*, 32-57 (Lisboa: INCM, 1989).

[34] José Mattoso teve já oportunidade de sublinhar o papel das cantigas de escárnio e de mal dizer no âmbito da ideologia nobiliárquica: Cf. José Mattoso, *Identificação de um País. Oposição*, 188-198. Para o caso dos livros de linhagens, o seu papel estruturante na mundividência da Nobreza foi magistralmente demonstrado em Luís Krus, *A Concepção Nobiliárquica do Espaço Ibérico: Geografia dos Livros de Linhagens Portugueses (1280-1380)* (Lisboa: Gulbenkian/JNICT, 1994).

[35] Michel Foucault, *L'ordre du discours* (Paris : Gallimard, 1971).

[36] São eles Rui Gomes de Briteiros, João Soares Coelho, Vasco Gil de Soverosa, Gonçalo Eanes do Vinhal e Rui Pais de Ribela. Para os seus dados prosopográficos, consultem-se as fichas correspondentes em António Resende de Oliveira, *Depois do espectáculo trovadoresco*.

[37] O trovador deste conjunto de quem se possuem informações mais recuadas é Rui Gomes de Briteiros, que António Resende de Oliveira situa entre 1220 e 1250: idem, 431-432; a respeito da actividade trovadoresca dos Briteiros veja-se Leontina Ventura; António Resende de Oliveira, "Os Briteiros (séculos XII-XIV). 4. Produção trovadoresca" in *Os Reinos Ibéricos na Idade Média*, coord. Luís Adão da Fonseca, Luís Carlos Amaral e Maria Fernanda F. Santos, vol. II, 763-777 (Porto: Civilização, 2003).

religiosos, situação que se manterá na terceira geração. A baliza terminal, situada em *1380*, justifica-se por esta ser uma data que se aproxima da última refundição do *Livro de Linhagens*, momento de cristalização da ideologia da Nobreza em torno dos Pereira[38], profundamente relacionados com a Ordem do Hospital de São João de Jerusalém, antes da mutação ocorrida com a mudança dinástica e as novas realidades de Quatrocentos.

Procurem-se agora algumas linhas de interpretação que deverão estruturar o plano do trabalho que ora se apresenta. Conforme Helen Nicholson já sublinhou, a evolução das representações das Ordens Militares na Cristandade esteve intimamente ligada à evolução da ideia de Cruzada e das atitudes face a este conceito neste espaço.[39] Assim, será importante prestar atenção à difusão e evolução da ideia de Cruzada no Ocidente Ibérico. O velho texto de Carl Erdmann, *A Ideia de Cruzada em Portugal*[40], fornece ainda um ponto de partida na abordagem a esta problemática. Fazendo eco das perspectivas traçadas por Erdmann, Bernardo Vasconcelos e Sousa publicou um artigo que sublinha a ressurgência do ideal de Cruzada em meados do século XIV no reino português, empregando para o efeito uma análise realizada aos relatos da batalha do Salado (1340) presentes quer no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, quer na *Crónica de 1419*.[41] A ideia que baseia este trabalho é aquela que se generalizou na historiografia portuguesa a partir da tese de Erdmann de 1940: as atitudes cruzadísticas em solo português só se manifestam de forma total a partir da conquista definitiva de Alcácer do Sal, em 1217, após um período em que esta ideologia teria sido difundida a partir de uma matriz extra-peninsular, processo longo e difícil por não se adaptar às realidades políticas da Península. O extermínio total do muçulmano não se coadunaria com a política de ocupação e repovoamento dos monarcas ibéricos. Já no século XIV, no término deste processo, a batalha do Salado, travada já fora do espaço português, mas com intervenção decisiva do contingente de Afonso IV, seria o epítome da teorização e aplicação do discurso cruzadístico português.

Actualmente esta ideia carece de revisão, em função dos avanços no campo da historiografia sobre as Cruzadas. A análise cuidada de um maior leque de fontes e a tomada de outras perspectivas de abordagem levou a um alargamento do conceito de *Cruzada* que permite tomar em conta outras realidades antes marginalizadas pela historiografia sobre este tema.[42] No seu prefácio à terceira edição de *What Were the Crusades?*, Jonathan Riley-Smith enunciou as diferentes correntes de abordagem ao conceito de Cruzada presentes na historiografia actual.[43] Tomando estes novos contributos em conta, creio ser possível esclarecer representações construídas nos livros de linhagens da década de '40 do século XIV, como a da imagem de Álvaro Gonçalves Pereira, prior do Hospital[44], ou a de Gualdim Pais[45], mestre do ramo português da Ordem do

[38] Cf. José Mattoso – "A transmissão textual dos livros de linhagens", 285-289.

[39] Helen Nicholson, Templars, Hospitallers and and Teutonic Knights, 6: "The historical interest derives largely from the orders' close connections with crusading. Changing attitudes to crusading during the thirtheenth century remain a hotly debated subject among crusade historians. It used to be accepted that the popularity of crusading declined during the thirtheenth century. But this view has been disputed in recent studies (…). A better understanding of changing attitudes towards the military orders should assist our acessment of changing attitudes towards crusading."

[40] Carl Erdmann, *A Ideia de Cruzada em Portugal* (Coimbra: Instituto Alemão da Universidade, 1940).

[41] Bernardo Vasconcelos e Sousa, "La resurgence de l'ideal de croisade au Portugal, au XIV[e] siècle" in *L'imaginaire de la nation. Actes du colloque européen de Bordeaux (1989)*, 203-211 (Bordeaux: Presses Universitaires de Bordeaux, 1991).

[42] Para a exploração desta ideia, veja-se, em primeiro lugar, Jonathan Riley-Smith, *What Were the Crusades?*, fourth ed. (Basingstoke/New York: Palgrave Macmillan, 2009). Uma série de estudos dedicados ao tema, tomando em conta a renovação da historiografia sobre as Cruzadas, foram publicados em *The Oxford Illustrated History of the Crusades*, ed. Jonathan Riley-Smith (Oxford: Oxford University Press, 2001).

[43] Cf. Jonathan Riley-Smith – *What Were the Crusades?*, xi.

[44] *LL* XXI G15.

[45] *LD* XV D4; *LL* LVI F5.

Templo. As representações destas duas personagens reflectem uma valorização dos feitos guerreiros e do carácter piedoso da guerra conduzida contra o 'infiel' pelas Ordens Militares. Ora, tendo em conta o carácter negativo que Luís Krus detectou na representação das milícias – associadas ao Portugal do Sul urbano, por oposição ao Norte rural[46] – no *Livro Velho de Linhagens*[47], impõe-se a tarefa de análise destas duas formas de encarar as milícias de modo a compreender a mutação ocorrida no discurso nobiliárquico. Aqui, a compreensão da apropriação e do cultivar da ideia de Cruzada por parte da Nobreza poderá fornecer elementos importantes de interpretação.

Por outro lado, compreender de que forma a mentalidade de Cruzada está presente no discurso da Nobreza deste período poderá levar-nos a uma maior compreensão daquilo a que Luís Krus chamou *a teorização do destino hispânico* da Nobreza portuguesa pelo conde Pedro Afonso de Barcelos no seu *Livro de Linhagens*.[48] Estudar o papel da mentalidade de Cruzada neste *destino* poderá trazer luz sobre o papel dos freires nesta concepção escatológica da Nobreza ibérica e, por outro lado, evidenciar o papel que as mesmas detiveram na estruturação desta formulação ideológica. Neste âmbito, será importante prestar atenção às críticas tecidas pelos trovadores, como Vasco Gil ou o conde Pedro Afonso – em conjunturas diferentes – às milícias. Estas críticas, tecidas normalmente no quadro do tópico mais geral da crítica medieval aos religiosos[49], poderão ser sintoma de uma valorização do papel estruturante destas Ordens ao nível da mentalidade nobiliárquica, no qual as vocações cavaleiresca e cruzadística destes institutos desempenhariam um papel central.[50]

Se a evolução do ideal de Cruzada em solo português e a forma como este ideal foi vivido e reproduzido pela Nobreza influenciou a maneira como estas estruturaram o seu discurso sobre as Ordens Militares, há ainda outro aspecto que me parece determinante para compreender estas representações. As flutuações do discurso nobiliárquico estão necessariamente ligadas aos processos de reestruturação e recomposição social deste grupo, fenómenos que caracterizam a Nobreza do período em análise.[51] Neste campo, será também necessário atender à estruturação interna da Nobreza, sobretudo às linhagens, quer na óptica do posicionamento dos indivíduos, quer no campo das alianças e posicionamentos políticos entre linhagens da Nobreza, quer entre linhagens da Nobreza e a Coroa ou outras instituições – neste caso, as próprias Ordens Militares.[52]

---

[46] Uma abordagem que foi complementada com uma análise das cantigas de escárnio e de mal dizer: Cf. Luís Krus, "A cidade no discurso Cultural Nobiliárquico (sécs. XIII e XIV)" in *A Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares*, coord. Maria José Ferro Tavares, Actas II, 381-393 (Lisboa: Universidade Aberta, 1993).

[47] "A forma como a fonte se refere a Évora parece, neste sentido, exemplar. Trata-se de uma cidade concelhia cristã que, durante muito tempo, foi vanguarda da reconquista portuguesa face ao Islão. Porém, o texto apenas a refere para aí situar a morte de um bastardo régio, tido por Afonso I numa dama da Nobreza minhota, responsabilizando pela ocorrência os freires da ordem militar de Santiago."**:** Luís Krus, *A Concepção Nobiliárquica do Espaço Ibérico,* 69.

[48] Idem, 113-142.

[49] Cf. Jean-Charles Payen, "La satire anticléricale dans les oeuvres françaises de 1250 à 1300" in *1274, anée charnière. Mutations et continuités. Colloque internationale*, 261-276 (Paris: 1977).

[50] Cf. Philippe Josserand, *Église et Pouvoir*, 214-225.

[51] Para a compreensão destes fenómenos, dispomos já de boas sínteses: veja-se José Mattoso, "A Nobreza e a revolução de 1383" in *1383-1385 e a Crise Geral dos Séculos XIV-XV. Actas das Jornadas de História Medieval*, 391-402 (Lisboa: História e Crítica, 1985); A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV. Nova História de Portugal* (dir. de Joel Serrão e A. H de Oliveira Marques), vol. IV, 236-261 (Lisboa: Presença, 1987); Leontina Ventura, "A Nobreza – da Guerra à Corte" in *Portugal em definição de Fronteiras*, coord. Maria Helena da Cruz Coelho; Armando Luís de Carvalho Homem, *Nova História de Portugal* (dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), vol. III, 206-224 (Lisboa: Presença, 1996).

[52] Para este aspecto, são fundamentais os trabalhos de Leontina Ventura e José Augusto Pizarro: Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, diss. Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Coimbra: 1992); José Augusto Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, 2 vols. (Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999). O estudo que Bernardo Vasconcelos e Sousa dedicou à linhagem dos Pimentéis é também fulcral na aproximação a esta temática, não só pelo estudo aprofundado da linhagem em questão, mas sobretudo pela importância que concede, numa das suas partes à estratégia

Atender aos problemas de reformulação da Nobreza e à promoção de ascensões sociais por parte dos monarcas ou dentro das milícias religiosas poderá ser a chave para a interpretação de algumas representações, como a do comendador da Ordem de Santiago Rui Fafez, alvo da animosidade de Estêvão da Guarda.[53] Os jogos de Corte, onde a privança régia detinha um lugar cobiçado e sinónimo de promoção política permitem, por outro lado, compreender composições como a de D. Pedro dedicada aos *"privados d'el rei"*.[54] Resta ainda salientar que, embora se possam tomar estes textos como evidência de um discurso nobiliárquico, a aristocracia que constrói este discurso é profundamente heterogénea. Atender às clivagens que se podem detectar, quer nas diversas composições trovadorescas, quer nas diferentes matrizes textuais que compõem os nobiliários, significará prestar atenção às diferentes *Nobrezas* que compõem a aristocracia deste período. Embora se possa detectar um discurso sobre as Ordens Militares com uma evolução coerente no conjunto de testemunhos arrolados, este encerra representações com matrizes diferentes, necessariamente dependentes do estatuto dos autores e dos contextos em que os cantares são produzidos.

Atendendo à cronologia do estudo – que começa com a conjuntura que levará à deposição de D. Sancho II e à entronização do seu irmão, D. Afonso III, e termina nas vésperas da ascensão de D. João, mestre da Ordem Militar de Avis – e ao processo de recomposição da Nobreza a que acima me referi, será importante ter em conta as turbulências que marcam as relações entre a Nobreza e a Coroa neste período. Como a renovação da historiografia sobre a Nobreza em Portugal teve oportunidade de demonstrar, o caminho da afirmação dos poderes régios desenrolou-se através do combate aos poderes concorrentes, com grande quota-parte no cerceamento dos poderes da Nobreza[55]. Neste processo, os alinhamentos políticos da Nobreza em função das várias guerras civis[56] traduziram não só momentos de união de um grupo social que se via atacado, como também momentos propícios para a reformulação do equilíbrio de poderes entre a Nobreza e o poder da Coroa, e do equilíbrio da estrutura do grupo aristocrático. Deste modo, torna-se importante prestar atenção aos testemunhos dos trovadores exilados na Corte castelhana em função do conflito que colocou D. Afonso III no trono.[57] Por outro lado, prestando atenção à conjuntura dos conflitos que ocorreram entre meados do século XIII e a década de '80 do século XIV no reino português e ao posicionamento das Ordens Militares nestes, poderemos recolher algumas perspectivas para analisar as críticas feitas a estas pelos trovadores. Pense-se, a título de exemplo, na tenção entre Vasco Gil e Pero Martins, que constitui um ataque bastante férreo e directo à Ordem dos Hospitalários[58], e que poderá estar relacionado com a actuação desta ordem durante o conflito de 1245-1248.

Por fim, sem querer esgotar as eventuais perspectivas de análise que venham a surgir até à conclusão do estudo, que certamente permitirão compreender mais a fundo as representações recolhidas, há ainda outro aspecto do relacionamento entre a Nobreza e as Ordens Militares que deverá ser tido em conta na resolução dos problemas que a

---

de alianças tecida pela família e a Ordem do Hospital: Bernardo Vasconcelos e Sousa, *Os Pimentéis. Percursos de uma linhagem da Nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)* (Lisboa: INCM, 2000).

[53] B 1314; V 919.

[54] V 1038.

[55] A este respeito, veja-se, entre outros, Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, diss. Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Coimbra: 1992); Leontina Ventura, "A Nobreza – da Guerra à Corte" in *Portugal em definição de Fronteiras*, coord. Maria Helena da Cruz Coelho; Armando Luís de Carvalho Homem, *Nova História de Portugal* (dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), vol. III, 206-224 (Lisboa: Presença, 1996); José Augusto Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, 2 vols. (Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999).

[56] Os mais determinantes, a saber: o conflito de 1245-1248; o de 1319-1324; e o levantamento de D. Pedro contra seu pai, D. Afonso IV, em 1355.

[57] Uma síntese deste conflito foi esboçada já em 1985: José Mattoso, "A Crise de 1245" in *Portugal Medieval. Novas interpretações*, 57-75 (Lisboa: INCM, 1985).

[58] V 1020.

interpretação destas representações impõe: o das relações entre as linhagens nobiliárquicas e os freires. Estão documentadas as relações de patrocínio entre alguns dos trovadores do conjunto a analisar e estes institutos.[59] Tendo em conta este dado, é relevante notar que, na proximidade de um membro da Nobreza a uma ordem militar, poderá estar a génese das críticas tecidas – por vezes violentas – à mesma.

Por outro lado, é importante também associar ao trabalho em curso as ligações entre determinadas linhagens e certas milícias. O caso dos Pereiras é o mais conhecido, com uma ascensão social muito vinculada à Ordem do Hospital.[60] Outro caso já estudado é o dos Pimentéis, cuja ascensão da linhagem se fez, de resto, entrecruzada com a dos Pereiras, através da mesma ordem militar.[61] Ter em conta estas ligações já aprofundadas, bem como outras que poderão resultar deste trabalho, poderá ser um elemento fundamental para a análise da modelação do discurso nobiliárquico sobre estes institutos religiosos.[62] De resto, será impossível compreender os discursos presentes nos livros de linhagens do século XIV e refundições do *Livro do Conde* sem termos em conta o papel que a Ordem do Hospital, em associação com a linhagem de Pereira (mas também com a dos Pimentéis, pelas interpolações que se detectam no texto associadas a esta linhagem) teve na composição e estruturação destes textos.

* * *

Nas linhas anteriores procurei trazer a lume algumas das questões impostas pela análise das representações das Ordens Militares no repertório satírico português e nos nobiliários medievais portugueses. Sem ter a ambição de esgotar todos os vectores de análise ou de fazer um tratamento exaustivo de todas as temáticas a abordar, este texto é apenas percursor de um trabalho um pouco mais alargado, que procurará seguir as linhas expostas acima. Através das mesmas, o trabalho em curso assume o propósito de esclarecer melhor o lugar e a valorização das milícias religiosas no seio da ideologia nobiliárquica dos séculos XIII e XIV. Não deixe de se relembrar, porém, que os apontamentos acima elaborados possuem o carácter provisório que o esboço de um projecto de investigação necessariamente assume, e que o decorrer da investigação tratará necessariamente de reformular.

---

[59] Veja-se as respectivas fichas prosopográficas em António Resende de Oliveira, *Depois do espectáculo trovadoresco*.

[60] A proximidade dos Pereira à Ordem do Hospital está patente no seu percurso de ascensão social a partir de meados do século XIII. Cf. José Mattoso, "A Nobreza e a revolução de 1383", 398; Mafalda Soares da Cunha, *Linhagem, Parentesco e Poder. A casa de Bragança (1384-1483)*, 20-22 (Viseu: Fundação da Casa de Bragança, 1990); Luís Krus, "Pereira, Álvaro Gonçalves" in *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, coord. José Costa Pereira, vol. II, 99-100 (Estella: Alfa, 1985); Luís Krus, "Pereira, Gonçalo Gonçalves" in *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, vol. II, 100-101.

[61] Bernardo Vasconcelos e Sousa, *Os Pimentéis*, 148-179; Bernardo Vasconcelos e Sousa, "Memória familiar e ordens militares. Os Pimentéis no séc. XIV" in *As Ordens Militares em Portugal e no Sul da Europa. Actas do II Encontro sobre Ordens Militares*, coord. Isabel Cristina F. Fernandes; Paulo Pacheco, 37-49 (Lisboa: Colibri/Câmara Municipal de Palmela, 1997).

[62] Neste nível foram já esboçados outros estudos para além dos já citados: Cf. José Augusto Pizarro, "A participação da Nobreza na Reconquista e nas Ordens Militares" in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente*, 143-155; Paula Pinto Costa, "A Nobreza e a Ordem do Hospital: uma aliança estratégica" in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente*, 605-621.

# 5

## A Nobreza Galego-Portuguesa da Diocese de Tui (915-1381)
## Teoria e metodologia

João Paulo Martins Ferreira
Universidade do Porto, CEPESE e IEGPS

Resumo

Na antiga diocese de Tui, que ocupou até 1381 uma faixa territorial entre o Lima português e a ria de Vigo, germinou um modelo de sociabilidade aristocrática transfronteiriço alheio aos limites administrativos e políticos impostos pelo processo de nascimento de Portugal. Devido a estas circunstâncias, o estudo desta nobreza e da forma como se relacionava livremente com os poderes dos dois lados da raia poderá ajudar-nos a perceber o que sobreviveu da identidade do *Portucale* galaico-leonês no Portugal independente dos inícios da nacionalidade e a reconstituir a sua matriz social primitiva. Estes são os propósitos gerais do nosso projecto de doutoramento, intitulado *A Nobreza Galego-Portuguesa da Diocese de Tui (915-1381)*, que se encontra apresentado neste artigo através de uma exposição de todos os seus aspectos teóricos e metodológicos, propósitos e objectivos.

Abstract

In the old diocese of Tui, that occupied till 1381 a strip of territory between the portuguese Lima and the *ria* of Vigo, has germinated a model of aristocratic sociability that was not in tune with the administrative and political borders imposed by the birth of Portugal. Due to these circumstances, the study of this nobility and manner in which they related themselves freely with the powers from both sides of the border will be able to help us understand what has survived from the identity of the galician-leonese *Portucale* in the independent Portugal from the beginnings of the nationality and to reconstruct his primitive social matrix. These are the general goals of our doctoral project, entitled *The Galician-Portuguese Nobility of the Diocese of Tui (915-1381)*, that is presented in this article through an exposition of all of its theoretical and methodological aspects, purposes and objectives.

Nos finais do século III, o Imperador Diocleciano levou a cabo uma reorganização do traçado administrativo peninsular que deu origem à província da Galécia. Com efeito, a existência de um tecido sócio-cultural próprio ditou esta desagregação da *Tarraconensis* e a sua afirmação como espaço autónomo. A sua capital, *Bracara Augusta*, encabeçava agora uma região composta pelos *conventus* de *Bracara Augusta*, *Asturica Augusta*, *Lucus Augusti* e parte do *Cluniensis*. O Douro seria convertido na sua fronteira sul, afastando-a assim da esfera de influência da Lusitânia.

Apesar da atomização da autoridade imperial, estes dois pólos identitários – Galécia e Lusitânia – sobreviveriam, conservando a sua homogeneidade e consolidando as suas solidariedades internas através de várias "reencarnações". Para a Galécia, a primeira delas foi o reino suevo, que procurou adaptar as suas estruturas ao seu substrato civilizacional. Por sua vez, a soberania visigótica sobre toda a Hispânia gerou um processo de aproximação entre estes povos, que foi violentamente interrompido pelas invasões muçulmanas.

Nesta nova vida, a velha Lusitânia apresentava um povoamento concentrado e urbano, alimentado por uma sociedade enriquecida por novas tecnologias agrícolas e por um trato mercantil perfeitamente integrado em rotas comerciais de médio e longo

curso. Este universo, detentor de uma fervilhante vida cultural, permaneceu dividido entre as práticas de tolerância religiosa – típicas dos campos cristãos e muçulmanos peninsulares – e a ortodoxia dos cíclicos movimentos integristas islâmicos. A manutenção de significativas comunidades moçárabes, bem integradas no seu contexto islâmico, mas abertas a contactos com os seus vizinhos cristãos e judeus, permitiu a cristalização de algumas práticas litúrgicas características do cristianismo hispânico do período visigótico.

Ao mesmo tempo, a Galécia transformava-se num espaço de fronteira, no limite ocidental de um incipiente e aguerrido reino asturiano-leonês, cuja colonização e reconquista dependia tanto da autoridade régia (fosse ela delegada ou directa) como das sucessivas presúrias dos poderes eclesiásticos e nobiliárquicos. Esta nova Galiza, que, apesar dos breves períodos de independência, nunca se conseguiu emancipar plenamente da coroa leonesa, albergava um denso povoamento disperso e rural, alicerçado numa economia agrícola – de cariz familiar, no litoral, e mista ou comunitária, no interior –, ainda articulado pela velha rede viária romana e, na sua orla, pela transumância típica dos plurisseculares circuitos agro-pastoris. Aqui surgiu um senhorialismo/feudalismo dependente da iniciativa das elites locais que, em vários períodos e em prol dos seus interesses colectivos ou familiares, se opuseram às velhas estirpes condais galegas e portucalenses, representantes do mando régio.

A expansão para sul e o esforço de manutenção desta orgânica bipolar levou à criação de dois centros de autoridade condal: *Portucale*, a vertente sul da Galécia, e Coimbra, a zona mais ocidental da velha Lusitânia. As relações entre as linhagens condais e a posterior integração administrativa dos dois espaços originaram novas solidariedades económicas e sociais entre o Entre Douro e Minho senhorial e o dinâmico e instável espaço coimbrão. Contudo, estas nunca serviram de travão aos factores de osmose sócio-familiar latentes na região galaico-minhota.

O reinado de Garcia II constituiu o pico deste processo. A afirmação de uma soberania autónoma sobre toda a Galiza implicou uma adesão da aristocracia infancional portuguesa – enriquecida em património (pelas contínuas apropriações territoriais) e em prestígio (pelos seus feitos militares fronteiriços e ligações familiares a importantes linhagens galegas) – ao seu projecto de domesticação da velha nobreza condal portucalense, plasmado na vitória final de Pedroso. Deste período sobrou apenas a solidificação dos laços entre as linhagens de aquém e além Minho, alguns hábitos de autogestão, uma nova configuração do tecido diocesano, geradora de crescentes antagonismos nacionais, e o sonho de um reino galego-português soberano, onde poderiam exercer uma privatização plena dos poderes públicos.

Todavia, D. Raimundo recebeu uma jurisdição alargada sobre todo o território do reino da Galiza e sobre uma aristocracia galego-portuguesa com uma forte identidade comum; o fracasso da sua política militar e a constante intervenção no cenário político leonês ditaria a entrega de *Portucale* a D. Henrique e a sua emancipação política. No entanto, se atentarmos somente à composição das cortes do Conde D. Henrique, D.ª Teresa e de D. Afonso Henriques, verificamos que estas albergavam linhagens portucalenses, galaico-leonesas (como os Trava/Trastâmara ou Celanova/Pombeiro) e os seus ramos portugueses (como os Barbosa ou Soverosa, por exemplo). Para além disso, a ausência de fronteiras políticas e administrativas sólidas nas primeiras centúrias do reino português favoreceu a manutenção dos laços familiares, feudo-vassálicos e patrimoniais transfronteiriços construídos nas fases de unidade política e administrativa que anteriormente descrevemos.

Por outro lado, as iniciativas expansionistas no sul da Galiza de D.ª Teresa e de D. Afonso Henriques parecem corresponder a uma vontade de reconstrução da velha unidade política galega, alicerçada na legitimidade que lhes era conferida pela sua ascendência em Afonso VI e na instrumentalização das mais-valias sociais, políticas e patrimoniais transfronteiriças de seus apoiantes. Hoje, acreditamos que o conflito entre D.ª Teresa e D. Afonso Henriques nascera de uma visão díspar da metodologia de prossecução desta agenda política, ou seja, o primeiro monarca português almejava a criação de uma espécie de nova Galécia portucalense, liderada pela sua nobreza – profun-

damente galego-portuguesa –, e sua mãe a um reino galego regido pelas poderosas linhagens deste território, encabeçadas pelos Trava.

Considerando tudo o que até agora dissemos, devemos perguntar-nos: afinal, o que sobreviveu do velho *Portucale* galaico-leonês no Portugal independente dos séculos XII, XIII e XIV?

Os séculos de união política e social do espaço galaico-português legaram ao Portugal independente mais factores de bloqueio do que de coesão: a matriz identitária galego-portuguesa e hispânica da nobreza portuguesa, a existência de uma rede patrimonial e sócio-familiar transfronteiriça, as similitudes do regime senhorial e feudo-vassálico, a existência de unidades administrativas, eclesiásticas e senhoriais transfronteiriças, a instabilidade das fronteiras e os hábitos de convivência e de recepção nos espaços vizinhos dificultaram seriamente a afirmação plena do centralismo régio e de uma identidade estritamente portuguesa.

Neste contexto, o caso da diocese de Tui é bastante paradigmático. Tal como a diocese do Porto, esta igreja terá nascido de uma divisão dos territórios nortenhos da antiga diocese de Braga, ocorrida entre o I e o II Concílio de Braga. Ela ocupou, desde as suas origens até 1381, uma faixa atlântica transfronteiriça delimitada a norte pela ria de Vigo e a sul pelo Lima. Este perfil geográfico colocou-a no coração de uma Galécia/reino da Galiza, onde *Portucale* correspondia apenas ao seu extremo sul. As invasões muçulmanas destruíram completamente as estruturas da diocese; até 915, início do episcopado de D. Hermígio, os bispos de Tui foram abrigados na diocese de Iria. A destruição causada pelas invasões normandas afastaria de novo os prelados tudenses da sua cidade e levaria à sua incorporação, pelo ano de 1024, na Igreja Compostelana. Tal como Braga, a sua restauração no reinado de Garcia II, pela mão do Bispo D. Jorge (1069-1072), resultou de um esforço de recuperação das estruturas administrativas e eclesiásticas da velha Galécia e, ao mesmo tempo, da vontade de cercear a crescente hegemonia de Santiago. A relação umbilical entre Tui e Braga, reforçada através de múltiplos juramentos de fidelidade dos bispos tudenses aos arcebispos metropolitanos portugueses, poderá ter funcionado como uma das justificações para os esforços de aglutinação das terras de Toronho e Limia, encetados por D.ª Teresa e D. Afonso Henriques. De facto, D.ª Teresa, ao invocar numa doação à sé de Tui, datada de 1125, o legado do rei suevo Teodomiro, apresentava-se – de uma forma sub-reptícia – como herdeira de um património político galécio e não estritamente português. A autointitulada rainha de *Portucale* aspirava a uma soberania sobre toda a Galiza ou, pelo menos, aos territórios que estiveram sujeitos, num passado longínquo, à autoridade directa, política e eclesiástica, de Braga.

A antiguidade e natureza simbólica do seu domínio transfronteiriço, bem como a sua importância estratégica nos planos de anexação do sul da Galiza, foram fundamentais para a manutenção da integridade territorial da diocese de Tui até 1381. Não fosse o Grande Cisma do Ocidente e os crescentes atritos entre Portugal e Castela, resultantes das guerras fernandinas e da crise sucessória de 1383-1385, certamente que a igreja de Tui manteria o seu mando sobre as paróquias do Entre Lima e Minho.

A situação *sui generis* deste território e das suas elites – profundamente discordante e anacrónica em relação às novas fronteiras políticas geradas no século XII – permitiu a consolidação das alianças familiares, construção patrimonial, relações feudo-vassálicas (militares ou políticas) e cultura da nobreza galego-portuguesa. O estudo desta fronteira aberta permitirá avaliar a natureza comum das práticas senhoriais e feudo-vassálicas nascidas no seio destas linhagens irmãs, de forma a decifrarmos a sua identidade comum e principais diferenças.

A nossa dissertação de doutoramento, intitulada "A Nobreza Galego-Portuguesa da Diocese de Tui (915-1381)", procurará, em termos gerais, analisar a nobreza, o senhorialismo e feudalismo laico[1] desta diocese desde os primórdios da reorganização das

[1] Desde já aproveitamos para esclarecer os critérios que utilizámos para seleccionar o conjunto de linhagens aristocráticas a incluir no nosso estudo. Desde o início decidimos integrar na nossa investigação:

suas estruturas eclesiásticas – sendo 915 a data de regresso do primeiro bispo à cidade de Tui, após a sua reconquista e presúria – até à sua restauração definitiva, em 1071, e daqui até à perda de jurisdição eclesiástica sobre as freguesias a sul do Minho, em 1381, graças à emancipação de um conjunto de cónegos de origem portuguesa do capítulo e bispado tudense e subsequente declaração de independência eclesiástica destas paróquias. Ao abstrair-se do postulado nacional, ela visa restituir esta sociedade à sua matriz original, avaliando o peso dos seus factores identitários na longa duração, mesmo após a sua fractura em dois espaços políticos distintos.

Tal como afirmámos anteriormente, a sua aristocracia manteve uma rede familiar e um senhorialismo transfronteiriço. Este fenómeno condicionaria decisivamente as suas estratégias de parentesco, patrimoniais e políticas até aos finais do século XIV, altura em que, devido a antagonismos criados pela crise de 1383-1385, se geraria um clima de afastamento entre as duas nobrezas que, apesar de tudo, nunca foi definitivo. Assim sendo, pensamos que, ao analisarmos a nobreza e o senhorialismo da unidade eclesiástica e territorial que durante mais tempo permaneceu fiel à sua essência transnacional galego-portuguesa, poderemos aferir a continuidade (ou descontinuidade) destes processos.

Durante o desenvolvimento do nosso labor reparámos que estas problemáticas desembocam, necessariamente, num conjunto de "temas paralelos", ou seja, num grupo de vertentes de análise que gravitavam em torno do nosso objecto de estudo. No fundo, rapidamente percebemos que a análise dos diferentes modelos de transmissão de uma identidade galego-portuguesa no cerne da nobreza pode gerar novas leituras sobre as estratégias de legitimação da soberania portucalense, que sempre foi herdeira do reino da Galiza.

Na verdade, a construção da matriz nacional de Portugal partiu da conciliação dos dois pólos antagónicos anteriormente descritos, do esforço de "composição" de múltiplas solidariedades entre o Norte atlântico e o Sul mediterrânico, encarnados na Galécia e Lusitânia (romanas e suevo-visigóticas) e, mais tarde, nos condados de *Portucale* e Coimbra. O Douro e Mondego foram, em diferentes fases, as fronteiras destes substratos étnicos e sociais distintos. As forças de atracção e aglutinação presentes na região galego-portuguesa, dos séculos X a XIV, são por isso reflexos tardios destas entidades primordiais. D. Raimundo e D. Henrique terão sido afectados profundamente por este ideário, não só pela forma como conceberam a sua autoridade, como também pela nobreza híbrida que lhes foi legada.

Destas questões orientadoras partimos para a enumeração dos objectivos específicos que procuraremos atingir e para uma breve apresentação do esquema geral de trabalhos que temos vindo a seguir.

Esta dissertação pretende: caracterizar e analisar a evolução, organização administrativa e territorial da diocese de Tui, bem como as suas relações institucionais com as dioceses vizinhas, com as duas coroas e, principalmente, com os seus poderes nobiliárquicos; aferir o papel da sociabilidade transfronteiriça na evolução política portuguesa e castelhano-leonesa; actualizar os dados relativos à alta aristocracia de origem

---

todas as linhagens naturais deste espaço geográfico; todas aquelas que possuem nele património (a título individual ou colectivo), direitos de carácter senhorial, jurisdicional (caso de tenências territoriais) e patronal; que mantenham relações privilegiadas com as suas instituições eclesiásticas; e todos os indivíduos que, apesar de não respeitarem qualquer um dos critérios anteriores, marquem presença, documentalmente comprovada, na região (caso de exilados ou nobres que estiveram de passagem na parcela diocesana do reino vizinho). Estes critérios permitem reunir um lote de indivíduos que cobrem praticamente todo o espectro nobiliárquico, desde linhagens de humildes escudeiros e cavaleiros (como os Calheiros, por exemplo), passando por famílias condais ou com um maior peso social (como os Trava-Trastâmara, Celanova-Pombeiro, Lima, Nóvoa, Silva, Velho, Cerveira, Valadares, Soutomaior, Toronho-Montor, entre outras), até membros da própria família real (como o bastardo régio D. Martim Sanches).

Quanto às práticas senhoriais e feudo-vassálicas, podemos afirmar que, apesar do seu caminho de divergência – mais acentuado nos finais do século XIII e em todo o século XIV –, existe uma relativa sintonia entre as duas metades do território. Prova disso é a presença do amádigo, como uma das principais estratégias de senhorialização no sul da Galiza e Alto Minho português.

galego-portuguesa estabelecida na corte e aos seus laços com a nobreza de fronteira; analisar a rede sócio-familiar transfronteiriça das linhagens estabelecidas neste território, sua estrutura, estratégias matrimoniais e patrimoniais; dissecar a rede patrimonial desta nobreza, assim aferindo as origens, situação geográfica e legal dos principais núcleos senhoriais transfronteiriços; identificar as suas relações com as casas monásticas da diocese; discernir a evolução das suas fidelidades feudo-vassálicas, posicionamento social, político e militar; coligir os elementos do seu património simbólico e cultural; traçar o *cursus honorum* dos principais senhores da região; analisar as causas e consequências da implantação transfronteiriça das linhagens; esclarecer as semelhanças e diferenças entre o senhorialismo minhoto e galego; indicar as causas e consequências dos fluxos migratórios e a sua importância na fusão sócio-familiar desta nobreza; relacionar as vicissitudes políticas com as permutas de fidelidade de algumas linhagens; identificar os principais factores de proximidade e de afastamento entre as duas comunidades; justapor o falhanço dos projectos de anexação do sul da Galiza ao sucesso da osmose sócio-familiar, feudo-vassálica, económica, cultural e linguística; e chegar à essência da matriz identitária galaico-minhota, por oposição ao desenvolvimento do sentimento de nacionalidade.

Todos estes objectivos correspondem a aspirações inerentes às diferentes parcelas do nosso plano de trabalhos, que se divide em quatro partes: a primeira corresponderá a um enquadramento institucional e territorial da diocese e da sua aristocracia; a segunda debruçar-se-á intensivamente sobre as linhagens e senhorialismo a sul do Minho; a terceira analisará, utilizando a mesma metodologia, as suas congéneres galegas; e a quarta dedicar-se-á à difícil tarefa de discernir os principais pontos de contacto e elementos comuns às duas parcelas da diocese.

Como fontes utilizamos: os *Livros de Linhagens*, as *Inquirições Gerais*, toda a documentação régia portuguesa e castelhano-leonesa da cronologia por nós analisada, todos os fundos monásticos e diocesanos galegos e minhotos,[2] crónicas e anais, a heráldica das famílias da região, dados arqueológicos de cariz militar (torres, castelos e todo o tipo de fortificações) e civil (paços familiares, por exemplo), tumular e epigráfico, a poesia trovadoresca e, caso seja necessário, elementos geográficos e etnográficos.

Os *Livros de Linhagens* têm vindo a funcionar como um roteiro para a reconstituição dos diferentes grupos familiares. A documentação régia, para além de também contribuir para este tipo de reconstituição, permite avaliar o posicionamento social e político de algumas das suas principais figuras, bem como uma análise precisa das suas carreiras. As *Inquirições Régias* e os fundos monásticos e diocesanos permitem um estudo profundo do tecido sócio-familiar da nobreza, das suas estratégias familiares e patrimoniais, da sua evolução, das suas devoções e relações com estas instituições monásticas, a identificação do património pessoal e colectivo dos membros desta nobreza regional e do seu posicionamento geográfico, e discernir as suas relações sociais inter-linhagísticas. As crónicas propiciam leituras sobre a acção da aristocracia como agentes, individuais e colectivos, dos principais momentos de transformação política e social.[3] Através da heráldica estudaremos, na medida do possível, elementos intrínsecos à identidade colectiva e pessoal desta nobreza, que muitas vezes coadjuvam as informa-

[2] Com especial atenção para o espólio documental do Arquivo Capitular e Histórico Diocesano de Tui, da Catedral de Ourense – recentemente editado por María Beatriz Vaquero Díaz e Francisco J. Pérez Rodríguez, ed., *Colección Documental del Archivo de la Catedral de Ourense: I (888-1230) e II (1231-1300)* (León: Centro de Estudios e Investigación "San Isidoro", 2010) –, do Arquivo Distrital de Braga, dos fundos monásticos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e do Arquivo Histórico Nacional de Espanha (especificamente Santa María de Oia, Santa María de Melón e S. Domingo de Tuy). A este conjunto podemos acrescentar cartulários já editados (como o Tombo do Mosteiro de Fiães, por exemplo) ou documentação dispersa de antigos cenóbios fronteiriços, como Santa María de Tomiño.

[3] Basta recordar a importância da *História Compostelana* – Emma Falque Rey, ed., *Historia Compostelana* (Madrid: Ed. Akal, 1994) – ou da *Crónica do Imperador Afonso VII* – Maurilio Pérez González, ed. e trad., *Crónica del Emperador Alfonso VII* (León: Universidad de León, 1997) – na leitura dos principais acontecimentos ocorridos na esfera galego-portuguesa dos finais do século XI e inícios do XII.

ções documentais. Os dados arqueológicos de natureza tumular e epigráfica constituem, também eles, uma espécie diferente de memória, reveladora de características simbólicas e materiais desta casta social. As torres, castelos e paços, que pululam no espaço galego-português, permitem resolver alguns dos problemas relativos à definição de fronteiras, organização social do espaço e sua senhorialização. A poesia trovadoresca, para além de muitas vezes transmitir relatos pessoais sobre episódios verídicos,[4] apresenta um mundo aberto, caracterizado pela circulação de pessoas, hábitos e tendências sócio-culturais. A geografia e a etnografia poderão justificar a opção de criação de núcleos senhoriais em torno de alguns territórios ou a ligação a determinados espaços sagrados.

A recolha das fontes documentais acima mencionadas exige um périplo por alguns dos principais arquivos portugueses e espanhóis. Entre eles devemos realçar o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, o Arquivo Distrital de Braga, o Arquivo Histórico Nacional de Espanha (Madrid),[5] o Arquivo Capitular e Histórico Diocesano de Tui e o Arquivo do Reino da Galiza.[6]

A nossa experiência actual leva-nos a pensar que a falta de documentação até meados do século XI poderá criar lacunas no que respeita à caracterização dos agentes de ocupação do vale do Minho após a presúria de Tui. Na nossa opinião, estes vazios documentais deverão ser colmatados de duas formas: em primeiro lugar, através do recurso a fontes posteriores que aportem dados relevantes para a caracterização destes períodos; e, em segundo lugar, apoiando o nosso esforço em leituras tendencialmente qualitativas e de pendor interpretativo.

Apesar das imensas potencialidades desta temática, não existe qualquer trabalho que apresente um retrato global da sociabilidade e senhorialismo nobiliárquico transfronteiriço galaico-minhoto. Porém, podemos recolher informações em vários títulos e artigos sobre nobreza, organização social do espaço, história rural, eclesiástica, política, institucional e universo trovadoresco.

Na área dos estudos sócio-políticos seria fácil referir bastantes obras e artigos, mas, apenas a título de exemplo, chamamos a atenção para a colectânea de biografias régias recentemente editada pelo Círculo de Leitores,[7] para a obra de Ermelindo Portela Silva dedicada a Garcia II da Galiza, denominada *García II de Galicia. El Rey y el Reino (1065-1090)*[8], para os paradigmáticos trabalhos de Bernard F. Reilly sobre os reinados de Afonso VI, D.ª Urraca e Afonso VII[9], e para os de Julio González sobre Afonso IX, Afonso VIII e Fernando III.[10]

---

4 Veja-se o caso da trova de D. Garcia Mendes de Eixo (*Alá u Nazq la Torona*).

5 Este arquivo conserva uma parte substancial da documentação dos dois maiores mosteiros da diocese (Santa María de Oia e Santa María de Melón).

6 Aqui podemos encontrar um importante conjunto de fundos de origem privada, como, por exemplo, a documentação medieval dos marqueses de Valladares.

7 Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João I: O que Re-colheu Boa Memória* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2005); Rita Costa Gomes, *D. Fernando* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2005); Cristina Pimenta, *D. Pedro I* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2005); José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *D. Dinis* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2005); Bernardo Vasconcelos e Sousa, *D. Afonso IV (1291-1357)* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2005); Hermínia Vasconcelos Vilar, *D. Afonso II: Um Rei Sem Tempo* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2005); Maria João Violante Branco, *D. Sancho I: O Filho do Fundador* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2006); Hermenegildo Fernandes, *D. Sancho II: Tragédia* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2006); José Mattoso, *D. Afonso Henriques* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2006); Leontina Ventura, *D. Afonso III*, (Lisboa: Círculo de Leitores, 2006).

8 Ermelindo Portela Silva, *García II de Galicia: El Rey y el Reino (1065-1090)* (Burgos: La Olmeda, 2001).

9 Bernard F. Reilly, *The Kingdom of León-Castilla Under Queen Urraca (1109-1126)* (Princeton: Princeton University Press, 1982); id., *The Kingdom of León-Castilla Under King Alfonso VI (1065-1109)* (Princeton: Princeton University Press, 1988); id., *The Kingdom of León-Castilla Under King Alfonso VII (1126-1157)* (Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1998).

10 Julio González, *Alfonso IX*, 2 vols. (Madrid: C.S.I.C. - Instituto Jerónimo Zurita, 1944); id., *El Reino de Castilla en la Época de Alfonso VIII*, 3 vols. (Madrid: C.S.I.C. - Escuela de Estudios Medievales, 1960); id., *Reinado y Diplomas de Fernando III*, 3 vols. (Córdoba: Monte de Piedad y Caja de Ahorros de Córdoba, 1980-1986).

Ao longo da nossa investigação também pudemos recorrer aos dados apresentados em sínteses sobre as características globais e regionais do regime feudal e senhorial praticado no ocidente peninsular, entre elas estão: *Las Instituciones Feudo-Vasalláticas en León y Castilla*, de Hilda Grassotti[11], e, num contexto local, *Galicia Feudal*, de Victoria Armesto[12], ou *Galicia en la Baja Edad Media. Iglesia, Señorío y Nobleza*, de José García Oro.[13]

De entre a rica produção científica sobre a nobreza portuguesa devemos destacar as obras de maior fôlego: de José Mattoso realçamos as suas magnas sínteses, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros. A Nobreza Medieval Portuguesa nos Séculos XI e XII* e *Identificação de um País. Ensaio sobre as Origens de Portugal (1096-1325);*[14] importa também referir o seu artigo *A Nobreza Medieval Galaico-Portuguesa. A Identidade e a Diferença*; [15] de Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*; [16] *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, de José Augusto de Sotto Mayor Pizarro; [17] e *A Concepção Nobiliárquica do Espaço Ibérico (1280-1380)*, de Luís Krus.[18]

De entre os trabalhos dedicados exclusivamente à nobreza galega devemos mencionar *La Nobleza Gallega en la Baja Edad Media. Las Casas Nobles y sus Relaciones Estamentales*, de José García Oro, [19] *La Nobleza Altomedieval Gallega. La Familia Froilaz-Traba*, de José Luis López Sangil,[20] e o incontornável *Los Señores de Galicia. Tenentes y Condes de Lemos en la Edad Media*, de Eduardo Pardo de Guevara y Valdés.[21] Entre as diversas obras sobre a génese, evolução, composição e características da nobreza castelhano-leonesa encontramos: *Linajes Nobiliarios de León y Castilla (Siglos IX-XIII)*, de Margarita Torres Sevilla-Quiñones de Léon;[22] textos icónicos como *De la Nobleza Vieja a la Nobleza Nueva. La Transformación Nobiliaria Castellana en la Baja Edad Media*, de Salvador de Moxó;[23] o recentíssimo trabalho de Inés Calderón Medina, *Cum Magnatibus Regni Mei. La Nobleza y la Monarquía Leonesas Durante los Reinados de Fernando II y Alfonso IX (1157-1230)*;[24] ou importantes sínteses como

---

[11] Hilda Grassotti, *Las Instituciones Feudo-Vasalláticas en León y Castilla*, 2 tomos (Spoleto: Centro Italiano di Studi Sull' Alto Medioevo, 1969).
[12] Victoria Armesto, *Galicia Feudal* (Vigo: Galaxia, 1971).
[13] José García Oro, *Galicia en la Baja Edad Media: Iglesia, Señorío y Nobleza* (Noia: Ed. Toxosoutos, 1999).
[14] José Mattoso, *Identificação de Um País: Ensaio Sobre as Origens de Portugal (1096-1325)*, 2 vols., 5ª ed. (Lisboa: Editorial Estampa, 1995); id., *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros: A Nobreza Medieval Portuguesa nos Séculos XI e XII*, 3ª ed. (Lisboa: Guimarães Editora, 1998).
[15] José Mattoso, "A Nobreza Medieval Galaico-Portuguesa: A Identidade e a Diferença", in *Obras Completas*, *Vol. VIII: Portugal Medieval: Novas Interpretações*, 129-147 (Lisboa: Círculo de Leitores, 2002).
[16] Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, 2 vols. (Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992).
[17] José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas: Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, 3 vols. (Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família - Universidade Moderna, 1999).
[18] Luís Krus, *A Concepção Nobiliárquica do Espaço Ibérico (1280-1380)* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian - Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994).
[19] José García Oro, *La Nobleza Gallega en la Baja Edad Media: Las Casas Nobles y sus Relaciones Estamentales* (Santiago de Compostela: Ed. Bibliófilos Gallegos, 1981).
[20] José Luis López Sangil, *La Nobleza Alto Medieval Gallega: La Familia Froilaz-Traba* (Noia: Ed. Toxosoutos, 2002).
[21] Eduardo Pardo de Guevara y Valdés, *Los Señores de Galicia: Tenentes y Condes de Lemos en la Edad Media,* 2 vols. (A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2000).
[22] Margarita Torres Sevilla-Quiñones de Léon, *Linajes Nobiliarios de León y Castilla (Siglos IX-XIII)* (Salamanca: Junta de Castilla y León, 1999).
[23] Salvador de Moxó, "De la Nobleza Vieja a la Nobleza Nueva: La Transformación Nobiliaria Castellana en la Baja Edad Media", *Cuadernos de Historia* 3 (1969): 1-210.
[24] Inés Calderón Medina, *Cum Magnatibus Regni Mei: La Nobleza y la Monarquía Leonesas Durante los Reinados de Fernando II y Alfonso IX (1157-1230)* (Madrid: C.S.I.C., 2011).

*The Aristocracy in Twelfth-Century León and Castile*, de Simon Barton.[25] A estes títulos poderíamos acrescentar uma miríade de trabalhos dedicados a linhagens ou a grupos aristocráticos específicos (de maior e menor monta) oriundos do espaço galego, português e castelhano-leonês; neste espectro de produção historiográfica situa-se, por exemplo, *A Casa de Soutomaior (1147-1532)*, de Suso Vila Pérez[26].

Dentro dos estudos sobre a literatura trovadoresca salientamos o contributo de António Resende de Oliveira e da sua tese *Depois do Espectáculo Trovadoresco. A Estrutura dos Cancioneiros Peninsulares e as Recolhas dos Séculos XIII e XIV*.[27] Na área do património, chamamos a atenção para *Fortalezas de la Antigua Provincia de Tuy*, de Jaime Garrido Rodríguez.[28]

Apesar de até agora não se ter realizado um levantamento exaustivo dos escudos de armas presentes na actual província de Pontevedra, alguns dados e considerações foram apresentados sobre este tipo de património simbólico e material de algumas das principais famílias do sul da Galiza.[29]

Noutro contexto, o artigo *O Entre Cávado e Minho, Cenário de Expansão Senhorial no Século XIII*[30] – escrito a várias mãos e coordenado por Iria Gonçalves – apresenta, com base nas *Inquirições*, uma análise sistemática da configuração senhorial e patrimonial do Alto Minho. A forte relação entre as linhagens oriundas de Toroño e Limia e a nobreza e corte portuguesa tornam o recurso à obra *Toronium. Aproximación a la Historia de una Tierra Medieval*, de Manuel Fernández Rodríguez,[31] indispensável.

Também de consulta obrigatória são os títulos relativos à organização social, económica e populacional do vale do Minho: *El Bajo Valle del Miño en los Siglos XII y XIII. Economía Agraria y Estructura Social*, de María del Carmen Pallares Méndez e Ermelindo Portela Silva, e *La Región del Obispado de Tuy en los Siglos XII a XV. Una Sociedad en la Expansión y en la Crisis*, de Ermelindo Portela Silva.[32] O mesmo se pode dizer sobre alguns trabalhos de história local e regional como *Tui e Valença nos Séculos XI a XV. Os Acontecementos Históricos, Sociais, Artísticos e Económicos*, de Suso Vila-Botanes,[33] *Tuy en la Baja Edad Media. Siglos XII-XV*, de Pascual Galindo Romeo,[34] e *A Cidade de Tui durante a Baixa Idade Media*, de Suso Vila Pérez.[35] De entre toda bibliografia relativa à diocese de Tui e às suas estruturas escolhemos dois artigos presentes na *Historia de las Diócesis Españolas. Vol. XIV: Iglesias de Santiago de Compostela y Tuy-Vigo*: *La Diócesis de Tuy hasta 1100*, de Manuel Cecilio Díaz y Díaz e Daría Vilariño Pintos, e *La Diócesis de Tuy en la Baja Edad Media (1070-1500)*.

---

25 Simon Barton, *The Aristocracy in Twelfth-Century León and Castile* (Cambridge: Cambridge University Press, 1997).
26 Suso Vila Pérez, *A Casa de Soutomaior (1147-1532)* (Noia: Ed. Toxosoutos, 2010).
27 António Resende de Oliveira, *Depois do Espectáculo Trovadoresco: A Estrutura dos Cancioneiros Peninsulares e as Recolhas dos Séculos XIII e XIV* (Lisboa: Edições Colibri, 1994).
28 Jaime Garrido Rodríguez, *Fortalezas de la Antigua Provincia de Tuy* (Pontevedra: Diputación Provincial, 1987).
29 Veja-se, por exemplo, Eduardo Pardo de Guevara y Valdés, "Las Armas de los Limia y sus Derivaciones (Siglos XIII-XV)", *e-Spania* 11 (2011), http://e-spania.revues.org/20540.
30 Iria Gonçalves et al., "O Entre Cávado e Minho, Cenário de Expansão Senhorial no Século XIII", *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa* IV Série, nº 2 (1978): 399-439.
31 Manuel Fernández Rodríguez, *Toronium: Aproximación a la Historia de una Tierra Medieval* (Santiago de Compostela: Instituto de Estudios Gallegos "Padre Sarmiento", 2004).
32 María del Carmen Pallares Méndez e Ermelindo Portela Silva, *El Bajo Valle del Miño en los Siglos XII y XIII: Economía Agraria y Estructura Social* (Santiago de Compostela: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Santiago de Compostela, 1971); Ermelindo Portela Silva, *La Región del Obispado de Tuy en los Siglos XII a XV: Una Sociedad en la Expansión y en la Crisis* (Santiago de Compostela: Imp. El Eco Franciscano, 1976).
33 Suso Vila-Botanes, *Tui e Valença nos Séculos XI a XV: Os Acontecementos Históricos, Sociais, Artísticos e Económicos* (Tui: Asociación Amigos da Catedral de Tui, 2001).
34 Pascual Galindo Romeo, *Tuy en la Baja Edad Media: Siglos XII-XV*, suplemento ao Tomo XXII de *España Sagrada* (Madrid: Instituto Enrique Flórez - C.S.I.C., 1923).
35 Suso Vila Pérez, *A Cidade de Tui durante a Baixa Idade Media* (Noia: Ed. Toxosoutos, 2009).

*La Frontera y la Guerra*, de José García Oro.[36]

Em Portugal, Luís Carlos Amaral, através da sua tese *Formação e Desenvolvimento do Domínio da Diocese de Braga no Período da Reconquista (Século IX-1137)*,[37] produziu uma análise profunda do processo de reorganização social, populacional e eclesiástica do Entre Douro e Minho durante a Alta Idade Média.

Nos últimos anos, José Marques tem vindo a dar valiosos contributos para a compreensão da morfologia sócio-eclesiástica da fronteira minhota através dos artigos *A Fronteira do Minho, Espaço de Convivência Galaico-Minhota, na Idade Média*, *O Entre Minho e Lima: da Diocese de Tui à Diocese de Ceuta*, *O Censual do Cabido de Tui para o Arcediagado da Terra da Vinha (1321)* e *O Mosteiro de Oia e a Granja da Silva no Contexto das Relações Luso-Castelhanas dos Séculos XIV-XV*.[38] Ainda dentro da mesma linha de investigação, devemos acrescentar o artigo *A Comarca Eclesiástica de Valença do Minho. Antecedentes da Diocese de Viana do Castelo*, de Avelino de Jesus da Costa,[39] a obra de Teresa de Jesus Rodrigues *O Entre Minho e Lima de 1381 a 1514. Antecedentes e Evolução da Comarca Eclesiástica de Valença do Minho*[40] ou, numa vertente mais abrangente, os artigos *Un Observatorio Privilegiado de las Relaciones entre Castilla y Portugal: Tuy en la Edad Media* e *Relaciones entre Portugal y Galicia Siglo XIV-XV*, de Paz Romero Portilla.[41]

Como podemos constatar, poucos títulos se dedicaram exclusivamente ao estudo da natureza ambígua e transfronteiriça da diocese de Tui. Em 2008, Ernesto Iglesias Almeida editou uma interessante obra sobre a sua influência eclesiástica e senhorial em Portugal denominada *O Antigo Bispado de Tui en Portugal*.[42] A nossa dissertação pretende justamente colmatar esta ausência de estudos bilaterais sobre a nobreza, senhorialismo e relações feudo-vassálicas na esfera galego-portuguesa, de forma a avaliar a evolução da sua matriz identitária comum.

Para rematar, podemos afirmar que o trabalho por nós desenvolvido até agora conduzirá à produção de materiais, textos e artigos de carácter científico. No que concerne aos materiais, tentaremos produzir, com a orientação e colaboração de Miguel Nogueira (FLUP), cartografia transfronteiriça da diocese de Tui em três fases distintas: 915-1071 (origens), séculos XII-XIII (apoiada em mapas já publicados em estudos portugueses e espanhóis e em alguma documentação) e séculos XIII-XIV (caso as diferenças em relação à fase anterior sejam significativas). Ela representará a rede paroquial e a situação geográfica dos principais mosteiros, bem como a implantação territorial da

---

36 Manuel Cecilio Díaz y Díaz e Daría Vilariño Pintos, "La Diócesis de Tuy hasta 1100", in *Historia de las Diócesis Españolas. Vol. XIV: Iglesias de Santiago de Compostela y Tuy-Vigo*, coord. José García Oro, 537-548 (Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2002); José García Oro, "La Diócesis de Tuy en la Baja Edad Media (1070-1500): La Frontera y la Guerra", in *Historia de las Diócesis Españolas. Vol. XIV: Iglesias de Santiago de Compostela y Tuy-Vigo*, coord. José García Oro, 549-570 (Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2002).

37 Luís Carlos Amaral, "Formação e Desenvolvimento do Domínio da Diocese de Braga no Período da Reconquista (Século IX-1137) " (Tese de Doutoramento, Universidade do Porto, 2007).

38 José Marques, "O Censual do Cabido de Tui para o Arcediagado da Terra da Vinha (1321) ", *Bracara Augusta* XXXIV, fasc. 78 (1980): 447- 483; id., "O Mosteiro de Oia e a Granja da Silva no Contexto das Relações Luso-Castelhanas dos Séculos XIV-XV", *Revista de História* VI (1985): 97-120; id., "A Fronteira do Minho, Espaço de Convivência Galaico-Minhota, na Idade Média", in *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, II: 697-712 (Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004); id., "O Entre Minho e Lima: da Diocese de Tui à Diocese de Ceuta", *Estudos Regionais* II, nº 1 (2007): 11-29.

39 Avelino de Jesus da Costa, "A Comarca Eclesiástica de Valença do Minho: Antecedentes da Diocese de Viana do Castelo", in *Actas do I Colóquio Galaico-Minhoto*: 72-240 (Ponte de Lima: Associação Cultural Galaico-Minhota, 1983).

40 Teresa de Jesus Rodrigues, *O Entre Minho e Lima de 1381 a 1514: Antecedentes e Evolução da Comarca Eclesiástica de Valença do Minho* (Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais, 2002).

41 Paz Romero Portilla, "Un Observatorio Privilegiado de las Relaciones entre Castilla y Portugal: Tuy en la Edad Media", in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, IV: 247-259 (Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006); id., "Relaciones entre Portugal y Galicia Siglo XIV-XV", *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. História* III Série, vol. 9 (2008): 217-269.

42 Ernesto Iglesias Almeida, *O Antigo Bispado de Tui en Portugal* (Noia: Ed. Toxosoutos, 2008).

nobreza. Dentro deste último parâmetro procederemos da seguinte forma: procuraremos criar mapas sobre as áreas de influência das diferentes linhagens, sobre o património nobiliárquico na região e, especificamente, sobre os direitos e bens das famílias predominantes.

Nos próximos tempos também nos debruçaremos sobre a relação existente entre a construção da soberania portuguesa e os projectos de anexação do sul da Galiza até 1169, pois, como já tivemos a oportunidade de referir, acreditamos que estes e as relações privilegiadas mantidas pelos monarcas e nobreza portuguesa com os poderes de Toronho e Limia espelham um movimento favorável à reconstrução de um reino galego unitário e independente. Este texto desembocará num outro que procurará estabelecer um fio condutor entre a actividade política de Garcia II e o caminho de D. Afonso Henriques nos seus primeiros anos governação.

Numa cronologia distinta, muito mais próxima do traçado cronológico final da nossa tese, procuraremos escrever algumas linhas sobre a influência da aristocracia *"Petrista"* galega e castelhano-leonesa na estratégia político-militar portuguesa seguida até 1383-1385.[43]

Paralelamente, encontramo-nos a preparar um pequeno texto sobre o papel do senhorio e jurisdição eclesiástica transfronteiriça das dioceses de Braga e Tui no processo de transformação de Portugal de um espaço regional numa estrutura nacional, respeitando permanentemente as ambiguidades e singularidades próprias destes dois casos.

Por fim, e completando este rol de pequenos projectos pessoais, apresentaremos alguns resultados parciais da nossa investigação na forma de pequenos artigos sobre algumas das principais linhagens da região, privilegiando primeiramente aquelas que possuem um percurso mais obscuro ou difícil de traçar. Por isso, decidimos tomar como ponto de partida a família de D. Paio Curvo de Toronho (Montor-Toronho), seguindo depois com os Silva e com os menos problemáticos Valadares, Velho e Cerveira. Em conjunto com Inés Calderón Medina, também nos encontramos a investigar a linhagem dos senhores de Cabreira e Ribeira, com o fito de identificar de uma forma inequívoca as origens do Conde Osório de Cabreira e Ribeira, pai de D. Monio Osores de Cabreira e Ribeira.

Portanto, podemos afirmar que, quer pelos seus objectivos, quer pela sua natureza metodológica, a nossa investigação visa gerar uma dissertação única e inovadora no contexto da história social na Península Ibérica, rompendo definitivamente as frágeis e artificiais fronteiras da nacionalidade e naturalidade.

---

43 Aparentemente, podemos tomar D. Soeiro Anes de Parada (fidalgo de origem galega que marcou presença na corte portuguesa em meados do XIV) como um exemplo bastante ilustrativo da frágil situação dos partidários de Pedro I de Castela. Numa carta de doação e privilégio, datada de 4 de Setembro de 1371 e outorgada nas históricas Cortes de Toro, Henrique II concede à Igreja de Tui os bens galegos de D. Soeiro, premiando os seus serviços e ressarcindo-a dos prejuízos que este e outros homens, *"que por malo serviçio de Suer Yanes de Parada y de otras compañas que andaban en nuestro deserviçio teniendo voz del rey de Portogal"*, tinham causado (A.C.H.D.T., Carp. 2, Perg. 17). Este documento demonstra claramente que, em vez de levar a cabo uma estratégia de conciliação com os seus opositores galegos, Henrique II preferiu penalizá-los e que estes, para além de se exilarem em Portugal, tomaram parte nas suas acções contra o novo poder castelhano.

# 6

## Conflitos sociais no Gharb al-Andalus nos séculos VIII e IX

Ana Luísa Sérvulo Miranda
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Resumo

O estabelecimento do domínio islâmico na Península Ibérica, no século VIII, implicou atritos com a população autóctone, bem como entre os próprios muçulmanos. A implementação do emirado independente agudizou uma situação já instável, com a rebelião de grupos que rejeitam as premissas do novo poder político.

Este artigo irá incidir sobre os conflitos sociais nos séculos VIII e IX, no Gharb al-Andalus, que envolveram muçulmanos – árabes, berberes e muladis – e os cristãos, procurando averiguar quais os motivos subjacentes à instabilidade social acima referida. Analisamos, também, o grau de envolvimento da população autóctone, convertida ou não convertida, nestes conflitos, encabeçados pelos estratos sociais mais elevados. Este texto insere-se num estudo mais amplo que deu lugar à tese de mestrado "O Sudoeste do Gharb al-Andalus nos séculos VIII e IX – relações sociais e território".

Abstract

In the eight century, the settlement of Islamic rule over the Iberian Peninsula provoked strife with the native population and among the Muslims as well. The establishment of the independent emirate intensified an already instable situation, with the rebellion of social groups that rejected the premises of the new political power.

This paper focuses on the social conflicts of the eight and ninth centuries in Gharb al-Andalus, which involved Muslims (Arabs, Berbers and Muladis) and Christians, and looks for the reasons that triggered social instability. Moreover, it will analyse the level of engagement of the converted and non-converted native population in these conflicts, under the leadership of the highest social strata. This paper is part of the master thesis titled "O Sudoeste do Gharb al-Andalus nos séculos VIII e IX – relações sociais e território".

### 1. A SOCIEDADE DO AL-ANDALUS

Apontar dados demográficos para esta época é tarefa ingrata, visto que as fontes não precisam números e limitam-se a sublinhar que em determinado ano houve uma grande mortandade, em virtude de algum desastre natural – seca, fome, epidemia – guerra ou tendência emigratória.

Tendo em conta a origem étnica e geográfica, três grupos principais compunham a sociedade do al-Andalus: os árabes, os berberes e os hispânicos. Calcula-se que cerca de 50.000 a 60.000 árabes e berberes entraram nas primeiras décadas do século VIII. No fim desse século, devia ascender a um valor entre os 150.000 e os 200.000 homens.[1] Segundo Cláudio Sanchez Albornoz, o total dos orientais que entraram na Península Ibérica e se disseminaram entre os milhões de hispânicos que nela habita-

[1] Pedro Chalmeta, "Al-Andalus", *Historia de España*, dir. Antonio Domínguez Ortiz, tomo III – *Al-Andalus: musulmanes y cristianos (siglos VIII-XIII)*, 100 (Planeta,1989).

vam limitou-se a 30.000.[2]

No século VIII, os árabes andaluses dividem-se em dois grandes grupos: os *baladies* ou árabes chegados à Península em 711 e nos anos imediatamente posteriores; e os sírios, que se estabeleceram em 740. Ambos constituíram uma autêntica oligarquia que "ocupou os quadros dirigentes da administração civil, militar e religiosa até à caída do califado no século XI".[3]

Estes árabes uniram-se em matrimónio a mulheres hispânicas e apesar de, ao fim de várias gerações, a sua identidade racial se ter diluído, acentuaram sempre a sua origem árabe.[4] Aliás, verifica-se entre os muçulmanos do al-Andalus "esta preocupação e interesse por fixar a genealogia da personagem biografada e remontá-la, se possível, ao primeiro antepassado que chegou à Península Ibérica e entroncá-la com alguma tribo ou facção de tribo da Arábia".[5]

No que respeita aos berberes, as fontes evidenciam a sua preponderância quantitativa na invasão da Península Ibérica.[6] A vinda de árabes foi sempre fomentada pelos governantes, ao passo que a imigração berbere foi incentivada ou restringida, consoante os interesses da governação.

A confissão religiosa implica categorias jurídicas diferenciadas. Segundo a lei islâmica, todos os povos não-muçulmanos são considerados infiéis. Existe, contudo, uma distinção entre os politeístas e os "povos do Livro" (cristãos e judeus). Ao passo que a estes últimos era garantida protecção e permitido o contacto social com a comunidade muçulmana, os primeiros estavam destinados à conversão, morte ou escravidão.[7] A instituição legal da *dhimma* designa uma forma de contrato, pelo qual a comunidade muçulmana concede protecção aos membros das outras religiões reveladas, mediante o pagamento de impostos especiais.[8]

No al-Andalus, o número dos cristãos foi diminuindo por conversão ao Islão e pela perda dos descendentes de matrimónios mistos.[9] A conversão gerava uma clientela, de carácter comunitário, dado que o converso se tornava cliente da *umma* e não de um indivíduo.[10] Jessica Coope sublinha, contudo, que a conversão de um não-árabe implicava necessariamente tornar-se *mawla* ou cliente de uma tribo árabe.[11] Joaquín Vallvé explica que, etimologicamente, *musalim* significa «aquele que pretende ser muçulmano», ao passo que *muwallad* quer dizer «afilhado», «filho adoptivo»,[12] o que corrobora essa perspectiva, embora não especifique qual a amplitude das obrigações e direitos daí decorrentes. Como a maioria dos autores utiliza o termo muladi (proveniente de *muwallad*) para designar o indivíduo convertido, será este que utilizaremos ao longo deste trabalho.

Boisselier assinala uma conversão muito acentuada de moçárabes no século IX,

---

[2] Joaquim Chorão Lavajo, "Islão e cristianismo: entre a tolerância e a guerra santa", *História Religiosa de Portugal*. dir. Carlos Moreira Azevedo, vol. I – F*ormação e Limites da Cristandade*, coord. Ana Maria C. M. Jorge e Ana Maria S. A. Rodrigues, 93 (Lisboa: Círculo de Leitores, 2000).

[3] Joaquín Vallvé, *El Califato de Córdoba* (Madrid: Editorial MAPFRE, 1992), 56-7.

[4] *Vide* nota 3.

[5] *Vide* nota 3.

[6] Ibid., 58.

[7] Patrick Franke, "Minorities", *Encyclopedia of Islam and the Muslim Word*, ed. Richard C. Martin, 2:451 (New York: Macmillan Reference USA, 2004.

[8] Eva-Maria von Kemnitz, "A Construção de uma Nova Sociedade: O Caso Específico da Minoria Moura", *Revista de Guimarães*, nº 106, 1996, 167.

A respeito da *dhimma vide* Félix M. Pareja, *Islamología*, 2: 559 (Madrid: Editorial Razon y Fe S. A., 1952-1954).

E. Levi-Provençal, "La organización política de la España califal", História de España, dir. Ramón Menéndez Pidal, tomo V - España Musulmana. Hasta la Caída del Califato de Córdoba (711-1031 de J.C.). Instituciones y Vida Social y Intelectual, 20 (Madrid: Espasa-Calpe S. A., 1987).

[9] Chalmeta, *Historia de España*, 102.

[10] Ibid., 33.

[11] Jesssica A. Coope, "Religious and Cultural Conversion to Islam in Ninth-Century Cordoba", *Journal of World History*, 4, nº 1 (Spring 1993): 47-68.

[12] Vallvé, *El Califato de Córdoba*, 60.

por medo da pressão contra os seus correligionários que então se revoltaram. Por outro lado, a entrada em cena dos chefes muladis nas lutas políticas do Gharb a partir de 868, faz supor que se apoiam em membros da mesma confissão.[13]

## 2. AS RELAÇÕES SOCIAIS

### A) ENTRE ÁRABES

O saque obtido por Musa e a sua repartição fora, desde o início, alvo de polémica, por suspeita de apropriação do quinto destinado ao califa.[14] A Crónica Moçárabe refere a sua chamada a Oriente a fim de prestar esclarecimentos ao Emir dos Crentes a esse respeito.[15] A distribuição de terras pelo exército por Musa b. Nusayr visaria recompensar as tropas e assegurar a conservação do território conquistado.

Os problemas agudizam-se quando novos contingentes, atraídos por Abd al-Aziz b. Musa, os companheiros de al-Hurr ou de al-Samh e, sobretudo, os sírios de Balj – que chegam em 741 a fim de combater a revolta berbere – reclamam também terras.[16] Os sírios dos *junds* expulsaram a maioria dos árabes e berberes dos territórios conquistados décadas antes, desencadeando, assim, uma guerra civil contra uma força conjunta de baladies e berberes.

O comportamento do sucessor de Balj, Talaba b. Salama al-Amili face aos seus oponentes será um rastilho para sublevações futuras, pois derrotou-os "com grande matança e reduziu ao cativeiro suas mulheres e filhos, coisa que nem mesmo Balj se tinha atrevido a fazer",[17] situação que só acalmará com a chegada de Abu al-Jattar. Tratava-se de "um nobre sírio, natural de Damasco e todos lhe atenderam e prestaram obediência, sírios e baladies". Libertou os prisioneiros e "acomodando os sírios nas diferentes comarcas, tranquilizou-se o estado do al-Andalus".[18]

Nas *kuwar* de Ossónoba e Beja, al-Jattar instalou o *jund* do Egipto com os primeiros baladies e o restante na *kura* de Tudmir; nas duas *kuwar* de Rayya instalou o *jund* da Jordânia; na de Elvira, o de Damasco; e a na de Jáen, o de Qinnasrin.[19] Apesar de cada *jund* integrar elementos de diferentes tribos, existe uma tendência para a preponderância de uma ou outra confederação.[20] É o caso do *jund* do Egipto, na qual os iemenitas estão em maioria, destacando-se, no seio destes, os Yahsubis.

Esta decisão de afastar os *junds* de Córdova constitui, segundo Manzano Moreno, a prova mais clara de que encarregou os sírios da recolha do tributo nas zonas que lhes tinham sido destinadas.[21] Para sua subsistência, concedeu-lhes o terço do que produziam as terras dos cristãos em Elvira, Rayya, Sidónia, Sevilha, Jaén, Tudmir e Beja ou, como indica a Fath al-Andalus, "a terça parte do que pagavam os estrangeiros protegidos".[22]

Porém, nem o próprio emir era imune às disputas que lhe cabia solucionar:

---

[13] Stéphane Boisselier, *Naissance d'une Identité Portuguaise. La Vie Rurale Entre Tage et Guadiana de l'Islam à la Reconquête (Xe-XIVe siècles)* (Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1999), 187.

[14] A respeito do estatuto da propriedade conquistada *vide* Alejandro García Sanjuán "Formas de Sumissión del Territorio y Tratamiento de los Vencidos en el Derecho Islámico Clásico*", El Cuerpo Derrotado: Como Trataban Musulmanes y Cristianos a los Enemigos Vencidos (Península Ibérica, ss. VIII-XIII)*, ed. Maribel Fierro e Francisco García Fitz, 61-111 (Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, 2008).

[15] Crónica Mozárabe de 754, 74-75, in Sebastián Gaspariño García, Historia de al-Andalus Según las Crónicas Medievales, volume III – 710-718. La Conquista de al-Andalus (Fajardel Bravo, 2007), 147-8.

[16] Chalmeta, *Historia de España*, 48.

[17] Don Emilio Lafuente y Alcántara trad., *Ajbar Machmua (Coleccion de Tradiciones). Crónica Anónima del Siglo XI* (Madrid: Imprenta y Estereotipia de M. Rivadeneyra, 1867), 53-54.

[18] *Vide* nota 17.

[19] Mayte Penelas (trad.), *La Conquista de Al-Andalus* (Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2002), 50.

[20] A respeito das confederações tribais *vide*: Roberto Marín-Gúzman, "Arab Tribes, the Umayyad Dinasty, and the Abassid Revolution", *The American Journal of Islamic Social Sciences*, 21:4, 57-96.

[21] Eduardo Manzano Moreno, "El Asentamiento y la Organización de los Yund-Sirios en Al-Andalus", *Al-Qantara: Revista de Estudios Arabes*, vol. XIV, fasc. 2 (1993): 332.

[22] Chalmeta, *Historia de España*, 44.

"Abu al-Jattar não tardou a mostrar o seu partidarismo e preferência pelos iemenitas face aos mudaritas, até extremos que acabaram provocando a sua destituição".[23] Um incidente com al-Sumayl esteve na origem de um levantamento Qaysita, desta feita com a colaboração de tribos do Sul: "formaremos aliança com as tribos de Lajm e de Judam e nomearemos um deles para que tenha o comando em aparência, enquanto nós o temos de facto»",[24] tendo a chefia recaído sobre Tawaba b. Salama da tribo de Judam e oriundo da Palestina,[25] que "fez acudir os membros da sua tribo desde Sidónia, Sevilha, Niebla, Beja e Ossónoba, enquanto os mudaritas se congregavam com Abu al-Ata e al-Sumayl, com o que a sua força se viu redobrada".[26] As tradicionais cisões não constituem, portanto, obstáculo ao estabelecimento de alianças, como esta que une tribos do norte e iemenitas (Lajm e Judam), com o intuito de reforçar as suas fileiras.

É assim que Abu al-Jattar se recolhe à zona de Mérida e Beja a fim de formar um exército com os iemenitas da região, com o qual avança até acampar perto de Córdova. Porém, na iminência da batalha, recua, em virtude de o novo emir ser igualmente iemenita, ao que se segue nova fuga de Abu al-Jattar para Beja.[27]

Em Janeiro de 747, al-Sumayl apresenta um candidato externo, Yusuf n. Abd al-Rahman al-Fihri, pertencente à família dos Fihr, um ramo dos Quraysh que começa por excluir os iemenitas dos benefícios do poder e afasta al-Sumayl para Saragoça,[28] destitui Ibn Hurayt do comando da *kura* de Rayyo (seu anterior apoiante) que acorre a Abul-Jattar.[29] Gera-se um conflito onde, como descrevem os Ajbar Machmua, "de cada divisão se separaram tanto baladies como sírios, vindo os nobres do Iémen com Ibn Hurayt e os de Mudar com Yusuf e al-Sumayl. Cada qual separava-se do seu vizinho para ir em busca da sua tribo".[30]

Debilitado, Yusuf foge para Mérida, onde conta com o suporte familiar e empreende uma "marcha contra Sevilha, da qual era governador naquela época Abd al-Malik ben Umar al-Marwani, a quem se uniram os soldados da divisão de Émeso e alguns outros, enquanto todos os baladies, à excepção de uns poucos, se agregaram a Yusuf".[31] Em 759, é morto por um dos seus companheiros[32], mas alguns seus familiares, como Hisham b. Urwa al-Fihri, irão futuramente insurgir-se contra Abd al-Rahman b. Muawiya, O Omíada.[33]

O califa Hisham b. Abd al-Malik destinara todas as possessões obtidas do quinto legal do al-Andalus ao seu neto Abd al-Rahman.[34] O prestígio da família omíada fez com que numerosos iemenitas de Elvira, Rayyo, Sidónia e Sevilha ficassem do seu lado. Também se lhe uniram clientes Qaysitas e bastantes berberes.[35]

A lealdade de grande parte destas tropas era, contudo, questionável. O apoio prestado a Abd al-Rahman visara, maioritariamente, suplantar os Mudaritas.[36] As fontes revelam que Abu Sabbah, chefe iemenita e governador de Sevilha, logo após o triunfo do omíada, já debatia o seu potencial assassínio: "Matemos este ousado jovem Ibn Muwaiya; assim, o poder cairá nas nossas mãos e o al-Andalus será qahtanida até ao fim dos tempos".[37]

O período que decorre entre as medidas tomadas pelo governador Abu al-Jattar

---

[23] Penelas, *La conquista de Al-Andalus,* 51.
[24] Lafuente y Alcántara, *Ajbar Machmua,* 63.
[25] Ibid., 63.
[26] Penelas, *La conquista de Al-Andalus*, 52.
[27] Ibid., 53.
[28] Hugh Kennedy, *Os Muçulmanos na Península Ibérica* (Lisboa: Europa-América, 2005), 47.
[29] Lafuente y Alcántara, *Ajbar Machmua,* 64.
[30] *Vide* nota 29.
[31] Ibid., 91-2.
[32] Penelas, *La conquista de Al-Andalus*, 82.
[33] Ibid., 83.
[34] Ibid., 24.
[35] Chalmeta, *Historia de España*, 52.
[36] *Vide* nota 35.
[37] Penelas, *La Conquista de Al-Andalus*, 77.

e a chegada de Abd al-Rahman I coincide com uma profunda crise da administração omíada que se acentua após a morte do califa al-Walid II (744). Esta crise dificultou o fortalecimento da autoridade central numa região tão periférica como o al-Andalus.[38] Antes de Abd al-Rahman, o poder tinha recaído sobre a elite árabe, sob a teórica direcção de um governador aristocrata.[39] O seu empossamento como emir, seguido de uma política de concessão de privilégios aos Qaysitas levam ao descontentamento dos antigos aliados, nomeadamente dos Yahsubis.[40]

Em 763, a cidade de Beja foi ponto de partida para uma insurreição das tribos iemenitas do Gharb contra Abd al-Rahman I, liderada por al-Ala ibn Mugit, da tribo dos Yahsubis, apoiante da dinastia abássida. Algumas tradições afirmam ter vindo do norte de África, ao passo que outras defendem que se tratava do chefe do *jund* egípcio estabelecido em Beja.[41] Acolheu partidários entre os árabes andaluses, "sempre desejosos de oportunidades de enriquecimento, de pilhagem e de saciar velhos ódios".[42] A rebelião estender-se-ia a partir de Beja a todo o Gharb.[43]

É possível que esta sublevação contasse com apoios na zona de Sevilha: o seu desenlace final teve lugar em Carmona, onde o *jund* de Hims tinha elementos Yahsubis. Contou também com o apoio de Giyat b. Alqama al-Lajmi, da Palestina e oriundo de Sidónia.[44] Três anos depois, nova revolta tem origem na mesma tribo, desta feita com origem em Niebla, no *jund* de Hims, encabeçada por Said al-Matari, que conta com a participação da maior parte dos iemenitas do Oeste.[45] Assiste-se depois à rebelião do governador de Sevilha, Abu al-Sabbah, em resposta à sua destituição pelo emir[46] que terá como consequência a sua morte.

O seu assassinato fez aumentar o descontentamento no seio dos *junds* de Hims e Egipto. Abu al-Sabbah era bem relacionado: em Niebla (*jund* de Hims) tinha a liderança um primo seu – Abd al-Gaffar – ao passo que em Beja (*jund* do Egipto) contava com outros familiares, nomeadamente Amr b. Talut e Kultum b. Yahsubi. Dá-se, pois, uma nova revolta, protagonizada pelos seus sequazes, cerca de 771/773.[47] Em Sevilha, será Hayat ben Mulamis e Abd al-Gaffar al-Yahsubi a clamar por vingança, no que são apoiados inicialmente pelos berberes do Algarve. No entanto, tendo o emir convencido os chefes berberes a desertar em troca do perdão, estes "cumpriram com o prometido e arrastaram os demais na fuga; mas não se perdoou a berbere nem a árabe, tendo sido todos passados a fio de navalha".[48]

Verifica-se que foram os distritos militares do Egipto (Beja), Hims (Sevilha) e Palestina (Sidónia/Algeciras) os que mais resistiram à autoridade omíada.[49] Tradicionalmente, estas revoltas são interpretadas à luz dos enfrentamentos entre tribos árabes do Norte e do Sul. Porém, as fontes só nos oferecem causas convincentes das rebeliões em apenas dois casos: a de carácter pró-abássida protagonizada por al-Alá b. Mugit al-Yahsubi e a de Abu al-Sabbah b. Yahya al-Yahsubi.[50]

---

[38] Manzano Moreno, *Al-Qantara,* 335-6.
[39] Chalmeta, *Historia de España*, 52.
[40] José D. Garcia Domingues, "A batalha do Alentejo", Lisboa, separata do nº 19 da revista «Independência» da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1958, *O Alentejo Árabe e a sua Integração no Reino de Portugal. Conferência Pronunciada na Sociedade Histórica da Independência de Portugal em 26 de Novembro de 1958*, 10.
[41] Pierre Guichard, Structures Socials «Orientales» et «Occidentales» dans l'Espagne Musulmane (Paris: Mouton, 1977), 235.
[42] E. Levi-Provençal, "La Conquista y la Islamización de España", *História de España*, dir. Ramón Menéndez Pidal, tomo IV - *España Musulmana. Hasta la Caída del Califato de Córdoba (711-1031 de J.C.),* 72 (Madrid: Espasa-Calpe S. A., 1987).
[43] Lafuente y Alcántara, *Ajbar Machmua,* 95.
[44] Manzano Moreno, *Al-Qantara,* 339-40.
[45] Lafuente y Alcántara, *Ajbar Machmua,* 236.
[46] Ibid., 98.
[47] Manzano Moreno, *Al-Qantara,* 341.
[48] Lafuente y Alcántara, *Ajbar Machmua,* 99-100.
[49] Manzano Moreno, *Al-Qantara,* 343.
[50] Ibid., 345.

Será interessante constatar que o fluxo das revoltas no Sudoeste do Gharb segue o caminho das vias de comunicação existentes desde a Antiguidade, pelo que se adivinha uma identidade regional, decorrente de contínuos contactos prévios à conquista muçulmana. A disposição das elites árabes na zona, nomeadamente, da tribo Yahsubi equivale a um estrato mais visível e recente (à data dos acontecimentos) de uma área geográfica com contornos socio-económico-políticos já anteriormente definidos.

As insurreições prosseguem até 773 lideradas, sobretudo, pelos chefes Yahsubis numa tentativa de manter os seus privilégios.[51] São, porém, consecutivamente derrotados pelo emir, no que resulta a queda do seu prestígio a Ocidente e consequente afastamento de cargos administrativos e militares[52] em favor de elementos berberes.

B) ENTRE ÁRABES E BERBERES

Na Península Ibérica, a maioria berbere encontra-se à mercê dos árabes. Desde o início que se verificam fricções entre Musa e Tariq a respeito da repartição do saque e ressentimento daquele face ao sucesso alcançado pelo subordinado.

No Magrebe, a situação agrava-se na década de 730.[53] O governador e administrador financeiro do Egipto, Ubayd Allah n. Al-Habhab, tenta impor o *kharaj* aos berberes, a fim de aumentar as receitas, tão necessárias para pagar ao exército sírio.[54] Quando o subgovernador de Tânger começa, em 739, a dificultar a saída dos berberes para o al-Andalus, é assassinado e estala uma rebelião, sob a égide do kharijismo.[55]

Os berberes da Península Ibérica "ao saber do triunfo que os de África tinham alcançado contra os árabes e demais súbditos do califa, sublevaram-se nas comarcas do al-Andalus e mataram ou afugentaram os árabes da Yilliqiyya, Astorga e demais cidades situadas mais além das gargantas da serra de Guadarrama".[56] Com um exército numeroso passaram o rio Tejo em busca de Abd al-Malik b. Qatan, o qual mandou contra eles os seus dois filhos Qatan e Ummayya, com os sírios de Balj e os baladies[57] que sairão vencedores do conflito.

As rebeliões berberes de relevo voltarão a suceder no reinado de Abd al-Rahman b. Muwaiya. No Gharb, o foco mais activo de rebeliões lideradas ou com participação berbere foi Mérida. Asbag b. Wansus, membro reputado de um distinto clã emeritense, frequentava esta cidade onde tinha muitas alcarias e bens, era "obedecido nela por todos os árabes, berberes e seus clientes e consultado por todo o governador que a detinha, fazendo-lhe a sua vontade, até que em começos do ano 190, [812] sucedeu-lhe com um governador do emir um assunto que lhe desagradou e humilhou (...). E tendo convidado a gente de Mérida a sublevar-se com ele, como acederam, expulsou o governador de Mérida e apoderou-se dela, durando a sua insubmissão ali, em desobediência ao califa, sete anos".[58] Vemos que esta perturbação tem uma origem localizada, não se tratando de uma desobediência concertada à entidade governativa de Córdova.

Os ataques do emir al-Hakam contra Mérida repetiram-se durante anos, até que esta foi tomada pacificamente, mediante uma capitulação outorgada a Asbag b. Abd Allah b. Wansus que passaria a integrar os círculos próximos do emir, apesar de, posteriormente, ter sido autorizado a frequentar as alcarias de que dispunha na região.[59]

---

[51] Christophe Picard, *Le Portugal Musulman (VIIIe – XIIIe siècle). L'Occident d'al-Andalus sous Domination Islamique* (Paris: Maisonneuve & Larose, 2000), 33.
[52] José D. Garcia Domingues, *O Alentejo Árabe,* 10.
[53] A este respeito *vide* Ibn Khaldoun, *Histoire des Dinasties Musulmanes de l'Afrique Septentrionale*, traduite de l'árabe par M. Le Baron de Slane, (Alger: Imprimerie du Gouvernement, 1852), 1: 316-317.
[54] Kennedy, *Os Muçulmanos na Península Ibérica*, 42.
[55] Chalmeta, *Historia de España*, 43.
[56] Lafuente y Alcántara, *Ajbar Machmua,* 48.
[57] Ibid., 50.
[58] Ibn Hayyan, *Crónica de los Emires Alhakam I y Abdarahman II entre los años 796 y 847 [Almuqtabis II-1]*, trad. Mahmud Ali Makki y Frederico Corriente (Zaragoza: Instituto de Estudios Islámicos y del Oriente Próximo), 46.
[59] *Vide* nota 58.

Mahmud b. Abd al-Gabbar b. Zaqilah, também berbere de Mérida, proclamou a sua rebeldia e expulsou o governador. Ao revoltoso parece ter faltado o apoio popular de que Ibn Wansus usufruíra, como se depreende do seguinte: "Mas os seus vizinhos berberes que não tinham entrado nesse jogo e manifestavam a sua firme submissão começaram a atacar entretanto estes rebeldes e a causar-lhes prejuízos",[60] pelo que opta por fugir para Badajoz.[61]

Em 840, advertido de que Abd al-Rahman o persegue, alia-se a Sulayman b. Martin (que a julgar pelo nome, se trata de um muladi), do qual se separará pouco tempo depois. Muhagir, filho de Suleyman, e o resto dos companheiros dissidentes reúnem-se a Mahmud que "saiu com todos até à vizinha *kura* de Ossónoba por causa da sua fertilidade, inacessibilidade das suas montanhas e distância face aos seus inimigos".[62]

Dois anos depois, o emir Abd al-Rahman conduz pessoalmente uma larga campanha que percorreu todas as *kuwar* do Ocidente, que "pisou uma por uma, procurando os dissidentes e tratando de conseguir a sua obediência, até chegar à de Ossónoba em busca deste rebelde, Mahmud b. Abd al-Gabbar, que lhe resistiu por causa da inexpugnabilidade das suas altas montanhas".[63]

### C) Entre árabes e autóctones

Os cronistas do século VIII caracterizaram a paz instaurada pelos muçulmanos na Península Ibérica como uma paz fraudulenta (*pax fraudifica*). Detrás da aparente serenidade com que acatavam a exploração tributária e a marginalização de que eram alvo, os naturais da Península Ibérica levantavam-se em armas de cada vez que as conjunturas políticas o permitiam.[64]

A zona ocidental da Península terá sido conquistada por Abd al-Aziz, filho de Musa, entre os anos 714 e 716. A fácil incorporação destes territórios nas regiões islamizadas decorreu de um processo de negociação que permitiu às populações indígenas, em particular as dos territórios de Santarém e de Coimbra, usufruir de um estatuto de grande autonomia. Santiago Macias chama a atenção para "o peso da aristocracia visigoda que se manteve na posse dos seus bens e continuou a influenciar os destinos das regiões ocidentais".[65]

Com a implantação do emirado independente, a manutenção de um exército permanente e a política de atracção de omíadas pressupõem gastos consideráveis, o que implica um aumento da pressão fiscal e a apropriação de novas terras.[66] As primeiras vítimas foram os cristãos. Segundo Chalmeta, é neste contexto que temos de situar a perseguição aos cristãos de Sevilha e da Lusitânia ou a expropriação dos descendentes de Vitiza das possessões que lhes haviam sido reconhecidas por al-Walid.[67]

As sucessivas tentativas de centralização do poder por parte dos emires e califas chocaram, frequentemente, com o desejo autonomista manifestado pelas elites locais. Essas rebeliões de carácter local tenderam, por sua vez, a gerar movimentos unificadores à escala regional[68] com forte adesão da população autóctone. É neste quadro que se inserem as revoltas que, na segunda metade do século VIII, tiveram a sua origem na tribo dos Yahsubis, já aqui abordada, que contaram com o apoio da população.

A sua causa imediata pode estar ligada ao confisco de terras dos cristãos que,

---

[60] Ibid., 299.
[61] *Vide* nota 60.
[62] *Vide* nota 61.
[63] Ibid., 303.
[64] Chorão Lavajo, *História Religiosa de Portugal*, 95-96.
[65] Santiago Macias, *Mértola. O Último Porto do Mediterrâneo* (Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 2005), 1: 33.
[66] Penelas, *La Conquista de al-Andalus*, 54.
[67] Ibid., 55.
[68] Cláudio Torres e Santiago Macias, *O Legado Islâmico em Portugal* (Lisboa: Círculo de Leitores, 1998), 21.

assim, se juntam ao movimento encimado pelos árabes. Tendo em conta que os rendimentos do *jund* dependiam dos impostos pagos pelos camponeses nativos, uma diminuição da propriedade colectável traduzia-se numa redução da receita. O apoio das gentes de Beja a estas insurreições deixa supor a adesão dos clientes dos árabes e, talvez, dos camponeses ao seu serviço.[69]

Nos primórdios da conquista tinham-se já registado actos de inconformismo nesta região perante o avanço muçulmano. Referimo-nos ao papel dos cristãos de Beja no acolhimento concedido aos sevilhanos, após a conquista da cidade e no subsequente apoio ao ataque à guarnição de Sevilha, em 714: "Os cristãos de Sevilha planearam, entretanto, uma conjura contra os muçulmanos que havia na cidade e, tendo ajudado desde a cidade chamada Niebla e a que tem por nome Beja, mataram oitenta homens".[70]

Também a rebelião de Urwa b. al-Walid al-Dhimmi, na década de 50, teria contado com o apoio dos cristãos. Para Santiago Macias, "não é apenas uma coincidência que as revoltas se tenham desenrolado nos locais onde os árabes foram instalados em *jund*, onde se encontravam ainda os restos de uma aristocracia vinda de Sevilha e onde estava presente o que resistia de uma classe de proprietários [autóctones]".[71]

Os camponeses estavam na dependência de chefes árabes, de aristocratas hispano-romanos ou de comunidades religiosas, o que sugere uma relativa autonomização dos territórios do Gharb em relação à autoridade de Córdova.[72] O apoio dos cristãos de Beja às revoltas supracitadas sugere que, sob a aparência de motivações meramente tribais, estas lutas parecem ser "um pretexto da região para vincar os seus direitos, numa tentativa da aristocracia local para não perder privilégios".[73]

O que parece evidente ao longo da primeira metade do século IX é que o epicentro da contestação ao poder cordovês começa a deslocar-se de Beja para latitudes mais a norte, o que se torna particularmente visível na sequência de rebeliões que Mérida protagonizará nesta época.

Quando eclode a grande *fitna* na segunda metade do século IX, as populações rurais começam a fornecer um apoio activo aos chefes muladis do Garb. Esta posição de força explica-se, para os convertidos, "pela sua ascensão à dignidade de muçulmanos e a desilusão, de seguida, face ao desprezo dos árabes e a manutenção de um estatuto fiscal inferior".[74] É nesse contexto que se insere o retorno à dissidência da população de Mérida, em 823, sob a liderança de Marwan b. Yunus Al-Jilliqi, pai de Abd al-Rahamn b. Marwan «O Galego», caudilho da rebelião do ocidente do al-Andalus na época do emir Muhammad.[75] O aliado de Ibn Marwan, Sadun b. Fath al-Surunbaqi, era, por sua vez, um poderoso chefe militar provavelmente originário da região entre Coimbra e Santarém que assaltou várias fortalezas situadas entre Coimbra e Beja, até que foi morto por Afonso, senhor da Galiza.[76]

Em 875, Hashim avança para combater Ibn Marwan que, por agravos pessoais recebidos na Corte, se tinha sublevado na Estremadura e reunido apoiantes, entre os quais o próprio rei de Leão, acabando por ter sido feito prisioneiro e resgatado pelo emir Muhammad por uma soma considerável.[77] Daqui se depreende a falta de recursos do poder central para fazer vingar a sua posição na referida área.

Uma outra revolta tem lugar no Gharb, desta feita, originada por Tumlus, caudilho de origem desconhecida, presumivelmente moçárabe ou berbere: "o emir al-Hakam

---

[69] Picard, *Le Portugal musulman*, 31.
[70] Lafuente y Alcántara, *Ajbar Machmua,* 30.
[71] Santiago Macias, "Islamização no Território de Beja – reflexões para um debate", Análise Social, vol. XXXIX, 173, Janeiro a Março de 2005, 816.
[72] Ibid., 817.
[73] Ibid., 816.
[74] Boisselier, *Naissance d'une Identité Portuguaise*, 236.
[75] Ibn Hayyan, *Crónica de los Emires*, 55.
[76] Santiago Macias, *Mértola. O Último Porto do Mediterrâneo*, 49.
[77] Lafuente y Alcántara, *Ajbar Machmua,*126.

enviou a seu filho Hisham em aceifa contra a região ocidental, após o rebelde conhecido por Tumlus, que se tinha apoderado de Lisboa e zonas limítrofes do extremo ocidental do al-Andalus até Coimbra (...) ao mesmo tempo que Tumlus esquivava-se na inexpugnabilidade das fortalezas".[78] Segundo a mesma crónica, este faria propaganda proiemenita, tendo-se dispersado, após a sua morte, a comunidade que liderava.[79]

A mesma instabilidade que assola o Gharb regista-se em diferentes pontos do al-Andalus. Sobretudo Toledo, Mérida e a Fronteira Superior são palco de revoltas contra os omíadas, encabeçadas sobretudo por gentes de origem peninsular convertidas ao Islão. Estes líderes mantinham relações fluídas com monarcas cristãos (e com o próprio cristianismo, como no caso de Ibn Hafsun, o rebelde de Málaga), como o comprova a oferta de ajuda militar de Luís, o Piedoso às gentes de Mérida na sua luta contra Abd al-Rahman II ou a já citada ligação de Ibn Marwan ao rei de Leão.[80]

A atitude dos moçárabes é menos fácil de apreender. Pragmaticamente, Boisselier observa que "não se deve exagerar a implicação «popular» nas lutas civis e políticas desta época: ela limita-se a uma simples adesão, quase automática, ao poder no momento no lugar, adesão motivada pela preocupação primordial de segurança – à qual os príncipes independentes tentam, aliás, responder".[81]

Em 824, teve lugar, em Córdova, a revolta do Arrabalde, protagonizada pela sua população: "ergueram-se contra eles na sequência de muitos rancores que lhe tinham ido guardando; tomaram as armas de improviso e dirigiram-se ao seu alcazár".[82] Seriam muladis, os líderes da sedição, segundo refere o excerto: "[os cordoveses] não deixavam de murmurar, os seus cabecilhas recorriam a colóquios nocturnos nas mesquitas para ocultar-se do sultão, contra quem conspiravam".[83]

Sensivelmente três décadas depois, no al-Andalus, regista-se uma insurreição levada a cabo por alguns *dhimmis* cordoveses – o episódio dos mártires de Córdova – ocorrida entre os anos 850 e 859. Esta, porém, é negligenciada pelas fontes árabes, ao passo que as fontes cristãs contemporâneas são prolixas em detalhes.[84]

A maioria dos cinquenta cristãos era acusada de fazer comentários públicos insultuosos acerca do Profeta ou de pregar abertamente a doutrina cristã. Este movimento não estava, contudo, confinado aos monges, freiras e clérigos, pois incluía um soldado do exército emiral, antigos funcionários públicos do governo islâmico e filhos de pais muçulmanos.[85]

Lapiedra Gutiérrez chama a atenção para o facto de nos concílios e mosteiros se fomentar a obsessão pela salvação pessoal, gerando-se um ambiente de ansiedade espiritual, na qual o martírio era uma opção viável.[86] A isto devemos somar a consciência dos elementos cristãos mais conservadores da força cada vez maior que a cultura árabe exercia sobre a hispânica.[87]

## CONCLUSÃO

No que diz respeito às relações entre os principais grupos sociais do al-Andalus, verificamos que o conflito é uma constante entre os árabes. A pretexto da solidariedade tribal, pegam em armas para vingar a morte de familiares perpetrada por facções contrá-

[78] Ibn Hayyan, Crónica de los Emires, 48.
[79] Ibid., 86.
[80] Eduardo Manzano Moreno, *Conquistadores, Emires y Califas. Los Omeyas y la Formación de Al-Andalus* (Barcelona: Crítica, 2006), 320-2.
[81] Boisselier, *Naissance d'une Identité Portuguaise*, 236.
[82] Ibn Hayyan, *Crónica de los Emires*, 55.
[83] Ibid., 60.
[84] Ibid., 457.
[85] Jessica A. Coope, "Religious and Cultural Conversion to Islam in Ninth-Century Umayyad Cordoba", *Journal of World History* 4, 1 (1993): 51.
[86] Eva Lapiedra Gutiérrez, "Los Mártires de Córdoba y la Política Anticristiana Contemporánea en Oriente", *Al-Qantara. Revista de Estudios Árabes*, volume XV, Fasc. 2, Madrid, 1994, 462.
[87] Ibid., 463.

rias. Uma observação mais atenta revela possíveis factores de ordem material, fiscal, política e de prestígio que lhes estão subjacentes.

As fontes revelam os berberes em conflito com os árabes em situações bem identificáveis, como a rebelião de 740, na qual os berberes reivindicam um estatuto idêntico ao dos árabes, no seguimento da revolta ocorrida pouco tempo antes no Magrebe. Também surgem associados a revoltas iemenitas contra o poder central ou por iniciativa própria, como as que partem de Mérida e que têm como causa desentendimentos com representantes da autoridade cordovesa.

Os autóctones mantêm-se, normalmente, afastados das querelas alheias, interferindo, porém, nas revoltas que partem de Beja ou Mérida, locais onde existe um um núcleo de população com uma liderança forte que se organiza em torno de interesses locais e regionais. Isto será notório durante a fitna do século IX, na qual os líderes muladis poderão contar, maioritariamente, com o apoio da população das regiões de onde são originários.

# 7

## Conflictos socio-políticos en la villa de San Vicente de la Barquera en la Baja Edad Media

Fernando Martín Pérez
Universidad de Cantabria

Resumen

Este artículo trata sobre la participación del común en los conflictos socio-políticos que se dieron en San Vicente de la Barquera a partir de la implantación del Regimiento a finales del siglo XIV. En primer lugar, hemos centrado la problemática en el contexto, tanto historiográfico como histórico, de los conflictos socio-políticos en las ciudades castellanas de los siglos XIV y XV. En segundo lugar, se expone el método de análisis de la documentación. En tercer lugar, abordamos los conflictos socio-políticos que se dieron en San Vicente de la Barquera en la Baja Edad Media. En este último apartado tratamos de observar el papel que jugó el común de la villa en las luchas por el acceso al concejo y los diferentes instrumentos que empleó, tales como su participación en las *luchas de bandos*, las solidaridades mutuas y la vindicación, la cual entendemos como una forma de protesta social.

Abstract

This paper is about the commons' participation in the social and political conflicts of San Vicente de la Barquera since the establishment of the "Regimen" (i.e. closed town-council) at the end of the 14th century. Firstly, we focus the problem into its historical and historiographical context of the urban conflicts in Castile during the 14th and 15th centuries. Secondly, we expose the methodology of sources' analysis. Thirdly, we analyze the social conflicts which happened in San Vicente de la Barquera in the Late Middle Ages and we explain the role played by the commons in the struggles to obtain a post in the town council and the diferents kinds to get it, such as its participation in the struggles of factions, the self solidarity and the vindication, which was a way of social protest.

### 1. Problemática central de la investigación y objetivos

El presente trabajo se centra en los conflictos socio-políticos acaecidos en la villa de San Vicente de la Barquera durante el periodo bajomedieval. Dicha conflictividad ha sido atribuida por la historiografía tradicional a la oligarquía, en lo que se conoce como *luchas de bandos*, pero se desconoce aún el peso que tuvo el *común* en la generación de la misma, ya que la documentación nos revela que buena parte de las reivindicaciones proceden de este sector social.

En este sentido, cabe entender los conflictos como un enfrentamiento a causa de la definición identitaria de un grupo, que se consolidó como superior frente a otros y para ello controló el acceso a las estructuras del poder urbanas. En San Vicente de la Barquera, observamos que las estructuras del gobierno urbano fueron acumulándose en manos de unos pocos del grupo de *omes buenos* de la villa, los cuales fueron apartando de las mismas a los miembros del *común*. Este "cierre social" que llevaron a cabo las oligarquías "elitizadas" hizo que los miembros de la *communydad* de la villa se sintieran marginados de la administración de la misma. La "elitización" de una parte de los miembros del *común* y la articulación del Regimiento en la villa, llevó a la sociedad barquereña a encontrarse dividida en dos facciones: la de aquellos que ostentaban el

poder y la de los que optaban a alcanzarle, lo que generó múltiples conflictos de carácter horizontal y vertical.[1]

A través del presente artículo abordaremos los conflictos socio-políticos que se dieron en San Vicente de la Barquera en la Baja Edad Media. Trataremos de observar el papel que jugó el *común* de la villa en las luchas por el acceso al Regimiento y los instrumentos de lucha que emplearon.

El componente teórico del presente trabajo se ayuda de principios sociológicos relacionados con la teoría weberiana del *social closure*.[2] Dado el carácter metodológico de este trabajo, trataremos de abordar el tema a la luz de la investigación doctoral que estamos realizando bajo la dirección del Prof. Dr. Jesús Ángel Solórzano Telechea.

## 2. Contexto nacional de la problemática central de la investigación

Las ciudades y villas castellanas se vieron envueltas en conflictos de muy variada procedencia en los siglos XIV y XV. Entre ellos, destacamos aquellos de naturaleza sociopolítica, los cuales enfrentaron a dos facciones sociales bien definidas, la oligarquía y el *común*.[3]

En primer lugar, la Corona de Castilla experimentó a finales del siglo XIII y principios del XIV un desarrollo de las instituciones favorable a las élites urbanas. La introducción del Regimiento por Alfonso XI en 1348 vino precedida de un periodo de gran inestabilidad. Este desequilibrio social se debió en parte a la oligarquización de una serie de familias que acapararon el poder en sus manos. Con el Regimiento esta situación se institucionalizó, permitiendo el fortalecimiento de los linajes castellanos centralizados en la figura del "pariente mayor". De esta forma el acceso al poder quedó reducido a las grandes familias de las ciudades y villas castellanas, marginando así a la mayoría de los vecinos.[4] En Segovia, por ejemplo, había dos linajes que se repartían dos tercios de los puestos del regimiento según el ordenamiento real de 1345, lo cual llevó a una progresiva monopolización del poder por parte de los linajes en detrimento de la comunidad.[5] Esta realidad de dos linajes aspirantes al control del poder en los núcleos urbanos castellanos dio lugar a *ruidos, alborotos, asonadas*, etc. que conocemos como *luchas de bandos*.[6] La situación provocó graves desórdenes no sólo en los grupos dominantes, sino en aquellos que pese a no participar en las instituciones, sufrían las conse-

---

[1] Pedro Castón Boyer e Julio Iglesias de Ussel, "Ralph Dahrendorf y la teoría de la acción social", in Herrera Gómez e Iglesias de Ussel, coords., *Teorías sociológicas de la acción*, (Madrid: Tecnos, 2005), 63-80; Giuliano Milani, "Partecipare al comune: inclusione, esclusione, democrazia", *Bullettino Roncioniano* (2006): 36-39.

[2] Raymond Murphy, "The struture of closure: a critique and development of the theories of Weber, Collins, and Parkin", *The British Journal of Sociology* vol. 35 nº 4 (1984): 548-549.

[3] Sobre el término, vid. Jesús Ángel Solórzano Telechea, "La aparición y consolidación de la acción política del Común en las villas portuarias del Cantábrico en la Baja Edad Media", in Jesús Ángel Solórzano Telechea, Michel Bochaca e Amélia Aguiar Andrade, eds., *Gentes de mar en la ciudad atlántica medieval* (Logroño: IER, 2012), 297-298.

[4] María Isabel del Val Valdivieso, "Oligarquía *versus* común (Consecuencias sociopolíticas del triunfo del regimiento en las ciudades castellanas)", *Medievalismo* nº 4 (1994): 41-49.

[5] María Isabel del Val Valdivieso, "Ascenso social y luchas por el poder en las ciudades castellanas del siglo XV", *En la España Medieval* 17 (1994): 161.

[6] José María Monsalvo Antón, "Luchas de bandos en Ciudad Rodrigo durante la época trastámara", in María Isabel del Val Valdivieso e Pascual Martínez Sopena, dirs., *Castilla y el mundo feudal. Homenaje al profesor Julio Valdeón*, vol. III (Valladolid: Junta de Castilla y León. Universidad de Valladolid, 2009), 201-214; Jesús Ángel Solórzano Telechea, "Elites urbanas y construcción del poder concejil en las Cuatro Villas de la Costa de la Mar (siglos XIII-*XV*)", in Beatriz Arízaga Bolumburu e Jesús Ángel Solórzano Telechea, eds., *Ciudades y villas portuarias del Atlántico en la Edad Media. Nájera I Encuentros Internacionales del Medievo* (Logroño: IER, 2005), 189-190; Jesús Ángel Solórzano Telechea, "Del conflicto al delito: la violencia en la sociedad urbana de Cantabria durante la Baja Edad Media", in Manuel González Morales e Jesús Ángel Solórzano Telechea, eds., *II Encuentro. Historia de Cantabria*, vol. 1 (Santander: Publican, 2002), 343; María Isabel del Val Valdivieso, "La perturbación de la paz urbana en la Castilla del siglo XV", in Beatriz Arízaga Bolumburu e Jesús Ángel Solórzano Telechea, *La convivencia en las ciudades medievales. Nájera. IV Encuentros Internacionales del Medievo*, (Logroño: IER, 2008), 33-36.

cuencias de los alborotos, debido a su adhesión a los diferentes *bandos*.[7]

De otra, las élites urbanas en unos casos impidieron el acceso y en otros expulsaron a los vecinos de las clases emergentes, como los comerciantes o los artesanos más dinámicos, integrantes del *común*. El grupo de los pecheros fue perdiendo representatividad y fuerza política en sus ciudades y villas a lo largo de todo el siglo XIV, en especial tras la introducción del Regimiento.[8] Ante esto, el *común* se sirvió de las collaciones, los barrios, las parroquias, las hermandades y las cofradías, para organizarse frente a los abusos de una facción más potente.[9] Los grupos del *común* eran conscientes de pertenecer a diferentes asociaciones relacionadas con sus corporaciones de oficios, la religiosidad, sus vecinos más próximos, etc., así mismo, se encontraron siempre alejados de la identidad propia de los miembros de las oligarquías urbanas.

Aquellos que se encontraban marginados del poder urbano en los espacios al sur del Duero manifestaron temprano su descontento en diferentes villas, como Cuenca, en 1292.[10] En el norte de Castilla, la introducción del Regimiento fue tardía, por lo que los conflictos socio-políticos que se dieron en relación a las *luchas de bandos* y las quejas del *común* se documentan a partir de finales del siglo XIV.[11]

Los diversos estudios de las *luchas de bandos* en las villas cántabras y vascas han enfocado este fenómeno de diferentes maneras. En los años 70, se observaban estas luchas ligadas con el descenso de las rentas de los señores y las acciones antiseñoriales de ciertos grupos alejados de las clientelas linajudas.[12] En la actualidad, la dinámica de las *luchas de bandos*, tanto en las villas del norte peninsular como en otras zonas europeas, la percibimos relacionada con una pugna por el control del poder entre dos facciones, quienes gobiernan y quienes, marginados de las instituciones de poder, aspiran a gobernar.[13] Esta conflictividad fue tardía en relación a otras zonas de la Corona de Castilla pero siguió unas directrices similares a las de otros lugares de la Península.[14]

Las luchas banderizas en la cornisa Cantábrica variaron en cuanto a intensidad se refiere durante el transcurso de la Baja Edad Media. Para el caso de Laredo, por ejemplo, Jesús Solórzano ha establecido tres etapas, que se pueden extrapolar a otros territorios vecinos: una primera (finales del siglo XIV-principios del XV) caracterizada por la lucha entre dos facciones por el acceso al Regimiento; una segunda etapa de estabilidad tras la intervención regia que en Laredo se dio en 1405; la tercera y última fase es aquella que comenzó tras el asesinato del corregidor Juan de las Casas en 1480 y la posterior supresión de las alcaldías, lo que dio lugar al momento de mayor conflictividad social. El fin de este tercer periodo trajo consigo la instauración del sistema de insaculación, que en Laredo se estableció en 1497.[15]

Vitoria fue la primera villa del norte de la Corona de Castilla cuya *communydad* respondió ante los daños que provocaban los linajes urbanos y las *luchas de bandos*. Allí, en 1476, los vecinos, reunidos en la iglesia de San Pedro, decidieron prescindir de los bandos, identificados como la causa de la mayor parte de los desastres sufridos en la villa. Debido al rechazo hacia los parientes mayores, los vecinos se pronunciaron en

[7] Óscar López Gómez, La sociedad amenazada. Crimen, delincuencia y poder en Toledo a finales del siglo XV (Toledo: Ayunamiento de Toledo, 2007), 237-256.
[8] Jesús Ángel Solórzano Telechea, "Linaje, comunidad y poder: desarrollo y consolidación de identidades urbanas contrapuestas en la Castilla Bajomedieval", in *Aragón en la Edad Media. Seminario de Historia Medieval* (Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 2007): 75-76.
[9] Ibid., 86-88.
[10] María Isabel del Val Valdivieso, "Oligarquía *versus* común…", 45.
[11] Jesús Ángel Solórzano Telechea, "Élites urbanas…", 199-206.
[12] José Ramón Díaz de Durana, "Historia y presente del tratamiento historiográfico sobre la lucha de bandos. Balance y perspectivas al inicio de una nueva investigación", in José Ramón Díaz de Durana, *La lucha de bandos en el País Vasco: de los Parientes Mayores a la hidalguía universal* (Bilbao: UPV,1998), 21-46.
[13] Jelle Haemers, "Factionalism and state power in the Flemish Revolt (1482-1492)", *Journal of Social History* vol.42 4 (2009): 1009-1039.
[14] Arsenio Dacosta Martínez, *Los linajes de Vizcaya en la Baja Edad Media: Poder, parentesco y conflicto* (Bilbao: Universidad del País Vasco, 2003), 281-386.
[15] Jesús Ángel Solórzano Telechea, "Violencia y conflictividad política en el siglo XV: el delito al servicio de la élite en las Cuatro Villas de la Costa de la Mar", *Anuario de Estudios Medievales* 35/1, (2005): 168-175.

favor de una élite del *común* mediante un nuevo sistema contractual basado en la *insaculación,*[16] abriendo de esta forma el acceso al gobierno de la villa. De esta manera, los nuevos miembros del gobierno saldrían de los más ricos y abonados de la ciudad no adscritos a ningún *bando* o linaje.[17]

La extensión del sistema de *insaculación* a lo largo de la Cornisa Cantábrica se encuentra documentada en villas como Bilbao, Laredo o Santander entre otras muchas. Este procedimiento se aplicó también en otras villas del interior y del sur como Almería, Baza, Carrión de los Condes o Málaga.[18] Con este logro, los vecinos de las villas castellanas abrieron en cierta medida el acceso a los puestos del Regimiento a una parte de la sociedad alejada de los linajes y los *bandos*. La idea de *communydad* y de *bien común* se encuentra en el discurso de esas élites del *común* que reclamaron a finales del siglo XV el derecho a optar por el acceso a los puestos de las instituciones urbanas.

Bilbao, una villa que gozaba de una universidad de mercaderes desde mediados del siglo XV, experimentó el nuevo sistema en 1483. Anteriormente a esto, a pesar de gozar de una élite del *común* fuerte, los linajes Oñaz y Gamboa se repartían el regimiento de la villa. Ante los continuos problemas derivados de las *luchas de bandos*, los vecinos de la villa encontraron el apoyo de los Reyes Católicos. Isabel I envió al licenciado Garcí López de Chinchilla para que pusiese fin a los desórdenes de la villa. Los vecinos de Bilbao solicitaron a éste que les concediera las ordenanzas de las que ya disfrutaban los vecinos de Vitoria, a partir de las cuales Chinchilla redactó su *Capitulado*. De esta forma, el sistema de la *insaculación* comenzó a extenderse con el apoyo de los monarcas, los cuales pretendieron acabar con las *luchas de bandos* por medio de diversas ordenanzas, entre ellas las quince de las que consta el texto del *Capitulado*.[19]

En Laredo, por ejemplo, esta toma de conciencia cuajó a través de la cofradía de San Martín, la cual afirmaba representar al *común* de la villa desde 1443.[20] Aquí, la apropiación de los cargos del gobierno urbano por parte del linaje de los Villota hizo que Enrique III sancionara el sistema electoral concejil "*por vía de bando e linaje*", homologando el sistema de elección a partir del cual se elegía el regimiento de los hombres buenos "*de cada anno por las sesenta a setenta boses de los pecheros mas quantiados de la dicha villa*",[21] en un momento en que los mayores conflictos que se estaban produciendo en las ciudades y villas castellanas eran los conflictos banderizos entre redes linajudas por mantener o por alcanzar el poder de los regimientos.[22]

Tras el cierre del acceso al concejo de Laredo, las protestas del *común* acerca de las *luchas de bandos* se documentan a lo largo del siglo XV. El último documento de estas quejas de la *communydad* hacia los abusos de un oligarca es de 1484 contra el corregidor Diego de Osorio.[23] La figura de Juan de Escalante fue de vital importancia en cuanto a la introducción del sistema insaculatorio en Laredo, en 1497. Éste envió una carta de protesta a los Reyes Católicos como representante de la "*Republica e*

---

[16] Regina Polo Martín, "Los Reyes Católicos y la insaculación en Castilla", *Studia Storica* 17, (1999): 137-197.

[17] Jesús Ángel Solórzano Telechea, "Linaje, comunidad y poder…", 90.

[18] María Isabel del Val Valdivieso, "La villa de Durango en el contexto vizcaíno bajomedieval", Medievalismo 16, (2006): 198-199: "[…]la villa de Tabira de Durango[…] quel liçençiado de Chinchilla del nuestro consejo por virtud de los poderes que de nos tenia dis que fiso çierta comunidad e hermandad.[…]"; José Ramón Díaz de Durana, "La reforma municipal de los Reyes Católicos y la consolidación de las oligarquías urbanas: el capitulado vitoriano de 1476 y su extensión por el nordeste de la Corona de Castilla", in La formación de Álava, vol. I, (Vitoria: Diputación Foral de Álaba, 1985): 213-236; Jesús Ángel Solórzano Telechea, "'Las Nereidas del Norte': puertos e identidad urbana en la fachada cantábrica entre los siglos XII-XV", in Juan Antonio Barrio Barrio, coord., Anales de la Universidad de Alicante. Historia Medieval 16 (2010), 58.

[19] Iñaki Bazán Díaz, Delincuencia y criminalidad en el País Vasco en la transición de la Edad Media a la Edad Moderna (Vitoria: SPCGV, 1995), 66-67.

[20] Jesús Ángel Solórzano Telechea, "Élites urbanas…", 202-204; 214.

[21] Ibid., 199-206.

[22] María Concepción Quintanilla Raso, "Política ciudadana y jerarquización del poder. Bandos y parcialidades", *En la España Medieval* 20 (1997): 182-184.

[23] Jesús Ángel Solórzano Telechea, " Élites urbanas…", 219.

*communydad*" de Laredo.[24] En esta carta, el mercader denunció los abusos de los bandos linajudos de la villa, el desgobierno que se daba en la misma, y el "*gran dapno*", que esto provocaba. Así, Juan de Escalante pidió a los Reyes Católicos en nombre de la *communydad* reformar el sistema de elección concejil, dando acceso a los puestos de gobierno a las élites del *común* con el objetivo de acabar de esta manera con los alborotos provocados por las luchas banderizas.

En definitiva, la instauración del Regimiento desde 1348 provocó un cierre aún mayor del acceso del *común* a las instituciones de poder en las ciudades y villas castellanas. Esto permitió la consolidación de dos grupos claramente heterogéneos, la oligarquía y el *común*, que lucharon entre sí, unos por mantener un *status*, otros por acceder al regimiento. A finales del siglo XV, unas élites del *común*, abogando por el *bien común*, encontraron en las filiaciones el medio a través del cual protestar y solicitar el acceso a los órganos de poder. La *insaculación* fue el medio que hallaron para acabar con el control político de los *bandos*.

## 3. CONTEXTO HISTORIOGRÁFICO

Desde principios del siglo XX, los conflictos socio-políticos en la ciudades medievales han sido interpretados bien en clave socio-económica, en el contexto de la lucha de clases, o bien como una lucha entre facciones heterogéneas del grupo dirigente.

Durante algunos años, los investigadores dejaron de preocuparse, en líneas generales, por la historia de los conflictos y las revueltas en pos de otros temas de investigación que respondían a inquietudes diferentes, aunque la historia de los movimientos sociales no dejó nunca de ser uno de los grandes objetos de estudio. La historiografía ha dedicado múltiples estudios a la historia de los movimientos sociales. Entre mediados de los años setenta y principios de los ochenta se publicaron, entre otros, el libro de Mollat y Wollf, *Uñas azules: Jacques y Ciompi. Las revoluciones populares en Europa en los siglos XIV y XV* o el de Hilton, *Siervos liberados. Los movimientos campesinos medievales y el levantamiento inglés de 1381*. Otros autores realizaron también estudios centrados en la subversión de la sociedad, tanto con relación a la política como a la religión.[25] El materialismo histórico predominaba como teoría de interpretación de los conflictos en esta época en Europa.

La historiografía italiana goza de una larga tradición en cuanto a la cuestión de la evolución política de las ciudades-estado de la actual Italia septentrional.[26] Desde el ya citado estudio de Mollat y Wolff hasta el de Samuel Cohn se han llevado a cabo muchas revisiones de los movimientos sociales acaecidos en las repúblicas italianas durante la Baja Edad Media, así como de la evolución política en sus ciudades-estado. El periodo más estudiado de las diferentes etapas que se han definido desde la historiografía ha sido, quizás, el de la Italia comunal, etapa que se ha llegado a observar como el primer paso hacia la democracia.[27]

En este tiempo, la historiografía de los conflictos sociales italiana se ha centrado en el estudio de los desórdenes acaecidos en las repúblicas italianas durante la Baja

[24] Jesús Ángel Solórzano Telechea, "Las nereidas…", 58-59.

[25] Joseph Macek, La revolución husita (Madrid, Siglo XXI, 1975); José María Monsalvo Antón, Teoría y evolución de un conflicto social. El antisemitismo en la Corona de Castilla en la Baja Edad Media (Siglo XXI, Madrid, 1985); Viktor Rutemburg, Movimientos populares en Italia (Siglos XIV-XV) (Akal, Madrid, 1983).

[26] Mario Ascheri "Le citta-stato italiane: il dificile itinerario della libertà", in Beatriz Arízaga Bolumburu e Jesús Ángel Solórzano Telechea, eds., *La convivencia…*, 373-391; Élisabeth Crouzet-Pavan, *Sopra le acque salse. Espaces, pouvoir et société à Venise a la fin du Moyen Âge*, (Roma: EFR, 1992); Jean Maire Vigueur, *Cavalieri e cittadini. Guerra, conflitti e società nell'Italia comunale* (Bologna, 2004); Giuliano Milani, *Il comuni italiani*, (Roma-Bari: Laterza, 2005); Giovanni Tabacco, *Egemonie sociali e strutture del potere nel medioevo italiano*, (Torino, 1979); Andrea Zorzi, "La cultura della vendetta nel conflitto político in età comunale", in Roberto Delle Donne e Adrea Zorzi, eds., *Le storie e la memoria* (Firenze: Reti medievale, 2002), 135-172.

[27] VV.AA., "Il governo delle città nell'Italia comunale. Una prima forma di democrazia?", *Bollettino Roncioniano*, Anno sesto (2006).

Edad Media. En esta parte del marco historiográfico, destacamos la figura de Artifoni, quien desde una brillante exposición propia de la escuela marxista ha enfocado en diversas ocasiones los conflictos sociales como luchas de clases.[28] Así mismo señalamos la publicación coordinada por los profesores Monique Bourin, Giovanni Cherubini y Giuliano Pinto, que analiza la situación historiográfica de los últimos años en torno a los movimientos sociales europeos, tanto en los espacios rurales como en las ciudades medievales.[29]

A finales del siglo XX, de la mano de la escuela de la sociología inglesa, se abrió una tercera vía de análisis en torno a la teoría weberiana del "*social closure*", en el que el conflicto no se entendió ya como una lucha de facciones o clases, sino como la existencia de unas identidades contrapuestas compartiendo un espacio común, donde una de ellas se superpone a las otras, dominando las estructuras de poder y cerrando el acceso a las mismas. Los conflictos socio-políticos surgen en el momento en que la parte gobernada tiene los mismos intereses que la gobernante, es decir, el ascenso sociopolítico hacia una posición de la que en ese momento se encuentra marginada. Para lograr los objetivos llegaría a usarse, si fuera necesario, la violencia.

En el caso de la Corona de Castilla debemos remitirnos a los estudios realizados por Julio Valdeón Baruque sobre *Los conflictos sociales en el Reino de Castilla en los siglos XIV y XV*. En los últimos treinta años, la historiografía de los movimientos sociales ha avanzado enormemente gracias a los trabajos monográficos realizados por profesores de diferentes universidades españolas. Las publicaciones de Maribel del Val,[30] Hipólito Rafael Oliva Herrer[31] y otros,[32] han dado dinamismo a los estudios de los conflictos en la Corona de Castilla en la Baja Edad Media. También vieron la luz libros de actas que ponen en relieve la importancia de los temas sociales, (tanto en España[33] como en otros países[34]) a través de numerosos artículos de investigación de gran valor.

Sobre esta villa, objeto de análisis, destacamos cuatro trabajos de los últimos años; el de Valentín Saínz Díaz, *Notas históricas sobre la villa de San Vicente de la*

---

[28] Enrico Artifoni, "Corporazioni e società di "popolo": un problema della política comunale nel secolo XIII", *Quaderni* Storici 25 (1990): 387-404; Enrico Artifoni, "Tensioni social e instituzioni nel mondo comunale", in Nicola Tranfaglia e Massimo Firpo, eds., *La Storia: I grandi problemi dal Medioevo all'Età Contemporanea, II .Il Medioevo, 2, Popoli e strutture politiche* (Torino, 1986), 459-491.

[29] Monique Bourin, Giovanni Cherubini e Giuliano Pinto, *Rivolte urbane e rivolte contadine nell'Europa del trecento. Un confronto* (Firenze: Firenze University Press, 2008).

[30] María Isabel del Val Valdivieso, "Ascenso social y luchas por el poder en las ciudades castellanas del siglo XV", *En la España Medieval* 17 (Madrid: Editorial Complutense, 1994): 157-184; *Idem,* "La perturbación de la paz urbana en la Castilla del siglo XV", in Beatriz Arízaga Bolumburu e Jesús Ángel Solórzano Telechea, eds., *La convivencia…*, 23-51; *Idem,* "Oligarquía *versus* común…, 41-58; *Idem,* "Transformaciones sociales y luchas urbanas por el poder en el área del obispado de Burgos a fines de la Edad Media", *Edad Media. Revista de Historia* 3 (2000): 115-152.

[31] Hipólito Rafael Oliva Herrer, "Del Becerro de las behetrías a la revuelta comunera: El carácter de la behetría castellana a fines del Medievo", *Edad Media. Revista de Historia* 2 (1999): 217-263; Idem*, Justicia contra Señores. El mundo rural y la política en tiempos de los Reyes Católicos*, (Valladolid: Universidad de Valladolid, 2004); Hipólito Rafael Oliva Herrer e Vincent Challet, "La sociedad política y el mundo rural a fines de la Edad Media", *Edad Media. Revista de Historia* 7 (2006): 75-98. Hipólito Rafael Oliva Herrer, "Révoltes et conflicts sociaux dans la Couronne de Castille au XIV[e] siècle", in Monique Bourin, Giovanni Cherubini, e Giuliano Pinto, *Rivolte urbane…*, 73-91.

[32] Iñaki Bazán Díaz, *Delincuencia y criminalidad en el País Vasco en la transición de la Edad Media a la Edad Moderna* (Vitoria: SPCGV, 1995); Vincent Challet, "Las revueltas medievales: ¿Sociabilidades conflictivas o conflictos de sociabilidad?", in Juan Carlos Martín Cea, coord., *Convivir en la Edad Media* (Burgos: Dos soles, 2010), 235-251; *Idem,* "Le bien commun à l`épreuve de la pratique: discours monarchique et rèinterprétation consulaire en Languedoc à la fin du Moyen Âge", *Revue Francaise d`Histoire des Idées Poliquites* 32 (2010): 311-323; Emilio Olmos Herguedas, "Conflictividad social y ordenanzas locales. Las ordenanzas de Vitoria de 1522", *Edad Media. Revista de Historia* 2 (1999): 267-288; Jesús Ángel Solórzano Telechea, "Las nereidas del norte'…", in Juan Antonio Barrio Barrio, coord., *Anales…* 16 (2010), 39-61.

[33] Vincent Challet, et allii, *La sociedad política a fines del siglo XV en los reinos ibéricos y en Europa* (Valladolid: Universidad de Valladolid, 2004); Juan Antonio Bonachía Hernando, coord., *La ciudad medieval. Estudios de Historia Medieval* (Valladolid: Universidad de Valladolid, 1996); Martín Cea, coord., *Convivir…*

[34] Beatriz Arízaga Bolumburu e Jesús Ángel Solórzano Telechea, eds., *La convivencia…*; *Idem, La gobernanza…*; Monique Bourin, Giovanni Cherubini e Giuliano Pinto, eds., *Rivolte…*

*Barquera*; el de Beatriz Arízaga, *San Vicente de la Barquera: la fundación de villa medieval*; la tesis doctoral de María Eugenia Escudero, quien analizó el desarrollo urbanístico y arquitectónico de la villa objeto de estudio en la Edad Media y la Edad Moderna y la obra que se publicó desde la Universidad de Cantabria con motivo de la conmemoración del octavo centenario de su fuero.

La conflictividad de las villas cántabras en la Baja Edad Media ha sido analizada por Jesús Solórzano y publicada en diferentes colecciones diplómaticas y artículos.[35] En concreto, para la de San Vicente de la Barquera, cabe destacar la obra que publicó junto a Roberto Vázquez y Beatriz Arízaga, en la que los autores ofrecen una introducción acerca de la villa en la Baja Edad Media y la transcripción de la documentación depositada en el Archivo de la Real Chancillería de Valladolid referente a los conflictos de la villa.[36]

## 4. Fuentes y metodología

La villa de San Vicente de la Barquera experimentó, en la Baja Edad Media, múltiples conflictos socio-políticos que han quedado recogidos en una rica y variada documentación que se halla en diferentes archivos. Esta documentación la estamos recopilando y almacenando en una base de datos con el objeto de reunir la mayor información posible.

### 4.1. Documentación

A continuación, analizaremos la documentación que hemos recopilado con el fin de observar la vida social y política de las oligarquías y el *común* de San Vicente de la Barquera en la Baja Edad Media.

Para realizar este trabajo, hemos contado con un total de 174 documentos referentes a la villa. Gran parte de esta documentación se halla recogida en diferentes publicaciones fruto de diversos proyectos surgidos desde la Universidad de Cantabria y otras instituciones, entre los que destacan la obra de Valentín Sainz Díaz y el estudio de la colección diplomática realizada por Jesús Solórzano, Roberto Vázquez y Beatriz Arízaga sobre los conflictos de San Vicente de la Barquera en la Edad Media.[37] En la primera, hallamos un anejo documental compuesto por los pergaminos que se encontraban en el Archivo Parroquial de San Vicente de la Barquera y que en la actualidad podemos consultar (aquellos que no están desaparecidos) en el Archivo Histórico Provincial de Cantabria. La citada colección diplomática se compone de la trancripción de documentación referente a la villa en el Archivo de la Real Chancillería de Valladolid. Reales Ejecutorias y regestos sobre los documentos que se encuentran en la sección Pleitos Civiles del susodicho archivo.

La documentanción inédita que hemos analizado se encuentra en el Archivo de la Real Chancillería de Valladolid (Secciones: Pleitos Civiles y Reales Ejecutorias) y en el Archivo General de Simancas (Secciones: Cámara Castilla y Registro de Sello y Corte). De una parte, el tribunal de la Chancillería, el más antiguo de Castilla, alberga en su archivo de Valladolid una rica documentación relacionada con pleitos, querellas, etc. De otra parte, el Archivo General de Simancas contiene en sus fondos la documentación

---

[35] Jesús Ángel Solórzano Telechea, *Los conflictos del Santander Medieval* (Santander, 1999).

[36] Valentín Saínz Díaz, *Notas históricas sobre la villa de San Vicente de la Barquera* (Santander: Estudio, 1986); Beatriz Arízaga Bolumburu, *San Vicente de la Barquera. La fundación de una villa medieval* (Santander, 1989); Jesús Ángel Solórzano Telechea, Roberto Vázquez Álvarez e Beatriz Arízaga Bolumburu, *San Vicente de la Barquera en la Edad Media: una villa en conflicto* (Santander, 2004); Jesús Ángel Solórzano Telechea, ed., *San Vicente de la Barquera, 800 años de Historia* (Santander: Publican, 2011), 105-180.

[37] Valentín Saínz Díaz, *Notas históricas…*; Saturnino Ruiz de Loizaga, *Documentación medieval de la diócesis de Santander en el Archivo Vaticano (siglos XIV-XV)*, (Roma: Colección Tuesta, 2002); Jesús Ángel Solórzano Telechea, Roberto Vázquez Álvarez e Beatriz Arízaga Bolumburu, *San Vicente de la Barquera…*; Valeria Beolchini, Marta Pavón Ramírez e José Ángel García De Cortázar, *Documentación referente a Cantabria en el Archivo Secreto Vaticano (1209-1484)* (Santander: Fundación Marcelino Botín, 2011).

generada por oficiales de la monarquía, como, por ejemplo, para nuestro tema, el escribano Juan de Oreña.

Del total de la documentación que hemos utilizado para realizar este trabajo, 125 documentos responden a lo que hemos denominado conflictividad de carácter vertical; 106 documentos son de naturaleza horizontal; 49 de estos documentos abordan temas relacionados con las solidaridades colectivas y la vindicación de algunos miembros de las élites del *común* y 40 documentos de los estudiados corresponden a ciertos privilegios y varias confirmaciones.

En la documentación analizada por el momento, tanto en la publicada como en la inédita, encontramos temas relacionados con la conflictividad socio-política. Por estas razones, podemos concluir afirmando que las fuentes que hemos empleado para la realización del presente trabajo es tan cualitativa como cuantitativa.

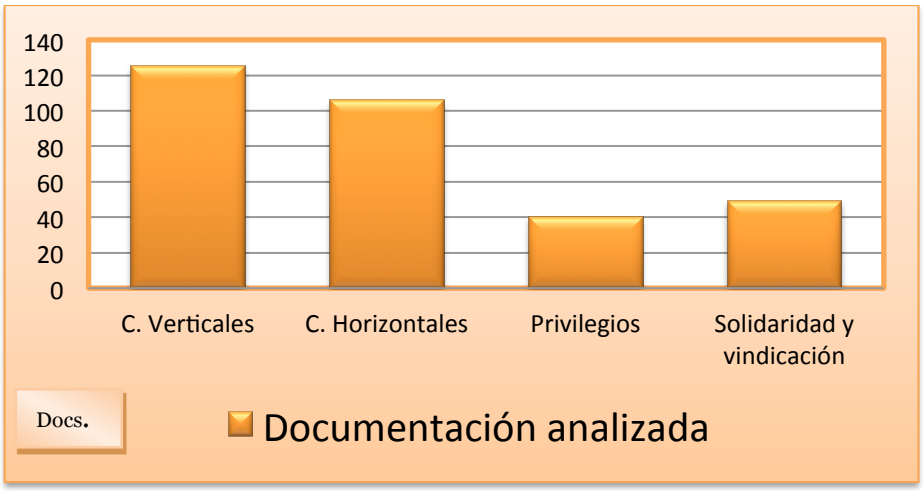



Gráfico 1: Documentación analizada

### 4.2. Base de datos

En la actualidad, el trabajo de la recopilación documental está íntimamente ligado al mundo de la informática. Por ello, la documentación recogida ha sido almacenada en una base de datos *Filemaker pro advanced 10* con el fin de que el trabajo de la investigación sea más fructífero y útil. El diseño de los campos de la base de datos debe responder a las preguntas que nos plantearemos a la hora de realizar el estudio.

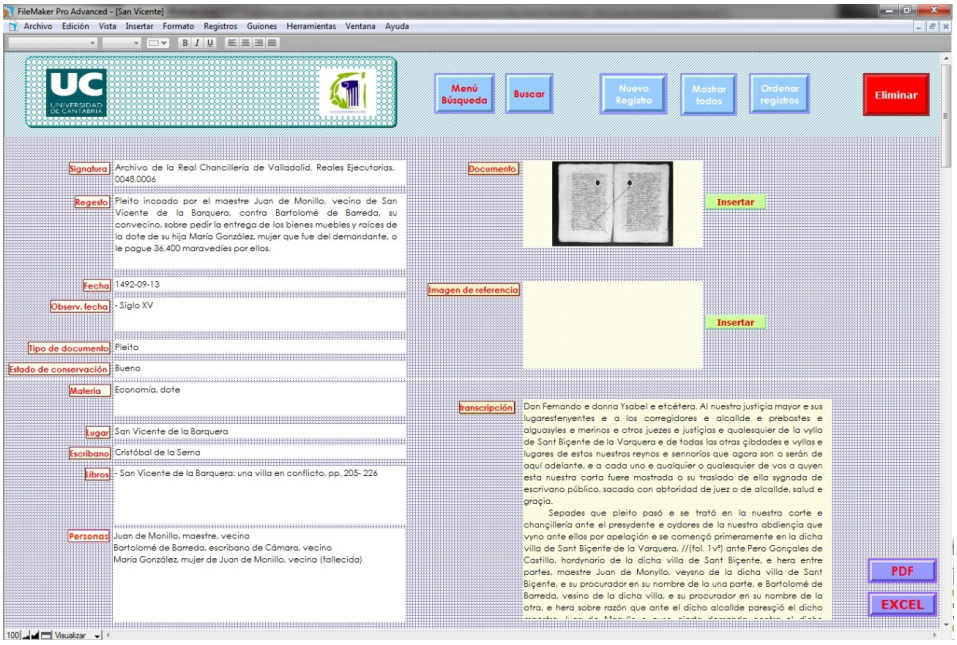



Imagen 1. Distribución de los registros en la base de datos

Los campos establecidos por registro responden a una información detallada del documento almacenado: ubicación o en qué archivo se halla y qué signatura le corresponde, regesto o de qué tema trata el documento en cuestión, materia o cuestiones que aborda el documento, personas que aparecen en él y su dedicación, si está editado o no y, en el caso de que esté publicado, dónde, etc. La segunda parte de esta base de datos, situada a la derecha de la pantalla, alberga el documento digitalizado en depósito, una imagen si se requiriere y la transcripción del mismo.

Este almacenamiento de datos nos permite realizar un trabajo más completo en relación al análisis documental. Contamos con la posibilidad de convertir el contenido de la presente base de datos en dos formatos, EXCEL y PDF. El primero lo empleamos para observar tendencias, mientras que el segundo lo utilizamos con el objeto de almacenar ordenadanamente los documentos en formato papel por medio de diversas carpetas clasificadoras.

El programa de la base de datos que hemos confeccionado nos permite, asimismo, ordenar la información en celdas. Este sistema de vista nos da la posibilidad de observar los ejemplos que buscamos con mayor rapidez aunque con menos detalles que el anteriormente citado.

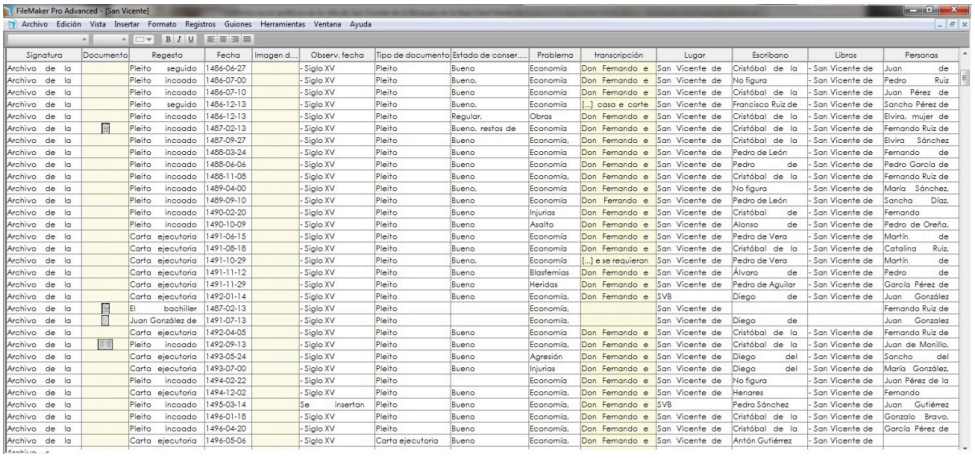



Imagen 2. Distribución de los registros en celdas

La utilidad de este medio para el investigador es evidente. Los estudios sociales en relación a las redes, el comercio o los grupos sociales entre otros temas, resultan algo menos complejos para quien los analiza contando con una base de datos que le permita almacenar la información necesaria para su estudio.[38]

## 5. Los conflictos socio-políticos de San Vicente de la Barquera

La documentación utilizada nos permite hacer una primera aproximación a la conflictividad. Los conflictos socio-políticos, fruto de la inclusión y la exclusión en los puestos de gobierno urbano, así como la lucha por intereses tanto económicos como políticos y sociales, se fraguaron en el contexto de una sociedad divida en facciones que se englobaban principalmente en dos, la oligarquía y el *común*. En este trabajo distinguimos la existencia de unas luchas horizontales, propias de los miembros de la oligarquía a causa del acceso al regimiento, y las verticales, referidas a los enfrentamientos entre las élites urbanas y los miembros del *común*.[39] Encuadrados en esta conflictividad, encontramos diversas acciones de solidaridad y vindicación por parte de miembros del *común* contra las oligarquías urbanas con relación a la gobernanza de la villa de San Vicente de la Barquera.

### 5.1. La protección regia a la villa y a sus vecinos

Las relaciones entre la villa y el monarca nos ilustran sobre los dirigentes de la misma. San Vicente de la Barquera fue la última de las Cuatro Villas de la Costa de la Mar en recibir su carta puebla. Esta promoción fue reconocida en 1210 por el rey castellano Alfonso VIII, otorgándoles un núcleo de población central y un espacio jurisdiccional relativamente amplio.[40] De esta carta puebla tenemos constancia de diferentes confirmaciones como dos de Sancho IV, una como infante y otra como rey.[41]

A lo largo de los siglos XIII, XIV y XV, la villa recibió una serie de privilegios dirigidos hacia los vecinos y los mercaderes, tanto de San Vicente de la Barquera como de otros lugares siempre que fueran a comerciar en el recinto urbano. La reducción del número de pecheros en época de Alfonso XI,[42] la exención del pago de portazgo por Fernando III,[43] o el privilegio de un mercado franco concedido por Enrique IV para "*el día sábado de cada semana*",[44] permitieron la formación de una clase mercantil y artesanal emergente cuyos miembros llegaron a ser la parte activa de la conflictividad vertical que se dio en la villa durante la Baja Edad Media.

La documentación emitida por los reyes da fe de diferentes etapas políticas en San Vicente de la Barquera. Hasta principios del siglo XIV, los monarcas castellanos se dirigían al "conçejo de Sant Biçent de Barquera, mios vasallos".45 A lo largo del siglo XIV, se produce la paulatina apropiación de las instituciones de poder de la villa por

---

[38] Jean Pierre Dedieu, "Un instrumento para la Historia Social: la base de datos Ozanam", *Cuadernos de Historia Moderna* 24 (2000): 185-205; Vicente Pons Alós e María Milagros Cárcel Ortí, "Los canónigos de la catedral de Valencia (1375-1520). Aproximación a su prosopografía", *Anuario de Esudios Medievales* 35/2 (2005): 907-950.

[39] Giuliano Milani, "Partecipare al comune: inclusione, esclusione, democrazia", *Bullettino Roncioniano* anno sesto (2006): 36-39.

[40] Saturnino Ruiz de Loizaga, Documentación Medieval..., 196-197. "Do etiam vobis aquas de Deva en de Nabsa [...] La Barquera, cum toto suo termino et cum omnibus pertinentiis suis. Do etiam vobis El Arenal [...]".

[41] Valentín Sainz Díaz, *Notas históricas*..., 543; Jesús Ángel Solórzano Telechea, Roberto Vázquez Álvarez e Beatriz Arízaga Bolumburu, *San Vicente de la Barquera*..., 50.

[42] Jesús Ángel Solórzano Telechea, Roberto Vázquez Álvarez e Beatriz Aríazaga Bolumburu, *San Vicente de la Barquera*..., 58-59.

[43] *Ídem*, 49.

[44] Jesús Ángel Solórzano Telechea, *Amea. Documentación Medieval en la Biblioteca municipal de Santander. Manuscritos originales (945-1519)* (2007), 229-231.

[45] *Idem*, 67; Biblioteca Municipal de Santander, manuscrito, ms. 213, doc. 2.

una parte de la sociedad. Observamos este detalle cuando la documentación real no sólo hace referencia al conçejo, sino que también a los "omes buenos del dicho lugar de Sant Biçente de la Barquera".46 En la época de los Reyes Católicos, estos escritos estaban dirigidos a los representantes de su poder en la villa, "a los alcaldes, alguaciles, e otros juez e justicias de la nuestra casa e corte e chancillería e a los corregidores e alcalldes e merinos e alguaciles e otras justicias e ofiçiales, cualesquier, así en la villa de Sant Biçente de la Barquera [...]",47 quienes rebajaron en parte la fuerza política de los linajes. Este hecho denota la existencia de una serie de cambios socio-políticos que han llegado progresivamente a la villa por medio de luchas, violentas y pacíficas, de carácter horizontal y vertical entre distintos grupos sociales: la oligarquía y el común.

### 5.2. CONFLICTOS HORIZONTALES Y VERTICALES EN LA VILLA

Los linajes de San Vicente de la Barquera fueron acaparando los cargos del concejo de la villa durante los siglos XIV y XV, en especial a partir de la introducción del Regimiento, a finales del siglo XIV.

Los dos grupos sociales que convivían en este mismo espacio se habían ido distanciando conforme avanzaba el siglo XIV. Los documentos nos muestran apellidos repetidos en quienes ostentaban los cargos concejiles en la época "prerregimental". Tales linajes como los Vallines o los Bravo, a través del acaparamiento de las instituciones del poder, sentaron las bases de la polarización socio-política que se dio en San Vicente de la Barquera en el siglo XV. En 1418, los poderes de la villa aparecían repartidos entre una serie de familias como "*Ferrán Gonçales de Herrera, escribano público* [...] *una parte del concejo, regidores e omes buenos de la dicha villa con Sancho Bravo e Garçia Pérez de Vallines, alcaldes ordinarios de la dicha villa e con Juan Peres de Carranseja, procurador de la dicha villa segunt que los han de uso e costumbre de se ajuntar*".48 Esta oligarquía fue la parte visible de las *luchas de bandos* que se produjeron en San Vicente de la Barquera, ya que realmente eran quienes se disputaban el Regimiento.

Los conflictos banderizos en San Vicente de la Barquera están documentados en 1428, 1455, 1469, 1474, 1484, 1489, 1494, etc.49 Esta violencia grupal respondía a unos intereses políticos, económicos y sociales de unas élites que deseaban dominar en exclusiva la vida política de la villa y su alfoz, pero la naturaleza clientelar de los linajes dio a esta conflictividad un carácter multifacial. El faccionalismo que se produjo en San Vicente de la Barquera a lo largo de la Baja Edad Media desembocó no sólo en un debilitamiento de los linajes y un ascenso de una élite del común, sino también en una violencia cotidiana interna en el *común* y en las oligarquías, respectivamente. Con las *luchas de bandos* las enemistades interfamiliares llegaron a todas las esferas sociales de la villa, donde se cometieron asesinatos entre miembros de las altas esferas, como cuando en 1520, Francisco del Corro asesinó a Juan de Oreña, lo que desembocó en la venganza interfamiliar de Fernando de Oreña contra Juan González del Corro, en 1523.50

En 1475, la llegada de Hurtado de Luna como primer corregidor de San Vicente de la Barquera no resultó ser una escena pacífica. Los vecinos de la villa cerraron las puertas y se negaron a dejarlo entrar si no dejaba el regimiento de la villa en manos de quienes lo poseían.51 Esto, junto al memorial de quejas contra los corregidores Dia Sánchez de Quesada y Fernando de Ribera, que recibió el bachiller de Nájera en 1493,52

46 Valentín Saínz Díaz, *Notas históricas…*, 556-558.
47 Por ejemplo: Archivo General de Simancas, Cámara Castilla, Pueblos, doc. 352.
48 Jesús Ángel Solórzano Telechea, "Élites urbanas…", 205.
49 Jesús Ángel Solórzano Telechea e Beatriz Arízaga Bolumburu, "San Vicente de la Barquera en la Edad Media" In Jesús Ángel Solórzano Telechea, ed., *San Vicente de la Barquera, 800…*, 164-165.
50 Archivo de la Real Chancillería de Valladolid, Reales Ejecutorias, 362.3.
51 Jesús Ángel Solórzano Telechea, Roberto Vázquez Álvarez e Beatriz Arízaga Bolumburu, *San Vicente de la Barquera…*, 16.
52 Archivo General de Simancas. Chancillería, Registro de Sello y Corte, 149304,113.

denota la apropiación de los cargos del concejo por parte de una serie de familias que rigen la villa prácticamente como si de una propiedad se tratase.

En este espacio de convivencia, mientras unos pocos se articularon en torno a los órganos de poder, otros, el *común*, se organizaron a partir de elementos de solidaridad mútua. Conocemos las ordenanzas de la cofradía de pescadores y mareantes, a través de las cuales los vecinos de la villa se posicionaron de una parte contraria a esos *bandos* que provocaban "*roidos e alborotos*" en la villa a causa de una serie de conflictos socio-políticos. Observamos que el *común*, representado por esta cofradía, se enfrentó al concejo, ocupado por los linajes de San Vicente de la Barquera. Varias ordenanzas de la cofradía se hicieron eco de estas *luchas banderizas* en el interior de la villa durante el siglo XV,[53] a través de éstas, se prohibió la participación de sus miembros en las mismas, lo que aminoró las consecuencias fatales para el conjunto de los vecinos. En 1455, un testimonio de la cofradía versa que "*por quanto en esta villa algunas veses en los años pasados, e en el año susodicho, se levantaron algunos alborotos, e escándalos, e roidos los vecinos de esta dicha villa, los unos con los otros, salieron armados de lanzas, e espadas e escudos, e armas para se matar los unos con los otros a voz de parientes e bandos*".[54] Queda así probada la participación de los vecinos en las *luchas de bandos*, así como la existencia de dos facciones contrapuestas regidas por un pariente mayor que había formado su red clientelar.

De este modo, se observa que los miembros de las elites del Común (que también controlaban la política de la cofradía) abogaron por la neutralidad de los vecinos en los conflictos banderizos. Los cofrades prohibieron a los vecinos que participaran en las *luchas de bandos* lo que evidencia que se trataba de otro grupo. Las ordenanzas en este sentido son muy explícitas, ya que desde la cofradía ordenaron que "*ninguno e ningunos cofrades mareantes de la dicha Cofradía, que no salgan armados a los tales alborotos a favor de bandos, salvo si salieren dando ayuda a favor de los acaldes en justicia de esta villa para prender e tener a los tales alborotadores que así salen los tales alborotos e bandos* […] *e cualquier cofrade o mareante que así saliera a los dichos alborotos armado a manera de bando* […] *que non le hagan ni habemos por cofrade*".[55]

Tras el episodio de la negativa del concejo de la villa a la entrada de Hurtado de Luna, las consecuencias fueron terribles para los linajes, quienes perdieron el derecho a nombrar oficiales. Los Reyes Católicos sancionaron que sólo el corregidor los pudiera nombrar.[56] De esta forma, en 1480, Isabel I de Castilla y Fernando II de Aragón consiguieron acabar con gran parte de esas redes clientelares que se habían fraguado en la villa durante los siglos XIV y XV, aunque no sería tan fácil acabar con las luchas entre las dos facciones de la villa ya que, como hemos indicado, las enemistades estaban ya establecidas en el juego de la convivencia.

Los poderes de la figura del corregidor chocaron con los intereses de paz del concejo y los vecinos de la villa cuando, en 1489, éste quiso inquirir sobre unas agresiones y muertes que se produjeron durante una elección de oficiales en 1469. El concejo solicitó que no se reabriera ese caso, ya que cinco años después de lo sucedido se habían perdonado mutuamente y que retomarlo provocaría que "*las enemystades olvidadas se començasen de nuevo*".[57] La sociedad de San Vicente de la Barquera tuvo que esforzarse, tal y como se observa, para alcanzar la paz después de un proceso de violencia política, y no sólo eso, sino que este testimonio evidencia lo débil que era esta situa-

---

[53] Valentín Saínz Díaz, *Notas históricas…*, 588-596; Jesús Ángel Solórzano Telechea, "Las ordenanzas de la Cofradía de Mareantes de San Vicente de la Barquera (1330-1537): un ejemplo temprano de institución para la acción colectiva de la Costa Cantábrica en la Edad Media", *Anuario de Historia del Derecho Español* LXXXI (2011): 1029-1048.

[54] Jesús Ángel Solórzano Telechea, "Élites urbanas…", 206.

[55] Valentín Saínz Díaz, *Notas históricas…*, 152

[56] Jesús Ángel Solórzano Telechea, Roberto Vázquez Álvarez e Beatriz Arízaga Bolumburu, *San Vicente de la Barquera…*, 16-17.

[57] Jesús Ángel Solórzano Telechea, *San Vicente de la Barquera. 800…*, 166.

ción de paz, la cual se rompería en menos de cinco años.[58] En efecto, en 1494, la sociedad de San Vicente de la Barquera no sólo carecía de paz, sino que las divisiones internas se habían acentuado. Los linajes de la villa tuvieron que unirse ante el ataque que les venía desde las élites del *común* en forma de protesta social respaldada por la Corona.

En este contexto, los *omes buenos* y vecinos de la villa mostraron su descontento por la compleja situación política que vivían. En este sentido, cabe destacar una carta vindicativa escrita por Juan de Oreña y dictada por Pedro Ruiz Román, vecinos de San Vicente de la Barquera, en la que protestaban por el reparto que los linajes se hacían del Regimiento. Pedro Ruiz Román, identificado con el *común*, "*commo uno del pueblo y por el bien público*", indicó a los Reyes Católicos dos realidades socio-políticas en la villa: de un lado estaban aquellos "*jurados por bandos e parientes e linajes*" y, de otro, "*muchas personas ricas, llanas e abonadas y diligentes y de buena conçiençias y que sabrían bien gobernar, y que non los nombran ni eligen*". Esta situación socio-política, junto a los "*roidos e escándalos que avyan acaeçido muchas muertes e feridas*", llevó a Pedro Ruiz Román a solicitar a los reyes que las "*eleçiones no fuesen fechas en la dicha forma de vandos e linages, salvo por personas de buen çelo e que las personas que fuesen nombradas fuesen onrradas, ricas, llanas e abonadas, e que supiesen bien regir e gobernar el bien público de la dicha villa*".[59]

Los linajes no estuvieron de acuerdo con la protesta de los *omes buenos,* ni con la introducción del sistema insaculatorio. Esto provocó un conflicto vindicativo, cuyas cartas dan fe de la lucha entre las dos facciones contrapuestas. Sancho González Ganancia escribió una carta fechada en el 7 de enero de 1495, en la que reivindicaba que los "*honrados linajes antiguos poblaron esta villa* [...] *conforme a las leis de sus altezas e al buen uso e costumbre*".[60] Pero la Corona aceptó la protesta de Pedro Ruiz Román tal y como había hecho anteriormente con otras, como la de Bilbao. La extensión del sistema insaculatorio llegó a San Vicente de la Barquera cuando los Reyes Católicos establecieron el 16 de julio de 1494 que "*se nombrara fielmente sin parcialidad alguna* [...] *quatro personas de la dicha villa aquellas que segunt su conçiençia les pareçiese que son ellos más llanos e abonados e de buena conçiensía*".[61] Indicando que tras una serie de nombramientos de esos "*omes ricos e abonados*", se pusiera cada uno de los nombres de estos "*escripto aparte en un papelejo, así que sean por todos diez e seis papelejos, e les echen en un cántaro ante escribano, de los que así nombrare e saquen un merino de dicho cántaro*", etc.

Asimismo, los reyes rechazaron el discurso de los linajes, y concedieron a la cofradía de San Vicente de la Barquera el derecho de elegir a dos de los regidores del concejo el 24 de marzo de 1496, tras conocer una carta de protesta, en la que declaraba que el sistema insaculatorio se estaba llevando a cabo mal, pues los bandos seguían ejerciendo su influencia y el Regimiento lo ocupaban y ocupan unos "*bandos e linajes* que se *echaban a suertes sobre ellos sin dar a ninguno de los ofiçios a ninguno de los dichos confrades*", los cuales eran setecientos vecinos de los ochocientos que tenía San Vicente de la Barquera a finales del siglo XV.[62]

Las gentes del *común* adquirieron la consciencia de ser *communydad* y no pertenecer a ningún bando. Esto les llevó a reclamar para la villa una situación política más equitativa durante los últimos años del siglo XV. Tras la concesión de dos regidores a la cofradía, los vecinos de San Vicente de la Barquera pudieron participar activamente de la elección de los oficios públicos, dando así un paso en lo que conocemos como la génesis hacia los Estados Modernos.

---

[58] Henry Borja *et allii*, "Creencias sobre el adversario, violencia política y procesos de paz", *Psicothema* vol. 2 4 (2009): 622-627.
[59] Jesús Ángel Solórzano Telechea, *San Vicente de la Barquera. 800...*, 168.
[60] Ibid., 168.
[61] Ibid., 168.
[62] Ibid., 167; 176.

## 6. Conclusiones

Hemos observado la conflictividad socio-política en San Vicente de la Barquera en la Baja Edad Media. La progresiva "elitización" de unas familias pertenecientes al grupo de los *omes buenos* de la villa apartó a lo largo de los siglos XIV y XV al resto de los vecinos de las instituciones de poder urbanas.

Este proceso, generalizado en las ciudades y villas castellanas, se observa para San Vicente de la Barquera en la documentación recogida en los archivos, en especial en el Archivo de la Real Chancillería de Valladolid y en el Archivo General de Simancas. Gran parte de la documentación referente a la villa se encuentra transcrita en diferentes libros y colecciones diplomáticas.

La promoción urbana permitió dos realidades socio-políticas definidas en el recinto urbano. Los diferentes privilegios reales evidencian que el apoyo regio a los vecinos permitió la posterior construcción de una identidad propia del *común*, muy diferente a la de las oligarquías urbanas.

A partir de la introducción del sistema regimental en San Vicente de la Barquera, el monopolio del poder político quedó en manos de los linajes. En efecto, estos linajes ansiaban el control absoluto del concejo y, en esta "competición" por el poder se enmarca el fenómeno de las *luchas de bandos*, lo cual causaba grandes males a la sociedad de la villa. A su vez, el *común* se encontraba desprotegido y marginado de un poder que los linajes administraban prácticamente como una propiedad privada.

Los monarcas enviaron a sus oficiales, como el corregidor, a administrar la villa con el objeto de poner freno a los conflictos banderizos que se sucedían en la misma. Isabel I buscó administrar sus villas por encima de los linajes en la Corona de Castilla; eso explica la fuerza que los vecinos pudieron hacer frente a los linajes.

Los ejemplos de ayuda mutua, las ideas compartidas y la tendencia a la agrupación testimonian los sentimientos de grupo. Este grupo, el *común*, consiguió formar parte contraria a los *bandos* por medio de una cofradía que, ayudándose de ordenanzas, apartó a los vecinos de las *luchas de bandos*. La ayuda mutua y el concepto del *bien común* se reflejan en las cartas vindicativas desde las cuales Pedro Ruiz Román, entre otros, llevó a cabo la protesta social a favor de la *communydad* de la villa.

Los Reyes Católicos aceptaron las peticiones de los vecinos de varias villas que solicitaron la introducción del sistema de *insaculación*. En esta dinámica de ampliación del sistema, San Vicente de la Barquera consiguió dar voz a sus *omes buenos del común* en 1494 y lo asentó a través de su cofradía en 1496. De este modo, los vecinos de la villa consiguieron el derecho a participar en la elección anual de los oficiales, que deberían no pertecer a *bando o linaje*, dando a través de una conflictividad socio-política vertical un paso adelante hacia lo que se considera el nacimiento de los Estados Modernos.

# 8

## El poder de una villa en su hinterland. El caso de Laredo y su jurisdicción en los siglos XIV y XV[1]

Javier Añíbarro Rodríguez
Universidad de Cantabria

Resumen

Esta investigación se centra en el análisis de la evolución del espacio jurisdiccional de Laredo durante la Baja Edad Media. El Concejo de Laredo luchó contra diferentes aldeas de su *hinterland* para mantener sus derechos y privilegios. Pese a que la villa logró vencer a las pequeñas aldeas, tuvo que transigir frente a otras villas más poderosas, como Santoña y Castro Urdiales. Este estudio muestra, por un lado, las dificultades que el concejo de Laredo se encontró al ejercer su poder en el *hinterland* y, por otro lado, las primeras evidencias de los problemas políticos y jurídicos que ocasionaron la disolución de su jurisdicción.

Abstract

This research focuses on the analysis of the judirsdiccional space in Laredo during the Late Middle Ages. The council of Laredo faced different nearly villages to keep its rights and privileges. Although the town managed to beat the small villages, had to compromise against other more powerful villas, such as Santoña and Castro Urdiales. This study shows the problems founded by Laredo Council's exerting its power in the hinterland on the one hand, and the first evidences of political and legal problems that caused the breakup of its jurisdiction on the other.

### 1. INTRODUCCIÓN

El objetivo de este trabajo es arrojar luz sobre las relaciones de las villas costeras del Norte de la Península Ibérica con su *hinterland*: qué intereses económicos existían en las zonas afectadas, las políticas que se utilizaron, y el consiguiente impacto dentro de la villa y su territorio.

Para desarrollar nuestro trabajo, hemos tomado como muestra la villa de Laredo, ubicada en la actual comunidad autónoma de Cantabria, y que en los siglos XIV y XV constituía uno de los centros costeros más importantes del mar Cantábrico. Laredo, junto con San Vicente de la Barquera, Santander y Castro Urdiales, conformaba el corregimiento de las Cuatro Villas de la Costa de la Mar. Estos cuatro centros costeros habían disfrutado desde el siglo XII y principios del XIII, de sus respectivas cartas forales. La primera se concedió a Castro Urdiales en 1163, la segunda a Santander, en 1189, la tercera a Laredo en 1200, y la última a San Vicente de la Barquera en 1210. En estas cartas, el monarca confiaba a la villa un término jurisdiccional sobre el que podía ejercer su autoridad, y por tanto la captación de recursos. Sin embargo, como veremos más adelante, la jurisdicción no es estática; varía con el tiempo, lo que nos lleva a plantearnos una cuestión secundaria: si las aldeas situadas dentro de ese territorio (y por tanto,

[1] Nuestro trabajo se inscribe dentro del Proyecto de Investigación I+D+i "Ciudades y villas portuarias en la articulación del litoral atlántico en la Edad Media" del Ministerio de Ciencia e Innovación, Gobierno de España (Ref. HAR 2009-08474) bajo la dirección del Prof. J. A. Solórzano Telechea.

las más inmediatas al *hinterland* de las villas) aceptaron al concejo urbano como autoridad, o si por el contrario, pugnaron por su autonomía.

Como ejemplo tomaremos el caso de Laredo. Nuestra hipótesis, *a priori*, es que efectivamente, el concejo de esta villa logró conservar su autoridad en el término jurisdiccional, al menos al principio (s. XIII). La razón es que el monarca estaba interesado en concentrar la actividad comercial y militar en unos puntos determinados del Cantábrico para, desde ellos, articular su política. Sin embargo la documentación revela que desde el siglo XIV, y sobre todo en el XV, las aldeas sometidas a Laredo comenzaron a contestar el poder del concejo y se negaron a que éste administrase los espacios comunales de dichas aldeas. Surgen entonces todo tipo de dudas: ¿Estamos ante un problema entre poder central y poder local? ¿Los motivos de las disputas eran meramente políticos o existía un componente económico? ¿Laredo ejercía su autoridad en el término jurisdiccional de forma efectiva, o sólo testimonial? Éstos son algunos de los interrogantes en torno a los que reflexionaremos mientras consultamos las fuentes utilizadas en nuestra investigación.

### 1.1. Contexto del estudio: villas portuarias en la fachada Atlántica del Norte Peninsular

El Norte Peninsular de la Península Ibérica fue una zona clave para el comercio bajomedieval de la Corona de Castilla. Desde puertos como Bilbao, Laredo o Santander se embarcaba lana o hierro que se distribuía a países como Francia, Inglaterra o la región de Flandes. En este sentido, numerosos historiadores han estudiado el fenómeno urbano medieval, atendiendo a aquellos elementos explican el desarrollo de estos centros costeros, como la evolución de las actividades productivas, el comercio, las redes, el urbanismo, la jurisdicción, etc.

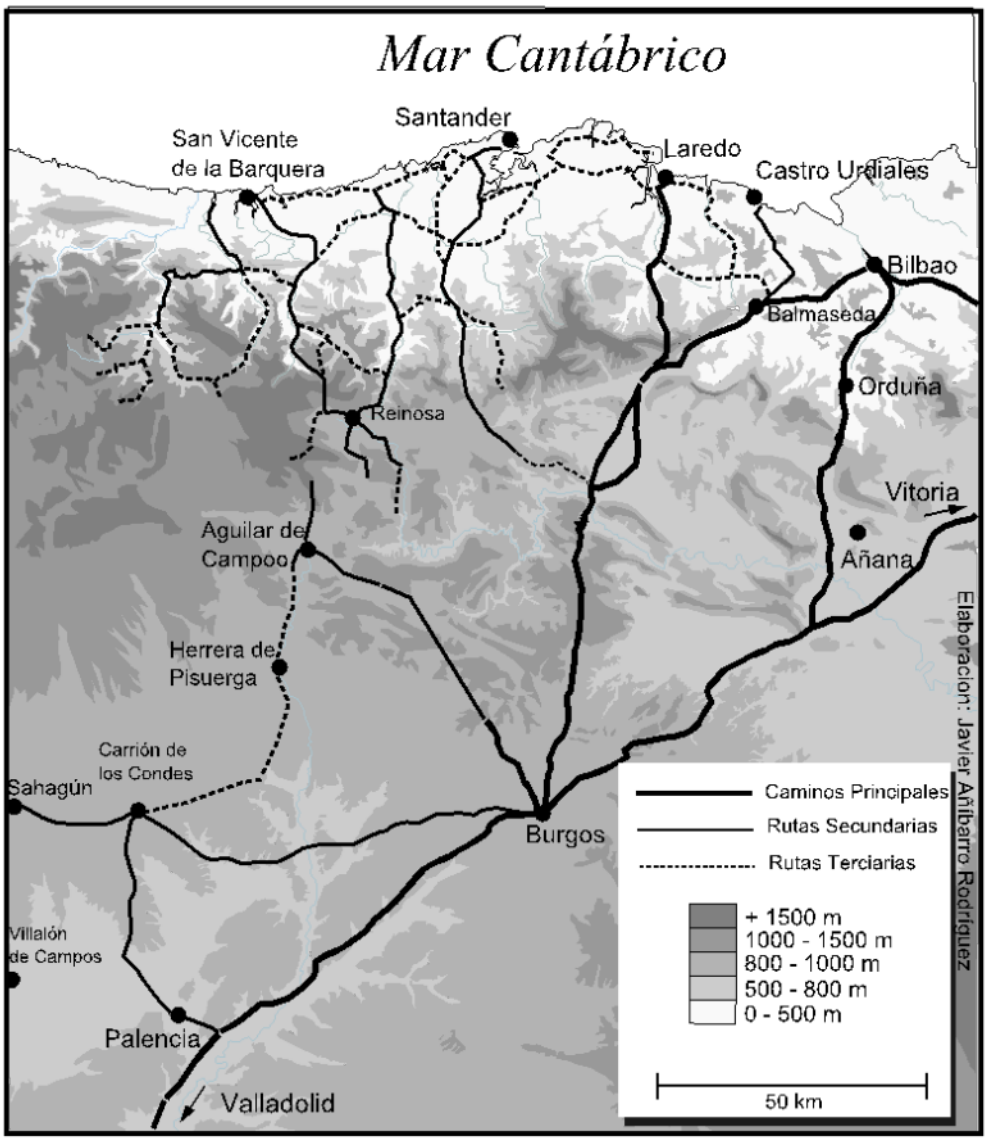
Hemos realizado nuestro trabajo consultando tanto bibliografía nacional como internacional. En cuanto a la internacional, hemos prestado especial atención los estudios de Los Países Bajos, Francia y Portugal, por ser los reinos de la costa Atlántica más cercanos a Castilla. Resulta interesante la obra de James Murray, *Bruges, Cradle of Capitalism, 1280-1390,* en la que se explica el desarrollo de Brujas, en especial el papel que desempeñaron los mercaderes en la evolución de aquella ciudad y cómo se crearon los nodos de las redes urbanas.[2] Desde la perspectiva de las redes descritas por Murray, Laredo resultaba insignificante, un punto en el Norte de la Península sin una red estructurada ni desarrollada, pero que cumplía su papel como *gateway* de la lana procedente de Burgos. También merece la pena destacar el libro *Dwarfs among Giants* de Peter Stabel; en él se detalla cómo se crean diferentes tipos de redes a raíz de las relaciones entre la ciudad su *hinterland*.[3] El fenómeno de desarrollo de la infraestructura económica que hallamos en Laredo es similar al descrito por Stabel; fueron los grandes mercaderes los que presionaron a los miembros del concejo para crear una red económica basada en comunicaciones adecuadas, así como la obtención de privilegios y franquezas. Sin embargo la realidad urbana del Flandes medieval dista mucho de la Castilla en el siglo XV, por lo que buscamos otras aproximaciones en Francia y Portugal. El caso francés tiene más similitudes con el castellano; hemos consultado los estudios de Michel Bochaca sobre el comercio de vino a lo largo del río Gironda, y cómo la villa más poderosa, Burdeos, logró controlar el tráfico de vino producido en la región de Gascuña.[4] Se ha detectado un control similar del *hinterland* (exclusividad del uso de las vías

[2] James M. Murray, *Bruges, Cradle of Capitalism, 1280-1390* (Cambridge: Cambridge University Press, 2009).

[3] Peter Stabel, *Dwarfs among Giants. The Flemish Urban network in the late Middle Ages* (Leuven: Garant, 1997).

[4] Michel Bochaca, "El control del Puerto de Burdeos y de su tráfico mercantil del siglo XIII al XV: jurisdicciones y estructuración del espacio", in *Ciudades y villas portuarias del Atlántico en la Edad Media*, coords. Beatriz Arízaga Bolumburu y Jesús Ángel Solórzano Telechea (Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2005), 91-113. Michel Bochaca, "Typologie et fonctions des ports du Bordelais (fin XV^e^ – début XVI^e^ siècle)," *Historia, Instituciones, Documentos* 35 (2008): 63-83.

fluviales) en Santander y Laredo, aunque si los contemplamos desde una perspectiva *macro*, se constata que ambas actúan como satélites de Bilbao. La mayor diferencia entre Francia y el Norte de Castilla reside en los ríos; la singularidad del curso fluvial del Norte Peninsular viene dada su escaso caudal y tamaño, lo que en términos de comunicaciones se traduce en el transporte de productos hasta unos 10-15 kilómetros tierra adentro. A ello debemos añadir la orografía; a diferencia del suroeste francés, caracterizado por planicies, a unos 20 kilómetros de la costa cantábrica arranca una cadena montañesa que se extiende de Este a Oeste, lo que motivó un asilamiento respecto a Castilla mitigado por los caminos por los que podían discurrir grupos de bestias de carga.[5] Dado que el territorio a controlar por parte de las Cuatro Villas era más pequeño, presuponemos que también su vigilancia fue más intensa, de ahí el celo de los concejos por mantener íntegro su *hinterland*.




Mapa 1. Laredo y su Hinterland a finales del siglo XV. Conexiones con el interior de

[5] Mathias Tranchant, *Le commerce maritime de La Rochelle à la fin du Moyen Âge* (Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2003).

Castilla

En cuanto a los estudios portugueses, resultó interesante el trabajo de Amélia Aguiar Andrade, titulado "A estratégia régia em relação aos portos marítimos no Portugal Medieval: O caso da fachada Atlântica", en el que explica el papel desempeñado por los monarcas en la configuración de los puertos de la costa portuguesa.[6] También hemos consultado los trabajos de Paula Maria de Carvalho Pinto Costa referentes a las relaciones jurisdiccionales entre los núcleos urbanos de la costa y el espacio circundante, concretamente el caso de Oporto.[7] Tampoco debemos olvidar los estudios de Amândio Jorge Morais Barros sobre la interacción entre *hinterland* y puerto.[8]

A nivel nacional y regional, la mayor parte de los estudios de los últimos diez años sobre los centros urbanos de la costa de Cantabria han sido realizados desde la Universidad de Cantabria, fundamentalmente por parte de los Beatriz Arízaga Bolumburu y Jesús Ángel Solórzano Telechea.[9] De estos trabajos, cabe destacar *El fenómeno urbano entre el Cantábrico y el Duero*, donde se realiza un análisis de conjunto sobre los centros urbanos de esa región. Estos estudios se han centrado en el desarrollo de las villas portuarias desde diferentes ópticas: urbanismo, infraestructuras, influencia jurisdiccional, relaciones con el *hinterland,* comercio con el exterior, etc.

---

[6] Andrade, Amélia Aguiar, "A estratégia régia em relação aos portos marítimos no Portugal Medieval: O caso da fachada Atlântica", in *Ciudades y villas portuarias del Atlántico en la Edad Media*, coords. Beatriz Arízaga Bolumburu, Jesús Ángel Solórzano Telechea (Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2005), 57-89.

[7] Paula Pinto Costa, "A cidade do Porto e o couto de Leça: enfrentamento de dois poderes medievais", in *Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, vol. III (Porto: Livraria Civilização Editora, 2003), 1223-1229. También merece ser destacado el estudio de Amélia Polónia, "Relações poder central/poder local. A permanência de jurisdições senhoriais no Portugal Moderno. Estudo de um caso: Vila do Conde", *Revista da Faculdade de Letras. História* III série 7 (2006): 107-132, en el que se describe el proceso mediante el cual Vila do Conde pasó de manos del rey a señorío laico, y posteriormente a eclesiástico. Un caso similar ocurrió en la primera mitad del siglo XV en el caso de Santander, que fue enajenado de la Corona de Castilla, si bien esta villa se levantó en armas y recuperó su autonomía jurídica. Véase Rogelio Pérez Bustamante, "La resistencia de la villa de Santander al dominio señorial. Concesión y revocación de la villa por el Rey Enrique IV al II marqués de Santillana (1466-1472)", *Altamira* vol. I (1975): 1-60

[8] Amândio Jorge Morais Barros, "Merchants, ports and hinterlands. The building of sea-port structures in the Early Modern Porto", *Revista da Faculdade de Letras. História* III Série 9 (2008): 89-112.

[9] Sobre los enclaves urbanos de la costa de Cantabria, véanse Beatriz Arízaga Bolumburu, "El origen de la Villa de Laredo", in *Documentación Medieval de la Villa de Laredo 1200-1500* (Santander: Fundación Marcelino Botín, 1998), 17-20. Lorena Fernández González, *Santander, una ciudad Medieval* (Santander 2001); Juan Baró Pazos Margarita Serna Vallejo, *El Fuero de Laredo en el octavo Centenario de su* concesión (Santander: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cantabria, 2001); *El fenómeno urbano entre el Cantábrico y el Duero: revisión historiográfica y propuestas de estudio*. coords. Beatriz Arízaga Bolumburu y Jesús Solórzano Telechea (Santander, 2002); Beatriz Arízaga Bolumburu, "La villa de Laredo y sus términos jurisdiccionales", in *Historica et Philologica. In honorem Jose María Robles* (Santander: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cantabria, 2002), 183-195; Beatriz Arízaga Bolumburu, "La villa de Laredo: Las rentas de sus términos jurisdiccionales en la E. Media", in *Os Reinos Ibéricos na Idade Média*, vol. I, (Porto: Livraria Civilização Editora, 2003), 297-304. Beatriz Arízaga Bolumburu, Michel Bochaca, "Caractères généraux des villes portuaires du nord de la péninsule Ibérique au Moyen Âge", in *Ports maritimes et ports fluviaux au Moyen Âge* (Paris: Publications de la Sorbonne, 2005), 63-75. Beatriz Arízaga Bolumburu, Jesús Ángel Solórzano Telechea, coords., *Ciudades y villas portuarias del Atlántico en la Edad Media* (Logroño: Instituto de Estudio Riojanos 2005); Jesús Ángel Solórzano Telechea, Javier Añíbarro Rodríguez, "Infraestructuras e instalaciones portuarias, fluviales e hídricas en las villas del norte peninsular a finales de la Edad Media: las obras públicas como instrumento del poder", in *Musulmanes y Cristianos frente al agua en las Ciudades Medievales*, coord. Mª Isabel del Val Valdivieso, Olazt Villanueva Zubizarreta (Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha 2008). 275-306. Javier Añíbarro Rodríguez, "Producción, abastecimiento y consumo de las villas medievales de la costa cantábrica: el caso de Castro Urdiales", in *Alimentar la ciudad en la Edad Media,* coord. Beatriz Arízaga Bolumburu, Jesús Ángel Solórzano Telechea (Logroño: Instituto de Estudios Riojanos 2009), 369-386; Javier Añíbarro Rodríguez, *La implantación urbana medieval en la Costa de Cantabria ¿Creación original o herencia del pasado?* (Santander: Publican, 2010).

### 1.2. FUENTES UTILIZADAS

Para realizar nuestro trabajo, recurrimos a la documentación del Archivo Provincial de Cantabria, en el que se encuentra la documentación municipal de Laredo durante la Edad Media.[10] Pese a que los documentos estudiados se corresponden en gran parte con los siglos XIV y XV, existen algunos anteriores, como el fuero de 1200, que también son necesarios para comprender la evolución del señorío jurisdiccional de Laredo.[11] Asimismo, recurrimos a otros documentos hallados en el Archivo Histórico Nacional, o de la Real Chancillería de Valladolid; se trata en su mayor parte de pleitos en los que se cuestionan diferentes jurisdicciones. También hemos recurrido a privilegios y cartas reales. Dada la naturaleza de estas fuentes, se ha contemplado un tratamiento de las mismas únicamente cualitativo.

### 1.3. METODOLOGÍA

En primer lugar, realizamos un vaciado bibliográfico acompañado de una lectura aproximativa para tener un primer contacto con el tema. En una segunda fase, se procedió a la compilación de las fuentes publicadas e inéditas, a lo que se unió un análisis crítico de los documentos de interés. Más tarde se realizó una nueva lectura exhaustiva de la bibliografía existente y finalmente se redactó el trabajo. Nos ayudamos de la Sede Electrónica del Catastro, del Ministerio de Economía y Hacienda (Gobierno de España) ya que en sus ortofotografías se registraron algunos de los microtopónimos que aparecen en las fuentes. Asimismo, nos basamos en un programa de software libre de diseño vectorial llamado Inkscape para elaborar nuestro propio material cartográfico.

## 2. LA VILLA DE LAREDO Y SU ORIGEN

El territorio que Laredo ocupaba antes de convertirse en villa debió de ser muy reducido hasta finales del siglo XII, probablemente no mayor a unos 13 km², lo que se corresponde con la extensión del casco urbano de la villa en la actualidad.[12] Sin embargo, en el año 1200, Alfonso VIII otorgó a Laredo el fuero, y junto con él, un territorio que multiplicó por diez el espacio de su jurisdicción.

Tenemos pocos datos sobre el Laredo anterior al fuero.[13] Las primeras noticias del poblamiento se remontan a 1068, cuando un grupo de moradores de las inmediaciones donaron al monasterio de Santa María de Puerto (Santoña) una serie de propiedades.[14] A partir del estudio de estas fuentes, los investigadores han concluido que Laredo surgió al amparo de un monasterio dedicado a San Martín, que era dependiente de Puerto. San Martín poco a poco fue atrayendo hacia su entorno grupos familiares de propietarios que dieron lugar a la primera comunidad de laicos en la zona.[15] Laredo no debió ser la única aldea existente en el entorno ya que, según los vecinos de Colindres, su aldea ya existía cuando Laredo fue poblada.[16] Además, en el fuero se alude a poblaciones existentes en Oriñón, Liendo, Coabat, Colindres, Seña, Cerbiago, Foz de Tabernillas, Udalla y Cereceda.[17] Hasta entonces, estos pequeños centros habían podido utilizar libremente el mar, los ríos, así como montes y caminos. Como veremos, en el mo-

[10] Los documentos de la sección de Laredo fueron publicados por Virginia Cuñat Ciscar, *Documentación Medieval de la Villa de Laredo 1200-1500* (Santander: Fundación Marcelino Botín, 1998).
[11] Gonzalo Martínez Díez, "Fueros locales de la provincia de Santander", *Anuario de Historia del Derecho Español* XLVI (1976): 594-595.
[12] Arízaga Bolumburu, "La villa de Laredo: Las rentas de sus términos", 298, nota 4.
[13] Añíbarro Rodríguez, *La implantación urbana,* 69-77 y 125-134
[14] Juan Abad Barrasus, *El monasterio de Santa María de Puerto (Santoña) 863-1210* (Santander, 1985), 21, doc. X.
[15] Arízaga Bolumburu, "El origen de la Villa de Laredo", 17-20
[16] "Contra lo cual les fue dicho e alegado por parte de los dichos conçejos de Linpias e Colindres que antes de que la dicha villa de Laredo fuese poblada, los dichos logares de Mellante e Peresa, e Luçia e la Serna fueran e heran del su termino e juridiçion del dicho logar de Colindres…", in Cuñat Ciscar, *Documentación Medieval*, 201, doc. 54, fol. 129 v°.
[17] Arízaga Bolumburu, "La villa de Laredo y sus términos", 185

mento en el que Laredo comience a ejercer sus nuevos derechos sobre el resto de poblaciones (áreas de producción), las aldeas verán amenazadas su situación anterior y se desencadenarán una serie de conflictos.

## 3. EL EJERCICIO JURISDICCIONAL DE LAREDO SOBRE SU TERRITORIO

### 3.1. EXTENSIÓN DEL TERRITORIO

El espacio territorial que Alfonso VIII confió a las gentes de Laredo se extendía en su parte occidental desde el vado de Buxoa (en el actual Marrón) hasta Lavandera; estos territorios se corresponden con los que ocupa el actual municipio de Ampuero en la parte Oeste del río Asón. En la zona meridional se incluía Cereceda, Rascón y Pozabal. Al este se extendía desde Pozabal hasta el mar de Oriñón.[18] En cuanto a este último término, que aparece en la fórmula "*ad mare de Orinnon*", hay que matizar que el concejo de Laredo entendió que se le concedía la posesión del pueblo junto con el agua de la ría y las tierras que ésta bañaba. El agua del río era un importante recurso natural y además permitía a Laredo obtener ventajas del comercio y el tránsito fluvial, de ahí su empeño en mantenerlo bajo su control.

El espacio total cubría unos 130 km². Se trataba de un amplio territorio, que comprendía los actuales ayuntamientos de Laredo, Colindres, Limpias, Ampuero, Liendo y el pueblo de Oriñón (que pertenece actualmente a Castro Urdiales). Era un término jurisdiccional pequeño si lo comparamos con otros de la costa, como San Sebastián, aunque grande respecto a los términos del interior de Castilla.[19] Dentro del mismo, Laredo obtenía una serie de derechos que le beneficiaban a nivel económico; de este modo el monarca pretendía que la villa concentrase la riqueza de la región y prosperara: por un lado Laredo obtenía derechos fiscales en las aldeas circundantes, que debían pagar rentas que la villa utilizaría en su propio beneficio. Por otro lado, administraba la producción del territorio:[20] Colindres y Limpias ocupaban una importante zona de producción vinícola que empezó a ser explotada por los vecinos de Laredo. Pese a que desconocemos con exactitud qué porcentaje de la producción de vino elaborado en Laredo procedía de estas aldeas, sabemos que ya principios del siglo XV era muy importante y se estimaba en doscientos toneles diarios que podían valer 40.000 maravedís.[21] Además, controlaba la circulación de las mercancías por su territorio, que obligatoriamente hacía desviar hacia la villa para abastecerla y percibir aún más rentas fruto del comercio. Por último, permitía al ganado de los vecinos de Laredo pastar libremente por el reino, lo que estimulaba la actividad agrícola en la zona. Con el producto de aquellas rentas, se pretendía construir infraestructuras necesarias para la prosperidad de Laredo: murallas, muelles, carreteras, fuentes, etc.

El objetivo era obtener una ciudad próspera y populosa, que garantizase la entrada y salida de productos de Castilla, y al mismo tiempo salvaguardara la frontera del reino. Una frontera que era cambiante en 1200, año de concesión del fuero de Laredo;

---

[18] Gonzalo Martínez Díez, "Fueros locales", 594-595, "Dono itaque et concedo uobis ut habeatis pro termino de Laredo de Vado de Buxoa usque ad summun de Busquemado, et deinde usque ad Udalla, et usque ad molendium de la Lauandera, et usque ad sumun de Rascon al plazum de las Conchuelas, cereceda intus existente, et deinde usque ad summun Pozobal, et usque ad petram de Herboso, et usque ad foyo Darza, et usque ad Ferreçolas de Orinon, et usque ad mare de Orinnon, ita quod omnes hereditates et omnia que infra predictos terminos et in illis uillis que in predictis terminis includuntur habeo uel habere debeo…"

[19] Arízaga Bolumburu, "La villa de Laredo y sus términos", 184.

[20] Las prerrogativas concedidas por el rey a Laredo dentro de este territorio aparecen en el Fuero de Laredo: Martínez Díez, "Fueros locales", 594-595 doc. 9.

"(…) iure hereditario uso et omnes sucesores uestri in perpetuum habeatis et possideatis, cum solaribus, populatis et heremis, cum terris cultis et incultis, cum pratis, pascuis, aquis, riáis, molendinis, nemoribus et deffesis, cum ingressibus et egressibus, et cum ómnibus directuris et perticentiis suis que ibidem ad me pertinent, tali modo quod nullus sit ausus uobis quicquam inde contrariare uel super hoc uso uel sucesores uestros aliquo modo inquietare. Et mando que quod per omnes partes regni mei libera ganati uestri habeant pascua tamquam mei propii ganati".

[21] Arízaga Bolumburu, "La villa de Laredo y sus términos", 193; Cuñat Ciscar, *Documentación Medieval,* 190, doc. 59, fol. 121v°.

Guipúzcoa acababa de ser entregada VII a la Corona de Castilla por Sancho tras la guerra contra Alfonso VIII (1198-1200). Aquello permitía al monarca castellano disponer de todo el cantábrico oriental en exclusividad, cerrando las aspiraciones navarras a contar con una salida al mar. A partir de entonces el objetivo de Alfonso VIII sería estimular a las poblaciones situadas en el cantábrico para afianzar la presencia castellana en la zona.

### 3.2. Los problemas de Laredo en el ejercicio de su jurisdicción

La concesión del fuero en 1200 supuso un punto de inflexión para los habitantes de Laredo y sus alrededores; a partir de entonces la villa trató por todos los medios de defender la jurisdicción que le había sido asignada por el monarca, pero por otro lado, el resto de lugares que comprendían el territorio trataron de escapar de ella. La razón era que los miembros del concejo de Laredo perjudicaban al resto de poblaciones porque limitaban los usos y derechos de su tierra, gestionadas hasta el año 1200 por las propias comunidades locales.[22]

Las dificultades de Laredo a la hora de ejercer su jurisdicción se explican porque resultaba dificultoso a una villa de apenas 13 km² imponer su poder en un territorio de unos 130 km², máxime cuando varias de las aldeas que lo componían en el siglo XIV eran similares a Laredo en tamaño y población. No se trata de un fenómeno aislado, ya que villas como San Sebastián o Santander tampoco fueron capaces de ejercer su autoridad en el territorio concedido en sus respectivos fueros.[23] A continuación veremos los diferentes conflictos que tuvieron lugar.

[22] Este proceso queda perfectamente descrito en el estudio de Guipúzcoa realizado por Álvaro Aragón Ruano, "Las comunidades de montes en Guipúzcoa en el tránsito del Medievo a la Edad Moderna", *Revista de Historia Moderna* 26 (2008): 249-273.

[23] En el caso de San Sebastián, el amplio territorio que le fue concedido se desintegró en otras unidades más pequeñas que dieron lugar a villas como Fuenterrabía, Pasajes, Orio, etc., que dieron origen a constantes pleitos y disputas. Véase Leandro Silván, *El término municipal de San Sebastián. Su evolución histórica* (San Sebastián: Grupo Dr. Camino de Historia Donostiarra, 1971), 38 y ss. A Santander le fue concedida una jurisdicción terrestre de tres leguas (15 km a la redonda) que finalmente se redujo a una ante la incapacidad de su concejo de ejercer un verdadero control en la zona. Véase Lorena Fernández González, *Santander. Una ciudad medieval* (Santander: Estudio D.L., 2001), 168-171.

Mapa 2. Jurisdicción de Laredo a principios del siglo XV

### 3.2.1. Los primeros conflictos con Ampuero, Cereceda y Hoz de Marrón por competencias comerciales

La mayor parte de la información que tenemos sobre las luchas de Laredo por dominar la zona data de los siglos XIV y XV. Prácticamente no se ha conservado ningún documento relativo a problemas jurisdiccionales entre Laredo y otras villas desde el año 1200 (concesión del fuero por Alfonso VIII) hasta finales del siglo XIV.[24] La única referencia que hemos hallado se trata de una sentencia en la que se establece que los vecinos de Ampuero, Cereceda y Hoz de Marrón no podían comprar ni vender pan, vino, ni carne en sus pueblos, sino que debían acudir a Laredo. Esta sentencia fue dada por Fernando III en 1250, y fue confirmada por Alfonso XI en 1345.[25] Se trataba del primer intento de lugares dentro del territorio por librarse del control de la villa, y al mismo tiempo demuestra el interés de Laredo por ejercer su dominio en la zona más allá del núcleo urbano. El hecho de que la sentencia sea tan temprana indica que el fuero no fue aceptado desde el principio por las todas las poblaciones del territorio. Sin embargo, la ausencia de otros procesos judiciales similares, y el hecho de que la confirmación se concediera noventa y cinco años después, sugieren que a medio plazo los habitantes del lugar acataron la sentencia, o al menos no se opusieron de modo pertinaz hasta mediados del siglo XIV, probablemente porque estas regiones rurales se encontraban en clara inferioridad respecto a la villa.

### 3.2.2. Usurpación de derechos en Oriñón por construcción y uso de aguas

En el año 1381, se dio un segundo intento de burlar la autoridad del concejo de Laredo. Unos vecinos del Valle de Guriezo (el cual no formaba parte del dominio de Laredo)

[24] Lorena Fernández González, *Santander. Una ciudad medieval,* 185-186.
[25] Agustín Rodríguez Fernández, "El fuero de Laredo y los conflictos jurisdiccionales de la villa (siglos XIII-XVII)", in *El Fuero de Laredo en el Octavo Centenario de su Concesión* (Santander: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cantabria, 2001), 283.

pusieron en entredicho el poder de Laredo en Oriñón (la población más oriental del territorio de la villa)[26] al iniciar la construcción de un molino sin el permiso de la villa. El lugar elegido era la desembocadura del río Agüera, justo en el brazo de mar que entra por Oriñón. Sancho Ortiz de Boar y Sancho Ortiz de la Yseca, los propietarios, habían interpretado que la ribera del río era común y pública, y por tanto, que podían hacer un uso libre del agua y tenían derecho a construir allí, dos requisitos básicos para edificar un molino.[27] Sin embargo, el concejo de Laredo ordenó paralizar las obras y derribar lo levantado puesto que entendía que, tanto el agua como las tierras de Oriñón eran suyas. Según su interpretación el agua, pese a ser pública, debía ser utilizada sólo por los vecinos y moradores de Laredo, lo que excluía a los del Valle de Guriezo. Además, Oriñón y Sonabia pagaban tributo a Laredo, con lo que se demostraba la pertenencia de estas poblaciones a la villa. Por si ello fuera poco, indicaban que en aquella zona no podía edificarse un molino puesto que ello impedía el libre tránsito de las barcas que navegaban por la ría.

Por tanto la ría era percibida como algo más que un accidente geográfico limitador del territorio: suponía un foco económico atractivo para las poblaciones del interior, como era el caso de los vecinos del valle de Guriezo. Se trataba de un lugar que por sus características era susceptible de ser explotado mediante molinos hidráulicos, ya fueran de río o de marea. Además, la ría ofrecía una vía de comunicación entre el *hinterland* y el mar, lo que presuponía un tráfico comercial y humano, con los consecuentes beneficios económicos. En definitiva, era un lugar en el que confluían múltiples intereses, y por tanto, potencialmente conflictivo. De ahí que Laredo aprovechase este pleito para demostrar de forma contundente que sólo correspondía a sus vecinos pescar, comerciar, transportar, y aprovechar las aguas de Oriñón.[28]

### 3.3. Introduccion de productos en el rio Ason al margen de Laredo

Laredo tuvo otro importante frente abierto: el río Asón y su desembocadura. En 1398, los vecinos de Santoña, Argoños, Escalante, Gama, Rada y Limpias habían realizado carga y descarga de pan, pescado, paños, sal y otras mercancías en el río Asón. Legalmente sólo podían transportar hierro de las ferrerías del interior para llevarlo a los alfolíes de Laredo.[29] Por tanto, el concejo de dicha villa sintió que sus derechos estaban siendo atropellados de nuevo e inició un pleito que culminó con la prohibición de Enrique III en la que impedía en aquellos lugares volver a cargar o descargar sin permiso. Sin embargo, la orden real no fue cumplida: apenas diez años más tarde, en 1413 el concejo de Laredo volvía a pleitear porque algunos vecinos de Santoña descargaban mercancías sin permiso de nuevo, en especial sal y trigo.[30]

Por tanto, la incapacidad del concejo de Laredo para ejercer su jurisdicción durante el final del siglo XIV y principios del XV induce a considerar que la villa atravesaba un momento de debilidad en el que las poblaciones de alrededor discutían su autoridad.

## 4. LA CONVIVENCIA CON UN VECINO COMPETIDOR: SANTOÑA

El hecho de que Laredo contara con un fuero real y con unos privilegios desde época temprana le permitió crecer y relegar a Santoña a un segundo puesto como centro de poder en la zona. Santoña tenía potencial para competir con Laredo, puesto que dispo-

[26] Arízaga Bolumburu, "La villa de Laredo y sus términos", 186. Cuñat Ciscar, *Documentación Medieval,* 140, doc. 38

[27] Antonio Saenz de Santa María Muniategui, "Los molinos hidráulicos en el fuero de Vizcaya (Aspectos Jurídicos y sociales)", in *Congreso de Estudios Históricos. Vizcaya en la Edad Media* (Bilbao: Eusko Ikaskuntza, 1984), 378.

[28] Arízaga Bolumburu, "La villa de Laredo y sus términos", 186-187.

[29] Cuñat Ciscar, *Documentación Medieval*, 163, doc. 47.

[30] Agustín Rodríguez Fernández, "El fuero de Laredo", 300; Archivo Histórico Provincial Cantabria (en adelante A.P.C.), *Corregimiento de Laredo*, leg. 4, doc. 34, 6 fols.

nía de mejores condiciones geográficas para albergar un puerto, amén de Santa María de Puerto, un importante monasterio que servía como agente dinamizador de la economía. Sin embargo, esta villa carecía de los derechos sobre las aguas que le permitían comerciar libremente. El único producto con el que sus vecinos podían traficar legalmente era el hierro: se les permitía transportar el mineral hasta las ferrerías que se hallaban en el interior de la comarca, para convertirlo en barras y que posteriormente se llevaban al alfolí del hierro de Laredo, donde se pagaban los derechos del rey. Después eran libres de llevarlo a Vizcaya o a cualquier otra parte del reino.[31]

Sin embargo, ello no satisfacía a los vecinos de Santoña, que a finales del siglo XIV comenzaron a dedicarse a la introducción de productos como pan, pescado, paños, sal y otras mercancías sin el permiso de Laredo. En respuesta, Laredo denunció estas prácticas ante el rey Enrique III, en Olmedo, en 1398, lo que derivó en la prohibición de cargar y descargar cualquier mercancía salvo el hierro a los vecinos de Santoña, Argoños, Escalante, Gama, Rada y Limpias. Además, se ordenó expresamente que la sal se debería *alfolinar* y los paños *dezmar* en Laredo, es decir, que las tasas debían pagarse exclusivamente en esta villa.

Transcurridos quince años desde la prohibición, los vecinos de Santoña continuaban traficando a espaldas del concejo de Laredo. En un documento de 1413, unos hombres enviados por el concejo de Laredo acudieron a Santoña para investigar un supuesto transporte ilegal de sal, trigo, paños y aceite.[32] Los hombres de Laredo realizaron una pesquisa en la que registraron varias viviendas y descubrieron en la casa de Francisco Sancho el Mozo trigo y sal proveniente del bajel de Juan de la Cuadra, un mercader bilbaíno.

Episodios como éstos contribuyeron a que Santoña se mantuviera firme en sus posiciones, máxime cuando la mercancía que originaba los registros eran productos básicos para el mantenimiento de la villa, como trigo y sal. Esta pertinaz resistencia dio sus frutos a finales de 1445, momento en el que Laredo cedió y permitió una concordia en la que la villa vecina podía comerciar, pero con restricciones.[33] En general, se permite a Santoña beneficiarse del comercio, pero siempre que Laredo obtuviera algún provecho de ello.

La existencia de este tipo de regulaciones evidencia que a mediados del siglo XV, Laredo no tenía el control absoluto del territorio, ni siquiera de la bahía: Santoña aparece como un vecino competidor que disfruta del uso de las aguas que le habían sido concedidas a Laredo: se aprovechaba de ellas para hacer carga y descarga sin licencia del concejo, comerciaba con trigo, vino, sidra, pescado, telas, aceite, sal, y otras mercancías, pescaba en las mismas aguas que los de Laredo, y además, disponía de una industria de procesado de pescado. Si el concejo de Laredo aceptó aquella concordia fue para garantizarse una parte de los beneficios que Santoña obtenía del comercio y continuar manteniendo una relación de hipotética superioridad jurisdiccional frente a su vecino.

## 5. COLINDRES Y SU PRETENSIÓN DE FORMAR UNA JURISDICCIÓN PARALELA

Otra forma de deshacerse del control de la jurisdicción de Laredo era presentarse como un valle similar a Laredo, con su villa y territorio propios. Fue lo que hizo Colindres desde finales del siglo XIV. El primer conflicto documentado entre Colindres y Laredo lo conocemos por vía indirecta; el problema estribaba en que tanto Laredo como Colindres se consideraban en posesión de la ermita de San Vicente de la Peña, lo que había dado lugar a un pleito entre ambas partes que se prolongó durante mucho tiempo.[34] El

[31] Cuñat Ciscar, *Documentación Medieval*, 166, doc. 48
[32] A.P.C. *Corregimiento de Laredo*, leg. 4, doc, 34, 6 fols.
[33] A.P.C. *Corregimiento de Laredo*, leg. 4, doc. 38, 120 fols. Se trata de un traslado de 1529.
[34] Arízaga Bolumburu, "La villa de Laredo y sus términos", 189-191; Cuñat Ciscar, *Documentación Medieval*, 157, doc. 45: "(...) odio e malquerençia que en uno toviamos sobre el pleito en que contendiamos grand tiempo ha sobre la hermita de sant Vicente de la Peña e sobre el beneficio e senorio de ella".

conflicto se solucionó parcialmente con una concordia firmada en 1393, en la que ambas partes se comprometían a respetar lo que establecieran dos jueces árbitros, nombrados por sendas pares. Estos jueces interpretaron que la ermita pertenecía al término de Laredo. Sin embargo, la cuestión de fondo era más profunda y los problemas de Laredo con Colindres no hicieron sino comenzar.[35]

En 1396, el reino de Portugal atacó por sorpresa Badajoz con el fin de conquistarla, lo que forzó a Enrique III de Castilla a empeñar o vender pequeñas zonas de sus reinos para sufragar la guerra que se avecinaba. Como consecuencia, los lugares de Balmaseda (en Vizcaya), Limpias y Colindres (que hasta entonces formaban parte de Laredo) fueron cedidas por el rey a Juan Velasco, su Camarero Mayor, como aval de un préstamo de 15.000 florines de Aragón.

No se ha conservado el documento de la venta, ni tan siquiera la fecha en la que se ejecutó. Sin embargo, ha llegado hasta nuestros días el documento en el que el monarca se comprometía a recuperar sus dominios; data de 1399 y en él se dice que vendió y empeñó aquellos lugares "*con la condiçion que sy del dia que me el fisiese (Juan Velasco) la dicha paga del dicho prestydo <sic> fasta un año e medio conplido yo le diese e tronase los dichos quinze mill florines en Burgos*".[36] Por tanto, existía un interés del monarca en devolver el *statu quo* de estos lugares cuanto antes. El rey, al no disponer de suficiente liquidez, ofreció a Balmaseda, Limpias y Colindres pagar la mitad de la deuda que contrajo mediante un encabezamiento. Limpias y Colindres pagarían 2.500 florines y Balmaseda los 5.000 restantes. Sin embargo, el concejo de Laredo puso todo tipo de impedimentos para que Colindres y Limpias no pudiesen lograr su objetivo de liberarse del señorío de Juan Velasco: se negó a que los feligreses de San Juan de Colindres que tuvieran tierras en Laredo pagasen el repartimiento, e incluso que aquellos vecinos de Laredo que tuvieran propiedades en Colindres se librasen del pago. El problema de fondo radicaba de nuevo en la jurisdicción: Colindres pretendía que los vecinos de Serna, Pereda, Lucia y Mellante, los cuales consideraba como pertenecientes a su término, contribuyesen en el repartimiento. Laredo, por el contrario, entendía que aquellos lugares eran suyos y, por tanto, que Colindres trataba de apropiarse sus territorios.

Ciertamente la intención de Colindres era dar un paso más allá en la pretensión de formar un valle independiente: aseguraban que su villa poseía un territorio que aglutinaba Mellante, Pereda, Lucia, la Serna, Puerta, Morrón, Villar, Corinas, Nadal, Santolaja, Hedino, Villanueva, Santibañez y Ruiseco.[37] Incluso hablaban de una jurisdicción propia, que iba de La Pesquera hasta Somellante y Seña. De esa forma pretendían mantener unas relaciones de igual a igual con Laredo.

Frente a lo expuesto, el concejo de Laredo contestó que Colindres era una simple *aldea* y no una *villa*. Adujeron que sus vecinos pagaban los diezmos al monasterio de Santa María de Puerto (el cual dependía de Nájera). También aseguraron que todos los lugares mencionados por el concejo de Colindres como parte de su territorio, en realidad eran solares de unas pocas casas, y que ni siquiera merecían ser llamados "lugares", sino simplemente aldeas de señorío.

Colindres se reafirmó en que formaba un territorio propio, reconocido por el propio Enrique III en su contrato con Juan Velasco y que, por lo tanto, pertenecía antes al monarca castellano que al prior de Nájera.[38]

Este tipo de declaraciones provocó que el concejo de Laredo endureciera su pos-

[35] Cuñat Ciscar, *Documentación Medieval*, 162, doc. 46: "Yo, Martin Sanches e Pero Peres de Limpias, (…) fallamos provado por sus dichos quales dichos clerigos de santa Maria de Laredo, pasado e los que son agora, que ovieron de aver e dever aver agora en que en el dia de Sant Vicente de la Peña en que deven desir la misa matinal e la misa mayor al pueblo que alli fuere juntando. Et que asi las dixeron de ante pasadas, et que han de aver e de levar la ofrenda que les fueren ofrçida de pan e de dineros e de otras cosas qualesquier que les fuere juntando".
[36] *Ibid.*, 177-178, doc. 54.
[37] *Ibid.*, 200-202, doc. 59.
[38] Rodríguez Fernández, "El fuero de Laredo", 294.

tura respecto a los vecinos de Colindres prohibiéndoles comerciar directamente con alimentos de primera necesidad, tales como pan, vino, carne o pescado a partir de 1399. Además, el concejo impedía que ni siquiera los mercaderes que pasasen por el territorio pudieran comprar estos alimentos a los de Colindres. Sólo les permitían vender vino, que debían llevar a Laredo, donde además debían pagar por cada tonel de vino que saliera de la playa 20 maravedís. Si alguien de Colindres necesitaba comprar o vender pan, debía pagar un maravedí por cada cuarta de pan.[39]

Ante la actitud de Laredo, los concejos de Limpias y Colindres respondieron en Septiembre de 1400, ordenando a sus oficiales y escuderos que impidiesen a los vecinos de Laredo trabajar en las viñas de los barrios de Colindres. Aquello se traducía en pérdidas para Laredo de hasta doscientos toneles de vino, que suponían unos 40.000 maravedís diarios. Se trataba de una medida de presión contra Laredo para lograr pagar el repartimiento.[40]

La situación de Colindres era de mucho agravio: su concejo calculaba unas pérdidas de 395.000 maravedís por las sisas que debía pagar a Laredo. Además, las sentencias desfavorables se acumulaban, a lo que había que unir el gasto ocasionado por los pleitos. Finalmente se vio forzado a aceptar que dos jueces árbitros pusieran orden en el desaguisado en 1409.[41] El concejo de Colindres prácticamente no pudo conseguir algo a su favor en la sentencia.[42]

## 6. CASTRO URDIALES Y LA PUGNA POR EL ABRA DE ORIÑÓN

Cuando anteriormente nos referimos al problema sobre la jurisdicción del abra de Oriñón, mencionamos que desde principios del siglo XV Laredo descuidó el ejercicio de su autoridad en dicho lugar, y Castro Urdiales pasó a ser quien ejerciera su autoridad en esa zona a mediados de ese siglo. Como es lógico, aquello desató enfrentamientos entre ambos concejos; se realizaron varios procesos que se prolongan hasta bien entrado el siglo XVII[43]. En este apartado nos centraremos en los problemas jurisdiccionales hasta la primera veintena del siglo XVI.

El problema de la posesión de Oriñón y su abra arrancaba de antiguo, la primera noticia que nos ha llegado sobre los conflictos entre Laredo y Castro Urdiales por el dominio del abra de Oriñón es de una ejecutoria de 1371.[44] En el pleito, los vecinos de Laredo pidieron que se respetase la costumbre que tenían de comprar hierros y otras mercancías en Guriezo para sacarlos por el río desde Cerrajuelas hasta el mar. El origen de la discusión parece ser un privilegio otorgado a Castro Urdiales por Alfonso XI en 1347.[45] En él se admitía que el término de la villa de Castro llegaba "fasta el Varco de Oriñon". Sin embargo, los vecinos de Castro Urdiales interpretaron que ello incluía la zona de Oriñón, por lo que pretendían que los de Laredo pagasen los derechos y las licencias por carga o descarga. Hasta entonces, Oriñón, su ría y abra, habían pertenecido a Laredo, pues en el fuero concedido por Alfonso VIII en 1200 se decía textualmente que su término comprendía "*usque ad Ferreçolas de Orinon, et usque ad mare de Orinnon*", por lo que el concejo de Laredo también entendía que tanto Cerrajuelas como el Mar de Oriñón les pertenecía.[46] Finalmente, en la sentencia de 1371 se establecía

[39] *Ibid.*, 295.
[40] Arízaga Bolumburu, "La villa de Laredo y sus términos", 193.
[41] Cuñat Ciscar, *Documentación Medieval*, 231, doc. 69.
[42] Agustín Rodríguez Fernández, "El fuero de Laredo", 295-296
[43] *Ibid.*, 313-318.
[44] Archivo de la Real Chancillería de Valladolid, *Pleitos Civiles, Zarandona y Wals, subserie olvidados*, sig. c 86/2 L22, 6 folios; Se certifica en 1791, A.R.Ch.V. *Pleitos Civiles, Alonso Rodríguez, subserie olvidados*, sig. c 1122/1, Pieza 9º, folios 10-15 L94, 6 folios.
[45] Rogelio Pérez Bustamante, *Historia de la Villa de Castro Urdiales* (Santander: Excmo. Ayuntamiento de Castro Urdiales, 1980), 201-203, doc. 23.
[46] Gonzalo Martínez Díez, "Fueros locales", 294, doc. 9; Sobre otros conflictos ocasionados por tema de jurisdicciones marítimas, véase Beatriz Arízaga Bolumburu, "Conflictividad por la jurisdicción marítima y fluvial en el Cantábrico en la Edad Media", in *Ciudades y Villas portuarias del Atlántico en la Edad Media*, coords. Beatriz Arízaga Bolumburu, Jesús Ángel Solórzano Telechea (Logroño: Instituto de Estudios Rio-

una solución salomónica: que cada concejo poseía una mitad del "Mar de Oriñón" y que la barca que se usaba como transporte entre ambas orillas era una mitad de Laredo y la otra de Castro Urdiales. En 1398, Laredo vio fortalecida su posición gracias a la real provisión que otorgó Enrique III, en la que obligaba a todo aquel que quisiera cargar o descargar mercancías desde Coberiz hasta el canal de Oriñón, pedir licencia al concejo de la villa.[47] El texto estaba dirigido a los vecinos de Santoña, Argoños, Escalante, Gama, Rada y Limpias, pero servía igualmente al concejo de Laredo para demostrar que Oriñón formaba parte de su jurisdicción.

Sin embargo, parece ser que la vigilancia de Laredo sobre las aguas de la desembocadura del río Agüera se relajó durante la primera mitad del siglo XV. A mediados de siglo, el concejo de Castro Urdiales había suplantado al de Laredo como autoridad en la zona, e incluso obligaba a los vecinos de ésta a pagar por sacar hierro por el abra.[48] Pese a que no conocemos los detalles que llevaron a Laredo a perder este territorio, este proceso coincide con el período comprendido entre finales del siglo XIV y principios del XV, en el que Laredo aparece como una villa débil incapaz de ejercer su poder en la ría del Asón, y a juzgar por lo visto en esta parte del trabajo, también en la de Oriñón.

## CONCLUSIONES

Como ha podido comprobarse a lo largo de nuestro trabajo, Laredo contó con el favor de la justicia y la Corona para mantener el control de su territorio jurisdiccional. Pese a ello, la documentación evidencia la existencia de problemas constantes con sus propias aldeas e incluso con otras jurisdicciones vecinas.

La naturaleza de las protestas es en principio económica, pero adquiere tintes políticos; hasta la concesión del fuero de Laredo (1200) los vecinos de las aldeas habían disfrutado libremente del aprovechamiento del mar, ríos, montes, y otros espacios en calidad de bienes comunales. Sin embargo, a partir de entonces el concejo de Laredo interpreta que es su concejo quien debe administrar esos lugares, y por tanto su aprovechamiento deja de ser libre. Dado que en un principio la villa no hace un uso efectivo de esos lugares, no ocurre nada de importancia, pero desde finales del siglo XIV Laredo trata de explotar su *hinterland* con motivos económicos (canalizar todos los recursos económicos hacia la villa) y políticos (que el concejo de Laredo, y por tanto la oligarquía urbana, elija quiénes podían explotar los espacios rurales que anteriormente eran comunales).

Los problemas originados llegaron a desbordar a la villa. Pese a que la justicia regia falló repetidas veces a favor de Laredo, la villa fue incapaz de ejercer su jurisdicción de forma efectiva, especialmente cuando la otra parte era poderosa. Fue lo que ocurrió con Santoña, que violaba sistemáticamente los derechos comerciales que Laredo tenía sobre el agua de la Bahía. Lo mismo podría afirmarse en el caso de Castro Urdiales, que pretendía hacerse con el control del abra de Oriñón. La actitud de Laredo fue diferente según los casos, así en el de Santoña, decidió llegar a un acuerdo y ceder parte de sus derechos. En el caso del abra de Oriñón, parece que la villa se desentendió, o al menos dejó de un lado el asunto, lo que a largo plazo se tradujo en la pérdida de los derechos sobre la aldea y su entorno.

Solamente pudo conservar de modo íntegro sus derechos cuando la otra parte era débil, como en el caso de Colindres o Limpias. Sin embargo, incluso en estos lugares, el rechazo hacia Laredo continuó durante los siglos XVI y XVII, lo que contribuyó a la desmembración administrativa del territorio a largo plazo.

janos, 2005): 17-55.

[47] Cuñat Ciscar, *Documentación Medieval*, 165, doc. 48.

[48] Archivo Histórico Nacional Fondo Consejos Suprimidos, *Sección Consejo y Cámara de Castilla*, leg. 31.848, parte 1ª, pza. 7, fol. 300-324.

# 9

## A inserção dos mesteres em Braga nos séculos XIV e XV

Ana Sofia Ferreira da Cunha[1]
Universidade do Minho

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar um resultado preliminar de investigação, que se pretende profunda e alargada, sobre a temática da inserção dos mesteres na urbe bracarense, no período compreendido entre os séculos XIV e XV. Depois de se fazer uma breve incursão pelo panorama historiográfico nacional e internacional, partir-se-á para a caracterização dos objetivos do trabalho, bem como a definição das fontes e as metodologias de trabalho. Ao mesmo tempo, ir-se-á expor de maneira breve a natureza da presença dos mesteres na cidade e os seus reflexos intra e extra muros da urbe.

Abstract

This article aims to present a preliminary result of research on the insertion of crafts in the city of Braga, in the period between the fourteenth and fifteenth century. After making a brief review into the national and international historiography, it will discuss the objectives of the work as well as the definition of the sources and methodologies of our investigation. At the same time it will briefly expose the nature of the presence of crafts in the city and its influence within and outside the city walls.

### INTRODUÇÃO

O tema deste artigo surge no seguimento da investigação em curso, no âmbito da dissertação de mestrado, que propõe o estudo sobre a presença dos mesteres na cidade de Braga, no período compreendido entre os séculos XIV e XV.

Apesar de nas últimas décadas a produção historiográfica internacional relativa aos mesteirais e à sua presença nas cidades medievais ser significativa, no panorama português ainda continua escassa. Além de algumas obras, poucas, centradas nessa temática, contam-se pequenos trabalhos ou capítulos de obras dedicadas a esta matéria. Para o caso da cidade de Braga, o conhecimento sobre o modo de instalação dos seus oficiais mecânicos no tecido urbano, nos séculos XIV e XV, permanece apenas parcialmente conhecido.

Deste modo, e aproveitando as mais recentes metodologias que relacionam os aspetos socioeconómicos com a utilização do espaço, visamos desenvolver um trabalho que, na nossa perspectiva, se torna fundamental para o conhecimento de um grupo de indivíduos responsáveis pela evolução da paisagem urbana, uma vez que a organização do espaço urbano é o resultado do "plasmar das características sócio-económicas, polí-

[1] Aluna do Mestrado em História, do Departamento de História da Universidade do Minho.
Gostaria aqui de deixar uma palavra de apreço e agradecimento ao meu orientador, Professor Doutor Arnaldo Melo, por todo apoio e incentivo prestado ao longo de todo este trabalho.

ticas e culturais das comunidades que sucessivamente o foram ocupando".[2] Uma destas comunidades refere-se aos mesteirais, que com frequência ocuparam ruas estreitas, tortuosas e íngremes[3], sobretudo as que se localizavam nas principais artérias do tecido urbano. Contudo, nem sempre assim era, porquanto aqueles que, devido à sua atividade poluidora ou a outros constrangimentos, eram obrigados, por imposição régia ou concelhia, a localizar-se numa zona afastada do aglomerado populacional ou em locais muito específicos.[4]

Com ou sem intenção, o certo é que, a partir do século XIV, na maioria das cidades os mesteirais tendiam a concentrar-se em determinadas áreas, setores ou artérias do espaço urbano de acordo com o seu tipo de mester. A título de exemplo, temos os casos das cidades portuguesas de Guimarães, Porto e Évora, bem como algumas cidades de Itália e Espanha.[5] Fruto do arruamento ou concentração verifica-se frequentemente a existência de topónimos designativos de uma atividade mesteiral, sendo o caso mais conhecido, pela generalidade das cidades medievais portuguesas e europeias, o da Rua Sapateira ou dos Sapateiros. Se, por um lado, a predominância de lojas, habitações ou tendas de determinada atividade numa rua não invalidava a instalação de outros tipos de ofícios mecânicos no seio da mesma; por outro lado, a artéria podia não contar com a presença do ofício mecânico que lhe deu a sua designação, ou pelo menos a mesma podia não ser preponderante.[6]

Tais atividades, devido ao surto de desenvolvimento e crescimento urbano a que se assistiu nos séculos XIV e XV, viram o número dos seus oficiais aumentar substancialmente, procedendo-se cada vez mais à sua especialização. Por isso, torna-se comum que "a tenda, propriedade do mesteiral ou alugada, era simultaneamente oficina e loja".[7]

Face ao exposto e conhecendo a realidade de outras cidades portuguesas e europeias, será que em Braga a instalação dos mesteres se desenvolveu em moldes semelhantes ao de estes espaços urbanos? Ou estaremos perante realidades diferentes? Como é que se processou o modo de instalação dos mesteres bracarenses no tecido urbano da cidade? Teriam um papel ativo no seu dinamismo económico e na evolução da sua paisagem urbana?

É com o intuito de responder a estas questões que se tornou nosso objetivo principal compreender o modo de instalação e localização dos mesteres na cidade de Braga, no período tardo-medievo. Trata-se de analisar se estes artífices se encontravam dispersos por todo o tecido urbano, ou se definiram uma determinada área ou rua para se concentrarem de acordo com a tipologia do seu mester. De acordo com os dados analisados, e de modo a tornar estas informações mais percetíveis e interpretáveis, elaborar-se-á uma cartografia final. Além deste objetivo fulcral, outros aspetos serão abordados e aprofundados, nomeadamente a estrutura do agregado familiar do respetivo grupo, a sua capacidade financeira, a tipologia das suas propriedades (pela cidade ou extramuros) e ainda os equipamentos utilizados para o exercício das suas atividades.

---

[2] Amélia Aguiar Andrade, *Horizontes Urbanos Medievais* (Lisboa: Livros Horizonte, 2003), 11.
[3] Ibid., 27.
[4] Arnaldo Rui A. S. Melo, "Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: O Porto, c. 1320 – c. 1415" (tese de doutoramento, Universidade do Minho, vol. I, 2009), 227; Amélia Aguiar Andrade, *Horizontes Urbanos Medievais,* 20.
[5] Para estes, veja-se, respectivamente, alguns exemplos: Maria da Conceição Falcão Ferreira*, Guimarães: Duas vilas, um só povo* (Braga: CITCEM, 2010); Melo, "Trabalho e Produção"; Ângela Rocha Beirante, *Évora na Idade Média* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995); Donata Degrassi, *L´Economia artigiana nell´Italia Medieval* (Roma: Carocci, 1998); Manuel Fernando Ladero Quesada*, Las Ciudades de la Coroa de Castilla en la Baja Edad Media (siglos XIV al XV)* (Madrid: Cuadernos de Historia, 1996); Germán Navarro Espinach, "El impacto de las atividades industriales en el paisaje urbano de la Coroa de Aragón (siglo XV)", in *Evolução da Paisagem Urbana: Sociedade e Economia*, coord. de Maria do Carmo Ribeiro e Arnaldo Sousa Melo, (Braga: CITCEM, 2012), 173-184.
[6] Melo, Trabalho e Produção, 235.
[7] A. H. de Oliveira Marques, "Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*",* in *Nova História de Portugal*, Vol. IV, dir. Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques, (Lisboa: Editorial Presença, 1987), 117.

É também nosso objetivo analisar as ligações destes artífices com as confrarias religiosas existentes na cidade e as suas relações com o poder concelhio. De facto, em muitas cidades os mesteirais apresentavam um peso ou influência política significativos, uma vez que desempenhavam um papel ativo no dinamismo económico e simultaneamente ambicionavam participar na administração concelhia.[8] Para finalizar, pretendemos abordar na nossa dissertação a questão do tipo de fiscalização e regulamentação existente sobre dois grupos específicos de mesteirais: o da carne e o do pescado.

Partindo do princípio de que as cartas de emprazamento, aforamento, arrendamento, doação e escambo são, conforme opinião de Oliveira Marques, "a fonte número um para a topografia e a toponímia, que permite reconstruir a rede urbana e analisar a sua densidade, os meios de produção e distribuição, os preços, a moeda, os pesos e as medidas, as vias de comunicação, etc."[9]; e uma vez que o elo entre a urbanística e os elementos socioeconómicos são componentes essenciais neste trabalho, tornou-se necessária a delimitação criteriosa de um conjunto de fontes histórico-documentais para constituírem a base de estudo desta investigação.

Selecionou-se, por isso, um conjunto de documentação proveniente de instituições que desempenhavam funções de relevo na cidade de Braga, nomeadamente do Cabido da Sé, da Misericórdia e do Concelho da cidade. Destes organismos, recolhemos cartas de emprazamento, tombos dos bens e propriedades e ainda algumas cartas de privilégios que se conservam, na sua maioria, no Arquivo Distrital de Braga e alguns no Arquivo Municipal. Centrámos o âmbito cronológico do nosso trabalho nos séculos XIV e XV, devido à escassez de informação relativa a séculos anteriores relativamente aos temas em apreço. Deparamo-nos, assim, com um conjunto documental e de dados muito maior para o século XV do que para o XIV, como de resto seria de esperar. Situação que se pode relacionar com o maior volume de documentação encontrada para o século XV.

Neste artigo, pretende-se salientar a importância dos mesteres nas cidades medievais e o seu modo de instalação nas mesmas, focando-nos, para o efeito, na cidade de Braga. Tendo em conta o objetivo do presente artigo, recorrer-se-á a pequenos exemplos da instalação de um grupo de mesteres, sobretudo do setor do calçado, no tecido urbano da cidade, verificando o seu modo de organização e relação com a toponímia.

Descritos os objetivos e fontes da nossa dissertação e os conteúdos que se pretendem abordar, fazendo paralelismo com a realidade de outras cidades, passaremos agora ao caso concreto do espaço urbano aqui em análise.

## A INSERÇÃO DOS MESTERES NA CIDADE DE BRAGA

Os indivíduos em estudo neste trabalho são todos aqueles cuja profissão implique uma aprendizagem e especialização, e que se designam de *mesteirais*. Estes oficiais mecânicos desempenhavam as suas funções, sobretudo no artesanato, indústria e comércio.[10] Estamos a falar das principais atividades económicas, cujos produtos são essenciais para o abastecimento dos residentes, neste caso, da cidade de Braga, e para desenvolvimento das atividades comerciais.

A muralha de Braga "reutilizou o traçado norte da muralha romana até ao século XIV, muito embora seja impossível determinar a data da construção do perímetro sul

[8] Maria Helena da Cruz Coelho, "Estado e Sociedades Urbanas" in *A Génese do Estado Moderno no Portugal Tardo-Medievo (séculos XIII-XV),* Ciclo Temático de Conferências, coord. de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís Carvalho Homem, (Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 1999), 286.

[9] A.H. Oliveira Marques, "As Cidades Portuguesas nos finais da Idade Média", *Penélope – Fazer e desfazer a História (1988-1999), Revista de História e Ciências Sociais (2000-2004)* 7 (1992), 28. http://www.penelope.ics.ul.pt/pages/todo.htm.

[10] A.H. de Oliveira Marques, "Mesteres", in *Dicionário de História de Portugal,* vol.4, dir. de J. Serrão [1963-19971] (Porto: Figueirinhas, 1985), 282-283; Idem, "Mesteirais", *Dicionário de História de Portugal*, vol.4, dir. de J. Serrão [1963-1971] (Porto: Figueirinhas, 1985), 280 - 282.

da fortificação medieval".[11] No seu seio, a construção de edifícios religiosos e prestigiados, como o caso da Sé Catedral, levou à atração e fixação da população em torno dos mesmos, afastando-se assim dos eixos romanos reutilizados anteriormente.[12]

Posteriormente, ao longo dos séculos XIV e XV, com o alargamento da sua estrutura defensiva e consequente desenvolvimento do espaço interno de Braga, verifica-se que a maioria da população - incluindo os mesteirais – estava instalada nas principais artérias da cidade, que se encontravam organizadas em dois tipos de planos. O primeiro, que reaproveitou o traçado romano, era constituído pelos quarteirões e ruas regulares; o segundo, que resultou da espontaneidade do momento, incorporou aglomerados populacionais situados extramuros, mas que no século XIV, devido ao alargamento do sistema defensivo, se inseriram no perímetro interno da muralha. Este apresentava artérias mais sinuosas, tortuosas e bastante irregulares, que resultavam da nova malha urbana adaptada ao sistema defensivo.[13]

Do primeiro tipo de plano urbano, temos o exemplo da Rua Dom Gualdim, a Rua das Travessas ou a Rua da Erva. Estas últimas mantêm a regularidade do traçado antecedente, enquanto a Rua de Janes, a Rua Nova, a Rua do Postigo e a Rua da Sapataria são o resultado de uma espontaneidade adaptada aos caminhos preexistentes ou então, no caso das últimas artérias, adaptada à muralha.[14] Em várias das ruas destes dois planos, e de acordo com as fontes aqui utilizadas, é visível a multiplicidade de ofícios e oficiais mecânicos instalados nos seus troços.

Assim, todos os visitantes ou indivíduos que elegiam a cidade de Braga como seu local de destino, de visita ou de residência, teriam à primeira vista os seus bens quotidianos e essenciais assegurados, evidência demonstrada através das diversas atividades de mester integradas neste centro urbano.[15] Todavia, a maioria da documentação utilizada apenas fornece dados sobre o objeto de emprazamento e o seu enfiteuta, nomeadamente a sua profissão, ficando omissa a informação relativa à prática de seu ofício. Mas, uma vez que o nome da atividade de mester é mencionada, torna-se plausível que o exercício do seu labor decorresse no seio do mesmo núcleo urbano, onde "nos casos em que redacta que «mora» ou «moram» talvez se deva admitir, na ausência de mais informação, que se tratava de um espaço de morada e trabalho".[16]

Na documentação compulsada, para além dos enfiteutas, aparecem frequentemente indicações sobre os edifícios confrontantes e respetivos moradores. Procurámos, assim, estar atentos e recolher todo o tipo de informação e os seus pequenos detalhes relativos a estas atividades que a documentação nos foi fornecendo, desde locais de habitação, de venda – mercados, praças e rossios – a outros equipamentos relacionados com os vários mesteres bracarenses.

Através da análise documental até agora efetuada, podemos constatar que em Braga medieval se destacavam os seguintes mesteirais: sapateiros, correeiros, soqueiros, cinteiros, peliteiros, ferreiros, alfaiates, barbeiros, ataqueiros, carpinteiros, picheleiros, pedreiros e cutileiros. Menos abundantes parecem ser os ourives, os açagadores, os tanoeiros e os moleiros. Apesar de a maioria das referências a estas atividades dizer respeito a elementos do sexo masculino, verificamos também, mas em quantidade reduzida, a presença de mulheres ligadas a estas profissões, como os casos de uma regateira, duas alfaiatas, uma tecedeira e ainda um designativo que nos parece bastante curioso, o de uma *talha bolsas*.[17]

---

[11] Maria do Carmo Franco Ribeiro, "A Evolução da paisagem urbana de Braga desde a época romana até à Idade Média – Síntese de resultados", *Fórum* 44-45, (2009/2010): 189.
[12] Ibid., 190.
[13] Ibid., 191.
[14] Para um melhor enquadramento destas artérias, veja-se o mapa n.º 1. Ibid., 191.
[15] Maria do Carmo Ribeiro e Arnaldo Sousa Melo, "A Influência das Atividades Económicas", *Evolução da Paisagem Urbana: Sociedade e Economia*, (Braga: CITCEM, 2012), 149-150.
[16] Falcão, *Guimarães…,* 481.
[17] ADB, *Gavetas de Prazo do Cabido*, n.º 58. Este caso desperta a nossa atenção porque numa doação feita por Maria Domingues, a um mercador, a mesma é referida como sendo *talha bolsas*. Mas não só, pois logo

Mesteirais que emprazam na sua maioria edifícios térreos, normalmente por três vidas, com rendas variadas de acordo com a tipologia dos edificados e da sua localização. Em número diminuto, surgem os edifícios de um ou dois sobrados, onde, no caso da Rua da Sapataria, eram constituídos por lojas nos seus rés-dos-chãos,[18] utilizadas possivelmente para o exercício de atividades económicas.[19]

Estas atividades acompanham, por vezes, as alterações urbanísticas que se vão realizando na cidade, sendo visíveis algumas modificações no tecido urbano, dos séculos XIV e XV, assistindo-se também à adaptação da sua população à nova realidade. Para além do alargamento do seu sistema defensivo e do perímetro urbano[20], sofre a alteração dos seus espaços de venda e de comércio de acordo com a nova disposição topográfica. Como consequência, em alguns casos, assiste-se à alteração de locais de trabalho ou venda para darem lugar a outro tipo de atividade, de que é exemplo o caso dos açougues.

Inicialmente localizados em frente à Sé Catedral, os açougues nos inícios do século XVI, aquando a entrada de D. Diogo na cidade, foram transferidos para o espaço extramuros, mais concretamente para o Campo S. Miguel do Anjo.[21] Esta alteração poderá estar relacionada com as atividades que, geralmente, nestes equipamentos se desenrolavam, uma vez que neles se matava e vendia o gado. Assim, havia a necessidade destes equipamentos se fixarem num local afastado do núcleo urbano, pelas atividades geradoras de maus cheiros que neles se praticavam.[22] No entanto, não passará de uma suposição, ficando em aberto a razão pela qual o seu primeiro edificado se efetuou num espaço tão próximo do referido local de culto e prestígio, tal como se encontra noutras cidades, nomeadamente no Porto.[23]

Relativamente aos topónimos designativos de um mester, poucos são os que se encontram na cidade de Braga, destacando-se as artérias ou espaços amplos como a Rua da Sapataria, a Rua da Olaria, a Praça das Panelas e a Rua da Erva[24]. A designação desta última artéria sugere a existência neste local de um mercado de forragens, ou simplesmente foi atribuída por se tratar de uma ligação com a Torre de Santiago, onde decorria a feira.[25] Ruas que, na sua maioria, não eram habitadas apenas e exclusivamente pela atividade mesteiral que originou a sua designação, como como é o caso da Rua da Olaria.

Quanto à Rua da Olaria,[26] independentemente do seu nome parecer indiciar a predominância dessa atividade no seu troço, o certo é que até ao momento ainda não encontrámos nenhuma referência a este mester no seio da mesma artéria, ao passo que a presença de sapateiros, tendeiras ou cutileiros se pode comprovar. No entanto, escavações arqueológicas na Rua das Oussias, próximo da Rua da Olaria, revelaram um número significativo de cerâmicas, levantando a hipótese da existência de um mercado

após o seu nome surge uma designação que nos coloca algumas dúvidas na sua transcrição. A referida Maria Domingues poderia ser uma "tenteira", "centeira" ou "tendeira".

[18] Maria do Carmo Franco Ribeiro, "Braga entre a época romana e a Idade Moderna: uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana" (tese de doutoramento, Braga, Universidade do Minho, 2008), 468.

[19] Donata Degrassi, *L´Economia artigiana*, 63-68.

[20] Ribeiro, "A Evolução da paisagem urbana de Braga desde a época romana até à Idade Média – Síntese de resultados", 191.

[21] Ver mapa n.º1. Eduardo Pires de Oliveira, *Estudos Bracarenses – As alterações toponímicas (1380-1980)* (Braga: ASPA-Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultura, 1982), 118; Avelino Jesus da, "D. Diogo de Sousa, novo fundador de Braga e grande mecenas da cultura", in *Homenagem à Arquidiocese de Primaz nos 900 anos da dedicação da Catedral (Braga, 4-5 de Maio de 1990)*, (Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1993), 112.

[22] Ribeiro e Melo, "A Influência das Atividades Económicas", 153.

[23] Melo, *Trabalho e Produção,* 228-230.

[24] Ver mapa n.º1.

[25] Ribeiro, Braga entre a época romana e a Idade Moderna, 436; Oliveira, Estudos Bracarenses, 51.

[26] Para a sua melhor contextualização na cidade, veja-se o mapa n.º1.

de olarias, ou centro de produção, naquele local nos séculos XIV e XV.[27]

Alguns indivíduos escolhiam locais estratégicos para aí se instalarem e venderem os seus artigos, nomeadamente nos postigos ou nos eixos viários mais procurados e frequentados pela população. Eixos como a Rua de Dom Gualdim localizada muito perto da Sé Catedral e dos Açougues[28], mas também próxima dos postigos, que se localizavam nas principais vias de acesso e se associavam ao exercício de atividades económicas.[29] Neste contexto, uma nova artéria, ideal para o funcionamento de uma atividade económica, mas que não se encontrava urbanizada, surgiu ocupada a partir do século XIV e XV. A Rua do Souto urbanizou-se através da edificação de prédios, e verificamos a sua ocupação por diversos tipos de mesteirais, desde sapateiros, correeiros a alfaiates. Esta viria a tornar-se numa via bastante desejada para se habitar ou exercer comércio, uma vez que usufruía de uma excelente localização no tecido urbano da cidade, ligando a porta nascente da cidade, o castelo e a torre de menagem ao Paço Arquiepiscopal e à Sé.[30]

Mesmo aquelas ruas que se situavam mais afastadas do núcleo populacional e central, não ficaram esquecidas. Como exemplo temos a Rua de Maximinos, um eixo viário localizado extramuros, por onde se fazia a saída da cidade em direção ao Porto. De salientar que no século XV esta rua tem uma nova configuração, dada a alteração do topónimo Rua dos Burgueses, que adquire o nome de Rua de Maximinos.[31] De acordo com o nosso estudo, esta última artéria contava com a predominância de dois mesteres inseridos no seu troço, alfaiates e sapateiros em número significativo, mas também carniceiros, tripeiros e açagadores. Predomínio justificado não só pela excelente localização geográfica no espaço urbano, mas também porque à Rua dos Burgueses convergiam outras artérias. Iriam assim ao seu encontro a Rua Verde, a Rua da Triparia, a Rua Dom Gualdim Pais, a Rua da Erva, e ainda a Rua da Sapataria.[32] Seria esta última, a julgar-se pelo topónimo atribuído e pelos edifícios que continham loja no rés-do-chão[33], um local de venda ou produção exclusiva de calçado? Decerto não, pelos exemplos conhecidos de outras cidades. De facto, sabemos que nesta artéria também se encontravam outros mesteres e, simultaneamente, que existiam sapateiros noutras ruas, conforme os dados que temos já analisados e que alguns estudos publicados têm revelado.[34]

Torna-se então compreensível que a instalação destes oficiais mecânicos ocorresse próximo de locais de venda de matérias-primas, ou de outros mesteres essenciais para o exercício das suas atividades, razão que justifica a sua concentração e disposição topográfica pela cidade. Ao organizarem-se no espaço urbano, alcançavam uma segurança face a eventuais abusos, dada a vigilância recíproca para o controlo da quantidade e qualidade dos produtos, dos seus preços, e esta situação servia ainda como meio de captar e atrair mais clientes.[35] Justifica-se assim, por exemplo, a concentração de mesteirais dos couros em determinados locais, entre os quais sobressaíam os sapateiros, carniceiros e peliteiros, fixados numa zona afastada da Sé Catedral, mas contígua uns

---

[27] Ribeiro*, Braga entre a época romana e a Idade Moderna,* 440; Ribeiro e Melo, "A Influência das Atividades Económicas",156.

[28] Para uma melhor contextualização, veja-se o mapa n.º1. Ribeiro*, Braga entre a época romana e a Idade Moderna*, 432.

[29] Ribeiro e Melo, "A Influência das Atividades Económicas"; Donata Degrassi, *L´Economia artigiana*, 67.

[30] Ribeiro, Braga entre a época romana e a Idade Moderna, 463-466.

[31] Oliveira, *Estudos Bracarenses*, 67; Ribeiro, Braga entre a época romana e a Idade Moderna, 475.

[32] Ribeiro, Braga entre a época romana e a Idade Moderna, 475.

[33] Ibid., 468.

[34] Ribeiro e Melo, "A Influência das Atividades Económicas", 147-159.

[35] A. H. Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval Portuguesa – Aspectos da vida quotidiana* (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010), 172; Donata Degrassi, *L´Economia artigiana,* 170; José Angel Muñoz, "Mondo Urbano e corporazioni nella Coroa d'Aragona (sec. XIII)", (Comunicação apresentada no vigésimo Simpósio Internacional *Tra economia e politica: le corporazion nell'Europa Medievale*, Pistoia, Centro Italiano di Studi di Storia e d'Arte Pistoia, 13-16 maggio, 2005), 177.

com os outros ao longo da Rua da Sapataria, da Triparia e dos Burgueses. Concentrações que não invalidavam a instalação destes mesteres pelas restantes artérias e áreas periféricas da cidade.

Noutras cidades, abunda informação qualitativa e quantitativa relativa às tendas,[36] mas em Braga, pelo contrário, é quase inexistente. No entanto, encontramos referências a equipamentos relacionados com o exercício da atividade mesteiral. Numa dimensão mais reduzida, para além dos açougues, surgem referências para o século XV de alpendres, rossios, chãos, recantos, tabernáculos, estalagens e pelames em número significativo. Estruturas espalhadas (ou concentradas, no caso dos pelames), intramuros e extramuros, nomeadamente na zona dos arrabaldes da cidade, que se tornam locais importantes para o exercício de ofícios mecânicos.

Com frequência, deparamo-nos com contratos de aforamento ou emprazamento de chãos a artífices, com a obrigação de neles se construírem habitações, térreas ou *sobradadas*, que deveriam ser usadas para o exercício do seu ofício. Por vezes, especificam-se as dimensões e características que deveriam ter, não só dos edificados, mas também dos tabernáculos, alpendres, recantos ou chãos. A título de exemplo, veja-se o emprazamento de um chão a um barbeiro, com a condição de que o enfiteuta fizesse uma casa sobradada, de modo a que a habitação tivesse uma porta contra o rossio para quem se deslocasse pudesse ver a prática da sua atividade do exterior.[37]

## CONCLUSÃO

Com o cruzamento das diferentes componentes da história – urbana, social, política e económica – pretende-se neste trabalho salientar a importância dos mesteres nas cidades medievais, e sobretudo a instalação destes oficiais e ofícios mecânicos pelo tecido urbano da cidade de Braga, no período dos séculos XIV e XV e saber se a sua presença se traduziu numa forma de concentração ou dispersão das atividades e de quais se tratavam. Caso se verifique o modelo de concentração, é nosso objetivo analisar as suas expressões concretas e modalidades de inserção no quadro do espaço urbano bracarense.

Face ao exposto, podemos constatar que a localização e instalação dos mesteirais varia consoante a evolução urbanística da cidade, e em função da sua proximidade ou afastamento relativamente aos edifícios de grande prestígio, como o caso da Sé Catedral, ou estabelecimentos/mercados como os açougues.

Pelas ruas, inseridas em duas tipologias de planeamento, a presença de oficiais mecânicos espelha duas situações. A primeira é que a escolha de determinadas artérias ocorreu por as mesmas se localizarem próximas de outros mesteres essenciais para o exercício de suas atividades, como se verificou com o mester do setor do calçado. Na segunda situação, assistiu-se à escolha de locais estratégicos e ideais para a sua instalação no tecido urbano porque se encontravam em permanente contato com a população. Facto que podemos comprovar através da Rua do Souto, bastante próxima da Sé Catedral e localizada nas imediações das restantes vias e postigos da cidade.

Independentemente de existir uma forte concentração de atividades ligadas ao setor do calçado numa zona afastada da Sé Catedral, tal não invalidava a hipótese da presença de outros mesteirais naquele local. A predominância de um mester numa única rua resultava, por vezes, na atribuição da designação desse ofício a essa artéria, como é o caso da Rua da Sapataria. Mas tal não significava que esse espaço fosse apenas restrito para o ofício mecânico que deu origem à sua denominação. O mesmo ocorreu com a Rua da Olaria, na qual se deixa em aberto a questão de saber se aí predominava a presença de artifícies ligados a este mester, uma vez que na documentação aqui analisada

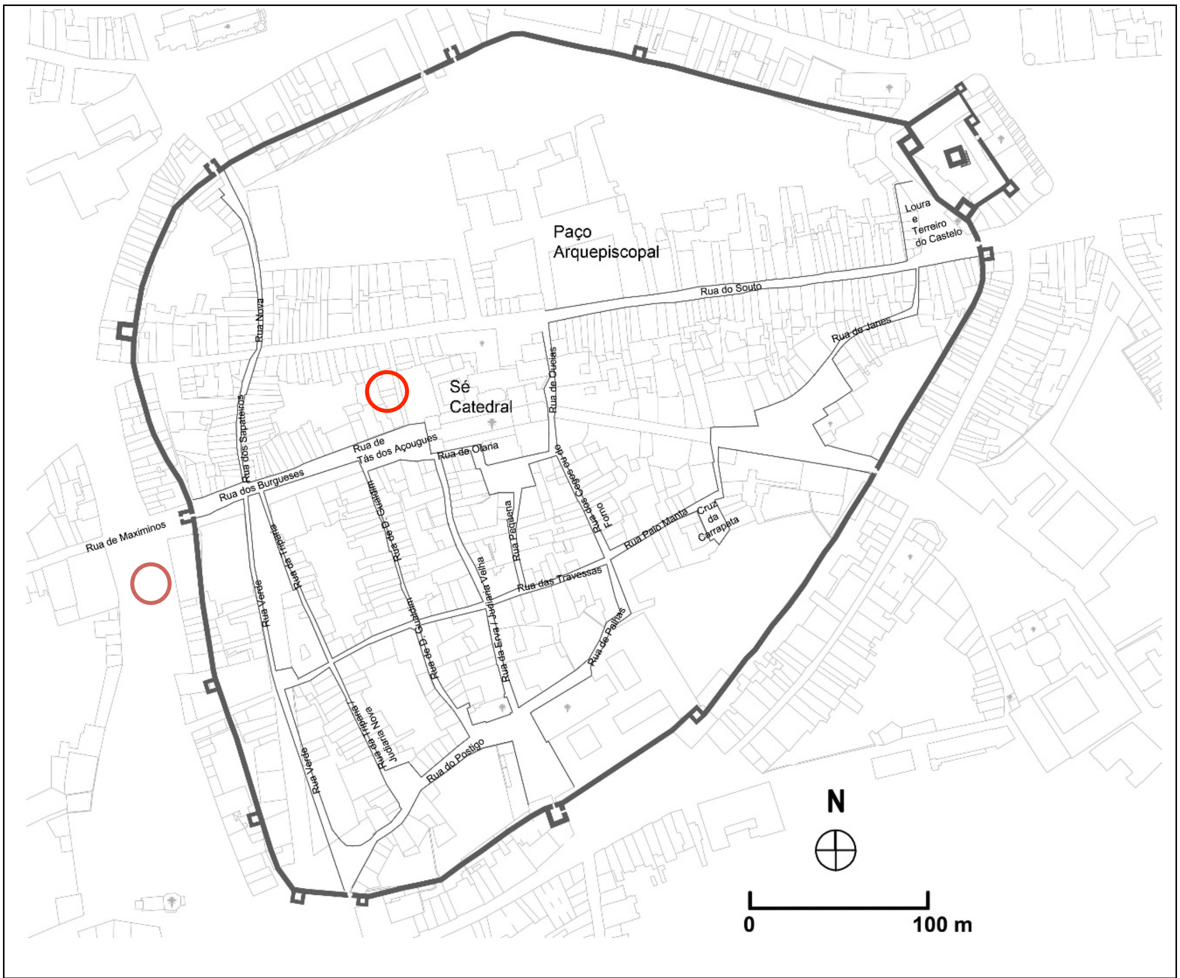
[36] Relativamente a esta situação, apenas se encontrou uma pequena referência a uma *Rua das Tendas*. Esta, por um lado pode significar o domínio da instalação de tendas naquele local, mas por outro a designação do seu topónimo pode não se encontrar relacionado com o tipo de estruturas e edifícios que lá se inseriram.

[37] AMB, *Livro de Prazos da Câmara Secular*, fls. 20-21v.

ainda não se encontrou qualquer referência a esta atividade, embora a descoberta de cerâmica numa rua bastante próxima seja um facto sugestivo.

Apesar do grosso da documentação se referir apenas a prazos de edifícios, e na ausência de elementos de dados relativos a tendas, constatámos a ocorrência do emprazamento de outros equipamentos essenciais para o exercício de uma atividade artesanal, comercial e industrial, como os rossios, praças, tabernáculos, alpendres e pelames na cidade ou nos seus arrabaldes.

Concluindo, pretendeu-se com este artigo apresentar alguns exemplos da presença dos mesteirais na cidade de Braga, dos séculos XIV e XV, relacionando-os com a toponímia, espaços comerciais e outros equipamentos usados no exercício das suas atividades. Procurámos, assim, apresentar o modelo de trabalho que seguimos na nossa dissertação, que naturalmente apresenta uma maior amplitude do que aquela aqui apresentada, pois procura englobar a totalidade dos artificies que fomos descobrindo pelo tecido urbano bracarense.




1ª Localização dos Açougues (localização aproximada)
2ª Localização do Açougues – Campo S. Miguel do Anjo (localização aproximada)
Fonte Cartográfica*:* Maria do Carmo Franco Ribeiro, "A Evolução da paisagem urbana de Braga desde a época romana até à Idade Média – Síntese de resultados"*, Fórum 44-45, (2009/2010): p. 192 (adaptada).*

Mapa n.º 1 - Enquadramento das artérias existentes em Braga na Idade Média

# 10

## Mesteres Vimaranenses: o setor dos couros nos séculos XIV e XV

Olímpia Conceição Barbosa Pinto[1]
Universidade do Minho

Resumo

Este artigo tem como principal objetivo apresentar as linhas gerais do projeto de investigação de mestrado em História Medieval, intitulado *Mesteres Vimaranenses: o sector dos couros nos séculos XIV-XV,* apresentado no IV Workshop de Estudos Medievais, em Abril de 2012. Ao longo deste texto, apresentamos as fontes e metodologias adotadas para o desenvolvimento da dissertação, lançando alguns dados da nossa investigação referentes aos trabalhos de curtição e pelames, bem como sobre a Confraria dos Sapateiros e seu hospital.

Abstract

This article discusses the guiding lines of MA dissertation project in Medieval History titled *Crafts of Guimarães: The leather sector in the 14th and 15th centuries*, presented at the IV Workshop on Medieval Studies, in April 2012. In this paper, we present the sources and methodologies used to develop the dissertation, examining some data from our research work related to tanning and *Pelames*, as well as the Confraternity of the Shoemakers and its hospital.

São vários os grupos de mesteres presentes nas cidades medievais e é reconhecida a sua importância para o abastecimento e a organização dos espaços urbanos.

Como refere Ricardo Córdoba, na sua obra *La industria medieval de Córdoba*, a importância do trabalho e da produção dos couros no seio das cidades medievais é largamente reconhecida. A utilização da pele, do pelo e da lã para a indústria têxtil, assim como o aproveitamento da carne para consumo humano, contribuem para a importância económica dada ao gado em geral. No entanto, a pele do animal em bruto não contém qualquer valor comercial, necessitando de passar por um conjunto de processos e transformações que lhe vão acrescentar valor económico.[2]

A cidade de Guimarães tem sido alvo de análises referentes às mais variadas temáticas, não existindo, porém, um estudo que se prenda diretamente com a produção e o trabalho do setor dos couros, entre os séculos XIV e XV. Ao mesmo tempo, a nível historiográfico, os estudos sobre a temática do trabalho e produção na Idade Média são ainda escassos e relativamente recentes em Portugal.

Partimos, então, à procura dos homens que ao longo dos séculos em análise, com toda a sua vivacidade, fizeram do burgo vimaranense um dos principais centros industriais do reino, a seguir a Lisboa, Porto e Évora.

Este trabalho tem como principal intuito conhecer os homens que dedicaram a sua vida à indústria dos couros, identificando os setores de produção que utilizavam o

[1] Aluna de Mestrado em História, do Departamento de História da Universidade do Minho.
Pretendo aqui deixar um profundo agradecimento ao meu orientador, o Professor Doutor Arnaldo Sousa Melo, pelas suas sugestões e pela sua dedicação ao longo deste percurso.
[2] Ricardo Córdoba de la Llave, *La industria medieval de Córdoba* (Córdova: Imprenta San Pablo, 1990), 147.

couro como matéria-prima de excelência, quer o seu produto final fosse de uso privado, quer se tratassem de peças de carácter mais profissional. Olhando as fontes por uma nova perspetiva, pretende-se conhecer mais de perto o trabalho dos mesteirais, o seu nível de vida, laços de parentesco, bem como o seu contributo para o desenvolvimento económico do burgo vimaranense.

Sobre o tema da produção e do trabalho artesanal, bem como o das associações resultantes dessas ligações, pouco chegou até aos nossos dias. As informações existentes para o estudo dos homens de mester encontram-se muitas vezes através da análise de fundos produzidos por instituições religiosas, como é o caso da documentação produzida pela Colegiada de Guimarães. Partimos assim em busca da história destes homens, através de acervos documentais que tendo sido produzidos para outros fins, nos possibilitam aprofundar o conhecimento dos agentes que contribuíram para o desenvolvimento do labor dos couros no burgo vimaranense.

Do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, em Guimarães, foram recolhidos dados dos *Livros de Nota Antiga* (livro I/X/XI) e dos *Livros da Fazenda do Cabido*, ambos pertencentes ao fundo da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira; *Pergaminhos da Câmara*, e ainda um fundo respeitante à *Confraria dos Sapateiros*. Utilizamos também o famoso *Tombo das Capelas*, pertencente ao fundo da Colegiada de Guimarães, depositado na Torre do Tombo em Lisboa.

Os *Livros da Fazenda do Cabido* consistem em registos de contabilidade dos cónegos de Guimarães, constituindo uma fonte de enorme importância para o estudo apresentado. Na totalidade, foram analisados 12 livros, correspondentes ao período compreendido entre 1375 e 1482. Este tipo de anotações permitia ao cabido controlar os rendimentos auferidos das rendas anuais resultantes do seu património. Para além das propriedades de que o cabido era detentor, como casas, vinhas, lugares, pelames entre outros, os cónegos utilizavam estes livros para aí anotarem as missas e os ofícios, mencionando o nome do rezado e sobre que imóvel recaía o valor dos serviços litúrgicos. A informação analisada cuidadosamente fornece-nos dados importantes, tais como o nome de quem trazia emprazado o imóvel, sendo que a este era associada a sua atividade profissional. Por outro lado, conseguimos saber em que ruas se encontravam determinados mesteres, bem como a renda que pagavam, o que permite uma análise aprofundada do poder económico destes mesteirais.

Os *Livros de Nota Antiga* são o registo dos notários de diversos tipos de contratos, tratando-se maioritariamente de contratos de emprazamento, aforamentos perpétuos, compras e vendas, entre outros. Nestes, encontramos referências a mesteirais, quer se trate de um contrato onde o principal interveniente era um mesteiral, ou no qual o nome de um ou mais mesteirais surge nos róis de testemunhas.

O núcleo documental da Confraria dos Sapateiros constitui um fundo de grande importância para o estudo da temática em análise. Como refere Conceição Falcão, este fundo é constituído por um conjunto de pergaminhos avulsos que se encontram em avançado estado de deterioração, composto por emprazamentos, doações e um testamento.[3] Tratando-se de um núcleo documental do património da dita confraria, na dissertação tentaremos desenvolver as seguintes questões identificar e examinar os confrades e seus respetivos cargos; as formas de gestão do património; as relações familiares/profissionais ao nível da confraria; a prática assistencial; a evolução da sua designação ao longo do tempo e a localização dos seus imóveis.

Quanto ao fundo presente na Torre do Tombo, o *Tombo das Capellas e Hospicios, etc, da Villa de Guimarães. Liv.XXVI*, inserido no Núcleo Antigo, número 272, mais conhecido por *Tombo das Capelas,* mandado redigir no ano de 1498, por D. Manuel I, corresponde ao levantamento de instituições de assistência, capelas e morgadios

[3] Conceição Falcão, "Boletim de trabalhos históricos II série vol. 2001", in *Memórias da Idade Média, no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta – Guimarães*, 23.
http://www.csarmento.uminho.pt

a nível do reino.[4] Deste fundo, procedemos à análise do *Titullo da confraria dos capateiros da villa de gujmaraaes Hosprital della,* sendo este uma espécie de cadastro de todas as propriedades da confraria dos sapateiros, como casas, vinhas, lugares e pelames. Estas descrições detalhadas permitem elaborar uma análise exaustiva da propriedade da confraria, bem como uma estimativa do seu valor patrimonial. São variadíssimos os dados que se podem retirar deste fundo, como os nomes de quem empraza os imóveis da propriedade e a sua respetiva renda, suas confrontações com casas e ruas do burgo vimaranense, respetivas dimensões, entre outros.

Apresentamos, de seguida, ainda que de forma sucinta, a estrutura da dissertação de mestrado, ressalvando que a mesma constitui um esboço passível de alterações. Numa primeira etapa, abordaremos brevemente a temática dos mesteres dos couros nas principais cidades nacionais e europeias. Seguir-se-á uma breve caracterização da cidade de Guimarães na Idade Média. Apresentado o tema, fontes e os contextos, passaremos na dissertação para uma análise mais fina e cuidada dos mesteres vimaranenses relacionados com o setor dos couros, seguindo três linhas de orientação. Primeiro, identificando os mesteres presentes na cidade de Guimarães, a sua distribuição topográfica, a tipologia da propriedade, bem como a sua presença em atos oficiais e públicos. De seguida, dedicaremos um capítulo ao exercício do ofício e locais de trabalho, como a organização do trabalho, técnicas, transformação de matéria-prima e seu produto final, assim como a sua distribuição no espaço, identificando a localização dos pelames e açougues. Por último, apresentaremos um capítulo dedicado à temática da confraria dos sapateiros e à sua vertente assistencial, percebendo quem eram os membros da confraria e os seus cargos, propriedades e bens, relações familiares e profissionais, bem como o estudo da confraria como espaço de solidariedade social.

## A Indústria dos Couros em Guimarães

Os trabalhos de curtição desenvolviam-se nos pelames, situados em Guimarães no local dos Couros, sendo este denominado quer de Rio de Couros, quer de Rua de Couros.[5] A zona de Couros, topónimo que ainda hoje se conserva, encontrava-se nos arrabaldes da cidade, localizados na margem do rio que mais tarde se passaria a designar Rio de Couros, devido à grande necessidade de água para os trabalhos da curtição, bem como à poluição que provocava, de que são exemplo os cheiros intensos característicos desta atividade.[6]

Sendo os pelames de vital importância para a indústria dos couros no que respeita ao tratamento das peles, seria importante perceber quem eram os seus proprietários, quais os grupos de mesteres que os emprazavam e quem mandava curtir as peles. Através dos dados recolhidos na nossa investigação, sabemos que a Colegiada de Guimarães e a própria Confraria dos Sapateiros detinham, de entre os seus imóveis, vários pelames que emprazavam a outros em troca de uma renda. O seu emprazamento poderia ser feito a um enfiteuta individual, ou emprazados a um determinado conjunto de mesteirais, nomeadamente sapateiros, o que levanta por si só diversas questões, como por exemplo: como geriam estes a utilização dos pelames; se a renda era dividida igualmente por todos; e se o emprazamento dos pelames era exclusivo de mesteres ligados ao setor dos couros, ou não.

O mester dos sapateiros destacava-se pelo seu grande número no burgo vimaranense, quando comparado com os restantes ofícios ligados ao setor dos couros. Por outro lado, as fontes revelam menos informações sobre os mesteres que eram diretamente responsáveis pelos trabalhos de curtição das peles, como os surradores, peliteiros e curtidores. Não encontrámos ainda resposta para esta diferença, mas poderemos apontar como plausível a possibilidade de serem os sapateiros a controlar diretamente

---

4 Alberto Sá, "Sinais da Guimarães Urbana em 1498" (tese de mestrado, Universidade do Minho, 2001), 12.
5 Conceição Falcão, *Guimarães. 'Duas Vilas Um só Povo'. Estudo de História Urbana (1250-1389)* (Braga: CITCEM, 2010), 294-295.
6 Falcão, *Guimarães*, 296; Jean Pierre Leguay, *La Pollution Au Moyen Âge* (Paris, 1999), 23-27.

o processo de curtição das peles, explicando-se assim a ausência dos outros mesteres na documentação da época. Tal possibilidade foi já explorada por A. L. de Carvalho, ainda que para uma data um pouco posterior à do presente estudo.[7]

Ângela Beirante refere que no caso de Évora a "preparação da coirama também corria por conta do sapateiro, desde a compra das peles aos carniceiros; à aquisição de materiais de curtimenta; ao trabalho do pelame e aluguer da alcaçaria".[8] Um outro exemplo que demonstra bem esta realidade aplica-se ao caso do Porto, referindo Arnaldo Melo que "ficamos com a sensação que a maior parte da curtição na cidade era controlada pelos sapateiros".[9] Mas esta realidade aplicar-se-á ao burgo vimaranense?

A pele do animal, como já referimos anteriormente, passava por uma série de processos que lhe conferia no mercado um valor económico. O processo de curtição requeria o uso de matérias de curtimenta, sendo estas na sua grande maioria de origem vegetal, como o lentisco, a murta, o sumagre e a casca. Encontrámos, para Guimarães, referência a duas destas espécies vegetais utilizadas para o processo de curtição das peles: a casca e o sumagre.[10] A casca era uma composição de três tipos de cascas de diferentes árvores: o pinheiro, o carvalho e o sobreiro. O sumagre, um arbusto da família das *Anacardiáceas*, era também fortemente utilizado para a curtição das peles, por possuir grandes doses de taninos, tendo igualmente aplicações na tinturaria têxtil.[11] Ricardo Córdoba refere que cada uma destas matérias era utilizada consoante o tipo de pele que se pretendia obter, sendo as peles curtidas de forma distinta. A casca era largamente utilizada para a composição de couros fortes e duros, utilizados para fabricar as solas dos sapatos, sendo que o sumagre produzia um tipo de couro mais suave e flexível.[12] Quanto aos preços das referidas matérias, o regimento de salários e preços de 1522 de Guimarães[13], revela que "hua arroba de bõ çumagre", não deveria custar mais de sessenta reais, e que "um carro de casca" não deveria valer mais do que cento e quarenta reais. A mesma fonte fornece-nos dados específicos relevantes para o conhecimento do mester dos curtidores e surradores e ainda sobre preços de diferentes couros. No que diz respeito ao mester dos curtidores estipula os valores da curtição, tendo em conta o animal (boi, cabra ou carneiros). Quanto ao mester dos surradores, é especificado não só o valor cobrado por surrar cada tipo de pele, como também o tipo de produto final a que a mesma se destina, como botas, sapatos, entre outros, referindo-se ainda que existiam peles tintas em preto, roxo, cor de amora, amarelo e dourado.[14]

Quanto ao mester dos sapateiros, o *Regimento de salários e preços de 1522*[15], fornece dados importantes, como o tipo de calçado produzido, a matéria-prima utilizada e os preços. A título de exemplo, refere que "nam valeram mais hus çapatos de bõo cordovão de noue pomtos pera çima de çimquoemta rs".[16]

## A Confraria dos Sapateiros de Guimarães

Ainda que não possamos apresentar uma data específica para a sua fundação, são vá-

---

[7] A.L. de Carvalho, *Os Mesteres de Guimarães III*. (Barcelos: Instituto Nacional do Trabalho, 1942), 51. O autor refere que na sua perspetiva existia vários indicadores que mostram ser os sapateiros os responsáveis por mandar curtir os couros, uma vez que na sua grande maioria eram estes os proprietários dos pelames.
[8] Maria Ângela Beirante, *Évora Na Idade Média* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995), 417.
[9] Arnaldo Melo, "Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: O Porto, c. 1320- c. 1415", vol. II (Tese de doutoramento, Universidade do Minho, 2009), 135.
[10] Carvalho, *Os Mesteres*, 39.
[11] Córdoba de la Llave, *La industria,* 166.
[12] Ibid., 166.
[13] A publicação das taxas para a vila de Guimarães, pelo abade de Tagilde, publicadas pela Sociedade Martins Sarmento, transcreve a data como sendo 1522. No entanto, convém ressalvar que um artigo publicado por Isabel Maria Fernandes e António José de Oliveira, "Ofícios e Mesteres Vimaranenses nos Séculos XV e XVI", aponta uma outra data, 1552.
[14] Carvalho, *Os Mesteres*, 39.
[15] Guimarães. Sociedade Martins Sarmento, "Regimento de salários e preços de 1522 (para Guimarães)", http://www.csarmento.uminho.pt/nephl_311.asp (consultado Março 23, 2012).
[16] Ibid., 57.

rios os documentos que revelam a existência da confraria dos sapateiros desde o século XIII. Sabemos que no ano de 1243 esta já se encontrava formada e bem enraizada entre os homens vimaranenses, sendo a sua albergaria presenteada com doações por parte da comunidade.[17] No entanto, os pergaminhos respeitantes à instituição da confraria que chegaram até aos nossos dias datam entre 1270 e 1494, e são constituídos por doações, emprazamentos e um testamento.

O nome adotado para designar a confraria em documentos oficiais foi sofrendo mutações com o passar dos séculos. No decorrer do século XIV aparece designada quer por "confraria de santa maria dos sapateiros", quer por "confraria de sancta maria em que andam os sapateiros por confrades". A partir de finais do século XIV passa a ser denominada como "confraria de santta maria da companhia dos sapateiros", designação que nos parece muito sugestiva, mas cujo cabal significado exige ainda acrescida investigação.

Um pouco por toda a Europa aparecem associações de São Crispim e São Crispiniano como santos patronos das confrarias dos sapateiros. Vários são os estudos que apontam estes santos como os patronos da confraria vimaranense aqui em análise,[18] não existindo, porém, até à data, nenhum documento que o comprove para o período sobre o qual nos debruçamos. A associação destes patronos por parte de alguns historiadores resulta de uma análise de documentos referentes aos séculos XVI e XVII que indicam São Crispim como padroeiro dos sapateiros, retroprojetando essa realidade para o século XIV e XV. Arnaldo Melo refere para o caso do Porto que "entre os historiadores que têm estudado estas questões, a maioria parte do pressuposto que desde o início a confraria foi de invocação dos dois santos".[19] No entanto, os documentos referentes à confraria dos sapateiros do Porto apenas referenciam a associação dos santos patronos à confraria a partir de finais do século XVI, mas somente passa a ser designada de São Crispim e São Crispiniano no século XVIII. Até ao século XVI manteve unicamente a designação de Confraria dos Sapateiros.[20]

As confrarias medievais, quer se tratassem de confrarias de mester ou de outro género, necessitavam de uma organização interna, o que implicava a distribuição de funções e cargos. São vários os cargos que podemos identificar no seio da organização da confraria dos sapateiros vimaranenses, como o juiz (identificando um ou dois juízes, consoante o documento), o mordomo, o procurador da confraria, e o *campeeiro*[21] demonstrando claramente a organização da instituição.

Sendo apelidada de confraria dos sapateiros, seriam os seus confrades exclusivos desse mester? Segundo os documentos analisados tal não corresponde à realidade, pois para além de sapateiros, há referências a serralheiros, correeiros, seleiros, tanoeiros e mercadores, entre os membros da confraria. Apesar de a mesma albergar diversos setores de produção, parece-nos que existe uma forte proporção de mesteres que trabalha diretamente com a matéria-prima do couro.

No que respeita aos cargos de gestão da confraria, as fontes comprovam que os mesmos não eram apenas distribuídos pelos oficiais dos sapateiros. A título de exemplo, no ano de 1465 encontramos um tanoeiro a exercer o cargo de mordomo, cabendo em 1477 o cargo de juiz a um mercador.

## O Hospital da Confraria dos Sapateiros

As confrarias medievais substituíam muitas vezes a família natural, sendo que os seus membros uniam-se e ajudavam-se mutuamente em vida e na morte. Maria Helena Cruz Coelho, atestando essa mesma realidade, afirmou que é "inegável que os rituais fúne-

[17] Falcão, *Guimarães...,* 665.
[18] Como exemplo veja-se, Carvalho, *Os Mesteres...*; Falcão, *Guimarães...*
[19] Arnaldo Sousa Melo e Maria João Silva, *Palmeiros e Sapateiros A confraria de S. Crispim e S. Crispiniano do Porto* (Porto: Fio da Palavra Editores, 2008), 16.
[20] Ibid., 17.
[21] A função do campeeiro era fazer soar a campana, servindo como alerta para que os confrades se dirigissem à confraria para aí se encontrarem em reunião.

bres e o sufrágio da alma" dominem as confrarias.[22]

> Para um melhor auxilio na doença, muitas confrarias geriam hospitais e pequenos albergues, onde, para além dos confrades, se albergavam também "todos os pobres, peregrinos e enfermos que à sua porta batessem".[23] Reforçando essa ideia, os pedintes estavam contemplados no usufruto das instalações hospitalares, podendo aí permanecer por duas noites, onde teriam acesso a uma cama e a comida.

A confraria dos sapateiros de Guimarães tinha, já no século XV, entre os seus imóveis, um albergue-hospital[24] situado no coração do burgo, precisamente na Rua Sapateira, que constituía local de reunião dos confrades, chamados a cabido "per soom de campaam tangida". Para Donata Degrassi, "a base das confrarias de mester assenta na constituição de interesses económicos e profissionais, no entanto, mais tarde, também estas instituições tiveram um papel fundamental de suporte solidário para com os seus membros".[25] Note-se que este poderia ser também um processo inverso. O hospital de confraria revela este espírito de solidariedade próprio do homem medieval.

> Em 1498, o hospital contava já com 14 camaras, cada uma delas com a sua própria cama, que servia para acolher os membros da confraria e todos aqueles que careciam de ajuda por se encontrarem doentes, ou num mau momento da sua vida. Conhecemos o caso de Vasco Afonso, alfaiate que se encontrava enfermo e acamado na casa do hospital da confraria de Santa Maria da Companhia dos Sapateiros, fazendo doação dos seus bens à confraria, como forma de reconhecimento à mesma. As oferendas a uma confraria eram encaradas como um investimento, tanto na terra como no céu. Não era necessário ser confrade para ter acesso aos laços de solidariedade de determinada confraria. No caso de doações, o benfeitor teria "direito" à presença dos irmãos no seu cortejo fúnebre, assim como a orações ad æternum por parte da confraria. Denote-se, que em Guimarães, de entre 90 testamentos do século XIII, 62% contemplavam confrarias, em troca dos seus serviços.[26]

Terminado o percurso de vida no plano terrestre, a confraria assumia uma grande importância na passagem para um outro plano, o espiritual.

Para as datas do nosso estudo, não são conhecidos estatutos da confraria dos sapateiros que nos possibilitem falar sobre estes aspetos. No entanto, sabemos que a confraria possuía um pequeno cemitério na crasta românica de Santa Maria da Oliveira, em chão sagrado.[27] Chegado o fim da vida terrena, este espaço servia de recolhimento quer para os seus confrades, quer para todos os indivíduos que na reta final da vida estreitaram os seus laços com esta instituição.

Em 1504, uma doação testamentária demonstra que o cemitério privado da confraria teria sido aumentado em mais três covas, sendo o seu donatário João Anes sapateiro, que se encontrava recolhido no hospital da confraria dos sapateiros.[28]

Todos estes dados reforçam a importância do hospital da confraria no auxílio em vida e na morte, não só para os seus confrades, como também para todos aqueles que precisassem de ajuda em caso de doença ou de morte.

## CONCLUSÃO

Em jeito de conclusão, pretendemos demonstrar que o estudo do setor dos couros para a cidade de Guimarães é indispensável para que se possa conhecer melhor esta realida-

---

[22] Maria Helena da Cruz Coelho, "As confrarias medievais portuguesas: espaços de solidariedade na vida e na morte", in *Confrarias, gremios, solidariedades en la Europa Medieval (Actas de la XIX Semana de Estudios Medievales de Estella, 1992)* (Pamplona, 1993), 161.
[23] Ibid., 171.
[24] Através da documentação, podemos comprovar que no século XV a albergaria/hospital dos sapateiros se localizava na Rua Sapateira. No entanto, temos conhecimento que a albergaria dos sapateiros existe desde o século XIII, ainda que não tenhamos informação sobre a sua localização para este século.
[25] Degrassi, *L'Economia*, 144.
[26] Coelho, *As confrarias*, 183.
[27] Carvalho, *Os Mesteres…*, 135.
[28] Ibid., 135.

de, tanto ao nível local e regional, como ao nível nacional.

Através desta exposição, tentámos demonstrar a importância dos trabalhos de curtição para a indústria dos couros no burgo vimaranense, espelhada na imensa diversidade de mesteres relacionados com as atividades de curtição e de trabalho do couro, tornando-o numa matéria-prima com utilidade prática no quotidiano das gentes medievais. A existência de uma espécie de legislação, aqui traduzida pelas taxas para a vila de Guimarães, mostra a necessidade de regulamentar uma das maiores indústrias aí existentes. A leitura desta fonte, como já aqui foi referido, permite-nos obter um maior conhecimento da realidade do trabalho destes homens, bem como o tipo de peles, produtos finais e preços, ainda que seja um pouco mais tardia (século XVI) relativamente à cronologia do nosso estudo.

O local onde os trabalhos de curtição se desenvolviam, os pelames, levanta ainda diversas questões referidas ao longo desta exposição, que serão fruto de uma análise mais pormenorizada na dissertação de mestrado. O mester dos sapateiros, que mereceu especial reflexão neste trabalho, demonstra bem a ligação entre o mester propriamente dito e os trabalhos de curtição. À semelhança de outras cidades do reino aqui destacadas como Évora e Porto, pensamos que também os sapateiros vimaranenses controlavam os processos de curtição, emprazando em seu nome os pelames pertencentes quer à confraria dos sapateiros quer à colegiada de Guimarães.

Por outro lado, procuraremos desenvolver a nossa investigação sobre a confraria dos sapateiros em análise, possibilitando uma maior compreensão da sua organização interna, de modo a conhecer de perto os homens e os mesteres que, nos séculos XIV e XV, faziam parte desta instituição. A confraria de mester, para além de possuir um caráter de entreajuda profissional, era muitas vezes sinónima de auxílio em alturas de crises, quer estas fossem de origem laboral, quer fossem fruto da frágil condição humana, traduzida na doença e na morte.

Tecemos aqui breves considerações sobre o hospital da confraria, referindo o número de quartos e de camas que serviam para auxiliar confrades e pessoas que se encontrassem doentes. Por outro lado, temos conhecimento de que desde o início do século XIII eram feitas doações à confraria dos sapateiros, o que possibilitou um forte crescimento do seu património.

Terminamos com a ideia de que o texto aqui apresentado pretende dar a conhecer a investigação em curso, reforçando o pensamento de que muito ficou por questionar e dizer ao longo destas breves páginas, deixando em aberto um horizonte de trabalho que apenas será finalizado no texto da dissertação do mestrado.

# 11

## La corporación de carpinteros de Valencia: consolidación y construcción de su identidad corporativa

Teresa Izquierdo Aranda
Universidad de Valencia

Resumen

La corporación de oficios de carpinteros de Valencia en la Edad Media se creó en el siglo XIII para regular el ejercicio de la profesión y controlar el mercado laboral. Gracias a la autorización de las autoridades y a los privilegios reales obtenidos, contaba con representación en el gobierno municipal. A nivel interno, la corporación proporcionaba al asociado una asistencia social y un entorno en el cual podía reconocerse perfectamente identificado. En este sentido, se comprende el desarrollo de nociones de orgullo y de defensa de su dignidad. En este artículo analizaremos los medios que utilizaron para manifestar sus ideales a través del significado de los emblemas de oficio y de su actitud y de su presencia en las ceremonias públicas.

Abstract

The carpenters' guild in Valencia in the middle Ages was founded in the 13th century in order to control their work and the technical rules of production. Their organisation had the royal privilege and political representation in the city government. Thanks to these privileges, the carpenters enjoyed the benefits of a mutual assistance; moreover, the guild provided them a social reference. In these conditions it is possible to understand the development of notions of identity, and the interest to defend their corporative dignity. In this article we are going to examine the different ways they used to manifest their ideals, the meaning of their emblems and their role in the public ceremonies.´

La corporación de oficios de carpinteros de Valencia nace y se organiza a raíz de la Conquista de la ciudad por Jaime I, en 1238. A medida que se define institucional y jurídicamente, se vislumbra en la documentación corporativa un sentimiento de orgullo que se trasluce asimismo en sus comparecencias públicas. El estudio del papel asignado y asimilado por el artesano carpintero en las conmemoraciones es un indicativo del afianzamiento institucional de la corporación y de la consolidación profesional del oficio. A partir de la presencia del carpintero en las convocatorias urbanas, nos aproximaremos a la mentalidad del artesanado medieval y analizaremos los medios de que dispuso para reivindicar su circunstancia frente a la sociedad coetánea. El estudio se realizará mediante la confrontación de las fuentes documentales disponibles para su investigación.

### LA CONSTRUCCIÓN DE LA IDENTIDAD CORPORATIVA

Se ha sugerido con frecuencia la noción de orgullo para referir el sentimiento de grupo manifestado por el artesanado medieval.[1] En los actos corporativos organizados por la

[1] Alberto Grohmann, *La città medievale* (Roma-Bari: Editori Laterza, 2003), 6-7. Al considerar la ciudad

cofradía se percibe un espíritu de clase, la satisfacción personal de pertenecer a una comunidad profesional que proporcionaba un referente al artífice que, gracias a su oficio, detentaba una imagen pública y podía reconocerse perfectamente emplazado en el panorama sociopolítico de la ciudad. El orgullo en sí no celaba más que el deseo de defender su dignidad, un sentimiento legítimo canalizado a través del engranaje jurídico de la corporación de oficios. Los estatutos, como los privilegios de la cofradía o su presencia en el gobierno municipal, trasladaban las inquietudes colectivas allá donde la voz del artesano particular no llegaba. La conciencia de clase era palpable en cada acto de la entidad, regía las deliberaciones de la asamblea de maestros, se dejaba sentir en cada aparición pública de la asociación, del mismo modo que tomaba parte en la personalidad de cada asociado, que se complacía en el trabajo bien hecho y en la seguridad de contar con la asistencia mutualista procurada por la cofradía.

La dignidad trasluce en la documentación como un sentimiento íntimo que, al exteriorizarse, se manifestaba en cada una de las diligencias de la entidad, a veces tan sólo perceptible en el mero inciso al decoro. El impacto de este valor añadido explica el significado de muchas de las disposiciones acordadas en las reuniones, exterioriza la lucha callada del carpintero en defensa de su dignidad, palpable en las divergencias internas entre los distintos brazos, en alerta constante por defender su autonomía. Al desarrollo de esta noción contribuyeron dos aspectos fundamentales que infundirían una nueva comprensión del trabajo y de la vida en sociedad. Por un lado, la revitalización del pulso urbano, la ciudad medieval no era ya simplemente la conjunción de hombres y dinero como tampoco el efímero acto jurídico de un príncipe, sino una comunidad conjurada en la defensa del bienestar común.[2] La ciudad había hecho libre al burgués, artesanos y comerciantes que, tras despachar las tareas diarias acudían a la taberna o a la casa cofradía, a esas reuniones de rostros cansados que nos han transmitido con ironía pintores coetáneos y los poemas satíricos. [3] La palabra y la imagen nos brindan un precioso testimonio de las clases artesanales y del diverso rol de maestros, oficiales y discípulos en el obrador medieval.[4] Protagonizadas por el mercader, el héroe sin gloria que afronta la vida con gran sentido del humor y escasos escrúpulos, captaron el espectáculo de la vida cotidiana, la expresión de los triunfos y las miserias de la civilización urbana.[5] En *Efectos del buen gobierno en la ciudad y el estado* Ambrogio Lorenzeti sintetizaba con agudeza la vivacidad de calles y plazas, con la incesante actividad de los comerciantes y artesanos instalados en sus pórticos, las mujeres cargadas con el cesto de la ropa y el pequeño en brazos, mientras los carros se abrían paso entre la multitud. De repente, una procesión irrumpe en la escena, una comitiva de fieles acompaña al clero, son los miembros de una cofradía que ensalzan

---

medieval, el oficio y las asociaciones, los historiadores hablan de la noción de prestigio ostentada por el colectivo urbano como expresión de una sensibilidad hasta el momento desconocida. Esta defensa de la dignidad del trabajo traslada de manera explícita el rechazo a todo aquello capaz de introducir una nota de desprestigio social.

[2] Joan Reglà, *Historia de la Edad Media* (Barcelona: Montaner y Simón, 1971), 161. En su análisis del municipio medieval trata de definir el perfil de la urbe en la baja Edad Media, aludiendo a les reflexiones de Vicens Vives en este sentido: "Fue, en particular, una *universitas*, es decir, una colectividad social fomentada sobre dos de las peculiaridades más distintivas del tiempo: religión y patriotismo local." En esta *universitas* el celo por el orden público de las instituciones y las personas que la integran constituía el mejor indicador de este sentir general.

[3] José María Moliner, *Espiritualidad medieval. Los mendicantes* (Burgos: Editorial El Monte Carmelo, 1974), 20-21. Son especialmente significativos los poemas de Pucci en Florència o Burchiello, historias narradas por sus propios protagonistas como las del barbero Hans Folz en Nüremberg o el armero Hans Rosenplüt.

[4] Gloria Fossi, "Firenze industriosa e gli artefici suoi", en *La grande storia dell'Artegianato, Il medioevo* (Firenze: Giunti, 1998), I, 9-24.

[5] Jacques Heers, *Occidente durante los siglos xiv y xv. Aspectos económicos y sociales* (Barcelona: Editorial Labor, 1968), 194-196. La vida popular infunde su huella en la literatura, farsas y comedias burlescas nos han legado un buen cuadro de la escena urbana bajomedieval. Las fratrasies, rêveries y coqs à l'âne de las letras francesas encontraban su paralelo en los romances rimados de Toscana, con *Il Trecentonovelle* de Franco Sachetti o en Valencia con el satírico *Spill o Llibre de les dones* de Jaume Roig.

los emblemas del oficio y trasladan la estatua del patrón para solemnizar su onomástica.[6]

La riqueza había fomentado la circulación de bienes de consumo y un mayor refinamiento que comportaron una mayor especialización de la demanda y originaron un cambio en la perspectiva moral. Así, a nivel ideológico, la inversión del discurso eclesiástico dotó al artesanado de nuevas bases para sus reivindicaciones. Al revisar la Historia Sagrada, la Iglesia recuperaba la humilde circunstancia del Hijo de Dios viviendo en el obrador de un carpintero, comiendo el pan ganado por su padre.[7] La tutela del prestigio es identificable en la vida privada y en la esfera pública, dos ámbitos que cabe distinguir porque la índole de las acciones gestionadas en cada uno fue bien diversa. A la perspectiva interna se adscribe el sentir íntimo con que el artesano afrontaba su devenir diario. Al plano social pertenecen las advertencias a la corrección, la delegación de representantes en el gobierno municipal, su asistencia a las procesiones y festividades urbanas, incluso las prescripciones para el sepelio de un cofrade.

## EL GOZO PÚBLICO: FUENTES PARA SU ESTUDIO

Las instituciones municipales organizaban y coordinaban las celebraciones, cívicas o religiosas, convenían el recorrido, el protocolo a seguir, el rol a interpretar por la ciudadanía y el simbolismo de los fastos.[8] En Valencia, las festividades contribuyeron a reforzar la cohesión interna de una comunidad de vecinos recientemente asentada que necesitaba forjar unas tradiciones propias con que identificarse. Las noticias contenidas en los *Manuals de Consells* como en las cuentas de *Claveria Comuna* o de la *Fàbrica de Murs i Valls* constituyen las principales fuentes para el estudio, bien aprovechadas en las magníficas compilaciones documentales de historiadores como Salvador Carreres Zacarés en *Llibre de memòries de la ciutat* y en *Ensayo de una bibliografía de libros de fiestas*.[9] A estos registros cabe sumar las relaciones de crónicas como el *Dietari d'Alfons el Magànim* o les *Quatre grans cròniques*.[10] La aportación más reciente de Rafael Narbona Vizcaíno constituye una reseña ineludible para complementar el estudio por la elaboración de los contenidos, ya que las referencias documentales están sistematizadas, la noticia refuerza el discurso argumental. A estas contribuciones se

[6] Robert delort, *La vie au Moyen Âge* (Paris: Seuil, 1982), 222-223.

[7] Francesco Gandolfo, "Convenzione e realismo nell'iconografia medioevale del lavoro", en *Lavorare nel medioevo: rappresentazioni ed esempi dall'Italia dei secc. X-XVI*. Convegni del Centro di Studi sulla Spiritualità Medievale, Todi, 12 - 15 ottobre 1980. (Todi: Università degli Studi di Perugia. L'Accademia Tudertina, 1983), 371-403. Retablos, tallas y miniaturas recogen una representativa galería iconográfica del trabajo. La Sagrada Escritura proporcionaba un amplio catálogo de escenas que constituyen hoy una valiosísima fuente para conocer las condiciones en que se desarrollaba el trabajo en la Edad Media. Una representación del Arca de Noé encontraba su equivalente en los astilleros urbanos, para la Torre de Babel cualquier templo cercano en construcción constituía una referencia válida. El taller de San José puliendo o aserrando la madera con sus herramientas nos transmite la intimidad del entorno laboral. Los evangelistas o San Jerónimo se convertían en inspirados copistas instalados en sus pupitres.

[8] Johan Huizinga, *El otoño de la Edad Media* (Madrid: Alianza Editorial, 1984), 53-55. El sentido de la fiesta, en origen más íntima y privada, evolucionó con el tiempo al fusionar armoniosamente elementos religiosos y políticos de distinta procedencia y originar un espectáculo ritual en que se diluían los límites entre la componente política, espiritual y mítica. Gracias a la inferencia en el entorno de significados alegóricos o místico-religiosos ajenos a la esencia pura del paisaje urbano se creaba una nueva concepción del espacio, distinto al vivido diariamente, que reforzaba el acento excepcional inherente a la conmemoración. La conmemoración pública escenificaba un sentido de afirmación patria, era la ocasión para manifestar la libertad y la prosperidad de que gozaba la ciudadanía. Esta concepción se expresaba a través de la comparecencia de todos los estamentos de la *universitas*, que encontraban una fórmula de sociabilidad inédita en esta asistencia dispar y multitudinaria.

[9] Salvador Carreres Zacarés, *Ensayo de una bibliografía de libros de fiestas celebradas en Valencia y su antiguo Reino* (Valencia: Hijo de Francisco Vives Mora, 1925). Salvador Carreres Zacarés, *Libre de memòries de diversos sucesos e fets memorables e de coses senyalades de la ciutat e regne de València* (1308-1644) (Valencia: Acción Bibliográfica Valenciana, 1930-1935).

[10] Melcior Miralles, *Dietari del capellà d'Alfons el Magnànim (1419-1502)*. Ferran Soldevila, ed. *Les quatre grans Cròniques* (Barcelona: Selecta, 1983).

suman las miradas de Teresa Ferrer Valls sobre la fiesta cívica en la Valencia del siglo XV o de Santiago Bru y Vidal, Rodrigo J. Ferrer Fortuny o Baltasar Bueno Tárrega sobre las procesiones sobre el Corpus Cristi[11].

La presencia de la corporación en las conmemoraciones públicas estaba ligada al calendario festivo de la ciudad, pero el matiz civil o eclesiástico imponía un protocolo diverso en cada ocasión que marcaba el rol a desempeñar por el carpintero. A pesar de la necesaria distinción entre ambas, no puede desestimarse la complicidad entre el clero y la sociedad urbana, que creó un calendario festivo y unos rituales plenamente identificados. No en vano, las procesiones de finales del siglo XIV y principios del XV fueron patrocinadas por la ciudad, responsable de su organización y del mantenimiento del aparato escenográfico.[12] Una segunda distinción deriva del tipo de colaboración del oficio, concebido como una entidad jurídica con unas funciones institucionales, que comparecía bajo los mismos parámetros que las restantes corporaciones. Al mismo tiempo, el carpintero era requerido como profesional para realizar los encargos necesarios para el programa festivo. A partir de estos criterios se perfilan las dos categorías básicas de su representación: su presencia social y política y su contribución como artífice diestro en la realización, ensamblaje y talla de escenografías y arquitecturas efímeras. La diversidad de los encargos descubre al artífice polifacético, le brindaban ocasión de mostrar su buen hacer y las cotas técnicas alcanzadas por la carpintería coetánea.

## LAS CONMEMORACIONES URBANAS: CLASIFICACIÓN Y CARACTERÍSTICAS

Múltiples ocasiones se prestaban a la celebración, pero entre las convocatorias festivas para celebrar esponsales reales, nacimientos o conquistas militares—cuyo eco a penas llegaría a oídos del monarca, quien conocería el júbilo en la lejanía—la entrada real ofrecía al ciudadano la oportunidad de rendir homenaje al rey y mostrarle su mejor semblante. El ritual aunaba la toma de posesión de la ciudad por el monarca, su juramento de fidelidad y la entrega de llaves que constituían la base de la legitimación de las instancias sociales y políticas municipales. Esta acepción hacía forzosa la participación de todas las jerarquías urbanas en los festejos, cuyo grado de implicación se definía a partir de las funciones desenvueltas en el devenir cotidiano de la urbe. El ciudadano se veía representado en la fiesta como perteneciente a un determinado colectivo. En contraste con las celebraciones corporativas de carácter minoritario e intimista, en la esfera pública el carpintero no comparecería jamás como individuo, sino como miembro de una corporación con un papel asignado en la gala. En estas ocasiones cobraban significado las admoniciones a la honorabilidad *para que suceda en mayor honor de la dicha cofradía y oficio*.[13] Su presencia se comprendía en la participación más amplia de los *oficios y menesteres* que jugaban un papel conjunto en los espectáculos. Reconocer el rol interpretado por la carpintería constituye una preciosa fuente de información sobre su relieve político y social en el entramado urbano.

La recepción de Pedro el Ceremonioso en agosto de 1336 constituye el memorial

[11] Teresa Ferrer Valls, "El espectáculo profano en la Edad Media: espacio escénico y escenografía". Rafael Beltrán, José Luís Canet y José Luís Sirera, eds., *Historias y ficciones: coloquio sobre la literatura del siglo XV* (Universitat de València. Departament de Filologia Espanyola, València, 1992), 307-322. Santiago Bru i Vidal, *Las Rocas del Corpus y su refugio temporal de las atarazanas* (Valencia: Ayuntamiento de Valencia, 1981). Baltasar Bueno Tárrega, *La festa del Corpus* (Valencia: Federico Doménech, 1997).

[12] Rodrigo J. Ferrer Fortuny, "Mundo urbano y discurso procesional en la Valencia bajomedieval", en *La vida quotidiana dins la perspectiva històrica. III Jornades d'Estudis Històrics Locals, Palma de Mallorca, 24 al 26 de novembre de 1983* (Palma de Mallorca: Institut d'Estudis Baleàrics, 1985), 181. Rafael Narbona Vizcaíno, *Memorias de la ciudad. Ceremonias, creencias y costumbres en la historia de Valencia* (Valencia: Ayuntamiento de Valencia, 2003), 73-74. El soporte a las procesiones de San Jorge, San Dionisio o del Corpus Cristi respondían a una actitud institucional manifiesta en la distribución de limosnas a pobres, a conventos, en el sufragio de misas y procesiones de gracias o penitencia promulgadas por el Consell municipal que se hacía cargo de los gastos.

[13] Archivo del Reino de Valencia (en adelante citado ARV), Gremis, Llibre 587, f. 3v.

más antiguo que se conserva sobre una entrada real en Valencia, en el cual se mencionan los elementos básicos de la ceremonia, a los que se añadirían después formas más elaboradas para realzar la fiesta.[14] Las autoridades municipales se encargaron de elaborar un programa que tendría fortuna al perpetuarse en el tiempo.[15] El motivo subyace en el significado intrínseco de un ritual de legitimación que la urbe brindaba al monarca, a su consorte o al primogénito una sola vez en su vida. La recepción escenificaba el contrato de aceptación de la autoridad real por parte de todos los estrados urbanos, convenientemente representados en una ceremonia que necesitaba una minuta detallada de los actos a solemnizar.[16] Una embajada de bienvenida con *todas las compañías de a pie* armadas con sus emblemas avanzaba hasta la Creu del Puig, según un orden escrupulosamente establecido para *que no se estorbasen ni se discordiasen*.[17] Se preveía un mismo saludo, *puestas las armas, esto es lanza, ballesta o escudo, se acerquen al señor rey y, haciéndole reverencia, besen a aquel la mano*.[18] Escoltado por esta delegación, llegaba a la ciudad por el portal de Serranos bajo palio, con los bordones, y las bridas llevados por los magistrados y los prohombres de los oficios[19]. La comitiva atravesaba las principales vías hasta la plaza de la catedral, un recorrido pronto fosilizado, jalonado de banderas e insignias de loanza a la casa real, cubierto de tapices y hierbas aromáticas.[20] En la catedral el monarca era recibido por el cabildo catedralicio, el clero parroquial y una delegación de cada uno de los conventos que presentaban al rey la reliquia del *Lignum Crucis*. Oficializadas las oraciones, proseguía un desfile multitudinario que armonizaba el elemento cívico y el religioso, un séquito organizado con rigor categórico que otorgaba el protagonismo a la oligarquía urbana.

Una serie de interrupciones festivas daban paso a la actuación de las corporaciones de oficio que tenían reservada una parte fundamental en la recepción: a ellas se confiaba el entretenimiento del monarca. Merced a los bailes y entremeses, los artesanos gozaban de un espacio para exhibir su ingenio. Era un auténtico acto de representación colectiva que involucraba a todos los miembros del oficio que disponían de cierta libertad para idear su espectáculo. El entremés era un reto a su creatividad, reflejaba la pujanza económica de que disponían para gastar en la tramoya. En oficios artísticos ponía de manifiesto la calidad de los artesanos locales ante el rey, las autoridades municipales y la potencial clientela que acudía a contemplar los festejos.[21]

---

[14] Archivo Municipal de Valencia (en adelante citado AMV), Manuals de Consells, A-3.

[15] Narbona Vizcaíno, *Memorias de la ciudad*, 70-71. El ceremonial se retomaría en cada entrada real hasta la recepción de Carlos I en 1528.

[16] Miguel Falomir Faus, *Arte en Valencia. 1472-1522* (Valencia: Consell Valencià de Cultura, 1996), 399. Se consagraría así un homenaje estructurado en unas secciones y con unos componentes tipificados que servían para legitimar una soberanía basada en la continuidad dinástica, aspecto fundamental para cualquier casa reinante del momento. La reiteración del protocolo se explica también por el hecho de que, en la elección de los componentes del homenaje, la urbe intentaba potenciar las expresiones que la hacían distinta y singularmente atractiva respecto a las otras ciudades de la Corona

[17] Francesc Eiximenis, *Dotzé llibre del Crestià* (1340 c.-1409 c.), (Girona: Collegi Universitari de Girona, 1988) cap. CXV. Esperan al rey las tres manos definidas por el franciscano en su *Dotzè*, generosos y gentilhombres, mano mediana—juristas, notarios, mercaderes—y artesanos, aparecen representados los diferentes estados de la sociedad

[18] Ceremonial de la entrada en Valencia de Pedro el Ceremonioso. Agosto, 1336. Salvador Carreres Zacarés, *Ensayo de una bibliografía*, II, 1-3.

[19] AMV, Manuals de Consells, A-16, f. 160 r. Homenajes descritos en la recepción de los duques de Gerona, el Infante Juan y su primera esposa Mata de Armagnac.

[20] Enrico Guidoni, *Processioni e città. Le case di una strada* (Palermo: Flaccovio Editore, 1980), 10. El ambiente era el aglutinante de las diversas expresiones económicas, sociopolíticas y culturales representadas. En la historia urbanística es un elemento clave para comprender las relaciones entre el espacio urbano y la comunidad que lo habitaba, el análisis del sector procesional es un indicador de la idiosincrasia del trazado urbano.

[21] La entrada real era la festividad cívica más distintiva, una ceremonia laica identificable por cuatro elementos constitutivos: la procesión cívica que recorría la ciudad; las danzas y homenajes de las corporaciones de oficios que desde finales del siglo XIV otorgaron a la burguesía una presencia reveladora de su importancia en el entramado municipal; el juramento del rey y la entrega simbólica de las llaves de la urbes al

Según el carácter de su intervención se impone la diferenciación entre actividades de naturaleza corporativa en que desempeñan un rol institucional, como entidades jurídicamente organizadas y su implicación en la construcción del aparato escenográfico que engalanaba y transformaba la ciudad. Al primer nivel se adscribe su asistencia en la escolta del rey, limitada a los prohombres del oficio, a quienes los *capdelladors*, que coordinaban los festejos, conminaban a elegir *sus colores y libreas* para otorgar más empaque al séquito, les indicaban la posición y el orden a observar. Los carpinteros eligieron *como divisa encarnada, con manga derecha de colea, con ornamento de lenguas de madera a semejanza de fruncidos*.[22] La cofradía aprovechó su vestidura para señalar el carácter de su trabajo, con el símbolo bordado de las lenguas de madera en alusión a las astillas desprendidas con cada fricción de la hoja metálica. Para su librea escogieron el carmesí como color propio en que estampar la sierra y el hacha, las armas del trabajo cuyo uso compartía todo carpintero independientemente de su especialidad profesional.[23]

El paisaje urbano se vestía para la fiesta, por unos días el espectáculo se adueñaba de la ciudad que se convertía un escenario teatral extraordinario, sobre el qie se proyectaba una realidad ilusoria que ofrecía una imagen ideal al monarca.[24] La manipulación del espacio urbano se completaba con arquitecturas efímeras, tapices, tarimas distribuidas en puntos estratégicos, con *las banderas y estandartes de sus oficios en las ventanas de las calles por donde la dicha procesión debe pasar*.[25] El Consell distribuía limosnas, organizaba procesiones solemnes, se entonaba el *Te Deum* en la Catedral y el doblar de campanas anunciaba el gozo desde todas las iglesias de la urbe. Valencia se encendía con luminarias, se disparaban fuegos artificiales. Estas conmemoraciones se articulaban a través de una serie de componentes escenográficos que connotaban el espacio según los principios básicos de fijación o sucesión.[26] Al primer orden pertenecen los cantos y danzas por el carácter estacionario de las representaciones, concertadas en lugares privilegiados en que se detenía la comparsa.[27]

---

atravesar el portal; el presente y los donativos ofrecidos al monarca, en forma de joyas o dinero. El ritual se acompañaba de una acción de gracias, generalmente un Te Deum que solía ser el único momento en que el estamento eclesiástico tomaba protagonismo.

[22] AMV. Manuals de Consells, A-16, ff. 159-165r. Decreto de la entrada de la Duquesa de Gerona. Carreres Zacarés, *Ensayo de una bibliografía*, 31.

[23] Francisco Almela y Vives, "Banderas gremiales en el Archivo Municipal", *Feriario* 15, (1958). Divisas e insignias pendían de los balcones, coloreaban las calles, eran un signo de orgullo ciudadano. En el desfile la bandera constituía un símbolo y un aliciente por la manera con que se enarbolaban. Anita Simon, "Letteratura e arte figurativa: Franco Sacchetti, un testimone d'eccezione?", en *Mélanges de l'École Française de Rome. Moyen Âge* (Roma: École Française de Rome, 1993), 105, 461- 463. El estandarte tenía una gran trascendencia, con su simbolismo el oficio expresaba su ideario particular, el imaginario colectivo que en el arte y la iconografía encuentran un instrumento de afirmación. Las armas eran símbolos elocuentes de las personas, instituciones y convenciones que representan, noción que las rendía vulnerables a la acción de la *damnatio memoriae*. El uso y abuso de las armas como modo de ascensión social en la Edad Media ha sido un tema irónicamente tratado por novelistas como Franco Sacchetti

[24] Teresa Ferrer Valls, "El espectáculo profano", 308.

[25] AMV, *Lonja nova*, 22 e3. Pregón con motivo de la celebración por la conquista de Trípoli. Carreres Zacarés, *Ensayo de una bibliografía*, 201.

[26] Teresa Ferrer Valls, "El espectáculo profano", 308- 310.

[27] Se trata de juegos y danzas en que los oficios se hacían acompañar por juglares. Desde un principio gozarían de gran aceptación por parte de los monarcas, de modo que los entremeses se codificaron como uno de los elementos clásicos de la recepción, expresamente requerido por monarcas como Alfonso el Magnánimo el 29 de mayo de 1415 para las galas de su matrimonio y *fue propuesto en el presente Consejo, diciendo que el señor rey pedía que los oficios de la ciudad bailasen tres días*. El pregón del 9 de enero de 1421 con motivo de su entrada, en este caso como rey, insiste en el procedimiento y los oficios fueron *encargados y dispuestos, con las banderas y pendones de sus oficios, por el portal del Temple salgan bailando y haciendo fiesta de goces y alegrías al dicho señor rey*. AMV, Manuals de Consells, A-28, ff. 18 i 35v. Carreres Zacarés, *Ensayo de una bibliografía*, 97. El éxito de estos homenajes se aprecia en la renovación de los festejos que es perpetúan en la entrada de los Reyes Católicos en 1491. Las corporaciones de artesanos son convocadas a las siete de la mañana en las plazas de la catedral, *de las Cortes, de la Leña y del Peso de la harina, cada uno con su bandera, en pena de diez morabatines*. AMV, Manuals de Consells, A-43, ff. 107-108. Carreres Zacarés, *Ensayo de una bibliografía*, 165. Se trataba de escoltar a los reyes

Al segundo las rocas y los ingenios utilizados en las representaciones de los oficios.

ROCAS Y ENTREMESES: ELEMENTOS DE SUCESIÓN

A un género más elaborado pertenecen los entremeses que comportaban un cierto aparato escénico, como las rocas construidas por *carpinteros* y *hombres de mar* en 1373. Suscriben un tipo de representación en la que el carpintero se distingue del resto de artesanos porque la escenografía que muestra es fruto de su arte, de su calidad técnica y su gusto estético.[28] El juego consistía en recrear una batalla naval entre dos galeras que se batían en su avance hasta un castillo, donde fingían el asedio a un baluarte mítico combatido simbólicamente con frutos.[29] Tras la fiesta, los organizadores evaluaban el éxito de las tramoyas y los posibles problemas suscitados para su reutilización. En ello se basó la derogación del castillo para la entrada de Joan I en noviembre de 1393, porque *dichas galeras daban gran embargo y tardanza a la festividad, porque por la estrechez y en las esquinas, en algunas partes y calles de la ciudad por donde era el pasaje de los señores y de la festividad, y por la multitud de gentes las dichas galeras no podían pasar sino con gran afán y tarda*.[30] Las dimensiones fueron la causa de la supresión de unos ingenios que, gracias al sistema de rotación móvil, acompañaban al séquito por el circuito urbano.[31] Aún así, las innovaciones técnicas no pasaron desapercibidas y el eco de su éxito pervivió en el imaginario colectivo, que retomaría Joannot Martorell casi un siglo después en el capítulo británico de su novela.[32] La roca era un escenario móvil presto a las intrusiones del teatro profano, según el talante de una recepción ideada a partir de la significación histórica y cultural del ideal caballeresco.

RIVALIDAD Y CONFLICTOS ENTRE LOS OFICIOS EN LAS OCASIONES FESTIVA

Es complejo discernir los criterios que aconsejaban a los *capdelladors* la disposición de la comitiva, pues no constan en ninguna relación. Podrían alegarse causas de naturaleza histórica, quizá el número de sus afiliados. Las rivalidades entre los

---

hasta la plaza del Mercat, *donde está construida la tarima* desde la que los monarcas asistirían a *sus bailes y alegrías, uno tras otro*[27]. AMV, Manuals de Consells, A-42, f. 205v. Carreres Zacarés, *Ensayo de una bibliografía*, 158-159.

[28] AMV, Manuals de Consells, A-16, f. 159v. Fueron elaborados con motivo de la entrada de la Duquesa de Gerona en Valencia.

[29] *Les quatre grans Cròniques*, ed. Ferran Soldevila, (Barcelona: Selecta, 1983), 675. Ramón Muntaner nació en Peralada en 1265, en 1315 se trasladó a Valencia, donde sería Jurado entre 1322 y 1329. En este período inicia su Crónica, en que mencionaba ya en la recepción de Alfons X de Castilla en 1274 *las galeras y leños armados que los hombres de mar hacían ir por la Rambla* sin aludir a la tracción interior. El autor debió conocerlas por referencias orales y pudo corroborar su uso en entradas posteriores a 1315, año en que se estableció en la ciudad. La *Crònica* ratifica el éxito de un recurso que se perpetúa, el combate entre el castillo y las naves se había recreado antes, la novedad estaba ahora en las características técnicas de la construcción. Aunque no poseemos testimonios materiales ni imágenes que los ilustren, a través de crónicas y recuerdos literarios se intuye la envergadura y el preciosismo con que se confeccionaron *porque fueron muy bien hechas y conducidas, con mucha aptitud, ya sea porque otras veces habían hecho galeras similares, perso se manejaban con cuerdas casi rozando y estas fueron formadas sobre carretas bien hechas y muy altas y entorno, esto es, de tercio de galera a bajo iban cubiertas con trapos encastados de pelaires que cubrían las ruedas y los que movían y dirigían las dichas galeras.*

[30] AMV, Manuals de Consells, A-20, ff. 41v- 48v. Carreres Zacarés, *Ensayo de una bibliografía*, 58.

[31] Johan Huizinga, *El otoño*, 134. Al considerar el sentido de estas recreaciones se manifiesta la intención de imitar la Conquista de fines del siglo XII y sus repercusiones del ideal sobre la sociedad coetánea.

[32] Teresa Ferrer Valls, "El espectáculo profano", 313. Cita en su artículo la referencia a la entrada del duque de Gerona registrada por Carreres Zacarés, *Ensayo de una bibliografía*, 28-29. La historiadora aúna otras reseñas recogidas por Ramon Muntaner en las que no aparece el castillo ni la tracción interna. En el episodio la Infanta sale de la ciudad de Granuïg sobre un monumento montado sobre ruedas que simula una fortaleza, el escritor rememora la entrada del príncipe Juan donde la innovación de elevar la altura del carruaje permitió la tracción desde el interior ocultando ruedas y hombres con lienzos pintados que envolvían la base .Con todo, el castillo del *Tirant lo Blanc* posee un sentido alegórico que apunta a corrientes renovadoras procedentes de Italia.

artesanos afloran en las prevenciones de los jurados y en las crónicas que narran con precisión los puntos de choque. En principio, el orden no parece haber ocasionado disturbios, fueron más bien cuestiones de tiempo y espacio en la actuación las que preocupaban a los artesanos en su competencia por obtener la valoración real. El conflicto saltaba en actividades conjuntas que se prestaran a la comparación, como la riqueza de los vestidos de los representantes *de seda o de tafetán*, *los cuales iban después de sus bailadores*.[33] Con todo, en su celo de orgullo patrio, el *Consell* se complacía en la concurrencia abundante. En 1373 en la recepción de los duques de Gerona, el infante Juan de Aragón y Mata de Armagnac, Joanot Martorell retuvo con sorna la discusión entre los artesanos, que *por causa de los juglares hubo turbación y contraste entre los dichos oficios e menesteres, porque a unos, que habían sido más diligentes, les sobraban juglares, pero otros pocos y a otros ninguno*,[34] lo que obligó a los jurados a intervenir en su distribución.[35] Así, para su entrada real en 1393 se previno

> que los oficios y menesteres de la dicha ciudad tuviesen tiempo o espacio de arreglarse, convoquen a los mayorales y prohombres para acordar la calidad de les libreas y colores de los tejidos de los que se debían vestir cada uno de los dichos oficios y menesteres, de manera que dos o más no se vistieran de un mismo color o manera, sino que hubiese diferencia y fijaba el orden de su salida o de su ir y volver.[36]

## IMPLICACIONES PROFESIONALES

Las consecuencias económicas que la fiesta reportaba al oficio constituyen un interesante aspecto a valorar. En este sentido, si bien el pulso urbano se detenía *para que así que no se abran las cortes y no se atreva nadie a abrir los obradores*, en la propia ordenanza se entrevé el revés del decreto, ya *que los sastres y otras artistas puedan hacer faena, dentro de sus casas con las puertas cerradas, puedan hacer y obren las cosas necesarias para las dichas fiestas*.[37] En el trabajo confiado al carpintero recala un tipo de representación cualitativa y laboral, pues la realización de decorados ofrecía al artífice un escaparate donde mostrar sus cotas profesionales. Estos trabajos reportaban pingües beneficios al nutrido grupo de carpinteros empleados en su construcción y montaje.[38] Las cuentas de *Claveria Comuna* o de la *Sotsobreria de Murs e Valls* revelan la conjunción de artífices hábiles en disciplines diversas, adscritos

---

[33] AMV, Manuals de Consells, A-16, f.164r.

[34] AMV, Manuals de Consells, A- 16, f. 162v.

[35] El escritor reelabora el episodio en el castigo ejemplificador infligido por el duque de Lancaster a seis juristas en la recepción del monarca ante una de las puertas de entrada a Londres frente al Támesis para evidenciar las luchas externas y las contradicciones internas de la sociedad medieval. La escena ha llamado la atención de críticos i filólogos que han entrevisto el furor temeroso del señor feudal ante la emergente burguesía, la actitud de una nobleza que, reticente aún a recurrir a los cauces jurídicos, continuaba imponiendo sus privilegios en la resolución de sus conflictos, una opción vedada a gentes de condición inferior. Pero no era mera ficción, como señala Joan Oleza Simó un trance similar refería la documentación en la visita del Infante Juan a Valencia en 1373, que aunó la primacía en el orden de la comitiva y la rivalidad entre los juglares en los entremeses. Se recomiendan los comentarios de Mario Vargas Llosa, *Carta de batalla por Tirant lo Blanc* (Barcelona: Seix Barral. Biblioteca Breve, 1991), 17. Martí de Riquer, "La novel·la cavalleresca", en eds. M. de Riquer, A. comas y J. Molas, *Història de la Literatura catalana* (Esplugues de Llobregat: Editorial Ariel, 1984-1988), 272. Joan Oleza Simó "Tirant lo Blanc y la ansiedad de ficción del caballero Martorell", en eds. R. Beltrán, J. L. Canet y J. L. Sirera, *Historias y ficciones: coloquio sobre la literatura del siglo XV* (València: Universitat de València. Departament de Filologia Espanyola, 1992), 324.

[36] AMV, Manuals de Consells, A-20, ff. 41v-48v. Carreres Zacarés, *Ensayo de una bibliografía*, 58.

[37] AMV, Manuals de Consells, A-42, f. 205v. Carreres Zacarés, *Ensayo de una bibliografía*, 159

[38] Este aspecto desvela otra forma de estar representados en la fiesta. Así lo muestra el pago de 15 libras en concepto de salario *a Pere Morlans, pintor, para él y para sus compañeros* que pintaron las dos galeras de la entrada de la duquesa de Gerona, *cincuenta y seis astas de justar y hacer y pintar sesenta pendones y un gran pendón para las tablas de justas que la dicha Ciudad hizo hacer en la dicha entrada*. Narbona Vizcaíno, *Memorias de la ciudad*, 139.

a la cofradía, que tenían en la madera la clave de unión.[39]

Las noticias son una espléndida fuente de información sobre la organización del trabajo y su retribución salarial. En marzo de 1402 el Sotsobrer pagaba cinco sueldos valencianos a cada uno de los 28 maestros carpinteros y dos a cada uno de los seis ayudantes que *obraron toda la noche para que prontamente fuese devuelto* el puente de Serranos, roto *el día en que el señor rey entró*.[40] Tribunas y tarimas eran construcciones privativas de la corporación, los preparativos para el torneo celebrado en Valencia el 20 de julio de 1406 entre Pere de Moncada i el Senescal de Hainaut reseñan la fórmula habitual en este tipo de encargos, *por mandato vuestro verbal.* La descripción detalla la estructura dotada de gabinetes para los combatientes, cubiertos con cortinajes en prevención de lluvia. El carácter temporal de la construcción se deduce de la compra de la madera, ya que cumplida su función, la estructura se desmontaba y se revendían los materiales.[41]

Según su finalidad, se entrevén diversas tipologías de tarimas, los costes solían reunirse en una cuenta global y permiten matizar su carácter funcional y su envergadura. En 1460 la *madera, las manos y clavos, cuerdas y otras cosas para hacer los tablados de los dichos señores rey y reyna y nosotros y tablados de los dichos taulegers, y de los tablados que fueron hechos por razón de encañar los toros* costaron 187 libras. Se trataba de improvisar una plaza de toros desmontable, cuyos elementos se presumen de los gastos en armas y tapices de cada sección.[42] Datos esparcidos informan del transporte de madera hasta la urbe, 4 sueldos costó la carga que Pascual Lopiç *trajo de la Atarazana con su carro* en 1415 con motivo de las bodas de Alfonso V con la reina María.[43] Conocer las tareas realizadas por el carpintero en las conmemoraciones desvela el género de labores confiadas a la carpintería en la baja Edad Media, desvela las tareas de esos carpinteros polivalentes, llamados simplemente *carpinteros*, sin apelativos que connoten su especialidad profesional, capacitados para afrontar los empeños más diversos, diestros en el manejo del utillaje del arte. Un ejemplo de esta diversidad lo encontramos en el encargo a Lluc Colomer y Jaume Llombart de preparar, colocar y encender *farolillos por las torres*, faroles de papel que era costumbre distribuir por la ciudad.[44] En esta ocasión se trata de las cuentas del 16 de julio de 1481 por la

[39] AMV, Clavaria Comuna, 7, I. Rendició de comptes del 19 d'agost de 1373.

[40] AMV, Sotsobreria de Murs e Valls, 14 d[3], f. 163v. Carreres Zacarés, *Ensayo de una bibliografía,*. 71-72. La relación permite conocer el precio de la madera según sus dimensiones al pagar a *Pere Amorós, carpintero* [...] *a razón de tres sueldos seis dineros per cuarto*, madera que el Consell adquiría directamente de las reservas de los trabajadores. La compra se efectúa para reparar *el puente de Serranos la noche que los carpinteros la dobaron*. Sólo unas horas para poner recomponer un puente de madera para el que se prevén veintiún tablones de azulejo proporcionados por el carpintero Bonanat Magrana *para adobar el pasamano de madera.*

[41] AMV, Clavaria Comuna, 35, I. Carreres Zacarés, *Ensayo de una bibliografía*, 74. Gastaron en compras y alquileres de madera entegrada y aserrada, en clavos y cuerdas y en porte de carros y bestias, y braceros y jornales de maestros de hacha y de marineros que cubrieron el tablado de velas. Otro ejemplo lo encontramos en las cuentas de las fiestas celebradas en 1424 en honor del Infante Pedro de Portugal, de nosaltres manats desfer, la fusta e clavo d'aquells és venguda en la sala y casa de la ciudad donde Joan del Poyo, responsable de las obras, rendía cuentas al honorable Racional de la ciudad, lo qual sumado y verificado AMV, Clavaria Comuna, 48, I. Carreres Zacarés, Ensayo de una bibliografía, 110. La reventa de la madera, presumiblemente a los mismos fusters que la habían proporcionado, era una forma de hacer balance y satisfacer los censales cargados para afrontar los gastos. Se retoma el entremés del castillo de madera, encargado a Johan del Poyo, maestro mayor de la dicha ciudad, responsable de su construcción, de comprar el material y pagar el salario a cada artesano. El Consell le entrega 346 sueldos valencianos, 27 libras y 6 sueldos reales para la compra de madera y clavos como en salarios diurnales de aquellos que ayudaron a obrar y hacer los dichos castillos. Pasada la fiesta, los castillos se desmontan y la venta pública del material en la Casa de la Ciudad contribuye a compensar los gastos.

[42] AMV, Clavaria Comuna, 70, I. Relación de los gastos hechos con motivo de la entrada de Juan II el 26 de novembre de 1460. Carreres Zacarés, *Ensayo de una bibliografía*, 124.

[43]AMV, Clavaria Comuna, 39, I. Carreres Zacarés, *Ensayo de una bibliografía*, 94.

[44] AMV, Sotsobreria de Murs e Valls, d[3]-78. Carreres Zacarés, *Ensayo de una bibliografía*, 169. En esta ocasión se trata de las cuentas del 16 de julio de 1481 por la celebración de la victoria contra los turcos. Otros ejemplos los encontramos en los 40 farones previstos para la Lonja que costaron justo 40 sueldos. Nuevamente el encargo recaía en el maestro de obras de capintería de la ciudad Jaume Lombart. AMV,

celebración de la victoria contra los turcos. Mayor interés comporta la construcción de puentes de madera provisionales para el desembarco de los reyes. El contrato firmado por Damià Forment atestigua la preparación previa de maquetas de madera, examinadas antes de convenir la obra.[45]

Elaborar un análisis detallado sobre los tipos de contratos, jornales y cotización del trabajo, de los precios de les cargas de madera excedería los márgenes del propósito de este capítulo. La reflexión se centra en el rol desempeñado por el carpintero en su relación con la sociedad y las instituciones políticas vigentes. Se trata de estudiar el papel individual jugado por el *fuster*, como miembro de una entidad profesional, como por la corporación en su faceta comunitaria para recavar en el peso social y económico alcanzado por el colectivo de carpinteros en la ciudad.

## LA CORPORACIÓN EN LAS FESTIVIDADES ECLESIÁSTICAS

Las conmemoraciones religiosas respondían a un orden de intereses muy distinto, en ellas sólo era convocada una selectiva representación de los estamentos urbanos. Desde un origen, el modelo jerárquico que intentó proyectarse en las procesiones era un orden basado en el esquema trinitario. No obstante, el crecimiento demográfico en la urbe y la rápida disolución del sistema estamental, con el ascenso de la burguesía, pronto diluyó la nitidez con que se pretendía estructurar la ciudadanía. En la procesión del Corpus Cristi, representar las clases que componían su población exigía dilatar la convocatoria. Para reflejar la Jerusalén celeste debía incluirse en la corte divina un mayor número de jerarquías intermedias para confirmar la legalidad de la comitiva terrena. Por ello se decidió que los oficios y los representantes de las parroquias seguirían a las representaciones angélicas y a los personajes bíblicos. Incorporados en este esquema de clave trinitaria, las corporaciones de oficios simbolizaban el grupo de los *laboratores*. La disposición de la comitiva constituía un ejemplo visual de las categorías celestes y su traducción al orbe terrenal; en función de este ideario teológico cada participante encontraba y ocupaba un lugar específico e inalterable.[46] El orden se convertía en un recurso figurativo con fines didácticas, un medio de legitimación y promoción política y social.[47] Entre las procesiones celebradas, la del Corpus Cristi gozaba de un especial relieve, ya que el tiempo litúrgico constituía un referente esencial en la simbólica concepción del séquito, celebraba tras Pentecostés, una fecha clave para la renovación de las magistraturas municipales que encontraban en la asistencia el momento idóneo para presentarse en sociedad.[48]

---

Sotsobreria de Murs e Valls, d3-83. Carreres Zacarés, *Ensayo de una bibliografía*, 179. AMV, Sotsobreria de Murs e Valls, d3-85. La relación de este tipo de encargos es extensa, el 19 de septiembre de 1493 Jaume Lombart recibía 60 sueldos valencianos por la distribución de faroles en las fiestas celebradas por la recuperación de Perpiñán y los condados de Rosellón y Cerdeña Carreres Zacarés, *Ensayo de una bibliografía*, 185. Portales y torres se articulaban como puntos de control, arquitectónicamente concebidos para erigirse en seña de identidad y referencia, eran símbolos egregios de la oligarquía municipal. La luminaria se disponía sobre cañas, una variante más duradera usada por los vigías para emitir señales desde los puntos de vigilancia.

45 AMV, Manuals de Consells, A-53, f. 381r. Adjudicado el puente el 22 de junio de 1507. Documento publicado por Salvador Carreres Zacarés, *La Valencia de Juan Luis Vives*, (València: Universitat de València, 1941). Citado por Falomir Faus, *Arte en Valencia*, 412. El carpintero se comprometía a erigir *en diez días un puente de madera en el Grao del mar, por aquel hecho con la forma de un otro puente por él fabricado y presentado a los magníficos Jurados y Racional y Síndico, lo qual está en el archivo del Racional, velas, clavos y otras cosas necesarias y tanta gente como habrá necesidad a él para hacer dicho puente en el dicho terminio.* Falta la relación detallada de los costes, pero el corto plazo y la elaboración del modelo en madera son indicadores de la capacidad técnica alcanzada por un maestro carpintero más conocido por su faceta de escultor.

46 Rodrigo J. Ferrer Fortuny, "Mundo urbano", 184. El discurso se basaba en los exempla usados por los predicadores, con recursos de gran plasticidad visual, el argumento que interesava resaltar a las autoridades municipales y eclesiásticas era sacralizar y legitimar el modelo social vigente.

47 Anita Simon, "Letteratura e arte figurativa", 466.

48 Rafael Narbona Vizcaíno, *Memorias de la ciudad*, 165-167. Esta circunstancia incitó a que las principales instancias eclesiásticas y gubernamentales se interesaran por igual en su patrocinio. La exhibición pública

En el recorrido procesional el rol a interpretar era claro, los conflictos se presentaban al estipular la posición en la comitiva respecto a la reliquia de mayor valor litúrgico o según la antigüedad de la institución. El marco que acogía la liturgia era de nuevo la ciudad decorada para exaltar el ritual. El Concejo conminaba a los vecinos de las calles del recorrido a cubrir con telas y tapices los balcones, perfumar los portales con hierbas aromáticas y flores. La participación del colectivo de carpinteros se reducía a la mera presencia institucional que atestiguan los libros de la cofradía, con la asistencia de los prohombres del oficio con cirios especialmente encargados y pintados.[49]

El verdadero interés de esta festividad para la corporación se produjo a raíz de la introducción de las rocas al discurso procesional, que abrió nuevas perspectivas laborales. La inclusión se produjo en la entrada de Martín I en 1402. El interés de la princesa Blanca de Navarra por asistir al Corpus aconsejó prorrogar la procesión y hacerla coincidir con la entrada real para ofrecer a los reyes un gran espectáculo.[50] Es la primera referencia a la presencia de estos carros triunfales alrededor de los cuales se escenificaban entremeses que evocaban escenas históricas y bíblicas. La simbiosis de las rocas con el carácter pedagógico y espectacular del Corpus resultó preciosa con el cambio en el sentido de la significación.[51] Su elaboración requería la talla de la imagen y de los elementos decorativos, su pintura y dorado, la fabricación del carro en que colocar el monumento, dotado de escaleras y de los ornamentos correspondientes. Exigía la colaboración de artífices de disciplinas distintas, familiarizados con el trabajo en madera, lo que explica los elevados costes y las asociaciones entre maestros de varias ramas. El inspección del trayecto comportaba una tarea añadida a carpinteros y albañiles, comisionados para tasar *el derribo y arreglo de tabiques*, determinar la superficie a demoler y la cuantía a pagar a los propietarios en compensación.[52]

El motivo de la roca en el Corpus se consolidaría en 1413, en las celebraciones por la elección en Caspe de Fernando de Antequera. Se encargó a Joan Oliver la confección de tres grandes carros por una suma de 2.700 libras que comprendía material, jornales y herramientas cuya provisión corría a su cargo.[53] Las actas informan

---

de los nuevos Jurados escoltando el cuerpo de Cristo y cortejados por una cuidada representación de entidades urbanas civiles y religiosas, legitimaba simbólicamente su legislatura y la práctica de sus competencias de gobierno.

[49] ARV, Gremis, Llibre 174 bis, f. 13v. Los costes constan anualmente. Los cirios fueron los únicos gastos relativos a festividades públicas recogidos en las cuentas de clavería de la corporación, mención aparte de los vestidos de los magistrados. Parece que renovaban los cirios cada año, se encargaba a un droguero ocho cirios, uno para cada mayoral y la junta de prohombres, sobre los que se hacían pintar las armas del oficio.

[50] AMV, Manuals de Consells, A-22, f.10. Salvador Carreres zacarés, *Libre de memòries de diversos sucesos e fets memorables e de coses senyalades de la ciutat e regne de València (1308-1644)* (Valencia: Acción Bibliográfica Valenciana, 1930-1935), 257. Joan Aliaga, Lluïsa Tolosa y Ximo Company, *Documents de pintura valenciana. Llibre de l'entrada del rei Martí* (València: Universitat de València, 2007), 342.

[51] AMV, Clavaria Comuna, 29, I. Las representaciones alegóricas escenificadas ante el portal de Serranos, con niños disfrazados de ángeles que descendían para coronar simbólicamente a los monarcas aludían al Ángel Custodio protector de la ciudad y enlazaba con la temática eucarística recreada al traspasar el umbral. La elaboración de las rocas corría a cargo del Consell, que accedía el cargo de censales para sufragar los gastos y respaldaba las obras para derribar y deshacer algunos tableros, bancos y esquinas y otras cosas que impiden el pasaje.

[52] AMV, Manuals de Consells, A-22, f. 319v. *Tasación de las casas de don Fernando de San Martní en la calle de Sant Nicolás llamada de los caballeros*. Nota de los servicios prestados el 7 de noviembre de 1402 por Fransesc Peris, *obrer de vila*, i Guillem Feriol, *carpintero*. Las gestiones confiadas por los Jurados a dos prohombres expertos en edilicia atestiguan las dimensiones de estas tramoyas con apariencia de gran montaña. Esparcidas en los *Manuals de Consells*, las tasaciones afloran indistintamente con ocasión de una entrada real como de una procesión, un servicio extrapolado de las tareas urbanísticas de embellecimiento urbano, encargadas oralmente por *los señores jurados* a un carpintero y un albañil que cifran una estimación *la cual ellos habían visto a ojo*.

[53] AMV, Manuals de Consells, A-3, f. 235r. Acord del 6 de setembre de 1338. La figuración del entremés era amenizada por cantos compuestos por *monseñor Joan Sist, presbítero,* y *don Joan Pereç de Pastrana, maestre de canto*, a quienes los Jurados reconocerían su empeño en marzo de 1415 considerando que *cada uno de ellos ha bien trabajado en esto que por parte ha sido a cada uno encomendado, esto es* [...] *en Joan Oliver por la invención y confección con su ingenio los entremeses*. Cincuenta florines de oro fue la

de la marcha del encargo supervisado por una comisión para *administrar los dispendios y que sean incluidas aquí en la Atarazana de la dicha ciudad los obrantes y los entremeses a hacer*.[54] Las atarazanas de la ciudad acogerían la actividad constructiva de un equipo de artífices carpinteros dirigido por Joan Oliver.[55]

CONCLUSIONES

La cofradía estaba presente en la vida pública en las mismas condiciones que el resto de corporaciones, pero al estudiar el rol del carpintero se descubre pronto esa especificidad que le reportaría la consideración de artista, como se citaban en noviembre de 1481 en los bandos de la entrada de los Reyes Católicos.56 El análisis diacrónico de la reflexión trata de captar las modificaciones en la relación del oficio con las autoridades y la sociedad valenciana. Al comparar las prescripciones del Consell con las cuentas de la cofradía asoma la estrecha dependencia entre las autoridades municipales y los oficios de la madera, familiarizados con el entorno institucional por los trabajos desarrollados de forma habitual en las empresas urbanas. Desvela asimismo campos profesionales que excedían los márgenes estrictos del oficio, pero en los que el carpintero se mostraba solvente y habituado a las pautas de trabajo. La naturaleza de los cometidos proporciona detalles inéditos sobre la labor del carpintero medieval, el comercio de la madera y la forma con la que se convenían los contratos.

La comparecencia del carpintero en los acontecimientos públicos era un mecanismo de defensa del oficio, un modo de reivindicar su dignidad. Con independencia de la conmemoración, dos categorías de representación definían la participación del carpintero en la convocatoria: a nivel institucional por su presencia colectiva; la implicación profesional del carpintero comporta un acento individual brinda al artífice inéditas posibilidades laborales y a la corporación la ocasión de exhibir las cotas de calidad de sus afiliados.

cantidad asignada de los *muchos trabajos y jornales, así que entre todas las dichas cosas y por todo esto haber debían o debiesen*.

[54] AMV. Clavaria Comuna, J-48, f. 17v. Pagament del 19 d'agost de 1428.

[55] Santiago Bru y Vidal, *Las Rocas del Corpus y su refugio temporal de las atarazanas*, (Valencia: Ayuntamiento de Valencia, 1981), 50, 54, 57 i 62. El uso de las atarazanas como espacio para construir los entremeses era frecuente, las dimensiones de las naves ofrecían amplitud y protección al trabajo continuo de los carpinteros en los meses de invierno, pero permitía también resguardar los útiles y materiales empleados y conservar las obras en óptimas condiciones hasta el momento de utilizarlas. Dado que la conocida Casa de las Rocas no se emprendería hasta 1447 Santiago Bru i Vidal situaba la confección de las tramoyas en las atarazanas del Grao, lanzando la hipótesis de que estos talleres acogerían las rocas hasta que el volumen de los ingenios y aparejos de la procesión aconsejaron erigir un local *ad hoc*. La ambigüedad con que se expresa la documentación referida a la construcción, la dotación o el uso de las atarazanas hace lógica su atribución, basada en la concepción polivalente de les naves erigidas para albergar *velas, remos y redes, y otras cosas para que no se desgastasen o perdiesen como casa conveniente para alquilar no se encontrase en el grao en la cual las dichas cosas buenamente pudiesen estar*.

[56] AMV, Manuals de Consells, A-42, f. 205v. Carreres Zacarés, *Ensayo de una bibliografía*, 158.

# 12

## A Assistência aos Leprosos na Idade Média: A Gafaria de Coimbra (sécs. XIII-XV)[1]

Ana Rita Rocha
Universidade de Coimbra

Resumo

Neste artigo apresentamos o projecto da nossa dissertação de mestrado, na qual estudamos uma instituição de assistência destinada ao acolhimento de leprosos, a Gafaria ou Hospital de S. Lázaro de Coimbra, entre os séculos XIII e XV. Pretendemos desenvolver um estudo institucional e económico da leprosaria, focando o seu funcionamento, património e relações com foreiros e poderes régio e concelhio. Atendendo a estes objectivos, o projecto elaborado incide sobre o tema desenvolvido e questões levantadas ao longo da nossa investigação, a contextualização da matéria em estudo na historiografia nacional e internacional, a enumeração e descrição das fontes consultadas e metodologias aplicadas e sobre a estrutura da dissertação, indicando os capítulos a desenvolver.

Abstract

In this paper we present the project of our master thesis, which studies an assistance institution for the reception of lepers, the Leper House or Hospital of Saint Lazarus of Coimbra, between the 13th and 15th centuries. We intend to develop an institutional and economic study of this leper house focusing on the functioning, patrimony and the relationship between this hospital and its tenants and the royal and municipal powers. Considering these objectives, this project focuses the theme developed and the issues brought up during our research, the contextualization of the subjects under study in national and international historiography, the enumeration and description of the analyzed sources and the applied methodologies, and the structure of the dissertation, with the indication of the chapters to develop.

### 1. O Tema: Estudar uma Gafaria Medieval

Desde cedo, o tema seleccionado apresentou-se propício a ser desenvolvido numa dissertação, devido à riqueza do núcleo documental existente no Arquivo da Universidade de Coimbra, mas também devido à escassez de estudos exclusivamente dedicados ao

[1] O texto aqui publicado corresponde, na sua essência, à comunicação que apresentámos no III Workshop de Estudos Medievais, realizado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, nos dias 14 e 15 de Abril de 2011. Salientamos que alguns dos aspectos aqui considerados, respeitantes à elaboração da nossa dissertação de Mestrado, entretanto concluída e defendida a 2 de Dezembro de 2011, sofreram evolução e alterações, devido, sobretudo, ao aparecimento de novas fontes e a opções por diferentes formas de abordagem. Para a redacção final do texto aqui apresentado, contámos com as sugestões da nossa orientadora, Prof.ª Doutora Maria Helena da Cruz Coelho, e do Prof. Doutor Luís Miguel Duarte (Universidade do Porto) e de Margarita Vásquez Corbal (Universidade de Santiago de Compostela), responsáveis pelo comentário ao nosso artigo na referida sessão do WEM 2011, a quem muito agradecemos.

Hospital de S. Lázaro. À excepção de alguns trabalhos sobre a assistência em geral e de um artigo de Rocha Brito[2], a Gafaria não foi ainda objecto de uma investigação consistente, em que fossem analisados, de forma aprofundada, os elementos facultados pela documentação existente. De facto, o núcleo de documentação mencionado, que está na base do nosso estudo, permite-nos levantar importantes questões que têm norteado a nossa investigação.

Logo de início surgiram elementos relativos à propriedade da Gafaria de Coimbra. Tratando-se de uma instituição de assistência, que tinha de fornecer aos indivíduos que nela estavam internados uma ração alimentar e monetária, obrigatoriamente seria detentora de importantes bens, que permitissem o seu sustento e sobrevivência. Assim, como era composto o património do Hospital de S. Lázaro? Que bens, que rendas, que tipos de contratos se estabeleciam e a quem eram aforadas ou emprazadas as suas propriedades? Pretendemos, pois, que este estudo seja desde logo um contributo para o alargamento dos conhecimentos sobre patrimónios e paisagens, com enfoques locais, que se têm vindo a desenvolver ao longo das últimas décadas.

A documentação fornece, ainda, dados essenciais para compreender as relações que se estabeleceram entre a Gafaria de Coimbra e os lavradores que traziam as suas terras emprazadas ou aforadas. Estas relações traduziram-se, muitas vezes, em conflitos que colocavam em risco a capacidade de administração dos bens pelo Hospital de S. Lázaro. Tornou-se pertinente conhecer o abandono e degradação a que as propriedades eram votadas pelos seus foreiros e tudo aquilo que contribuía para a erosão da autoridade da Gafaria e dos seus funcionários.

Naturalmente, o estudo de uma instituição não se pode limitar à análise dos seus domínios e do modo como os geria. Com efeito, é imperativo conhecer intrinsecamente a Gafaria, ou seja, como funcionava e como era administrada e que indivíduos compunham o seu quadro de funcionários. Além disso, de que modo evoluiu este estabelecimento assistencial desde que foi fundado, em 1210, até ao final da Idade Média, quando foi alvo de reformas pela mão de D. Manuel? Neste aspecto, temos, ainda, de nos debruçar sobre a paisagem urbana, uma vez que a leprosaria estava integrada no espaço citadino de Coimbra, onde existiam outros hospitais e albergarias.

O relacionamento que a Gafaria de Coimbra estabeleceu com os poderes régio e concelhio constitui outra das questões a desenvolver na nossa dissertação. Estabelecem-se hipóteses sobre a ingerência, ou não, dos dois poderes acima mencionados, numa poderosa instituição de caridade, como era a leprosaria conimbricense. Neste aspecto, procuraremos centrarmo-nos, essencialmente, nos finais do século XIV e no século XV, por serem aqueles para os quais existe uma maior massa documental, mas também por se ter verificado uma maior intervenção da autoridade régia, muitas vezes em confronto com o poder concelhio, nos estabelecimentos de assistência em geral. Estas hipóteses levam-nos, igualmente, a questionar a independência ou submissão da Gafaria de Coimbra aos poderes superiores. Além disso, qual desses poderes exercia uma maior influência sobre este estabelecimento? Em que aspectos da administração institucional a sua ingerência se fazia sentir?

Por fim, ao estudarmos uma gafaria medieval torna-se obrigatório fazer uma contextualização da doença que está na base da sua fundação: a lepra. É necessário compreender como era definida na Idade Média, que conhecimentos possuíam os médicos e a população em geral, que causas e valor simbólico lhe eram atribuídos. É igualmente indispensável considerar o maior ou menor isolamento a que os leprosos foram votados. Mas estes doentes foram também alvo da caridade da sociedade medieval, que lhes prestava assistência, canalizando para estes indivíduos obras de misericórdia, com o intuito de atingir a salvação eterna.

Perante o que foi exposto, podemos considerar que todas as questões levantadas e hipóteses que pretendemos apresentar se inserem em diversas áreas da história. Des-

[2] A. da Rocha Brito, "História da Gafaria de Coimbra", *Arquivos de Dermatologia e Sifiligrafia*, I (1931-1932).

de a história rural à história urbana, passando pela social, económica e institucional. Não podemos esquecer que mesmo o estudo das relações com os poderes nos coloca sob a alçada da história política.

## 2. A Gafaria de Coimbra no Contexto Historiográfico Nacional e Internacional

No panorama historiográfico português, o nosso estudo sobre a Gafaria de Coimbra, na Idade Média, integra-se, antes de mais, no vasto tema da assistência medieval, que tem, desde os anos 70 do século XX, atraído a atenção de alguns historiadores. Sob este ponto de vista, vários estudos têm sido publicados, desde então, versando assuntos como pobreza, caridade, instituições de assistência e marginais. Devemos salientar, pelo carácter precursor em Portugal, a realização das Primeiras Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, em 1972, subordinadas ao tema *A Pobreza e a Assistência aos Pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*, das quais foram publicadas as respectivas actas.[3] Estas jornadas manifestam-se como um sinal das novas tendências historiográficas, de influência internacional, nomeadamente francesa.

Mas outras obras se salientam no estudo da assistência. Ainda antes da realização das mencionadas jornadas, Fernando da Silva Correia, entre os anos 30 e 60 do século passado, se havia destacado pela publicação de diversos trabalhos subordinados ao tema em questão. Salienta-se a obra *Origens e Formação das Misericórdias Portuguesas*, publicada, pela primeira vez, em 1944, na qual o autor faz um estudo globalizante da assistência, centrando-se na Idade Média.[4] Apesar de apresentar algumas insuficiências metodológicas e conceptuais decorrentes da natural evolução historiográfica, a obra continua a ser um marco fundamental da historiografia portuguesa sobre o tema, sendo de incontornável consulta. No nosso caso específico, contém informação de base acerca da lepra e das gafarias, constituindo um importante ponto de partida para a nossa investigação, tendo sempre em atenção que é necessário fazer constantes comparações com a bibliografia mais recente e com a documentação a que temos acesso.

Quanto ao tema mais particular da lepra e das gafarias, contexto específico no qual se insere a nossa dissertação, devemos referir que a historiografia nacional surge lacónica. Nas obras de carácter geral, encontram-se, frequentemente, referências às gafarias, enquanto instituições de acrescida importância na Idade Média. Contudo, não passam de simples referências.

Além disso, poucos são os estudos que se dedicam exclusivamente a estes estabelecimentos assistenciais. Destacam-se os artigos de Manuel Sílvio Conde e Maria Ângela Beirante, das décadas de 1980 e 1990, respectivamente. O de Manuel Sílvio Conde assume-se como um dos primeiros trabalhos em Portugal referentes a leprosos e gafarias, elaborado nos novos moldes da historiografia. Começa por abordar a lepra e os leprosos na sociedade medieval, para depois se centrar na Gafaria de Santarém e nos seus gafos.[5] O artigo de Maria Ângela Beirante segue um esquema de análise semelhante, mas referente à Gafaria de Évora e relativamente mais sucinto.[6] A nossa dissertação enquadra-se no tipo de questões e debates lançados por estes historiadores.

Outras leprosarias portuguesas têm sido objecto de estudo de diversos trabalhos. Veja-se como exemplo as dissertações de mestrado de Maria Odete Neto Ramos, intitulada *O património da Gafaria de São Gião de Monção: séculos XV-XVI*, de 2002,[7] e a de Rita Luís Sampaio da Nóvoa, *A Casa de São Lázaro de Lisboa: Contribu-*

---

[3] *A Pobreza e a Assistência aos Pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas das 1.as Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*. 2 tomos (Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1973).

[4] Fernando da Silva Correia, *Origens e Formação das Misericórdias Portuguesas* (Lisboa: Livros Horizonte, 1999).

[5] Manuel Sílvio Conde, "Subsídios para o Estudo dos Gafos de Santarém (séculos XIII-XV)", *Estudos Medievais*, 8 (1987): 99-170.

[6] Maria Ângela Beirante, "A Gafaria de Évora", in *O ar da Cidade: Ensaios de História Medieval e Moderna* (Lisboa: Edições Colibri, 2008), 235-251.

[7] Maria Odete Neto Ramos, *O património da Gafaria de São Gião de Monção: séculos XV-XVI* (tese de

*tos para uma História das Atitudes face à Doença (sécs. XIV-XV)*, de 2010.[8] Nesta última, a autora estuda a Gafaria de Lisboa sob um novo ponto de vista historiográfico no contexto nacional, analisando as atitudes face à doença nos séculos XIV e XV, para além de contribuir para o conhecimento da instituição em si mesma.

Quanto à Gafaria de Coimbra, esta ainda não foi analisada a partir das novas metodologias historiográficas. De facto, para além de breves referências em obras gerais ou artigos, existe um único estudo exclusivamente a ela dedicado, mas datado de 1931-32, da autoria de Rocha Brito, no qual é feita uma análise global da instituição.[9]

Além fronteiras, o tema da assistência e das leprosarias despertou desde cedo a atenção de inúmeros investigadores, dando origem a trabalhos de grande importância. De facto, o contexto internacional do nosso tema revela-se muito mais fértil do que o nacional. Encontramos inúmeras referências a obras dedicadas exclusivamente à lepra e às gafarias de determinadas regiões. Este fenómeno facilmente se explica pela abundância de fontes de natureza diversa.

O caso francês é paradigmático. Da extensa produção historiográfica deste país relativa ao tema, recolhemos a maior parte de bibliografia estrangeira. Nessas obras, encontramos importantes informações a respeito da lepra, do papel dos leprosos na sociedade medieval e do funcionamento das leprosarias na França, permitindo-nos estabelecer uma história comparativa com a Gafaria de Coimbra, em particular. Entre outras, as obras *Histoire des Lépreux au Moyen Âge: une société d'exclus*, de Françoise Bériac,[10] e *Maladie et société au Moyen Âge: la lèpre, les lépreux et les léproseries dans la province ecclésiastique de Sens jusqu'au milieu du XIVe siècle*, de François-Olivier Touati,[11] salientam-se pela importância historiográfica que exercem no contexto temático em questão. A primeira obra apresenta um modelo interpretativo semelhante àquele que pretendemos desenvolver na nossa própria dissertação, embora conceda uma maior importância à vertente médica e à imagem da lepra na Idade Média.

A historiografia inglesa também se apresenta muito rica relativamente ao tema da lepra e leprosos, dando-nos um importante contributo bibliográfico. A principal obra britânica que temos vindo a seguir na elaboração da nossa tese é da autoria de Carole Rawcliffe e intitula-se *Leprosy in Medieval England*. Esta autora apresenta, para a Inglaterra, uma análise detalhada da lepra medieval, analisando as suas causas, diagnóstico, tratamento, mas concedendo igualmente alguma importância à segregação dos leprosos e à vida nas gafarias.[12]

Após a análise atrás desenvolvida, apercebemo-nos de que existe, actualmente, muita bibliografia a que podemos recorrer como auxiliar de pesquisa para compreensão do fenómeno em estudo e comparação da Gafaria de Coimbra com outras instituições similares, portuguesas e estrangeiras. Em Portugal, o tema tem vindo a ser desenvolvido ao longo das últimas décadas, mas sem se verificar uma produção exaustiva de obras sobre assistência e instituições assistenciais como no exterior.

Além das obras sobre assistência, lepra, leprosos e gafarias, temos de recorrer a estudos de história económica que nos auxiliem na análise do património da Gafaria de Coimbra. É o caso da obra de Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média*, na qual são analisados todos os aspectos necessários à compreensão do mundo rural num espaço que se cruza com aquele onde o Hospital de S. Lázaro de Coimbra possuía uma grande parte das suas propriedades.[13]

---

mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002).

[8] Rita Luís Sampaio da Nóvoa, *A Casa de São Lázaro de Lisboa: Contributos para uma História das Atitudes face à Doença (sécs. XIV-XV)* (tese de mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2010).

[9] Brito, "História da Gafaria de Coimbra".

[10] Françoise Bériac, *Histoire des Lépreux au Moyen Âge: une société d'exclus* (Paris: Éditions Imago, 1988).

[11] François-Olivier Touati, *Maladie et société au Moyen âge: la lèpre, les lépreux et les léproseries dans la province ecclésiastique de Sens jusqu'au milieu du XIVe siècle* (Bruxelas: De Boeck Université, 1998).

[12] Carole Rawcliffe, *Leprosy in Medieval England* (Woodbridge: The Boydell Press, 2006).

[13] Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média*. 2 vols. (Lisboa: Imprensa

## 3. As Fontes e Metodologias Aplicadas

Para atingirmos o objectivo inicial proposto, devemos consultar um grande número e uma grande variedade de fontes. Desde que iniciámos a nossa investigação sobre a Gafaria de Coimbra, deparámo-nos com documentação suficiente para responder à maior parte das questões colocadas.

Concentradas maioritariamente no Arquivo da Universidade de Coimbra, em vários núcleos, destacando-se os "Pergaminhos do Hospital de S. Lázaro", as fontes de que dispomos distribuem-se por diversos tipos. No referido arquivo encontramos cinco modelos de documentação avulsa: cartas régias, contratos agrários, doações, uma única carta de venda, sentenças, compromissos e cartas de composição. A esta documentação avulsa, acrescenta-se um tombo de propriedade e um livro de regimentos.

Os contratos agrários, as doações e a carta de venda servem o nosso propósito central de estudo do património da Gafaria de Coimbra na Idade Média. Deles pretendemos recolher dados que nos permitam fazer o cadastro da propriedade entre os séculos XIV e XV. Embora com funções diferentes, todos estes documentos nos fornecem o tipo de propriedade em questão e a sua localização geográfica. Com estes dados, além da análise teórica a que serão submetidos, elaboraremos mapas de distribuição geográfica dos prédios, a partir dos quais podemos ter uma percepção simplificada e imediata dessa mesma distribuição. Assim, é possível avaliar as regiões territoriais de maior concentração de bens de uma instituição de assistência conimbricense e até a concentração de determinados tipos em zonas específicas.

No caso dos contratos agrários, estes serão uma das nossas principais fontes, pois a partir deles temos conhecimento de toda a política de exploração da terra encetada pela Gafaria de Coimbra. Estas fontes, de tipo enfitêutico, muito comuns em Portugal, fornecem uma grande variedade de dados, quer quantitativos, quer qualitativos. Da leitura de mais de meia centena deste tipo de documentos, ficamos a conhecer a duração dos contratos, os tipos de propriedade, a localização dos prédios, as suas confrontações e as rendas principais e acessórias aplicadas. Temos, assim, os dados necessários à elaboração de um estudo económico da propriedade da Gafaria, tendo acesso à forma como esta era gerida e aos rendimentos que eram auferidos. Entre estas informações, também encontramos as culturas maioritariamente praticadas e os trabalhos que os foreiros tinham de fazer nas terras e edifícios para evitar a sua degradação. Além disso, os contratos indicam a profissão ou estatuto social dos recebedores, permitindonos conhecer os indivíduos a quem era entregue o domínio útil dos bens do hospital.

As sentenças, compromissos e cartas de composição são outro grupo de documentos com grande valor historiográfico para o nosso estudo. Compilámos dezasseis cartas deste tipo, no Arquivo da Universidade de Coimbra. Temos por objectivo recolher o acusador e o acusado, o assunto em questão e a decisão tomada pelo juiz ou oficial de justiça, para compreendermos os problemas decorrentes da gestão da propriedade, devido à falta de zelo, quer dos camponeses que dela traziam o domínio útil, quer dos administradores da instituição.

À documentação já descrita, acrescentam-se os diplomas régios. No Arquivo da Universidade de Coimbra inventariámos onze cartas deste tipo respeitantes ao Hospital de S. Lázaro, às quais se acrescentam diversas referências e documentos encontrados nas Chancelarias Régias, conservadas na Torre do Tombo e algumas delas já publicadas[14], e um número reduzido de diplomas no Arquivo Histórico Municipal de Coimbra. Estes documentos contribuem para o estudo das relações da Gafaria com o poder régio e até com o poder concelhio, assim como para o conhecimento da sua história instituci-

Nacional - Casa da Moeda, 1989).

[14] No nosso estudo recorremos às seguintes chancelarias publicadas: *Chancelaria Portuguesas: D. Pedro I, 1357-1367*, ed. A. H. de Oliveira Marques (Lisboa: INIC/CEH-UNL, 1984); *Chancelarias Portuguesas: D. João I, vol. II, tomo 1, 1385-1392*, ed. João José Alves Dias (Lisboa: CEH-UNL, 2005) e *Chancelarias Portuguesas: D. João I, vol. II, tomo 2, 1387-1402*, ed. João José Alves Dias (Lisboa: CEH-UNL, 2005).

onal. De um modo geral, encontramos neles informações acerca da confirmação e consolidação de privilégios da instituição, das medidas tomadas com vista à sua boa administração, e ainda relativas à acção dos monarcas para proteger o hospital do poder que as autoridades concelhias lhe tentavam impor e ao provimento da Gafaria.

Acrescente-se o segundo testamento de D. Sancho I, de 1210, no qual é concedida uma quantia de dez mil morabitinos ao abade de Alcobaça para fundar a Gafaria[15], e dois documentos do Mosteiro de Alcobaça, de 1212 e 1214[16], que nos dão pistas sobre os anos iniciais do hospital, nomeadamente sobre a sua dotação. É assim possível conhecer os primeiros bens imóveis adquiridos pela Gafaria e a sua localização. Estes documentos estão conservados na Torre do Tombo.

Para além da documentação avulsa, é fundamental consultar os Regimentos e o Tombo do Hospital de S. Lázaro, existentes no Arquivo da Universidade de Coimbra[17]. Dos regimentos da Gafaria, interessam-nos os de D. Afonso IV, de 1329, e o de D. Afonso V, de 1452, para a análise do funcionamento regulamentado da instituição, que permitia a sua correcta administração. No entanto, não podemos deixar de prestar significativa atenção ao regimento outorgado por D. Manuel, em 1502, que corresponde, em grande medida, a uma actualização do de D. Afonso IV. Desta documentação normativa recolhemos, principalmente, as rações a ser atribuídas a gafos e merceeiros sãos, foros e costumes e funções do vedor e escrivão.

O Tombo da Gafaria de Coimbra, mandado elaborar por D. Manuel e concluído em 1515, é um extenso volume que contém o traslado dos regimentos e de algumas cartas régias, a que se segue uma relação pormenorizada dos bens do hospital. Nela são descritos, para cada prédio ou título de bens, o tipo de contrato que vigorava, rendas entregues à Gafaria e dimensões e confrontações das propriedades. Todavia, apenas faremos um levantamento de todos os prédios descritos e sua localização, pois, apesar de conter muitos bens que a Gafaria já possuiria na Baixa Idade Média, esta fonte é já do século XVI, extravasando a cronologia de investigação proposta. Esta lista exaustiva, que nos permite fazer um ponto da situação em 1515, servirá para elaborar cartografia onde conste o património do hospital neste ano, de modo a comparar estes dados com aqueles recolhidos nos contratos agrários e outra documentação dos séculos XIV e XV.

Pelo volume de documentos e pela quantidade de informação, os dados recolhidos nos contratos agrários serão introduzidos numa base de dados que criámos especificamente para o efeito. Trata-se de uma base de dados simples, onde inserimos os elementos essenciais para responder às nossas questões de investigação e que atrás já nos referimos. Através deste suporte informático, o estudo da propriedade, no seu todo, torna-se mais simples e acessível, permitindo a comparação entre os diversos contratos e até a pesquisa simplificada de termos, que filtra a informação de acordo com as necessidades do momento.

No caso específico do Tombo, a lista de prédios que recolhemos será introduzida, à medida que consultamos a fonte, numa folha de cálculo, com o posterior objectivo de organizar os bens por localização e tipo, de modo a facilitar a criação de cartografia.

As restantes fontes a que recorremos, como cartas régias e sentenças, serão alvo de uma análise qualitativa. Deste modo, serão organizadas por tipo de documento e assunto. Naturalmente, muita documentação será transversal a diversos temas, exigindo, da nossa parte, a capacidade de os organizar de modo a cruzar informação sempre que exigido. Para facilitar a sua consulta pretendemos extrair os dados essenciais, como intervenientes, assunto e, no caso das sentenças, decisão tomada.

Apesar de existir um número de fontes suficiente para responder a praticamente todas as questões levantadas, em alguns aspectos nota-se uma certa falta de documen-

---

[15] *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, vol. I, ed. Rui de Azevedo, Avelino de Jesus da Costa e Marcelino Pereira (Coimbra: Centro de História da Universidade de Coimbra, 1979), doc. 194, p. 298.
[16] ANTT, *Mosteiro de Alcobaça*, DP, 1.ª inc., m.º 3, n.º 15 e ANTT, *Mosteiro de Alcobaça*, DP, 1.ª inc., m.º 3, n.º 21.
[17] AUC, *Regimento do Hospital de S. Lázaro*, Cofre, n.º 34 e AUC, *Tombo do Hospital de S. Lázaro (1515)*, Cofre, respectivamente.

tos que nos permitam cobrir determinados espaços de tempo da história da Gafaria ou resolver dúvidas para as quais apenas possuímos um número muito limitado de documentos. É o caso do século XIII, após a fundação do hospital por D. Sancho I, período para o qual nos deparamos com um quase vazio documental. À excepção de alguma documentação, como o testamento de D. Sancho, os dois documentos de Alcobaça já mencionados e uma carta de aforamento colectivo de 1275[18], não encontrámos, ainda, elementos que nos permitam reconstituir de forma sólida a vida administrativa e económica do Hospital de S. Lázaro. Esta situação poderá estar relacionada com o que é indicado no Regimento de 1329, no qual se pode ler que "se perderam muytas scripturas por a malicia dos veedores que foram ante quando os tiravam do oficio com queixume que avyam sunegavam as scripturas e perdian-as e per esta guissa ficava a gaffaria delapidada sem escripturas".[19] Para as relações que se estabeleceram entre a Gafaria e o concelho de Coimbra as fontes também se revelam relativamente escassas. Para isso temos de nos servir daquelas que nos chegaram e apresentar algumas hipóteses a partir dos elementos que nos são fornecidos.

Perante essa escassez de fontes, consideramos oportuno, nestes casos, proceder a uma história comparativa com outras instituições de assistência, que possa dar indícios sobre o que se terá verificado na Gafaria de Coimbra. Daremos assim um particular destaque às leprosarias portuguesas já estudadas, como a de Santarém, Évora e Lisboa, mas também a outros estabelecimentos assistenciais, como hospitais e confrarias, objectos de estudos mais ou menos aprofundados. Não deixaremos, igualmente, de prestar atenção à história de leprosarias além-fronteiras. Esta história comparativa serve igualmente para verificar regras e excepções na história da assistência em Portugal, no geral, e na história das gafarias, em particular.

## 4. Estrutura da Dissertação

A nossa dissertação de mestrado estrutura-se em quatro partes principais, intituladas, respectivamente, "A Lepra e os Leprosos no Ocidente Medieval", "A Gafaria de Coimbra no Espaço e no Tempo", "A Propriedade da Gafaria de Coimbra" e "Relações com Poderes". Cada uma destas partes divide-se em capítulos e subcapítulos, de número variável, consoante a informação recolhida e a importância de cada assunto.

Ao estudar uma instituição de assistência reservada a leprosos é imprescindível compreender a doença que esteve na base da sua fundação e os indivíduos que a ocuparam ao longo da sua história. Neste sentido, iniciamos o nosso estudo com uma parte, dividida em dois capítulos, dedicada ao contexto médico, mental e social de aparecimento das leprosarias. No primeiro capítulo, que intitulámos "A Lepra na Idade Média: 'uma afecção de todo o corpo'[20]", fazemos uma análise desta doença na época em estudo, atendendo à sua cronologia no Ocidente, definição actual, conhecimento médico medieval e causas que lhe eram atribuídas, quer pelos médicos, quer pela sociedade.

Segue-se o segundo capítulo, no qual analisamos os leprosos, ou seja, aqueles cuja vida estava inevitavelmente condicionada pela doença de que padeciam. É, pois, importante verificar como estavam integrados, ou não, na sociedade medieval. Por essa razão, consideraremos a atitude ambivalente da sociedade em relação a estes doentes, manifestando tanto repulsa como compaixão. Analisamos o isolamento a que os leprosos foram votados, com particular destaque para o papel das gafarias, mas também as atitudes de caridade manifestadas pela restante sociedade, que lhes prestava o seu auxílio através de doações e do socorro pessoal.

Depois de analisados a lepra e os leprosos, passamos ao estudo concreto da Gafaria de Coimbra. A segunda parte é dedicada à instituição no espaço e no tempo, divi-

[18] AUC, *Tombo do Hospital de S. Lázaro (1515)*, Cofre, fl. 8 – 9v.
[19] AUC, *Regimento do Hospital de S. Lázaro*, Cofre, n.º 34, fl. 2v.
[20] Esta expressão corresponde a uma descrição da lepra feita por Bernard de Gordon, professor de Montpellier, em 1305. Citado a partir de Françoise Bériac, "O medo da lepra", in *As Doenças têm História*, apresentação de Jacques Le Goff, 127 (Lisboa: Terramar, 1997).

dindo-se em dois capítulos principais. Com o primeiro, intitulado "A Assistência em Coimbra", pretendemos recriar o quadro assistencial urbano, no qual o Hospital de S. Lázaro estava integrado. De um modo geral, faremos um levantamento das instituições existentes na cidade de Coimbra, ao longo da Idade Média, que, juntamente, com a Gafaria, praticavam a caridade, acolhendo e alimentando os mais necessitados.

O capítulo seguinte tem por objectivo tratar a Gafaria do ponto de vista institucional, subdividindo-se em três subcapítulos. Abordaremos, no primeiro, o processo evolutivo do hospital ao longo da Idade Média, desde a sua fundação em 1210, tentando compreender as mutações operadas numa instituição de assistência. Segue-se a análise da estrutura administrativa, num segundo subcapítulo, onde enumeramos os oficiais que ocupavam os principais cargos de gestão da Gafaria. Concederemos, naturalmente, um lugar de destaque ao vedor e ao escrivão, pela importância das funções que desempenhavam. Além disso, é pertinente procurar saber quem eram estes homens e qual a sua origem social, na tentativa de compreender o prestígio que os cargos superiores do Hospital de S. Lázaro alcançavam.

Para terminar a segunda parte da nossa dissertação, escolhemos um subcapítulo destinado à compreensão do funcionamento da Gafaria de Coimbra. A partir dos Regimentos de 1329, 1452 e 1502 e de diversas cartas régias, é nosso objectivo saber quais os direitos e privilégios dos gafos na instituição, que rações recebiam, a que foros e costumes deviam obedecer e quais as funções dos oficiais que estavam regulamentadas. Neste aspecto, a informação será, ainda, complementada com a comparação, sempre que necessário, com os regimentos ou compromissos de outras gafarias portuguesas, já publicados, como o caso de Santarém e de Lisboa.

A terceira parte corresponde ao núcleo central do nosso estudo. Dividida em três capítulos, nela pretendemos reconstituir o património da Gafaria, com particular relevo para os séculos XIV e XV. No primeiro capítulo, será feito o cadastro da propriedade, que inclui a descrição dos tipos de bens do hospital e a respectiva localização. Este capítulo será enriquecido com a elaboração de mapas, onde conste a distribuição de tipos de prédios por região, procurando uma leitura simplificada do património da Gafaria.

No segundo capítulo da terceira parte, abordaremos os aspectos essenciais ao conhecimento da política de exploração da propriedade praticada pelo Hospital de S. Lázaro de Coimbra. Desta forma, serão redigidos três subcapítulos, a saber: "Duração dos Contratos", "Rendas e Foros" e "Recebedores". No primeiro, pretendemos verificar qual o tipo de contrato predominante, entre emprazamentos e aforamentos. Segue-se, no segundo subcapítulo, uma análise das rendas e foros pagos à Gafaria, com o intuito de encontrar relação entre o tipo de prédio contratado e a renda a pagar, distinguindo sempre, no caso da renda principal, entre renda fixa (em géneros ou dinheiro) e parciária. O terceiro subcapítulo apresenta-se como uma tentativa de conhecimento dos indivíduos a quem o hospital confiava o domínio útil dos seus bens, a partir da sua proveniência social e geográfica, indicada na maior parte dos contratos.

O último capítulo da terceira parte receberá o título de "A Propriedade como Causa de Conflito", pois é nosso objectivo observar os problemas que o Hospital de S. Lázaro enfrentava a partir do momento em que entregava o domínio útil das suas propriedades. Pormenorizando, os conflitos serão divididos por grupos de causas, de acordo com as questões que estiveram na origem das sentenças, normalmente relacionadas com a desobediência ou incumprimento dos camponeses.

A nossa dissertação termina com uma parte dedicada às relações da Gafaria de Coimbra com o poder régio e o poder municipal, dividindo-se em dois capítulos. Apesar de tratadas autonomamente, as relações com o poder régio e com o concelhio serão alvo de uma análise muito semelhante. Desta forma, os referidos capítulos incidirão sobre a maior ou menor ingerência do poder régio e do concelho de Coimbra na Gafaria. Também pretendemos averiguar quais os aspectos da administração da instituição mais expostos a essa intervenção e qual dos dois poderes exercia uma maior autoridade sobre o hospital. Devemos acrescentar, aos assuntos a tratar nestes dois capítulos, a qualidade das relações estabelecidas. Terão sido pacíficas ou, em algum momento, verifi-

cou-se uma tentativa de abuso de poder?

A tese será complementada com mapas, tabelas e gráficos de análise e com a transcrição de grande parte do núcleo documental. Neste caso, será feita uma selecção dos documentos mais relevantes. Por essa razão, serão escolhidos alguns contratos agrários e doações apenas para exemplificar este tipo de documentação, uma vez que se trata de diplomas muito comuns e muito semelhantes no que respeita ao teor diplomático. Por sua vez, os regimentos, cartas régias, sentenças, compromissos, entre outros, serão transcritos e incluídos no apêndice documental na íntegra.

Para concluir, sabemos que algumas fontes se revelarão insuficientes para resolver alguns dos problemas colocados. Nesse sentido, procuraremos extrair o máximo de informação daquelas que temos disponíveis e sempre que não seja possível responder a algumas questões, recorreremos a hipóteses colocadas a partir da comparação com outras instituições, que nos possam elucidar acerca daquilo que, possivelmente, se passaria no Hospital de S. Lázaro. Com o estudo desenvolvido, pretendemos contribuir para a historiografia nacional sobre a assistência medieval. Através do estudo de uma das mais importantes instituições caritativas da cidade de Coimbra, na Idade Média, esperamos fornecer os conhecimentos necessários à compreensão do seu funcionamento e do seu património e à sua integração na rede assistencial conimbricense e nacional.

# 13

## El Confesor Real en Castilla (siglos XIII al XV): conocimiento sobre el mismo y planteamiento de estudio

Guillermo F. Arquero Caballero
Universidad Complutense de Madrid

Resumen

En el presente trabajo se ofrece un estado de la cuestión sobre una figura de la Corte castellano-leonesa durante el periodo que transcurre entre los siglos XIII y XV: el confesor del rey. Este personaje ha sido poco estudiado hasta el momento en el ámbito de la Corona de la Castilla medieval, si bien en los últimos años se ha llamado la atención en la historiografía sobre la importancia que pudo tener (tanto en lo que se refiere a la atención espiritual del monarca en el servicio religioso de la Corte como a los procesos políticos de la monarquía y la Iglesia), ya que se confiaron a los confesores diversas atribuciones y encargos en las tareas de gobierno y representación de la persona del rey. Lo que se ofrece por tanto es una valoración de este personaje sobre la base de la bibliografía existente, un primer esbozo prosopográfico y sus posibilidades de estudio.

Abstract

In this work we offer an overview about a figure of Catilian-Leonese Court, in the period between the 13th and 15th centuries: the king's confessor. While there has been a call for attention by historians on the role royal confessors played (as much in the field of king's spiritual care in the religious service at the Court as in the field of political action at the service of Monarchy and the Church), since royal confessors were entrusted with different tasks and functions of government and representation of the person of the king, this kind of clergyman is yet to be fully examined for the Kingdom of Castile and Leon during Middle Ages, In short, we will try to offer an evaluation of the figure of royal confessor on the basis of the bibliography, a first propopographical overview and the possibilities of study.

### 1. Planteamiento del tema

El confesor real (entendamos tanto el del rey como el de diversos miembros de la familia regia) es una figura tan desconocida como llamativa, sobre todo en el caso que nos ocupa: la Corona castellano-leonesa, desde su definitiva unificación con Fernando III hasta el reinado de Enrique IV. Como ya hizo notar Georges Minois, se le puede atribuir al confesor gran influencia sobre el rey en la vida política del reino.[1] En efecto, se trata de una persona cercana al monarca, de su confianza, a la que éste acude en busca de la salud de su alma y de su conciencia y a la que abre su intimidad, todo lo cual puede otorgarle una notable influencia.

Pero la figura del confesor real resulta difícil de estudiar, y de ahí quizás la escasa atención que ha recibido en la historiografía, vacío que espero poder llenar en un futuro próximo con las investigaciones que en el presente trabajo se plantean. La dificultad para el estudio de esta figura se debe a diversos problemas. Así, aunque el confesor real fue evolucionando hacia una figura institucional en la Corte, en la Castilla medieval tuvo mayor peso la condición personal del confesor sobre el propio cargo que

[1] Georges Minois, *Le confesseur du roi: Les directeurs de conscience sous la monarchie française* (Francia: Fayard, 1988), 9.

desempeñaba[2] (si bien a lo largo de la Baja Edad Media fue conformándose como una institución en la Corte).[3] Ello implica que sea poca la documentación existente sobre el confesor real en cuanto figura institucional, lo que obliga a centrar la investigación en el estudio de las personas que desempeñaron tal función. Pero el mayor escollo es sin duda la propia naturaleza de tal función: la asistencia espiritual en la intimidad y el secreto, una relación que no puede ser desvelada a nadie y de la que no queda, por tanto, evidencia alguna.

Ante estos problemas, en especial el último de ellos, ¿en qué medida y de qué manera puede plantearse un estudio riguroso? Lo que las investigaciones han revelado es que los confesores reales fueron asiduos colaboradores de la Monarquía, ejerciendo no pocas veces cargos de responsabilidad política tras haber ocupado el confesionario del rey, o bien mientras lo ejercían. Ello es indicio de que existe una relación entre un cargo privado y secreto con el rey y toda una serie de funciones ejercidas en el ámbito general de la Corte o del reino, lo que la hace de por sí una figura que merece ser estudiada.

## 2. Contexto historiográfico-temático y fuentes de estudio

Como hemos dicho, el confesor real es una figura poco conocida. En efecto, para el caso de la Corona castellano-leonesa existen pocos estudios a día de hoy. Ya en la Edad Moderna comenzó cierto interés por la historia del confesionario regio durante el Medievo, dentro de los conflictos entre órdenes religiosas por atribuirse una mayor importancia histórica en el mismo.[4] En esta línea siguieron encuadrados los primeros estudios contemporáneos: las publicaciones del dominico Luis Alonso Getino[5] y del franciscano Atanasio López[6], únicos trabajos que se centran exclusivamente en la figura del confesor real en Castilla. No obstante, en tiempos más recientes se ha llamado la atención sobre esta figura en el marco del estudio de la monarquía castellana[7], y no son pocos los autores que, aun colateralmente, le han prestado atención, tanto para el caso castellano-leonés como para otras Coronas peninsulares.[8] De todos modos, no hay en nues-

[2] Óscar Villarroel, "Las relaciones monarquía-Iglesia en la época de Juan II de Castilla (1406-1454)" (tesis doctoral, Universidad Complutense de Madrid, 2006), 926.

[3] David Nogales, "Confesar al rey en la Castilla bajomedieval (1230-1504)," en *Pecar en la Edad Media*, coord. Ana I. Carrasco y María P. Rábade (Madrid: Sílex Ediciones, 2008), 78, 56-57.

[4] Existe una serie de documentos de principios del XVIII, guardados en la Biblioteca Nacional (Mss. 5758), en los que se defiende la preeminencia histórica de los dominicos, en unos, y la de los franciscanos (para la Corona de Aragón), en otros, en un claro sentido polémico. También en la Biblioteca Nacional se guarda un texto redactado por Diego José Dormer (Mss. 12060, "Delos confesores, ó, Padres de Conciencia de los Señores Reyes de Aragón") donde el cronista, recurriendo a numerosas fuentes, induce a pensar que los dominicos ocuparon primigeniamente el confesionario real en Aragón, tarea que les sería por tanto propia. Estos fondos son de gran interés, ya que recurren a fuentes medievales y nos informan de este periodo.

[5] "Dominicos españoles confesores de los reyes", *Ciencia tomista*, 14 (1916).

[6] "Confesores de la Familia Real de Aragón," *Archivo Ibero-americano*, año XVI, nº 92 (marzo-abril 1929; mayo-junio 1929); "Confesores de la Familia Real de Castilla," *Archivo Ibero-Americano*, año XVI, nº 91 (enero-febrero 1929); "Confesores de la familia real de Mallorca y Navarra," *Archivo Ibero-Americano*, año XVI, nº 95 (septiembre-octubre 1929); "Fray Fernando de Illescas, confesor de los Reyes de Castilla Juan I y Enrique III," Miscelánea dentro de *Archivo Ibero-Americano*, XXX (1928); "Fray Alfonso de Alcocer, confesor de Enrique III de Castilla," *Archivo Ibero-Americano*, año XV, nº 87 (mayo-junio 1928).

[7] José Manuel Nieto Soria, *Iglesia y génesis del Estado Moderno en Castilla (1369-1480)* (Madrid: Editorial Complutense, 1994). El autor destaca la importancia política del confesor del rey (140 y siguientes), y en otros trabajos también ha indicado la relevancia que pueden llegar a tener las investigaciones sobre esta figura.

[8] En el caso portugués merecen especial mención los trabajos de Rita Costa Gomes (*The making of a court society: kings and nobles in late medieval Portugal*, - Cambridge: Cambridge University Press, 2002) y João Francisco Marques ("Franciscanos e Dominicanos Confessores dos Reis Portugueses das duas Primeiras Dinastias, espiritualidade e Política," *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*, Anexo V – Espiritualidade e Corte em Portugal, sécs. XVI-XVIII, Porto, -1993-); en el navarro María Narbona Cárceles (*La Corte de Carlos III el Noble, rey de Navarra, espacio doméstico y escenario de poder, 1376-1415* -Pamplona: EUNSA, 2006); y en el castellano David Nogales con su ponencia "Confesar al rey en la Castilla bajomedieval (1230-1504)" (en *Pecar en la Edad Media*, coord. Ana I. Carrasco y María P. Rábade -Madrid: Sílex Ediciones, 2008-) así como el capítulo 5 (en concreto: 191-241) de su tesis doctoral "La Representación religiosa de la monarquía castellano-leonesa: La Capilla Real (1252-1504)" (Madrid, 2009)

tro país estudios equiparables a los que se han hecho en el caso de Francia[9], salvo para la Edad Moderna.[10]

Esto en cuanto a la base bibliográfica de la que partimos. En lo que se refiere al contexto temático y de los estudios referidos a Castilla estas indagaciones se deben enmarcar dentro de los estudios (abundantes a día de hoy) sobre la Corte regia y Casa Real, de las relaciones entre la Iglesia y la monarquía y en el proceso de génesis del Estado Moderno en Castilla (la Casa Real, la privanza, la sociedad cortesana, etc.). De hecho, ya en la época medieval se entendió la importancia del confesor dentro del contexto cortesano y de gobierno, dada la necesidad que tenía el rey del confesor para su salud espiritual y para el consejo. Así se lo indicaba Lope de Barrientos a Juan II, su confesando, cuando le decía que, para ciertos asuntos, "es necesario juyzio e consejo de gran sabio que sepa juzgar e disçerner"[11], aludiendo sin duda a su propia función de confesor. Este mismo monarca, para justificar la ejecución de don Álvaro de Luna, señaló como uno de tantos agravios el haber sido privado por el Condestable de la compañía de sus confesores y otros consejeros.[12]

Pero la importancia del confesor no se limitaba al ámbito privado y personal del rey. En efecto, la salud espiritual del monarca ayudaría al buen desarrollo de la vida del reino, en cuanto que aquél era su rector.[13] Así pues, es en el marco del consejo y colaboración con la Monarquía (tanto en lo estrictamente espiritual como en lo temporal) donde ha de plantearse el estudio.

¿Cuáles son las fuentes a consultar? En cuanto servidores y colaboradores de la monarquía y hombres de Iglesia, podemos seguir el rastro de los confesores reales en numerosas fuentes (documentación regia y episcopal, crónicas, archivos conventuales y monásticos fundamentalmente), donde no suelen aparecer en su condición explícita de confesores reales, sino como obispos, priores y en otros muchos cargos eclesiásticos y cortesanos que desempeñaron. De ahí que la búsqueda pueda hacerse ardua y dispersa. No obstante, sí se puede encontrar información del confesor real como tal en los fondos de Raciones y Quitaciones de Corte en el Archivo General de Simancas, como miembro de la Casa Real a quien se incluye en las cuentas de la misma, vía por la cual, además, podemos encontrar nuevos nombres.

Pero todas estas fuentes se refieren a la faceta pública de los confesores. Cabe preguntarse si podríamos llegar a saber algo sobre la relación privada con el rey, núcleo esencial de su función y que le dota de gran relevancia. Mi hipótesis es que sí podemos, ya que si bien nos está vedado saber nada del diálogo rey-confesor en la intimidad (saber de qué temas concretos trataron), sí podemos tratar de reconstruir lo que podría darse en llamar el *discurso penitencial* del confesor. Con este término quiero referirme al discurso que el confesor pudo dirigir al rey en la intimidad sobre la dimensión moral de la realeza y los fundamentos ideológicos de la misma (cómo se ha de ser un buen rey, qué debe procurar y evitar el mismo, su responsabilidad como monarca cristiano…) que

---

y Óscar Villarroel, que trata la figura, para el caso del reinado de Juan II, en su tesis doctoral "Las relaciones monarquía-Iglesia en la época de Juan II de Castilla (1406-1454)" (Universidad Complutense de Madrid, 2006). Este último señala con acierto que se puede ver en la historiografía que "existe ya una cierta aproximación a la figura política de los confesores reales, así como una valoración de su poder de influencia política" (1.070).

[9] Además del mencionado estudio de Minois, tenemos el trabajo de Xavier de la Selle *Le service des âmes à la Cour. Confesseurs et aumôniers des rois de France, du XIIIe au XVe siècle* (París: École des Chartes, 1995).

[10] Leandro, Martínez Peñas *El confesor del rey en el antiguo régimen* (Madrid: Editorial Complutense, 2007). El autor comienza su estudio desde el reinado de los Reyes Católicos.

[11] Lope de Barrientos, *Tratado del dormir*, ed. María Isabel García-Monge (tesis doctoral, Madrid: Universidad Complutense de Madrid), parte I, 98.

[12] De esta manera, el Condestable habría actuado en su deservicio "apartando y alejando de mi corte a las personas científicas de quien yo me podía bien servir… y otrosí a los devotos y buenos religiosos con los que yo me confesaba, no dándoles lugar a que residiesen ni estuviesen en mi corte ni cerca de mí". Citado en José Luis Martín, *Enrique IV de Castilla, rey de Navarra, príncipe de Cataluña* (Jondarribia: Nerea, 2003), 59.

[13] David Nogales Rincón, "Confesar al rey …", 56.

pudieron influir en el ánimo y conducta de los monarcas. Ello supone, por un lado, indagar en otras fuentes además de las ya mencionadas y establecer un marco teórico de análisis para saber leer estas fuentes desde la perspectiva adecuada.

Sobre las fuentes, debemos de considerar fundamentalmente ciertas noticias que encontremos en textos diversos[14], la literatura penitencial[15] y otro tipo de discursos, como los tratados[16] y sermones.[17] En cuanto al marco teórico, me parece que puede ser de gran provecho el concepto y la metodología a él anexa del "poder pastoral" que desarrolló Michel Foucault, como una variedad de poder surgida precisamente en el ejercicio pastoral de los clérigos cristianos, y que tendría en el confesionario su máxima expresión.[18] Así pues, habríamos de movernos también en el ámbito de estudio de la

[14] A modo de ejemplo, tenemos el caso de fray Sancho de Juvera, confesor de doña Constanza, esposa de Fernando IV de Castilla. Habiendo fallecido la reina, se corrió el rumor de que había muerto excomulgada por haber cobrado rentas eclesiásticas indebidamente. El confesor declaró posteriormente que Constanza había resarcido lo debido y que él mismo la absolvió de toda culpa (ver Atanasio López, "Confesores de la familia real de Castilla", 31). Es así ejemplo de una noticia sobre el diálogo secreto entre confesor y reina, que él hace público en parte. En las crónicas hay muchas otras referencias a la relación del rey y el confesor.

[15] En efecto, se puede poner en relación las obras penitenciales con la atención específica al monarca. Por ejemplo, el célebre *Libro de las confesiones* de Martín Pérez (inicios del XIV), dedica apartados específicos sobre cómo tratar con los soberanos temporales. Por otro lado, sabemos que una de las fuentes que Juan Gil de Zamora usaba para sus escritos (y cabe pensar que también para su ministerio pastoral) era el *Liber de Confessione Sacramentali* de Pedro de Blois (ver Charles Faulhaber, "Pedro de Blois, fuente del *Dictaminis epithalamium* de Juan Gil de Zamora," *Archivo Ibero-Americano*, Serie 2, vol. 33 -1973-), lo que permitiría plantear una hipótesis sobre cómo era la praxis penitencial entre el rey Sancho y este confesor. La mencionada obra se puede encontrar en *Patrologia Latina*, tomus CCVII: *Petri Blesensis Bathioniensis in Anglia Archidiaconi Opera Omnia*, ed. J. P. Migne (1855), cols. 1077-1082. Asimismo, el estudio de la documentación sinodal (como el *Synodicon hispanum* dirigido por Antonio García y García, o *Los Códigos eclesiásticos españoles y de Indias: o Colección de cánones y de todos los concilios de la Iglesia de España y de América* editados por Tejada y Ramiro en el XIX) y otros textos canónicos son importantes para entender cómo se celebraba el sacramento de la penitencia y en qué condiciones.

[16] Frank Tang señaló en su momento la importancia de los tratados pedagógicos destinados a los príncipes (según él estudiados hasta el momento más desde la perspectiva filológica que desde la histórica) cuyos contenidos podrían ser similares a los que transmitían los confesores a sus regios penitentes. Dice así que estos tratadistas (traduzco del inglés) "como escritores se dedicaron a una actividad que podría ser comparada con aquélla de los miembros de su orden que actuaron como confesores" (Frank Tang, "Royal Misdemeanour: Princely Virtues and Criticism of teh Ruler in Medieval Castile -Juan Gil de Zamora and Álvaro Pelayo-´,", en BEJCZY, István Pieter; NEDERMAN, Cory J. (coords.), *Princely Virtues in the Middle Ages, 1200-1500, Herrchertugenden im Mittelalter*, coords. István Pieter Bejczy y Cory J. Nederman, 120 - Turnhout, 2007-). De tal manera, el estudio de estos tratados nos puede ayudar a suponer qué podría decir el confesor al rey en privado utilizando estas fuentes. Para este autor, esta faceta de los tratados ha sido minusvalorada en favor de una lectura desde la clave de la "propaganda real" (103, nota 103).

[17] Podemos comparar confesión y predicación como dos vías de adoctrinamiento que llevan a influir en el ánimo y la conducta de quien las recibe, con la diferencia de que la confesión es particular y privada y la predicación general y pública. Por ello, creo que se pueden aprovechar los sermonarios como vía de estudio de la labor de los confesores. Pensemos, por ejemplo, que Juan Gil de Zamora (confesor de Sancho IV) dejó escrito un sermonario (ver Fernando Lillo,"El Sermonario inédito de Juan Gil de Zamora a la luz de las Artes Praedicandi", en *Actas del Primer Congreso Nacional de Latín Medieval*, León, 1-4 de diciembre de 1993, coord. Maurilio Pérez -León: Universidad, Secretariado de Publicaciones, 1995-). Esta línea de investigación puede dar mucho fruto. Un trabajo de referencia al respecto me parece el de Beatriz Marcotegui, la cual en su libro *Instructio morum et fidei: la predicación en el Reino de Navarra en el siglo XV* (Pamplona, 2009) establece relación entre la figura de los predicadores y los confesores. Para ver más sobre esta relación entre predicación y confesión, ver Arturo Blanco, *Historia del confesionario. Razones antropológicas y teológicas de su uso* (Madrid: Ediciones Rialp), 132-143.

[18] Sebastián González Montero, "Confesión, ascetismo y sujeto: la lectura de Weber y Foucault de las prácticas sociales en la Reforma protestante", en *Psikeva, revista de psicoanálisis y estudios culturales*, revista digital nº 5 (2007), http://www.psikeba.com.ar/articulos/SGM_Foucault_confesion_y_examen.htm. Foucault es conocido, entre otros aspectos, por sus estudios referidos al poder, tanto en la sociedad contemporánea como en su evolución histórica. En este sentido, cabe citarr para el tema que nos ocupa, su artículo "el sujeto y el poder" (versión digital, traducida por Santiago Cassarale y Angélica Vitales, http://www.campogrupal.com/poder.html), donde plantea precisamente la naturaleza del poder pastoral y propone un modelo de análisis del mismo. Sobre esta base, y complementando este trabajo con otros del mismo autor y otros similares, creo que podremos llegar a hacer una lectura de las mencionadas fuentes indirectas de gran provecho.

historia de las mentalidades, así como del desarrollo ideológico de la monarquía y la legitimación política. Dicho esto, pasamos a exponer lo que hoy podemos saber sobre los confesores reales de Castilla en su faceta de colaboradores de la monarquía y hombres de la jerarquía eclesiástica.

## 3. Orígenes y desarrollo de la figura del confesor

Debido a la indefinición del confesor como figura personal o institucional es difícil de establecer un inicio claro de la misma, así como su desarrollo. Podemos ver precedentes en la España visigoda (véase la relación de Leandro de Sevilla con Hermenegildo) o en la Plena Edad Media.[19] Pero no es hasta época de Fernando III cuando puede hablarse, con continuidad en el tiempo, de un clérigo dedicado a la dirección espiritual del rey y a administrar el sacramento de la Confesión dentro de la Corte, si bien no se habla de "confesor" hasta la segunda mitad del siglo XIII. Todavía en época de Alfonso X la figura del confesor real no aparece como una institución en la Corte. Por el contrario, las *Partidas* otorgan al capellán real la función de confesar y dirigir espiritualmente al rey.[20] Así pues la figura del confesor se desgajaría del capellán, hasta llegar a constituirse (como muy tarde) a mediados del XV en un cargo de la corte (un "ofiçio", como se dice en un documento de Enrique IV[21]) que conllevaba además un beneficio económico.[22]

Sin embargo, salvo el texto de las *Partidas*, no he encontrado aún textos jurídicos que perfilen esta figura para el caso castellano. Sí los hay (pero referido al confesor en general) en las famosas sumas de confesores y las disposiciones sinodales y conciliares, que en conjunto constituyen una documentación muy abultada, aunque genérica para este estudio[23]. Poco más se puede decir, de momento, sobre los orígenes y desarrollo institucional del confesor del rey de Castilla en este período.

## 4. Perfil del confesor real

Un primer estudio biográfico de los confesores nos permite conocer un perfil básico de esta figura. Entre el reinado de Fernando III y Enrique IV, y contando con los confesores de infantes y reinas, el número de confesores asciende a casi sesenta, cifra incierta y variable ya que no hay certeza de que algunos personajes fueran en verdad confesores y en el futuro es muy probable que aparezcan nuevos nombres. En este trabajo contabilizamos concretamente cincuenta y nueve, si bien de seis no conocemos más que los nombres.

### 4.1. Orígenes y acceso al confesionario regio

En primer lugar, cabe señalar que todos los confesores reales fueron de orígenes relativamente humildes. En efecto, entre los confesores reales "la aristocracia está infrarrepresentada".[24] El bajo origen socio-político del confesor es un dato muy relevante,

---

[19] Relaciones de tipo confesor-confesando se pueden ver en el caso de don Cerebruno respecto a Alfonso VIII de Castilla (David Nogales Rincón, "Confesar al rey…", 58) o el claro (aunque aislado) ejemplo de Diego Gelmírez respecto a Raimundo de Borgoña, de quien era publicus notarius, scriptor, cancellarius et secretarius y confessor entre 1090 y 1094 -citado por Emma Falque Rey, introducción a la *Historia Compostelana*, (Madrid, 1994- 9).

[20] Partida II, Título IX, ley III.

[21] AGS: *Escribanía de Rentas-Quitaciones*, leg. 4, fol. 455-456. En Ángel Martínez Casado, Lope de Barrientos *Un intelectual en la Corte de Juan II* (Salamanca: San Esteban, 1994), 286.

[22] Por ejemplo, Enrique IV mandaba pagar una ración de 40 maravedíes diarios a Lope de Barrientos y después a Pedro de Villacastín (Ibídem).

[23] En este punto merece citarse el artículo de José Soto "Visión y tratamiento del pecado en los manuales de confesión de la Baja Edad Media hispana," (*Hispania Sacra*, LVIII, 118 -julio-diciembre 2006-), donde se ofrecen ciertas ideas al respecto. Por otro lado, merece la pena señalar que sobre este punto puede arrojar mucha luz un estudio sistemático de las ya mencionadas colecciones *Synodicon Hispanum* y la de Tejada y Ramiro, algo que de manera parcial ha hecho José Antonio Fuentes en su trabajo "Confesores y penitentes en algunos sínodos de la Península Ibérica anteriores al Concilio de Trento," Caurensia, vol. II (2007).

[24] Sophie Coussemaker, "Les confesseurs hiéronymites des souverains castillans, de 1373 à 1474. Quels

puesto que indica que su elección no vino dada por su pertenencia a la élite sociopolítica, sino a su afinidad con el monarca, al que puede servir sin ataduras e incondicionalmente y a cuya compañía accede por sus propios méritos.

De tal modo, el confesor real llegó a la cercanía del monarca por sus cualidades personales que le merecieron la confianza regia. Estas cualidades son diversas, pero lo que se buscaba fundamentalmente viene bien reflejado en las *Partidas* de Alfonso X (referidas al capellán real, que entonces recogía las funciones del confesor).[25] Dice así la segunda Partida:

> Sabida cosa es que el hombre ha en sí dos naturalezas: la una es espiritual, que es el ánima; la otra, temporal, que es cuerpo del hombre. E bien así como el cuerpo del hombre ha menester de ayudarse de las cosas temporales para mantenerse bien, así el ánima ha menester de se ayudar de las espirituales, pues sin ellas no podría alcanzar cumplidamente aquel bien para que Dios la crió. E por esto, como quiera que el capellán mayor del rey ha de ser de los más honrados e mejores perlados de su tierra [...] debe ser hombre muy letrado, y de buen seso, e leal, e de buena vida, e sabidor de uso de iglesia. E letrado ha menester que sea para que entienda bien las horas, e las escrituras, e las haga entender al rey, e le sepa dar consejo de su ánima cuando se le confesare. E otrosí, debe ser de buen seso e leal, porque entienda bien como le debe tener poridad de lo que él le dijere en su confesión, e que le sepa apercibir de las cosas de que se debe guardar, pues él es tenido de se confesar más que otro, e de recibir los sacramentos de santa Iglesia, e por esta razón es su feligrés [...]. E de buena vida ha menester que sea, pues aquel que ha de hacer tan santa e tan noble cosa como consagrar el cuerpo de nuestro señor Jesucristo, e de haber en guarda el ánima del rey, e de los de su casa, puedan tomar de él buen consejo buen ejemplo, e lo que ha de castigar en los otros, que no lo haya en sí. [...] Otrosí decimos que el rey debe amar, e honrar a su capellán, haciéndolo bien e honra, como a hombre que es su confesor, e medianero entre Dios, e él; e tiene oficio de guardarlo, más que otro de su casa, en aquellas poridades en que el rey más debe ser guardado. De donde el capellán que en esto errase, sin la pena que le yace cuando a su orden, hace traición contra el rey por la que debe haber tal pena como merece capellán traidor.[26]

Se ve claramente en el texto cómo el capellán-confesor tiene la función trascendental de ser mediador entre el rey y Dios (Aquél de quien el rey recibe su poder) y las cualidades que se le exigen (fundamentalmente: vida santa, formación y prudencia para el consejo y responsabilidad para mantener los secretos del rey). En este sentido, se ha indicado la importancia de los clérigos del rey (entre los que se incluyen los confesores) en las instituciones monárquicas por su labor en el ámbito de legitimación del poder regio[27], que en última instancia viene de Dios. Por otro lado, merece toda consideración el problema de la "poridad" del monarca que el confesor debe guardar: los secretos personales del soberano (no ya sólo por su honra personal sino, cabe pensar, por las implicaciones políticas), debían ser celosamente guardados, y ello da al confesor una relevancia importantísima junto a la dirección de la conciencia y el consejo. Como bien señala David Nogales, y se ve claramente en el texto citado, "la ruptura del secreto de confesión era percibida como una doble traición, a Dios y al rey".[28]

Vistas las cualidades básicas que se pedían al confesor real y su importancia, cabe preguntarse cómo llegaron todos estos clérigos al confesionario regio. Aunque es cierto que en principio poco se puede decir del procedimiento concreto de elección del confesor[29], podemos señalar, fundamentalmente, como vías de acceso la celebridad del

---

confesseurs pour quels rois?" *Les sérviteurs de l´État au Moyen Age, XXIXe congrès de la S.H.M.E.S. (Pau, mai, 1998)* (París: Publications de la Sorbonne, 1999), 86.

[25] No obstante, para el caso de Fernando III y Alfonso X, sabemos de confesores y directores de conciencia que en ningún caso desempeñaron el cargo de capellán real como tal (como ejemplos célebres podemos citar a fray Pedro González de Telmo, fray Raimundo de Losada o fray Pedro Gallego).

[26] Alfonso X el Sabio, *Las Siete Partidas (El Libro del Fuero de las Leyes)*, ed. José Sánchez-Arcilla (Madrid: Editorial Reus, 2004), *Partida* II, Título IX, ley III, 214.

[27] José Manuel Nieto Soria, "Les clercs du roi e les origines de l´état moderne en Castille: propagande et legitimation (XIIIème-XVème siècles)", *Journal of Medieval History*, 18 (1992): 298.

[28] David Nogales Rincón, "Confesar al rey...", 61.

[29] *Ibídem*, 62.

individuo[30], el desempeño de funciones de tipo intelectual o docente[31], la mediación de algún personaje de la Corte[32], o incluso la disposición legal.[33]

### 4.2. CONDICIÓN ECLESIÁSTICA DEL CONFESOR [VER APÉNDICE, GRÁFICO 1]

Merece la pena (por lo que puede suponer) atender a la composición religiosa de los confesores. Así, de los cincuenta y tres de los que sabemos o podemos suponer su adscripción religiosa, los datos son los siguientes: veintitrés dominicos, veintidós franciscanos, cuatro jerónimos, un agustino, un benedictino, un cartujo, un sacerdote secular y otros seis de los que no se puede especificar su filiación religiosa.

El predominio pertenece, con toda claridad, a las órdenes mendicantes. Ello habrá que ponerlo en relación con la reforma de la Iglesia en el siglo XIII y el propio carisma de los franciscanos y dominicos, órdenes que surgieron para la reforma de la Iglesia, en buena medida a través de la vivencia radical de los principios evangélicos y la catequización, lo que en el ámbito regio se manifestó, entre otras cosas, en la labor de la dirección espiritual[34]. Asimismo, en los siglos XIV y XV muchos confesores mendicantes pertenecían a las facciones reformistas de su orden. Esto se debe a la exigencia de que el cuidado del alma regia fuese llevado a cabo por clérigos ejemplares que podían ayudar asimismo a las reformas que partían de la iniciativa real.

También resulta interesante indagar sobre la alternancia de dominicos y franciscanos en el confesionario regio. La cuestión de que el rey eligiese confesores de una u otra orden pudo depender naturalmente de la propia preferencia personal. No obstante, resultaría interesante relacionar la alternancia de confesores de una u otra orden con la propia historia de las distintas familias religiosas en Castilla y su relación con la Monarquía, por ejemplo, en clave de legitimación política.[35]

### 4.3. FUNCIONES Y CARGOS DESEMPEÑADOS POR LOS CONFESORES

Pasamos a ver, por último, las distintas funciones y cargos que desempeñaron además del de confesor. Podemos categorizarlos en tres grandes perfiles.

#### 4.3.1. PERFIL ECLESIÁSTICO [VER APÉNDICES, GRÁFICO 2]

A este respecto, los principales cargos ejercidos por los confesores fueron:

---

[30] Tal sería el caso de Álvaro de Córdoba, gran predicador y fundador del convento de Escalaceli, en Córdoba, germen de una importante reforma en la Orden de Predicadores. Su fama le llevaría a ser confesor de Juan II y su esposa Catalina.

[31] Lope de Barrientos entró en la Corte de Juan II como maestro del infante don Enrique, y de ahí pasaría a ser confesor del rey.

[32] Por ejemplo, Carmen Manso plantea que fray Pedro López de Aguiar, confesor de Pedro I, pudo entrar en contacto con el rey gracias a la influencia de un confesor precedente, fray Juan Fernández de Aveancos ("El obispo fray Pedro López de Agiuar, OP -1349-1390-: Reseña biográfica y aproximación a los principales acontecimientos en su diócesis durante el reinado de Pedro I," *Archivo Dominicano. Anuario*, nº 14 -1993-: 47). Del mismo modo, Lope de Barrientos renunció a su cargo de confesor a condición de que fuese nombrado para sucederle fray Pedro López de Villacastín (AGS: *Escribanía de Rentas-Quitaciones*, en Ángel Martínez Casado, Lope de Barrientos..., p. 286).

[33] No fueron pocos los casos en los que los reyes establecían en su testamento el confesor que habría de tener el heredero, como el caso de Juan II, que heredó de su padre a fray Alfonso de Alcocer, si bien lo tuvo de confesor por poco tiempo.

[34] Sobre este aspecto ver Georges Minois, *Le confesseur du roi*..., 156-161.

[35] Sabido es que Enrique II siempre deparó gran aprecio a la orden franciscana (ver Pablo Martín Prieto, "Sobre la promoción regia de la Orden franciscana en la Corona de Castilla durante el primer reinado Trastámara," en *Hispania Sacra*, LIX, 119 -enero-junio 2007-). Sin embargo, nos refiere la *Crónica de Enrique II* que al ser elegido rey de Castilla cambió a confesores dominicos, y en su lecho de muerte pidió que siempre fueran de esta orden los confesores de los reyes de Castilla (Año XIV -1379-, Capítulo III). Ello habrá que ponerlo en relación con la tradición histórica castellana, ya que Fernando III apoyó más a la Orden de Predicadores (Pablo Martín Prieto, "Sobre la promoción regia...," 53), y de ahí el deseo de legitimarse entroncando con los referentes castellanos más lejanos. No obstante, el franciscanismo también jugó un papel importante en la legitimación (ver José Manuel Nieto Soria, "Franciscanos y franciscanismo en la política y en la corte de la Castilla Trastámara -1369-1475-," *Anuario de estudios medievales*, nº 20 -1990-).

- Priores y abades: Se cuentan quince. Por lo general fueron priores o abades antes de ser confesores. Algunos, como el jerónimo fray Pedro de las Cabañuelas, llegaron a ser confesores precisamente conociendo a los reyes en su cargo de prior.[36]
- Provinciales: Se cuentan dieciséis. Fueron provinciales antes de ser confesores[37]. De tal manera, estamos ante individuos que hubieron de destacar primero en su orden para entrar en contacto con el ámbito real.
- Obispo: Llegan a veintiuno. En este caso, salvo alguna excepción[38], estos clérigos se convirtieron en prelados después de ejercer el cargo de confesor. No cabe duda de que los reyes quisieron colocar en distintas sedes a hombres de su plena confianza que siempre se mantuvieron fieles a ellos[39]. En este sentido, es mayor la proporción de confesores que llegaron a prelados que otros grupos de clérigos[40].
- Reformador: Este punto es muy importante. En efecto, veinte llegan a ser los confesores que tuvieron que ver activamente con reformas eclesiásticas. Un número tan elevado quizá se deba al deseo de los monarcas de rodearse de clérigos dignos e íntegros que pudieran cuidar de su alma. Pero, además, contaban así con fieles colaborares para la reforma de la Iglesia que la propia Monarquía perseguía. De tal forma, algunos confesores "actuaron como auténticos agentes reales empeñados en impulsar la observancia entre las nuevas y viejas órdenes".[41]
- Clérigo de Corte: Un número tan reducido (tres) indica algo muy claro: aunque la figura del confesor real pudiera derivar de otras figuras eclesiásticas de la Corte, pronto se independizó de las mismas, siguiendo caminos diferentes.

4.3.2. PERFIL CULTURAL [VER APÉNDICES, GRÁFICO 3]

Como se dijo antes, la formación intelectual del confesor era un aspecto importante para ser elegido como tal. No obstante, la figura del confesor intelectual (caso de Juan Gil de Zamora con Sancho IV, fray Luis de Valladolid o Lope de Barrientos con Juan II) convive en Castilla con el confesor reformador, el místico u observante en el cual los reyes o reinas buscan la santidad por encima de todo (fray Álvaro de Córdoba con Juan II y su esposa Catalina, fray Pedro González de Telmo con Fernando III). Sin embargo, por lo general los confesores estaban preparados intelectualmente para desempeñar su cargo, aunque de pocos conservemos datos fehacientes de su formación[42].

---

[36] Como refiere Coussemaker ("Les confesseurs hiéronymites…", 89) fray Pedro de las Cabañuelas causó honda impresión en María de Aragón en el viaje que hizo ésta a Guadalupe con su esposo Juan II, y de ahí que lo escogiera como confesor.

[37] En el caso de los Reyes Católicos hay excepciones. Por ejemplo, fray Diego Bernardino de Monroy fue provincial tras haber sido confesor. Algo similar ocurrió en el caso de fray Alfonso de Valladolid, confesor de Juan II. Cabe pensar que los reyes influyeron en estas elecciones para poner al frente de una comunidad religiosa de su reino a un fiel colaborador suyo.

[38] Encontramos el caso de fray Rodrigo González de León (confesor de Alfonso X), arzobispo de Santiago, que ejerció funciones de confesor. Pero esta excepción creo quizá se deba a la herencia de la Alta Edad Media, donde los obispos fueron confesores de los reyes, como don Cerebruno o Diego Gelmírez, tal como se dijo más arriba. En este sentido, Minois (*Le confesseur*…) muestra cómo ocurría lo mismo en Francia (p. 24). Otra excepción, ya en la Baja Edad Media, sería el caso de Alfonso de Palenzuela, que ya era prelado antes de ser confesor de doña María y doña Isabel (esposas de Juan II) y de Enrique IV.

[39] En efecto, no sabemos de ningún prelado castellano que, habiendo sido confesor, actuase en deservicio del rey. Incluso fray Pedro López de Aguiar, que abandonó la Corte de Pedro I por las desavenencias que mantenía con éste su confesando, se mantuvo siempre fiel al mismo en la guerra civil castellana.

[40] Óscar Villarroel ("Las relaciones Monarquía-Iglesia…) señala, para el caso de Juan II, que frente al 55% de confesores reales que llegaron a prelados sólo 17% de los capellanes reales lo hicieron (vol. 2, 1.086).

[41] José Manuel Nieto Soria, "La configuración eclesiástica de la realeza trastámara en Castilla (1369-1474): Una perspectiva de análisis", *En la España Medieval*, nº 13 (1990): 149-150.

[42] Ha llegado hasta nosotros el testamento de Gonzalo de Illescas, jerónimo confesor de Juan II, donde viene referida su biblioteca, y que ha publicado Antonio García y García ("La biblioteca de Gonzalo de Illes-

- Titulado: Llegan a dieciocho. Generalmente se tratan de titulados en Teología o Derecho Canónico. En este campo destacan los confesores franciscanos (diez), siguiéndoles por poco los dominicos (siete), y con mayor diferencia los jerónimos, de los que no se sabe realmente de ninguno titulado hasta el reinado de Enrique IV inclusive[43]. Hay que decir también que el ser confesor real capacitó a algunos clérigos para obtener títulos académicos, ya que los monarcas costearon el proceso requerido a tal fin.[44]
- Docentes: Tanto en la Universidad como en los conventos, siendo diez los confesores que así figuran.
- Tratadistas: Tanto escritores como traductores, llegan a siete. Arriba ya se mencionó la importancia de estudiar estas obras como medio de estudio de la dirección de la conciencia del rey, ya que algunas son de tipo pedagógico tienen contenidos de tipo moralizador. Entre los confesores que dejaron obras escritas figuran eminentes personajes como Lope de Barrientos[45], Juan Gil de Zamora[46] o Luis de Valladolid.[47]
- Predicadores: Se cuentan siete que fueran famosos por ello o hayan dejado testimonio escrito sobre esta labor. Este aspecto es también importante por ser un importante medio para el adoctrinamiento y para influir en la conducta de los fieles (algo que tiene en común con la confesión como se indicó anteriormente).
- Maestro del príncipe: Llegan a ocho. Los que fueron maestros del príncipe, que requerían de formación cultural, accedieron al cargo de confesor y más tarde a otros cargos por esta vía. Tal es el caso de Lope de Barrientos o Juan Gil de Zamora.

4.3.3. PERFIL POLÍTICO [VER APÉNDICES, GRÁFICO 4]

- Testamentarios: Cinco confesores figuran en los testamentos de reyes o reinas, como personas de confianza para cumplir la última voluntad del rey, de tal modo que asistían al monarca no sólo espiritualmente, sino también en su última voluntad política.[48]
- Regente: Sólo se pueden calificar con este término a Gonzalo de Illescas

---

cas", en *Ins Wasswr geworfen und Ozeane durchquert*, Frestschrift für Knut Wolfgang Nörr, eds. Mario Ascheri, Friedich Ebel y Heckel Martin -Böhlan Verlag, Köln, Weimar, Wien, 2003-). En ella aparecen bastantes obras referidas a la confesión, lo que nos muestran las fuentes consultadas para el ejercicio de este sacramento que empleaba un confesor real. Hay que decir que las lecturas de franciscanos y dominicos eran más ricas y variadas, lo que se aprecia a la hora de ver las fuentes bibliográficas de los tratados que los confesores mendicantes escribieron.

[43] Señala acertadamente Coussemaker ("Les confesseurs hiéronymites…") que (traduzco del francés) "la modestia de la formación de los jerónimos contrasta con el impresionante bagaje universitario de los confesores dominicanos y franciscanos contemporáneos" (88).

[44] Siendo aún conde don Enrique de Trastámara consiguió que el Papa concediera a su confesor, fray Diego López, la posibilidad de ser promovido al magisterio de Teología en la Curia Pontificia (Reg. Suppl. 43, fol. 221v., en Vicente Beltrán de Heredia, *Bulario de la Universidad de Salamanca* (Salamanca, 1966), tomo I, nº 121, 401).

[45] Este confesor real escribió tres obras de clara intención pedagógica y dedicadas a la orientación moral del monarca, el *Tratado de dormir y despertar*, el *Tratado de la divinança* y el *Tratado de Casto y fortuna*, dotadas de unidad entre ellas. Asimismo, escribió la obra *Clavis Sapientiae* con un claro sentido enciclopédico.

[46] Se le atribuye la primera biografía de San Antonio de Padua (ver Manuel de Castro, "Fr. Juan Gil de Zamora, OFM, primer biógrafo de San Antonio de Padua," *Verdad y vida*, vol. 53 -1995-), y escribió las siguientes obras: *Officium almifluae Virginis De praeconiis Hispaniae* (1260-1285) para la instrucción de Sancho IV; *Ars dictandi* (c.a. 1270); *De preconiis civitatis Numantinae* (1282); *De mundi etatibus*; *Liber illustrium personarum*; *Breviloquium* (c.a. 1289); *Contra venena* (1289-1295); *Liber de arte Musica* (1296-1304).

[47] *Chronica Fratris Ludovici de Valleoleto* (1414); *Speculatio summae philosophicae* (c. 1412).

[48] David Nogales Rincón, "Confesar al rey…", 75.

y Lope de Barrientos, que auxiliaron en el gobierno a Juan II en sus últimos tiempos, pero es significativo que los dos hombres que tomaron las riendas del gobierno fueran confesores del rey. En definitiva, eran personas en las que el rey descargaba su conciencia y en las que tenía absoluta confianza. Conocida es también la regencia de Cisneros (confesor de Isabel I) posteriormente.

- Embajador: Es el cargo no eclesiástico más asiduo entre los confesores. Se cuentan hasta quince los que ejercieron (generalmente más de una vez) la función de embajador, tanto ante el Pontificado como en embajadas de tipo secular. El rey delegaba así labores diplomáticas en una persona de su confianza y podía actuar en su nombre, además de contar con una preparación cultural para el desempeño del cargo.
- Consejo real: En los reinados de Enrique III y Juan II la cantidad asciende a ocho. Ninguno de ellos fue miembro del consejo antes de ser confesor, con lo cual el consejo espiritual precedió en todos los casos al consejo político. Más allá de la institución del Consejo Real, estudiada por Salustiano de Dios, la labor de los confesores reales como consejeros no sólo espirituales sino también políticos es indudable, sobre todo en un tiempo en el que la frontera entre ambas esferas estaba mucho menos delimitada.[49]
- Cancillería y justicia: En diversas funciones, dentro de este ámbito, encontramos a diez confesores. Su preparación cultural también les capacitaba para el ejercicio de este tipo de funciones.

## 5. Conclusión

Queda bosquejado un primer panorama de conocimiento sobre el confesor real en la Corona castellano-leonesa. Vemos que esta figura surge con entidad propia en la segunda mitad del siglo XIII, y va adquiriendo mayor peso en la Casa Real de Castilla. El confesionario regio sería ocupado de manera abrumadora por los mendicantes, especialmente franciscanos y dominicos, que casi están a la par en número de confesores, datos que pueden ponerse en relación con la propia naturaleza de estas órdenes y con cuestiones referidas a procesos de legitimación, aparte de las inclinaciones personales de los reyes. Junto a esto, vemos que los confesores reales se destacaron como colaboradores de la Monarquía por sus méritos personales, ya que sus orígenes son humildes y llegaron a gozar de la confianza y confidencia del rey por sus propias cualidades (formación religiosa y cultural, integridad moral, habilidades…), que les sirvieron para ser promocionados a diversos cargos de responsabilidad que guardaban relación, de una manera u otra, con la monarquía a la que servían. Se ve de esta manera que el confesor real se erigió como un personaje importante en la Corte y en el gobierno de la monarquía.

Estamos entonces ante una figura que puede contribuir a conocer mejor diversos ámbitos de la historia de la Castilla medieval (sociedad cortesana, génesis del Estado Moderno y relaciones monarquía-Iglesia fundamentalmente), ejerciendo, sin duda, una notable influencia sobre los procesos y dinámicas de tales ámbitos.

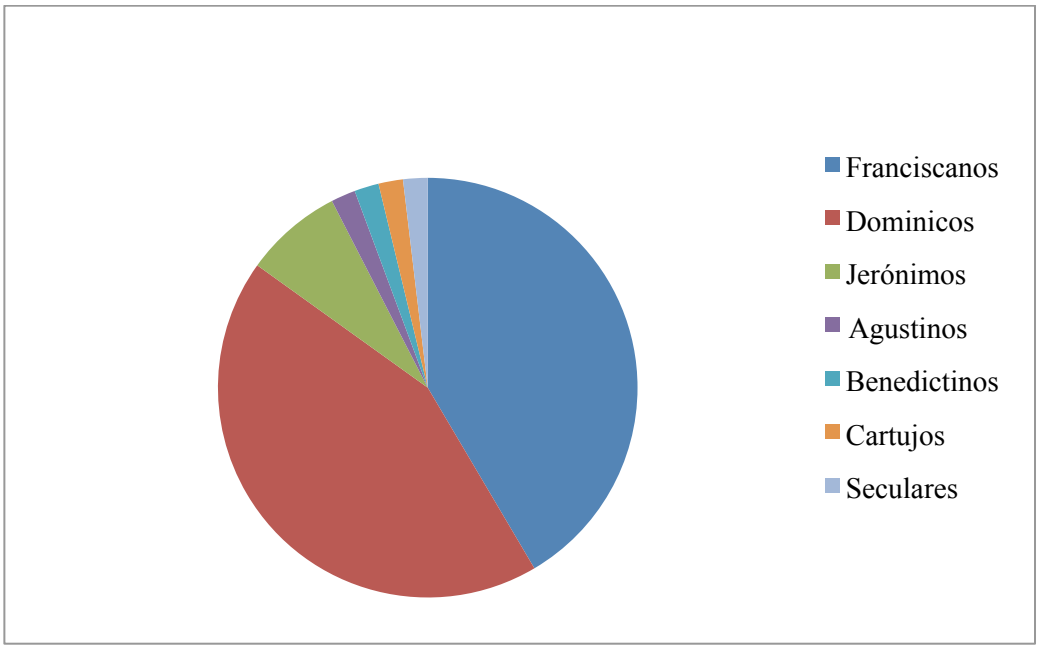
Pero la mayor parte del trabajo queda, sin embargo, por hacer. En efecto, hasta ahora tenemos un cierto conocimiento de la prosopografía y una fundamentación temática y metodológica del estudio, que espero poder ofrecer en un futuro no lejano. De acuerdo a lo dicho en el presente trabajo, este estudio del confesor real en la Corona castellano-leonesa no debe plantearse simplemente desde la óptica de la Historia Política, sino también desde la Historia Cultural y de las Mentalidades. En efecto, todo lo

[49] Merece la pena citar de nuevo a D. Nogales ("Confesar al rey…"): "Con una naturaleza mixta de carácter político-religioso y constituyente de una función específica aparece todo lo relativo al consejo o parecer dado por el confesor al rey. En este sentido, el papel del confesor iba más allá del cuidado de la moral y alma regia y abarcaba su papel como consejero, fruto de la indiferenciación ocasional entre las esferas política y religiosa" (72).

referido al poder pastoral y a las implicaciones ideológicas de la actuación de los confesores reales debe de abordarse desde esta perspectiva, tomando trabajos precedentes tanto en el campo de de la Historia como de la Antropología y la Filosofía (el ejemplo de Michel Foucault es claro a este respecto).

Podemos terminar señalando la gran importancia que tuvieron los confesores como partícipes y agentes de los procesos políticos y eclesiásticos en la Castilla de los siglos XIII al XV. Ciertamente tenemos conocimientos suficientes para afirmar esto, tal como han señalado hasta el momento no pocos autores. Sin embargo, con un estudio más a fondo, podremos saber con mayor exactitud el papel jugado por los confesores reales en la Corona de Castilla y León.

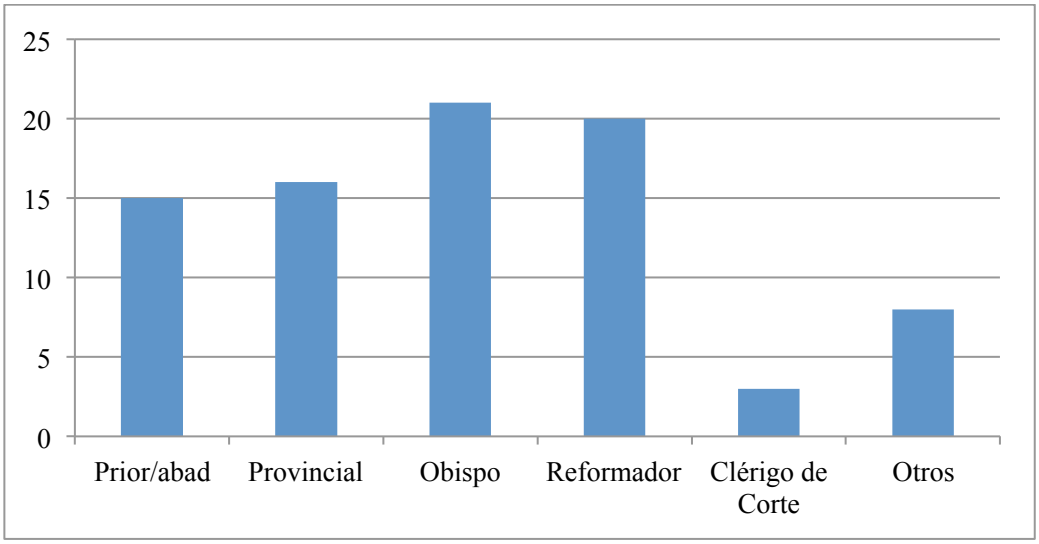
## APÉNDICES: GRÁFICOS Y TABLAS




CIFRAS:

| Adscripción religiosa | Confesores prelados |
|---|---|
| Franciscanos | 22 |
| Dominicos | 23 |
| Jerónimos | 4 |
| Agustinos | 1 |
| Benedictinos | 1 |
| Cartujos | 1 |
| Seculares | 1 |

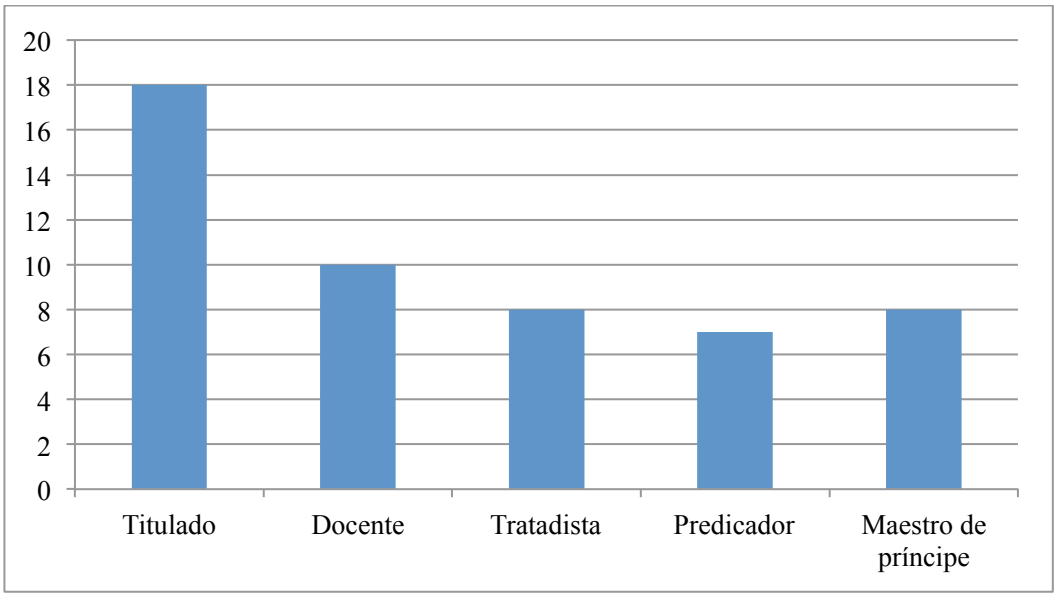
Gráfico 1. Confesores de Castilla por filiación religiosa




CIFRAS:

| Adscripción religiosa | Confesores prelados |
|---|---|
| Franciscanos | 22 |
| Dominicos | 23 |
| Jerónimos | 4 |
| Agustinos | 1 |
| Benedictinos | 1 |
| Cartujos | 1 |
| Seculares | 1 |

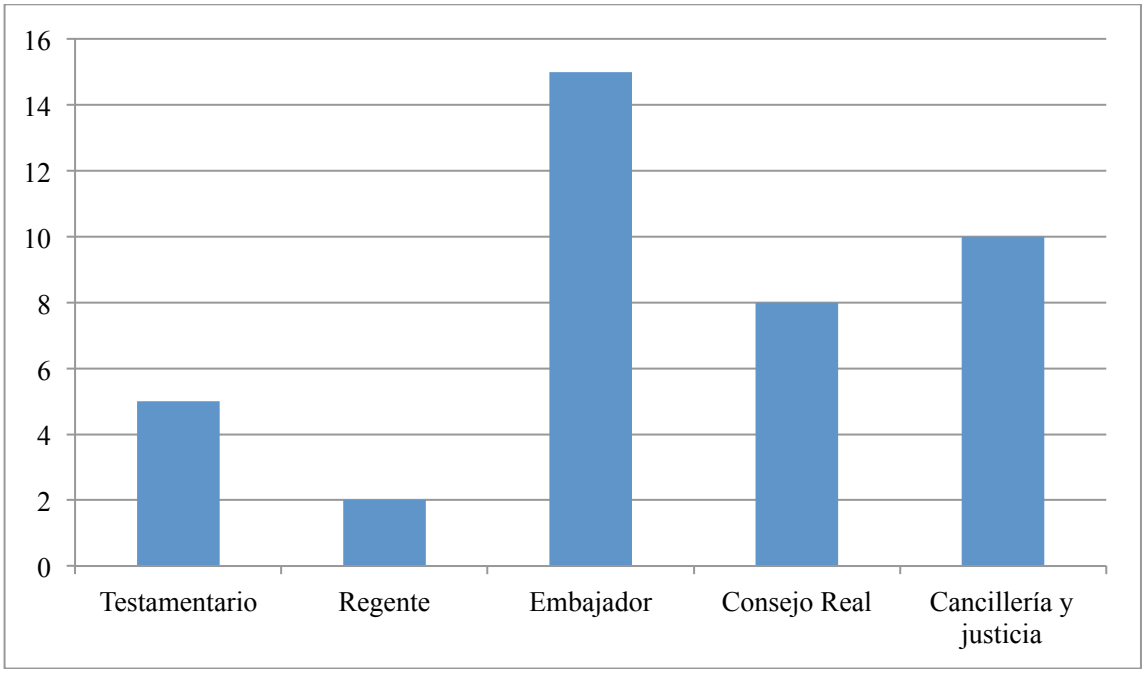
Gráfico 2. Perfil eclesiástico



CIFRAS:

| | |
|---|---|
| Prior/abad | 15 |
| Provincial | 16 |
| Obispo | 21 |
| Reformador | 20 |
| Clérigo de Corte | 3 |
| Otros | 8 |

Gráfico 3 – Perfil cultural




CIFRAS:

| | |
|---|---|
| Testamentario | 5 |
| Regente | 2 |
| Embajador | 15 |
| Consejo Real | 8 |
| Cancillería y justicia | 10 |

Gráfico 4 – Perfil político

# 14

## Los pontificales en Castilla durante la Edad Media: aproximación a una fuente de conocimiento histórico

Mercedes López-Mayán
Universidade de Santiago de Compostela

Resumen

Los pontificales, libros litúrgicos destinados al uso exclusivo de los obispos, constituyen una fuente de información privilegiada sobre diversos aspectos del pasado medieval, como la producción y circulación de manuscritos o los usos rituales existentes en cada momento en las sedes catedralicias. Sin embargo, los cincuenta ejemplares de liturgia romana conservados en Castilla han pasado casi totalmente desapercibidos para los historiadores. El objetivo de este artículo es, por tanto, poner de relieve la riqueza de estos manuscritos y realizar una primera aproximación a sus posibilidades y limitaciones como fuentes de conocimiento histórico.

Abstract

Pontificals, liturgical books specifically designed for the exclusive use of bishops, are a remarkable source of information about many different aspects of medieval past, such as the production and circulation of manuscripts or the ritual practices and their evolution in the episcopal sees. However, historians have overlooked most of the fifty exemplars of Roman liturgy preserved in Castile. The aim of this paper is, therefore, to highlight the richness of these manuscripts and to make a first approximation of their possibilities and limitations as sources of historical knowledge.

En la Edad Media, los libros pontificales eran los instrumentos propios de la liturgia más solemne, la celebrada en las catedrales por los obispos. Contenían, por tanto, los textos necesarios en aquellos ritos que solo los prelados podían llevar a cabo, si bien es cierto que, en ocasiones, la evolución de sus diferentes versiones o la permeabilidad con otros tipos de libros litúrgicos se tradujo en la inclusión de *ordines* que también el papa o un simple sacerdote podían celebrar.[1]

*Abreviaturas empleadas: AHD = Archivo Histórico Diocesano, AHN = Archivo Histórico Nacional, BCC = Biblioteca Capitular y Colombina, BCT = Biblioteca Capitular de Toledo y BNE = Biblioteca Nacional de España.

[1] El protagonismo del pontífice, manifestado, incluso, en la existencia de *ordines* que solo se podían desarrollar en la topografía sagrada de Roma, es evidente en la familia de los denominados por M. Andrieu pontificales de la Curia romana del siglo XIII, elaborada en tiempos de Inocencio III (1198-1216) e Inocencio IV (1243-1254) como parte de las reformas que pretendieron extender los usos romanos al conjunto de la Iglesia occidental (cfr. Michel Andrieu, *Le Pontifical romain au Moyen Âge*, t. 2: *Le Pontifical de la Curie romaine au XIIIe siècle* ('Studi e Testi', 87) (Città del Vaticano: Biblioteca Apostolica Vaticana, 1940), y Monique Goullet, Guy Lobrichon y Éric Palazzo, *Le Pontifical de la Curie romaine au XIIIe siècle* (Paris: Éditions du Cerf, 2004), especialmente 19-22). Por su parte, la ausencia de unos límites claros entre los distintos tipos de libros litúrgicos es un rasgo característico del medioevo, derivado, en buena medida, de la ausencia de una liturgia unificada en todo el Occidente cristiano y de la estructuración de los textos en función del ministro que los debía emplear, y no de la *actio* cultual, lo que obligaba a simultanear el uso de varios volúmenes diferentes (Pierre-Marie Gy, "L'unification liturgique de l'Occident et la liturgie de la curie romaine", *Revue des sciences philosophiques et théologiques* 59 (1975): 601-612; Id., *La liturgie dans l'histoire* (Paris: Éditions du Cerf, 1990), 85-87, y Jean-Baptiste Lebigue, *Initiation aux manuscrits litur-*

Entre las ceremonias reservadas a los titulares de las diócesis se hallaban la confirmación, las ordenaciones, la dedicación de iglesias, la bendición de abades, la sacralización de reyes y reinas, la expulsión y reconciliación de los penitentes el miércoles de ceniza y el jueves santo, la convocatoria de concilios, etc.,[2] aunque dichas ceremonias fueron variando con el paso del tiempo y no todas aparecen en los manuscritos que conservamos. Estas condiciones de uso no significan, sin embargo, que los pontificales fueran solo propiedad de obispos; aunque muchas veces formaron parte de sus bibliotecas personales, en ocasiones eran encargados y pertenecían a los cabildos catedralicios o a comunidades monásticas, que los custodiaban en previsión de las ocasiones en las que el prelado intervenía solemnemente en la liturgia.[3] En el caso de aquellos ejemplares vinculados a determinados obispos y arzobispos es, además, habitual que, al margen de esta vocación utilitaria, su cuidada factura material, con ricas decoraciones de aparato, los convirtiera en instrumentos de ostentación del poder ideológico y económico de sus propietarios.[4]

Conviene recordar, por otra parte, que el pontifical propiamente dicho nació a mediados del siglo X. Anteriormente, para el desarrollo de su liturgia, los obispos se servían de dos tipos de libros: los *libri sacramentorum*, que contenían las oraciones que se debían recitar en cada ocasión, y los *ordines*, formados por las indicaciones sobre cómo se tenían que desarrollar los ritos en los que se rezaban tales oraciones.[5] Los inconvenientes derivados de la necesidad de recurrir a dos libros a la vez provocaron la progresiva fusión de ambos, fenómeno que se produjo a partir de la época carolingia, más o menos al mismo tiempo en todo el Occidente europeo. Aún así, estas primeras compilaciones se llevaron a cabo sin ninguna planificación coherente y adoptando diversas soluciones,[6] con lo que su difusión fue espacial y cronológicamente muy limitada.

No fue hasta el año 950 cuando un monje de Saint-Alban de Maguncia redactó una versión, conocida como romano-germánica, que experimentó un extraordinario éxito y comenzó a extenderse a otras zonas de Occidente, incluyendo Roma, donde, ante la inexistencia de una tradición litúrgica propiamente episcopal, se asumió con gran rapidez.[7] A partir de ese momento, se sucedieron diversas iniciativas de codificación, que alcanzaron una difusión geográfica y litúrgica creciente y que, desde el siglo XII, la Iglesia de Roma trató de monopolizar dentro de su proyecto de imposición de su autoridad litúrgica y religiosa en toda la Cristiandad. Fueron formándose así las que Michel Andrieu definió como tres familias litúrgicas: el pontifical romano del siglo XII, el pontifical de la Curia romana del siglo XIII y el pontifical de Guillermo Durando, elaborado en 1295 por este canonista de renombre, obispo de Mende (1293-1295).[8] Por

---

*giques* ('Aedilis, Publications pédagogiques', 6) (Paris: IRHT, 2007), 222-223, http://aedilis.irht.cnrs.fr/initiation-liturgique/ (consulta: 12 octubre 2012).

[2] Victor Leroquais, *Les pontificaux manuscrits des bibliothèques publiques de France* (Paris: Macôn, 1937), I: IV.

[3] Jean-Baptiste Lebigue, "Chapelles livresques et ministres désignés. Les véritables destinataires des manuscrits de la liturgie pontificale", *Gazette du livre médiéval* 54 (2009): 19-30.

[4] Para una introducción a esta cuestión, véanse Éric Palazzo, *L'Évêque et son image: l'illustration du pontifical au Moyen Âge* (Turnhout: Brepols, 1999), y Claudia Rabel, "Pontifical", en *Dictionnaire d'histoire de l'art du Moyen Âge occidental*, dirs. Pascale Charron y Jean-Marie Guillouët (Paris: Laffont, 2009), 754-755.

[5] Michel Andrieu, *Les Ordines Romani du haut Moyen Âge*, t. 1: *Les Manuscrits*, t. 2-5: *Les textes*, 5 vols. ('Spicilegium sacrum Lovaniense', 11, 23-24, 28-29) (Louvain: Peeters Publishers, 1931-1961).

[6] Cyrille Vogel, *Introduction aux sources de l'histoire du culte chrétien au Moyen Âge* (Spoleto: Centro Italiano di Studi Sull'Alto Medioevo, 1981), 108 y ss.

[7] Cyrille Vogel y Reinhard Elze, *Le Pontifical romano-germanique du dixième siècle* ('Studi e Testi', 226, 227 y 269) (Città del Vaticano: Biblioteca Apostolica Vaticana, 1962-1972).

[8] Michel Andrieu, *Le Pontifical romain au Moyen Âge*, vol. 1: *Le Pontifical romain du XII^e siècle* ('Studi e Testi', 86) (Città del Vaticano: Biblioteca Apostolica Vaticana, 1938); vol. 2: *Le Pontifical de la Curie romaine au XIII^e siècle* ('Studi e Testi', 87) (Città del Vaticano: Biblioteca Apostolica Vaticana, 1940); y vol. 3: *Le Pontifical de Guillaume Durand* ('Studi e Testi', 88) (Città del Vaticano: Biblioteca Apostolica Vaticana, 1940).

último, a finales del siglo XV, el papa Inocencio VIII (1484-1492) encargó a Agostino Patrizi Piccolomini la revisión del pontifical de Durando; el resultado fue el texto que en 1485 se imprimió por primera vez. El por ello llamado pontifical romano de 1485 comenzó a difundirse por todo el Occidente hasta que, en 1596, Clemente VIII (1592-1605) lo convirtió en el único texto válido y obligatorio de pontifical, alcanzándose entonces, realmente, la unidad de la liturgia episcopal en toda la Europa católica.[9]

De todo lo dicho se deduce fácilmente que el estudio de los pontificales es un eslabón fundamental en nuestro conocimiento histórico sobre el pasado medieval porque nos permite aproximarnos a diversas cuestiones, como los usos litúrgicos que existían en esos siglos y su evolución, la producción de manuscritos y la Historia del libro y de las bibliotecas medievales o las relaciones de poder establecidas en torno a las catedrales y los obispos. Tal importancia fue percibida desde finales del siglo XIX y principios del XX por una serie de investigadores, principalmente liturgistas, que realizaron los primeros estudios y ediciones críticas, poniendo de relieve la necesidad de profundizar en este tipo de textos, fuentes privilegiadas de la Historia de la Iglesia medieval.[10] Desde entonces se han sucedido –sobre todo en Francia, aunque también en Italia, Alemania e Inglaterra– una gran cantidad de trabajos en los que se ha ido enriqueciendo el planteamiento inicial, esencialmente filológico y litúrgico, con aportaciones y aproximaciones desde la Historia, la Historia del arte, la Historia del libro, la Historia social de la cultura y del poder, etc.[11]

La situación historiográfica en la Península Ibérica es bastante diferente. Dentro del territorio de la antigua Corona de Aragón han visto la luz diversos trabajos sobre libros litúrgicos medievales, destacando los elaborados en el marco de la *Societat Catalana d'Estudis Litúrgics* y vehiculados a través de su publicación, *Miscel·lània Litúrgica Catalana*.[12] También en el ámbito de Portugal se han realizado algunos estudios notables, como los dedicados al pontifical de Braga.[13] Y, en el caso de la Corona de Castilla, la atención de los investigadores se ha centrado prioritariamente en los importantes

[9] Marc Dykmans, *Le Pontifical romain révisé au XVe siècle* ('Studi e Testi', 311) (Città del Vaticano: Biblioteca Apostolica Vaticana, 1985).

[10] Destacan especialmente los trabajos, ya citados, de M. Andrieu, V. Leroquais, C. Vogel y R. Elze y M. Dykmans (Andrieu, *Les Ordines romani*; Id., *Le Pontifical romain*; Leroquais, *Les pontificaux manuscrits*; Vogel y Elze, *Le Pontifical romano-germanique*; Dykmans, *Le Pontifical romain*). Pero junto a éstos se desarrollaron otros muchos estudios: Ralph Barnes, *Liber pontificalis of Edmund Lacy, archbishop of Exeter* (Exeter: William Roberts Imp., 1847); William Greenwell, *The pontifical of Egbert, archbishop of York* (Durham: The Publications of the Surtees Society, 1853); Christopher Worksworth, *Pontificale ecclesiae S. Andreae. The pontifical offices used by David de Bernham* (Edimburgo: The Pitsligo Press, 1885); Edward S. Dewick, *The Metz pontifical* (London: J. B. Nichols, 1902); o Pierre du Puniet, *Le Pontifical romain: Histoire et commentaire* (Paris: Desclée, De Brouwer et Cie, 1929-31), 2 vols.

[11] Cyrille Lambot, "Le Pontifical romain au Moyen Âge", *Revue bénédictine*, 57 (1947), 215-224; Éric Palazzo, *Histoire des livres liturgiques. Le Moyen Âge: des origines au XIIIe siècle* (París: Beauchesne, 1993); Niels K. Rasmussen, *Les Pontificaux du Haut Moyen Âge: genése du livre de l'êveque* ('Spicilegium Sacrum Lovaniense. Études et Documents', 49) (Louvain: Peeters Publishers, 1998); Éric Palazzo, "Iconographie et liturgie dans les études médiévales aujourd'hui: un éclairage méthodologique", *Cahiers de civilisation médiévale*, 41 (1998), 65-69; Id., *L'Évêque et son image*; Goullet, Lobrichon y Palazzo, *Le Pontifical de la Curie romaine*; o Lebigue, "Chapelles livresques…".

[12] Algunos trabajos destacados sobre pontificales y otros libros litúrgicos del ámbito catalán son los siguientes: Josep R. Barriga, *El Sacramentari, Ritual i Pontifical de Roda* (Barcelona: Fundació Vives Casajoana, 1975); Miquel S. Gros i Pujol, "El antiguo ordo bautismal catalano-narbonense," *Hispania Sacra* 28 (1975): 80-101; Id., "El Pontifical de Vic", *Miscel·lània liturgica catalana* 12 (2004): 101-238; José Janini, "El sacramentario pirenaico ms. 41 de Tortosa", *Hispania Sacra* 19 (1966): 99-130; o Alexandre M. Olivar, *El Sacramentario de Vich* (Barcelona: CSIC, 1953).

[13] Véanse, entre otros, los trabajos siguientes: Pierre David, "Les livres liturgiques romano-francs dans le diocèse de Braga au XIIe siècle", en *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe siècle* ('Collection Portugaise publiée sous le patronage de l'Institut Français au Portugal', 7) (Lisboa: Livraria Portugália, 1947), 203-261; Joaquim O. Bragança, *Ritual Bracarense: manuscrito do século XV* (Lisboa: JOB, 1984); Id. "O Pontifical de Braga do século XV", en *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época*, ed. Luis A. de Oliveira Ramos, vol. V: *Espiritualidade e Evangelização* (Porto: Universidade do Porto, 1989), 69-72; y Geraldo J. A. Coelho Dias, "Os livros litúrgicos e o Rito Bracarense", en *Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicação da Sé de Braga*, vol. III: *Teología do Templo e Liturgia Bracarense* (Braga: Universidade Católica Portuguesa, 1990), 263-270.

–aunque escasos– testimonios conservados de la liturgia mozárabe.[14] De tal manera que, en definitiva, los cincuenta pontificales medievales de liturgia romana que se custodian en los archivos y bibliotecas castellanos han pasado desapercibidos para historiadores e historiadores del arte, más allá de su inclusión en algunos catálogos de manuscritos[15] o de ciertos estudios parciales, que en ningún caso han propuesto una visión conjunta de este tipo de códices ni se han basado en un análisis integral del texto, las imágenes y los rasgos codicológicos de cada ejemplar.[16] De hecho, ya en 1958 Ireneo García Alonso lamentaba la ausencia de estudios sobre la liturgia posterior al cambio de rito en las diversas diócesis españolas y precisaba que "falta una edición colectiva de los sacramentarios y pontificales, que están todavía sin explorar en los archivos de las Catedrales y en tantas bibliotecas públicas, nutridas con fondos eclesiásticos".[17]

Esta situación historiográfica justificó la realización de una tesis doctoral que tiene por objeto el estudio global del corpus de pontificales medievales de liturgia romana conservados en el ámbito del antiguo Reino de León y Castilla.[18] Nuestra intención ha sido conocer las características y peculiaridades de los pontificales castellanos del medioevo con la finalidad de dar respuesta a tres grandes preguntas que confluyen inextricablemente en ellos: a) cuál es la historia de la ilustración de este tipo de libros en Castilla, es decir, qué desarrollo alcanzaron los aparatos decorativos en estos manuscritos, qué rasgos presentan, cuál es su significado y hasta qué punto traslucen el influjo de los ciclos de imágenes creados más allá de los Pirineos; b) cómo era la liturgia episcopal existente en Castilla en los siglos medievales y cuál fue su evolución, lo que, en última instancia, remite al interrogante de cómo se produjo la transición del rito

[14] Véanse, entre otros, Léopold Delisle, "Pontifical mozarabe", *Journal des savants* (junio, 1897): 379-382; Marius Férotin, ed., *Le Liber Ordinum en usage dans l'Église wisigothique et mozarabe d'Espagne du cinquième au onzième siècle* ('Monumenta Ecclesiae Liturgica', 5) (Paris: Firmin-Didot, 1904); Id., *Liber mozarabicus sacramentorum et les manuscrits mozarabes* ('Monumenta Ecclesiae Liturgica', 6) (Paris: Firmin-Didot, 1912); Louis Brou, "Un antiphonaire mozarabe de Silos d'après les fragments du British Museum (Ms. Add 11695, fol. 1r-4v)", *Hispania Sacra* 10 (1952): 341-366; Francisco Íñiguez Almech, "La liturgia en las miniaturas mozárabes", *Archivos Leoneses* 15 (1961): 49-76; Anscarí M. Mundó, "La datación de los codices litúrgicos visigóticos de Toledo", *Hispania Sacra* 18 (1965): 1-25; Baldomero Jiménez Duque, *La espiritualidad romano-visigoda mozárabe* (Madrid: Fundación Universitaria Española, 1977); y José Orlandis, *Estudios de historia eclesiástica visigoda* (Pamplona: EUNSA, 1998).

[15] Especialmente Jesús Domínguez Bordona, *Manuscritos con pinturas. Notas para un inventario de los conservados en colecciones públicas y particulares de España* (Madrid: Centro de Estudios Históricos, 1933), 2 vols; José Janini y José Serrano, *Manuscritos Litúrgicos de la Biblioteca Nacional* (Madrid: BNE, 1969); José Janini, *Manuscritos litúrgicos de las bibliotecas de España* (Burgos: Aldecoa, 1977), 2 vols.; José Janini y Ramón Gonzálvez, *Catálogo de los manuscritos litúrgicos de la Catedral de Toledo* (Toledo: Diputación Provincial, 1977); y Richard Kay, *Pontificalia. A repertory of latin manuscript pontificals and benedictionals* (Kansas: University of Kansas, 2007), http://hdl.handle.net/1808/4406 (consulta: 10 octubre 2012).

[16] Son varios los pontificales conservados en Castilla que han llamado la atención de los investigadores debido, sobre todo, a la riqueza de su ornamentación, sin que en ningún caso el estudio de su iluminación, exclusivamente estilístico, haya ido acompañado de un análisis de su texto, su materialidad o su iconografía. Citamos, como ejemplos, el pontifical de Alfonso Carrillo, arzobispo de Toledo (1446-1482) (Madrid, BNE, ms. Vitr. 18-6), incluido en el corpus de manuscritos iluminados estudiados por Lynette M. F. Bosch, *Art, liturgy and legend in renaissance Toledo: the Mendoza and the Iglesia Primada* (Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2000); o el pontifical de Luis de Acuña, obispo de Burgos (1456-1495) (Madrid, BNE, ms. Vitr. 18-9), mencionado en diversas obras, entre las que las más recientes son Joaquín Yarza Luaces, "La ilustración en el códice de la Cofradía del Santísimo y de Santiago, en Burgos", *Locus Amoenus* 1 (1995): 7-32: 28-30 y fig. 9; *Ysabel, la reina católica. Una mirada desde la Catedral primada (Catálogo de Exposición, Toledo, 15 junio–26 noviembre 2005)*, coord. Pilar Gordillo Isaza (Toledo: Instituto Teológico San Ildefonso, 2005), 285; y Fernando Villaseñor Sebastián, "Préstamos e influencias extranjeras en la miniatura hispanoflamenca castellana", en *El arte foráneo en España: presencia e influencia*, coord. Miguel Cabañas Bravo (Madrid: CSIC, 2005), 227-235: 232-233.

[17] Ireneo García Alonso, "La administración de sacramentos en Toledo después del cambio de rito (siglos XII-XIII)", *Salmanticensis* 5 (1958): 3-79: 3-4.

[18] Mercedes López-Mayán, "Liturgia, manuscritos y poder en la Edad Media. Estudio de los pontificales conservados en el antiguo Reino de León y Castilla", Tesis doctoral inédita, Universidade de Santiago de Compostela, 2013.

hispánico al romano en el entorno de las catedrales; y c) qué papel desempeñaron los pontificales castellanos no solo como instrumentos litúrgicos, sino también con relación a las estrategias de poder desplegadas por la más alta jerarquía eclesiástica, esto es, cuál fue la importancia y el significado que adquirieron estos peculiares manuscritos vinculados a las cabezas visibles de las distintas sedes episcopales de Castilla. Ahora bien, ante la inexistencia de estudios previos sobre los cincuenta manuscritos estudiados ha sido preciso plantear, además, un importante objetivo previo: el análisis pormenorizado de cada uno de los ejemplares desde el punto de vista de su materialidad, su contenido, su iluminación y sus vicisitudes –y, por tanto, desde un enfoque multidisciplinar– para determinar cuándo, dónde y para quién se realizó cada códice; pues solo a partir de ese momento era posible emplearlos como fuentes de conocimiento histórico.

En el marco de este trabajo, nuestra participación en el *Workshop de Estudos Medievais 2011* persiguió dos objetivos fundamentales: el acercamiento a las principales características de este tipo de manuscritos, que ofrecen grandes ventajas pero también algunos problemas metodológicos – causa, en buena medida, de su olvido historiográfico –, y la presentación de algunos resultados obtenidos en su valoración como fuentes de conocimiento histórico.

El corpus englobado en nuestra tesis está constituido por cincuenta pontificales o fragmentos de pontifical. Tal definición es el resultado de la aplicación de tres criterios fundamentales: archivístico-topográfico, cronológico y de contenido. Es decir, solo hemos considerado aquellos manuscritos conservados en archivos y bibliotecas situados en el territorio de la antigua Corona de Castilla, realizados y utilizados en época medieval y cuyo contenido, por un lado, responda a los usos romanos y, por otro, incluya todos o una parte de los *ordines* característicos de alguna de las familias de pontificales definidas por los principales liturgistas que realizaron sus respectivas ediciones.[19]

| **Ciudad** | **Institución** | **Nº mss.** |
|---|---|---|
| Burgo de Osma | Biblioteca Capitular | 1 |
| Córdoba | Archivo Capitular | 1 |
| El Escorial | Real Biblioteca | 3 |
| Madrid | Archivo Histórico Nacional | 1 |
| - | Biblioteca Nacional de España | 6 |
| - | Real Biblioteca | 1 |
| Sevilla | Biblioteca Capitular y Colombina | 14 |
| Toledo | Biblioteca Capitular | 21 |
| - | Biblioteca Regional Castilla-La Mancha | 1 |
| Tui | Archivo Histórico Diocesano | 1 |
| **TOTAL** | | **50** |

Tabla I. Pontificales clasificados según su actual lugar de conservación

[19] Andrieu, *Le Pontifical romain au Moyen Âge*; Vogel y Elze, *Le Pontifical romano-germanique*; Rasmussen, *Les Pontificaux du Haut Moyen Âge*; y Dykmans, *Le Pontifical romain*.

El primer criterio de selección supone la exclusión de los manuscritos conservados en los ámbitos de los antiguos territorios de Navarra, Aragón y Portugal, pero se justifica por la especificidad política, económica, litúrgica e, incluso, artística del reino de León y Castilla y tiene la ventaja de favorecer el análisis comparativo y la comprensión global de los pontificales emanados o utilizados en ese ambiente castellano (tabla I). En contrapartida, es evidente que no todos los ejemplares conservados en Castilla se realizaron o utilizaron en este espacio durante los siglos medievales, sino que muchos de ellos se integraron en las instituciones castellanas en época moderna de la mano de bibliófilos y coleccionistas y, por tanto, no ofrecen información relevante sobre Castilla en el medioevo.[20] Asimismo, las condiciones actuales de conservación han provocado la separación en varios archivos de grupos de pontificales estrechamente relacionados en la Edad Media; en estos casos valoramos los manuscritos en su conjunto, aún cuando algunos ejemplares se conserven fuera del espacio castellano.[21]

El segundo criterio de selección, el cronológico, combinado con la focalización de nuestro interés en los pontificales de liturgia romana, significa que el límite anterior del corpus es el año 1080, cuando el Concilio de Burgos decidió la aceptación del rito romano,[22] y que los ejemplares más antiguos que estudiamos se sitúan entre finales del siglo XII y principios del XIII,[23] quedando, por lo tanto, excluidos, los escasos testimonios conservados de la liturgia pontifical mozárabe.[24] Al mismo tiempo, no tomamos en consideración los pontificales que, aún respondiendo a los usos romanos, fueron copiados a partir del siglo XVI, momento en que, tras la oficialización del pontifical de 1485 como único texto válido por Clemente VIII[25] y gracias a la disponibilidad de un nuevo soporte, la imprenta, se modificaron las condiciones de producción y uso de este tipo de libros litúrgicos.

Finalmente, el tercer criterio de selección, el del contenido, oculta una realidad bastante más compleja, que tiene que ver con las peculiaridades de la liturgia medieval y de los propios pontificales.[26] Conviene recordar que en el medioevo no existió una

---

[20] Por lo mismo, también existen ejemplares utilizados en territorio castellano durante el medioevo pero que actualmente se conservan en el extranjero, aunque el número de que tenemos constancia hasta la fecha es muy reducido.

[21] Tal es el caso del ejemplar Madrid, Real Biblioteca, ms. II/3051, realizado en 1487 a instancias de Andrés Martínez Ferriz, obispo de Tarazona (1478-1495), quien, dos años después, encargó al mismo copista, Fernando Gómez Ágreda, un nuevo y más amplio pontifical, actualmente conservado en la propia sede catedralicia (Tarazona, Biblioteca Capitular, ms. 96). Es lo que ocurre, igualmente, con el pontifical de Toledo, BCT, ms. Res. 9, fabricado en Aviñón por mediación de Benedicto XIII, el *Papa Luna* (1394-1418), para ser usado por su sobrino Pedro de Luna, arzobispo de Toledo (1404-1414), y estilísticamente relacionado con el pontifical de Vidal de Blanes, obispo de Valencia entre 1356 y 1369 (Valencia, Biblioteca Capitular, ms. 119).

[22] La literatura sobre la introducción y difusión de la liturgia romana en la Península Ibérica es ingente; ahora bien, entre los principales trabajos de referencia debemos mencionar los de Fidel Fita, "El Concilio Nacional de Burgos en 1080. Nuevas ilustraciones", *Boletín de la Real Academia de la Historia* 49 (1906): 337-384; Charles J. Bishko, "The liturgical context of Fernando I's last days according to the so-called *Historia Silense*", *Hispania Sacra* 17-18 (1964/65): 47-59; Teófilo F. Ruiz, "Burgos and the Council of 1080", en *Santiago, Saint-Denis and Saint Peter. The reception of the Roman Liturgy in León-Castile in 1080*, ed. Bernard F. Reilly (New York: Fordham University Press, 1985), 121-130; Joseph F. O'Callaghan, "The integration of Christian Spain into Europe: the role of Alfonso VI of León-Castile", en *Santiago, Saint-Denis and Saint Peter. The reception of the Roman Liturgy in León-Castile in 1080*, ed. Bernard F. Reilly (New York: Fordham University Press, 1985), 101-120; y Ramón Gonzálvez Ruiz, "La persistencia del rito hispánico o mozárabe en Toledo después del año 1080", *Anales Toledanos* 27 (1990): 9-33.

[23] Toledo, BCT, mss. Res. 15, 37-27, 39-14, 39-12, Res 14 y 37-14.

[24] A los dos códices de liturgia mozárabe conservados en Castilla (Silos, *Monasterio de Santo Domingo*, ms. 4 y Toledo, BCT, ms. 35-3) habría que añadir otros tres ejemplares, procedentes de Silos y actualmente custodiados en Londres, British Library, mss. Add. 30844, 30845 y 30846 (Richard Kay, *Pontificalia*, nº 339).

[25] Cf. nota 9.

[26] Para un análisis más detallado de estas cuestiones véase Mercedes López-Mayán, "Liturgia y manuscritos en la Castilla medieval: algunos problemas metodológicos en el estudio de los pontificales", en *Learning from the Past: Methodological Considerations on Studies of Antiquity and Middle Ages* (Proceedings of the First Postgraduate Conference on Studies of Antiquity and Middle Ages, Universitat Autònoma de

liturgia unificada. Más bien, al contrario, con anterioridad al siglo XI, cada Iglesia occidental disponía de sus propios ritos y, tras la llamada *reforma gregoriana*, se produjeron algunos avances hacia la unificación bajo la obediencia romana, pero ésta no se alcanzó plenamente hasta el Concilio de Trento (1545-1563).[27] Ya señalamos cómo, en lo relativo a los pontificales, el proceso fue similar: solo desde 1596 hubo un texto único y obligatorio en todo el Occidente, lo que significa que, pese a la progresiva imposición de las diversas familias litúrgicas, en la Edad Media los pontificales siempre se adaptaban a las necesidades rituales de la sede en la que se iban a utilizar o a los intereses de sus propietarios. Ello, unido a la dinámica vida y evolución de este tipo de textos, anteriormente sintetizada, supone que nunca hay dos ejemplares iguales y que son muy frecuentes las adiciones, interpolaciones, supresiones o modificaciones textuales, lo que constituye, sin duda, una gran riqueza para el historiador, pero también dificulta su análisis.

Al mismo tiempo, es importante tener en cuenta que en la Edad Media los límites entre libros litúrgicos no estaban claros ni bien definidos. Frente al actual criterio de organización de los textos rituales –uno para cada *actio* cultual–, en el medioevo primaba la estructuración de los textos en función del ministro que los debía emplear, dando como resultado el que hubiera una enorme variedad y cantidad de libros.[28] En el caso que ahora nos interesa, ello suponía que para el cumplimiento de los rituales propios del obispo no bastaba solo con los pontificales, sino que había que recurrir a oraciones o rúbricas contenidas en otros volúmenes complementarios.[29] A la larga, muchos de estos textos necesarios terminaron copiándose en los propios pontificales, de tal modo que, dentro de ellos, es posible encontrar desde *ordines* de actos rituales que podía desarrollar un simple presbítero –bautismo, exorcismo o extremaunción– hasta elementos procedentes de otros libros litúrgicos, como sacramentarios, misales, antifonarios, etc.,[30] lo que complica el reconocimiento de los pontificales frente a otros textos rituales que no lo son.

Barcelona, 26-28th October 2010), ed. Ainoa Castro Correa *et alii* (Oxford: BAR, 2012), 418-425.

[27] Pierre-Marie Gy, "L'unification liturgique de l'Occident et la liturgie de la curie romaine", *Revue des sciences philosophiques et théologiques* 59 (1975): 601-612.

[28] Vogel, *Introduction aux sources*, 4-6.

[29] Gy, *La liturgie dans l'histoire*, 85-87.

[30] Lebigue, *Initiation aux manuscrits*, 222-223. El hecho de que los términos *liber pontificalis* o *pontificale* no empezaran a utilizarse como títulos de este tipo de libros hasta el siglo XIV y de que, aún entonces, su uso no estuviera generalizado (Vogel, *Introduction aux sources*, 183) tampoco facilita la cuestión. Tanto en los propios manuscritos como en las encuadernaciones y guardas añadidas en épocas posteriores es habitual que se aluda a ellos como *ordo romanus*, *ordinarium*, *ceremoniale*, *rituale*…, términos que, por extensión, suelen recogerse en los catálogos, sin que respondan a la realidad de su contenido y complicando la delimitación del corpus de pontificales conservados en Castilla.

| Lugar de origen | s. XI | s. XII | s. XIII | s. XIV | s. XV | s. XVI | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **CASTILLA** | | | | | | | **28** |
| Aquitania[31] | 1 | - | - | - | - | - | 1 |
| Burgos | - | - | - | - | 1 | - | 1 |
| Sevilla | - | - | - | 1 | 7 | 3 | 11 |
| Toledo | - | 1 | 4 | 3 | 4 | 1 | 13 |
| Dudosos | - | - | 1 | 1 | - | - | 2 |
| **FRANCIA** | | | | | | | **9** |
| Arlés | - | - | 1 | - | - | - | 1 |
| Aviñón | - | - | - | 5 | 2 | - | 7 |
| Cambrai | - | - | 1 | - | - | - | 1 |
| **ITALIA** | | | | | | | **11** |
| Nápoles | - | - | - | - | 1 | - | 1 |
| Padua | - | - | - | 1 | - | - | 1 |
| Roma | - | - | 3 | 4 | - | - | 7 |
| Sicilia | - | 1 | 1 | - | - | - | 2 |
| **ARAGÓN** | | | | | | | **2** |
| Girona | - | - | - | - | 1 | - | 1 |
| Tarazona | - | - | - | - | 1 | - | 1 |
| **TOTAL** | **1** | **2** | **11** | **15** | **17** | **4** | **50** |

Tabla II. Pontificales clasificados según su lugar de origen y su cronología

Como señalábamos anteriormente, el resultado de la aplicación de estos criterios de selección es la conformación de un corpus de cincuenta pontificales que se distribuyen, de manera desigual, entre diez archivos y bibliotecas castellanos (tabla I). De todos ellos, tal y como se puede observar en la tabla II, únicamente veintiocho fueron realizados y utilizados en Castilla en época medieval; los veintidós códices restantes se confeccionaron en diversas ciudades de Aragón, Francia e Italia y solo dos de ellos, de origen aviñonés, fueron hechos por encargo de sendos prelados castellanos.[32] Qué informaciones hemos extraído de un primer análisis de estos manuscritos y sobre qué aspectos

[31] Hemos incluido en el grupo de los ejemplares castellanos el fragmento de manuscrito Toledo, BCT, Res. 15, que, en realidad, fue realizado en Aquitania entre finales del siglo XI y principios del XII, porque es altamente probable que fuera llevado a Toledo por uno de los primeros arzobispos, cluniacenses de origen francés, que ocuparon la sede tras su restauración y, por tanto, constituye un testimonio privilegiado – de hecho, el único de carácter episcopal que conservamos para esa cronología– del proceso de implantación de la liturgia romana en Castilla.

[32] Se trata del pontifical de Juan de Villacreces, obispo de Calahorra y La Calzada (1382-1394) (Sevilla, BCC, ms. BB 149-3) y del ejemplar destinado a Pedro de Luna, arzobispo de Toledo (1404-1414) (Toledo, BCT, ms. Res. 9).

versan son las cuestiones en las que nos centraremos a continuación.

En primer lugar, los pontificales son, obviamente, una fuente de información privilegiada sobre la liturgia más solemne celebrada en una Iglesia y en un momento concreto e, incluso, sobre su evolución en el tiempo. Pero, además de aproximarnos al conocimiento de la práctica ritual en las catedrales, en el caso de Castilla conocer los usos litúrgicos que existieron a lo largo de la Edad Media tiene el interés de ser uno de los principales indicadores de que disponemos sobre el estado y la evolución del proceso de implantación de la liturgia y, sobre todo y principalmente, de la autoridad de Roma en unas iglesias castellanas que, desde finales del siglo XI, sufrieron un proceso de cambio radical, la sustitución del rito mozárabe por el romano, que no siempre aceptaron de buen grado.

Desde el punto de vista del contenido, el rasgo más destacable es el predominio de ejemplares que tienen un texto misceláneo, es decir, que combinan *ordines* procedentes de distintas familias litúrgicas romanas e incorporan, además, bien materiales de carácter local,[33] bien fragmentos procedentes de otros libros litúrgicos[34] (tabla III). Ello corrobora plenamente las reflexiones expuestas previamente acerca de la ausencia de límites precisos entre los libros litúrgicos durante los siglos medievales y acerca de la flexibilidad y permeabilidad de los pontificales, que se modificaban fácilmente en función de las necesidades de uso específicas de la sede y del momento en que iban a emplearse. Ahora bien, ese carácter misceláneo es mucho más patente entre los manuscritos castellanos, y también entre los franceses, que entre los de origen italiano, puesto que en este último grupo abundan los pontificales producidos en Roma entre finales del XIII y principios del XIV que contienen, única y exclusivamente, *ordines* de la familia de la Curia. Ésta es también la versión predominante entre los volúmenes franceses, lo que se explica porque, como se observa en la tabla II, la mayoría de ellos fueron producidos en Aviñón y ésa fue la versión de pontifical que se introdujo y empleó en la ciudad del Ródano desde el traslado del papado en las primeras décadas del Trescientos.

| Lugar de origen | Nº mss. | PRG | PRxii | PCur | PD | PR | bend. episc. | material local | otros |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CASTILLA | 28 | 11 | 2 | 7 | 18 | 1 | 11 | 11 | 11 |
| FRANCIA | 9 | 1 | - | 6 | 3 | - | 1 | 2 | 3 |
| ITALIA | 11 | 3 | - | 7 | 2 | 1 | 1 | 3 | - |
| ARAGÓN | 2 | - | - | - | 2 | - | 1 | 1 | - |
| **TOTAL** | **50** | **15** | **2** | **20** | **25** | **2** | **14** | **17** | **14** |

Tabla III. Contenido de los pontificales estudiados

En cuanto a los manuscritos castellanos, los más numerosos de nuestro corpus, es posible hacer las siguientes observaciones generales: a) casi todos los manuscritos tienen

[33] Se contabilizan como materiales de carácter local todos aquellos *ordines*, rúbricas u oraciones que están adaptados a la *consuetudo* litúrgica de una determinada sede, como ocurre con los fragmentos del *Liber Ordinum* hispánico que encontramos en algunos manuscritos – por ejemplo, Sevilla, BCC, ms. 59-5-23 – o con los *ordines* elaborados específicamente para uso de Toledo (Madrid, BNE, ms. Vitr. 18-6), de Sevilla (Sevilla, BCC, ms. 56-2-4), de Sicilia (Madrid, BNE, ms. 742) o de Cambrai (Toledo, BCT, ms. 56-19), entre otros. Por el contrario, no contamos aquí las menciones de santos castellanos en las letanías o las alusiones a iglesias castellanas en distintos *ordines*, que están presentes en casi todos los ejemplares confeccionados en Castilla.

[34] En nuestro corpus encontramos los *ordines* pontificales mezclados con fragmentos de rituales y misales – Sevilla, BCC, ms. 56-1-19 y Toledo, BCT, ms. 56-18, entre otros – y también es habitual que se intercalen entre ellos textos tomados de obras de distinta naturaleza, desde las *Instructiones* sobre las ordenaciones elaboradas por Juan de Cardaillac cuando era obispo de Ourense (1351-1361) (Toledo, BCT, ms. 56-24), hasta el *Ordo missa episcopalis* redactado por el cardenal Giacomo Stefaneschi (1295-1343) (Madrid, BNE, ms. 749).

carácter misceláneo; de hecho, solo cuatro de los veintiocho contienen exclusivamente *ordines* procedentes de una única familia o versión;[35] b) la familia pontifical predominante es, con mucha diferencia, la de G. Durando, lo cual debe ponerse en relación con la tardía introducción de la liturgia romana en Castilla y con las resistencias manifestadas por el clero castellano,[36] pero se explica también por ser los ejemplares más tardíos y los que, en consecuencia, han podido conservarse mejor hasta nuestros días; c) curiosamente, la segunda familia más representada es la primera que se elaboró en todo el Occidente europeo, el pontifical romano-germánico; ello, que podría considerarse paradójico con respecto a la segunda característica apuntada, se explica, sin embargo, porque fue ésta la versión que introdujeron en la Península los religiosos cluniacenses responsables de la romanización de la liturgia castellana, lo que le confirió un valor excepcional desde el punto de vista ideológico que justifica que se encuentren *ordines* tomados de ella incluso en ejemplares de principios del XVI;[37] d) dentro de su carácter misceláneo, es habitual que los manuscritos castellanos no solo mezclen *ordines* tomados de distintas versiones sino que, además, incorporen materiales de otros libros litúrgicos, textos pontificales de elaboración propia, toledana o sevillana, así como fragmentos del antiguo rito hispánico, que, sobre todo a la altura del siglo XV, se convirtió, como se verá, en un elemento de identidad del clero de Castilla; y e) en ningún caso, la combinación de textos de distinta naturaleza alteró el carácter esencialmente romano de la liturgia episcopal castellana durante toda la Edad Media.

Además de fuentes de información sobre la liturgia, los pontificales también nos permiten acercarnos a una segunda cuestión fundamental: los aparatos ornamentales que los decoran, sintéticamente presentados en la tabla IV. De manera general, se observa un predominio absoluto de los ejemplares decorados frente a aquéllos, tan solo tres, que poseen una factura material muy sencilla, con apenas algunas mayúsculas destacadas en rojo.[38] Los cuarenta y siete restantes presentan ornamentaciones muy variadas, tanto desde el punto de vista estilístico, como en lo relativo al léxico y a la iconografía empleados; ahora bien, en todos los casos se privilegia la ornamentación de las iniciales sobre la iluminación a página completa o los *marginalia*. Y, aún dentro de las diversas clases de letras decoradas que encontramos, las más frecuentes, presentes en treinta y seis de los cincuenta códices, son las iniciales de filigrana en rojo y azul, algo lógico si tenemos en cuenta que éste fue el sistema decorativo preferido para los manuscritos de los siglos góticos, en los que se encuadran la mayoría de nuestros pontificales.

Un rasgo que resulta mucho más llamativo es la relativamente escasa incidencia de las iniciales historiadas en las que se representa al obispo desarrollando los rituales contenidos en los textos que acompañan. Y ello es tanto más sorprendente si tenemos en cuenta que la historiografía ha considerado que este ciclo iconográfico, nacido en Roma en el siglo XIII y difundido desde Aviñón a partir de comienzos del XIV, se terminaría imponiendo en todo el Occidente cristiano.[39] Sin embargo, solo se halla en di-

[35] Se trata del ejemplar de Toledo, BCT, ms. 39-17 y de los de Sevilla, BCC, mss. 56-2-1, 56-2-4 y 56-2-6.

[36] Un buen ejemplo de ese estado de descontento imperante entre el clero castellano es el *Tractatus Garsiae Tholetani canonici de Albino et Rufino*, conocido como *Garcineida*, escrito en el siglo XI y concebido como una crítica hacia la corrupción de la Curia romana y, sobre todo, como una sátira contra el cluniacense y reformista Bernardo de Sédirac, arzobispo de Toledo (1086-1124), a quien se presenta, a través de su trasunto literario, Grimoardo, como un glotón, estafador y mentiroso preocupado, únicamente, por acumular tesoros. Véase Maurilio Pérez González, *La "Garcineida": estudio y edición crítica con traducción* (León: Universidad de León, 2001). El texto de este tratado, traducido al castellano, también puede consultarse en Id., "Religión y política a fines del siglo XI: la Garcineida", http://www.anmal.uma.es/anmal/numero6/Maurilio.htm (consulta: 10 de octubre de 2012).

[37] Tal es el caso de Sevilla, BCC, ms. 56-1-3.

[38] Se trata de los manuscritos de Toledo, BCT, ms. Res. 15, Sevilla, BCC, ms. 56-4-21 y El Escorial, Real Biblioteca, ms. j.III.24.

[39] Sobre ese primer ciclo iconográfico creado en Roma véanse también Maria Alessandra Bilotta, *I libri dei Papi. La Curia, il Laterano e la produzione manoscritta ad uso del Papato nel Medioevo (secoli VI-XIII)* (Città del Vaticano: Biblioteca Apostolica Vaticana, 2011), 119-175 y Mercedes López-Mayán, "La producción de manuscritos iluminados en la Curia papal a finales del siglo XIII: dos nuevos pontificales conserva-

eciséis de los cincuenta manuscritos estudiados y, aún dentro de éstos, la mayoría de los casos registrados corresponden a ejemplares realizados precisamente en el contexto romano o aviñonés, mientras que, por el contrario, en Castilla solo se decoraron con iniciales historiadas tres códices, los más lujosos que se conservan, propiedad de importantes prelados del siglo XV.[40] Tampoco es habitual la iluminación de las armas de sus comitentes, lo que hace que, con algunas excepciones que los mencionan en sus textos, no haya sido posible identificar a los poseedores de muchos de los pontificales estudiados. Además, tanto los emblemas heráldicos como los demás elementos decorativos presentes en nuestro corpus tienen una incidencia variable en el tiempo, estando condicionada no tanto por la naturaleza del libro litúrgico que ornan, sino, más bien, por los gustos y las inercias de taller imperantes en cada momento y por los intereses de sus destinatarios. Lo que significa, en definitiva, que el aparato ornamental de cada pontifical debe ser analizado y valorado, al igual que su contenido, en relación con el contexto en que se produjo.

| Lugar de origen | Nº mss. | Plena página | *Marginalia* | Armas | Iniciales | | | | Sin decoración |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | historiadas | iluminadas | filigrana | *champie* | |
| CASTILLA | 28 | 1 | 2 | 3 | 3 | 10 | 22 | 2 | 2 |
| FRANCIA | 9 | 2 | 1 | 3 | 5 | 5 | 5 | 3 | 1 |
| ITALIA | 11 | 1 | 2 | 2 | 7 | 5 | 8 | 1 | - |
| ARAGÓN | 2 | - | 1 | 2 | 1 | 1 | 1 | - | - |
| **TOTAL** | **50** | **4** | **6** | **10** | **16** | **21** | **36** | **6** | **3** |

Tabla IV. Elementos decorativos presentes en los pontificales estudiados

Si todos los pontificales servían al desarrollo de la misma liturgia episcopal, ¿por qué unos están tan ricamente iluminados y otros presentan una factura tan sencilla? La respuesta tiene que ver con el concepto de *manuscrito de aparato*, es decir, aquellos ejemplares que, encargados por importantes comitentes, despliegan una decoración muy lujosa que sirve para hacer ostentación del poder de sus propietarios. Dicho de otro modo, los manuscritos de aparato no se pueden estudiar sin tener en cuenta la trayectoria política, económica y eclesiástica de sus propietarios y, por tanto, son siempre una manifestación más de las relaciones de poder tejidas en torno a algunos de los obispos y arzobispos más destacados de Castilla en la Edad Media. Desde este punto de vista los pontificales –sobre todo, los más lujosos– son, en tercer y último lugar, una fuente de información sobre las relaciones de poder desarrolladas por prelados y cabildos en los siglos medievales.

De los cuatro ejemplares más ricamente iluminados y vinculados a poderosos obispos que se conservan en Castilla,[41] queremos centrarnos, a modo de ejemplo, en el

dos en España", *Archivo Español de Arte* 339 (2012): 213-232, disponible en http://archivoespañoldearte.revistas.csic.es/index.php/aea/issue/current (consulta: 12 octubre 2012).

[40] Se trata de los dos ejemplares pertenecientes al arzobispo toledano Alfonso Carrillo (Madrid, BNE, ms. Vitr. 18-6 y Toledo, BCT, ms. 56-24) y del encargado por Luis de Acuña, obispo de Toledo (Madrid, BNE, ms. Vitr. 18-9). Fue también en Castilla, a iniciativa del obispo de Ávila Martín Fernández de Vilches (1456-1469), donde se añadieron las dos iniciales historiadas que presenta el ejemplar originariamente aragonés Madrid, AHN, ms. L.980.

[41] Junto al de Juan de Villacreces, sobresalen los ya citados pontificales de Alfonso Carrillo y el ejemplar de Luis de Acuña. Para una aproximación a la decoración de los primeros, véase Bosch, Art, liturgy and legend; sobre el de Acuña, véase Mercedes López-Mayán, "El pontifical de Luis de Acuña y la iluminación de manuscritos en la Castilla de finales del siglo XV", *Anales de Historia del Arte* 22, núm. especial (2012): 317-331, disponible en http://revistas.ucm.es/index.php/ANHA/article/view/39091 (consulta: 12 octubre

pontifical de Juan de Villacreces, obispo de Calahorra y La Calzada (1382-1394) (Sevilla, BCC, ms. BB 149-3).[42] El manuscrito fue realizado en Aviñón y espléndidamente decorado, tal y como ha estudiado Francesca Manzari, por la escuela de Jean de Toulouse, destacado miniaturista activo entre 1375 y 1420 en la entonces ciudad de residencia de la Curia papal, donde, de manera directa o bajo su influencia, se realizaron varios misales del pontífice Clemente VII y otros muchos manuscritos.[43]

Este ejemplar es único en dos sentidos. En primer lugar, contiene – y es el único caso entre los pontificales castellanos– un detallado íncipit, en el que se indica que el códice fue iniciado en 1390, a instancias de Juan de Villacreces – cuyas armas también se representan en los ff. IVv-1r–, siendo papa (de Aviñón) Clemente VII (1378-1394) y reinando en Castilla Juan I (1379-1390):

> *Incipit pontificale secundum consuetudinem ecclesie romane, quod fecit Reverendus in Christo pater et dominus Iohannes, miseracione divina episcopus Calagurritanus et Calciatensis, Regine Navarre maior cancellarius. Inceptum decima die maii, anno Domini millesimo trecentesimo nonagesimo, pontifficatus domini nostri domini Clementis, divina providencia pape septimi, anno duodecimo, reinante in Yspanya serenissimo ac illustrissimo principe et domino, domino Iohanne, Dei gracia rege Castelle, Legionis et Portugalie (f. 1v).*

Y, en segundo lugar, presenta una riquísima ornamentación, con gran abundancia de oro, que se concreta en 110 iniciales historiadas, 31 escenas historiadas y cuatro ilustraciones a plena página, además de las borduras y elementos secundarios existentes en casi todos los folios.

Entre las cuatro ilustraciones a plena página, son particularmente interesantes, por su iconografía, las contenidas en los ff. IVv-1r: a la izquierda, Cristo entrega a san Pedro las llaves en el momento de instituir la Iglesia en la tierra y convertirlo, así, en el primer papa, según los Evangelios, y, a la derecha, el obispo preside la reunión de toda la Iglesia. Ambas imágenes tienen una estructura compositiva similar: a la izquierda el grupo de personas que conforman la Iglesia (los apóstoles, en un caso; y franciscanos, dominicos, reyes, clarisas, monaguillos, fieles, etc., en el otro) y a la derecha, la autoridad espiritual: Cristo y el obispo, respectivamente. La iconografía tiene, pues, la intención de destacar la importancia primordial del prelado como cabeza de la Iglesia y, desde este punto de vista, es un claro mecanismo de ostentación ideológica al servicio de Juan de Villacreces.[44]

¿Por qué un obispo de una sede menor, como Calahorra y la Calzada – que entre 1312-1574 era sufragánea de Zaragoza –,[45] encargó un pontifical tan lujoso y con tal carga ideológica a uno de los talleres más notables de Aviñón? Para responder a esta

---

2012).

[42] Sobre este manuscrito, véanse, entre otros, Jesús Domínguez Bordona, *Manuscritos con pinturas. Notas para un inventario de los conservados en colecciones públicas y particulares de España* (Madrid: Blass, 1933), vol. II, nº 1716; José Guerrero Lovillo, "El Pontifical Hispalense", *Archivo Hispalense* 39 (1958): 125-139, y Janini, *Manuscritos litúrgicos de las bibliotecas*, I, 280-285.

[43] Entre ellos destaca el pontifical de Pedro de Luna (Toledo, BCT, ms. Res. 9), anteriormente mencionado. Véanse Francesca Manzari, *La miniatura ad Avignone al tempo dei papi (1310-1410)* (Modena: F. C. Panini, 2006), especialmente 247 y ss.; Ead., "Libri liturgici miniati nel palazzo di Avignone: tre serie di messali solemne per l'uso del papa", en *Medioevo: la Chiesa e il Palazzo (Atti del Convegno internazionale di studi. Parma, 20–24 settembre 2005)*, ed. Arturo C. Quintavalle (Milano: Electa-Mondadori, 2007), 604-611; y Ead., "Committenze di papi, cardinali e vescovi: nuove acquisizioni e considerazioni sulla miniatura avignonese del Trecento", en *Manuscrits il·luminats. L'escenografia del poder durant els segles baixmedievals*, dirs. Josefina Planas y Flocel Sabaté (Lleida: Pagès Editors, 2010), 43-66, en 60-61.

[44] Además, Francesca Manzari ha planteado la posibilidad de que, tras esta segunda imagen, subyazca también una alusión a la contemporánea Curia aviñonesa en un intento de auto-legitimarse como la verdadera sucesora de Cristo y, por tanto, como la depositaria de la única y válida sucesión apostólica, desde san Pedro, el primer pontífice, hasta Clemente VII, el papa coetáneo de Juan de Villacreces, varias veces mencionado a lo largo del códice (Manzari, *La miniatura ad Avignone*, 249-252). Existiría, por tanto, un afán de legitimación y apología de la Corte papal, algo que tiene su paralelo en el tipo de texto, que combina el pontifical de G. Durando con *ordines* del pontifical de la Curia romana.

[45] Pablo Díaz Bodegas, *La diócesis de Calahorra y La Calzada en el siglo XIII. La sede, sus obispos e instituciones* (Logroño: Obispado de Calahorra y La Calzada, 1995).

pregunta es necesario poner el manuscrito en relación con la personalidad de su comitente. Juan de Villacreces fue, en efecto, una destacada personalidad de su tiempo.[46] Como eclesiástico, ocupó la sede calagurritana y después la de Burgos (1394-1406), posicionándose siempre en la obediencia aviñonesa, al igual que hicieron la Corona y el clero castellanos en 1381.[47] Fue hermano, además, del famoso reformador franciscano Pedro de Villacreces (1350-1422).[48] Como hombre político, fue consejero de Enrique II (1369-1379), inaugurador de la dinastía Trastámara en Castilla, embajador de Juan I (1379-1390) y canciller de la reina Juana II de Navarra (1328-1349) y de Catalina de Lancaster, esposa de Enrique III (1390-1406). Desde esta privilegiada posición intervino activamente en el conflicto dinástico abierto entre Castilla e Inglaterra tras la derrota de Pedro I el *Cruel* (1350-1369) y la entronización de Enrique II Trastámara y que se desarrolló en el contexto de la *Guerra de los Cien Años* y al amparo del Cisma papal.[49]

En definitiva, este pontifical es, por su riqueza material, su iconografía y su texto, un exponente claro del contexto vivido en los últimos años del siglo XIV en Castilla y en el Occidente europeo y del poder, acción e intereses ideológicos de Juan de Villacreces. De hecho, cuando a partir de 1423 se puso fin al Cisma de Aviñón, todos los elementos que relacionaban el pontifical con la causa aviñonesa dejaron de tener sentido. Por eso, en un momento posterior, posiblemente cuando ya el manuscrito había sido adquirido por Alonso I de Fonseca, arzobispo de Sevilla (1454-1465),[50] se añadió una curiosa anotación en la guarda delantera en la que se especificaba que

> este pontifical se comenzó a escribir siendo legítimo pontífice Bonifacio nono y no Clemente séptimo porque éste fue antipapa, criado por los cardenales franceses después de haber elegido en Roma por legítimo sucesor de San Pedro a Urbano sexto.

El pontifical de Villacreces constituye un magnífico ejemplo de los diversos niveles de análisis que se pueden llevar a cabo sobre este tipo de manuscritos litúrgicos. Desde la aproximación a sus rasgos codicológicos hasta el estudio de su iluminación y su iconografía, pasando por la revisión pormenorizada de su texto, los pontificales son, sin duda, una fuente de conocimiento histórico de primer orden y, por tanto, deben formar parte de cualquier intento de reconstruir, de forma global, la realidad política, económica, cultural y artística de los siglos medievales.

---

[46] Enrique Flórez, *España Sagrada, Teatro Geográphico-Histórico de la Iglesia de España*, t. XXVI*: Contiene el estado antiguo de las Iglesias de Auca, de Valpuesta y de Burgos* (Madrid: Antonio Marín Imp., 1771), 367-369.

[47] Luis Suárez Fernández, *Castilla, el Cisma y la Crisis conciliar (1378-1440)* (Madrid: Escuela de Estudios Medievales, 1960), especialmente 3-11.

[48] Adeline Rucquoi, "Los franciscanos en el Reino de Castilla", en *Espiritualidad y Franciscanismo (VI Semana de Estudios Medievales, Nájera, 31 julio – 4 agosto 1995)*, coord. José Ignacio de la Iglesia Duarte (Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 1996), 65-86, especialmente 78-82.

[49] De hecho, el conflicto solo terminó, en tiempos de Juan de Villacreces, cuando se celebró un matrimonio entre dos descendientes de sendas ramas, acordado en el Tratado de Bayona (1388), por el que Juan de Gante renunció a sus reivindicaciones al trono castellano: el hijo de Juan I Trastámara, futuro Enrique III, y Catalina de Lancaster, casada con Juan de Gante e hija de Constanza y nieta de Pedro I (*The Treaty of Bayonne (1388)*, eds. John Palmer y Brian Powell (Exeter: University of Exeter Press, 1988); y Luis Suárez Fernández, *Juan I, 1379-1390* (Palencia: Diputación Provincial, 1994), 233-244).

[50] Sus armas fueron añadidas en el f. Iv, tal y como, además, se explicita en una anotación en la guarda delantera del manuscrito: El primer escudo de armas que está en la primera oja [sic] es de D. Alonso Fonseca, arzobispo de Sevilla que murió año de 1473, mas este pontifical no le mandó hazer este prelado sino D. Juan, obispo de Calahorra y la Calzada, año de 1390, y se empezó en 10 de mayo de dicho año como se lee en éste a fojas 1 a la buelta [sic].

# 15

## A Arte Românica na Antiga Diocese de Tui: as relações artísticas Galaico-Minhotas

Margarita Vázquez Corbal[1]

Resumo

Este artigo tem como objetivo mostrar os principais pontos da investigação realizada para a minha tese de doutoramento sobre arte românica da diocese de Tui. Trata-se de um tema complexo pela abordagem de uma região fronteiriça com grandes particularidades políticas e religiosas na Idade Média. *No entanto,* é uma questão de grande interesse para o estudo da história e da arte medieval na Península Ibérica, pois não podemos negar a relação entre a arte de ambas margens do Minho e a presença de uma evolução semelhante que gera um estilo único, que combina o internacional – chegado através de diferentes fontes como o Caminho de Santiago e o monaquismo local – que muitas vezes é resultado da cultura popular – e a herança do passado. Uma arte disseminada por meio de oficinas e artistas que eram bem versados nestas linguagems artísticas e que até lhe deram uma interpretação e execução própia, que foi distribuída pela antiga diocese.

Abstract

This article aims to show the main points of the research for my doctoral dissertation on Romanesque art of the Diocese of Tui. It is a complex approach to a border region with large political and religious particularities in the Middle Ages. But it is a matter of great interest for the study of medieval history and art in the Iberian Peninsula, because we cannot deny the relationship between the art of both banks of the Minho and the presence of a similar development that generates a unique style that combines the international which arrived from different sources such as the Camino de Santiago and monasticism-the localism-which is often a result of popular culture-and the heritage of the past. An Art that was disseminated through workshops and artists who were well versed in these artistic languages even giving them their own interpretation and execution, which was distributed in the former diocese.

### PROBLEMÁTICA CENTRAL DE PESQUISA E HIPÓTESES

Esta investigação é parte de um projecto de maior significado, tanto a nível nacional como internacional, já que abrange uma diocese muito importante no passado medieval espanhol e português e constitui o núcleo sobre o qual se desenvolve a minha tese de doutoramento em História de Arte, dirigida pela Professora Doutora Marta Cendón Fernandez, do departamento de História da Arte da Universidade de Santiago de Compostela.

A antiga diocese de Tui abrangeu, desde o século V até 1444, o sudoeste da província de Pontevedra, na Galiza, e a região portuguesa de Entre Lima-e-Minho, território que apresenta uma grande concentração de monumentos e vestígios românicos.

A principal inovação desta investigação é a de abordar a questão da arte românica de uma maneira global, a partir da existência de uma entidade episcopal única que abrangia território galego e português, berço de uma arte singular que soube conjugar elementos comuns, frutos de um contexto histórico-cultural no qual dominavan os intercâmbios e a herança do passado.

### CONTEXTO NACIONAL E INTERNACIONAL DA PROBLEMÁTICA DA PESQUISA

[1] Doutoranda do Departamento de História da Arte da Universidade de Santiago de Compostela (Espanha).

A questão das relações artísticas galaico-minhotas na arte românica foi enunciada em distintos trabalhos por autores espanhóis e portugueses como C.A. Ferreira de Almeida, L. Rosas, M. Real, Mª. J. Pérez Homem de Almeida, I. G. Bango Torviso ou M. Cendón, entre outros. Todavia, nenhum destes autores fez uma análise global do fenómeno, logo extensiva a todo o território da antiga diocese, que incluísse um catálogo exaustivo de obras, já que nos trabalhos por si realizados não se estudam as áreas galega e portuguesa de forma conjunta, como parte de uma mesma diocese.

CONTEXTO HISTORIOGRÁFICO

Em 1978, na tese de Carlos Alberto Ferreira de Almeida[2], encontramos a inclusão da Catedral de Tui na lista dos edifícios românicos da região do Minho, considerando-a a principal fonte para a história da arquitetura da região de Entre-Minho-e-Lima. Em seguida, Marta Cendón reconhece que se pode falar de uma ofícina, cujo centro mais importante é a Catedral de Tui, que se irradia em várias áreas, tanto para um lado como para o outro do Minho[3]. É importante também a contribuição de Ernesto Iglesias Almeida[4] para a questão temática objeto desta tese, pois faz uma análise importante do território diocesano e uma breve introdução ao estudo da arte românica, mas apenas na área de Portugal. Lúcia Rosas[5], nas suas teses, aprofunda o conhecimento sobre as raízes das estruturas arquitetónicas e os motivos iconográficos e esculturais, encontrando paralelos na área tudense, mas também na ourensana. Existem ainda outras abordagens, como a de M. Real[6] sobre a escultura no volume dedicado ao Portugal Românico da Editorial Zodiaque e no capítulo "O românico português na perspectiva das relações internacionais", do catálogo da mostra *Románico en Galicia y Portugal*[7], e as aportações sobre iconografía de Jorge Rodrigues[8] na sua tese sobre a escultura românica portuguesa. Refira-se também o artigo e tese de Mª. J. Pérez Homem de Almeida[9] sobre Bravães, onde demonstra as relações iconográficas com as igrejas de Santa Eulalia de Donas (Gondomar, Pontevedra), Albeos (Crecente, Pontevedra) e outras da área galega.

No caso de investigadores espanhóis que realizaram inventários sobre a arte românica na província de Pontevedra, como Isidro Bango Torviso[10] ou Rafael Fontoira Surís[11], há poucas referências às relações artísticas ou estilísticas entre ambas regiões.

---

[2] Carlos Alberto Ferreira de Almeida, "A Arquitectura Românica de Entre Douro e Minho" (Tese de Doutoramento, Universidade do Porto,1978).

[3] Marta Cendón Fernández, "El arte medieval en Tui: la catedral como foco receptor y difusor del románico y del gótico", en *Tui: Pasado, presente y futuro* (Pontevedra: Diputación de Pontevedra, 2006), 130.

[4] Ernesto Iglesias Almeida, *El antiguo obispado de Tui en Portugal* (Noia:Toxosoutos,2009).

[5] Lúcia María Cardoso Rosas, "A escultura das igrejas da margem esquerda do rio Minho" (Dissertação de mestrado em História da Arte, Universidade do Porto, 1987); Lúcia Maria Cardoso Rosas, "Monumentos Pátrios: A Arquitectura religiosa medieval. Patrimonio e Restauro (1835-1928)" (Tese de Doutoramento, Universidade do Porto,1995).

[6] Gehrard Graf e Manuel Luís Real, *Portugal Roman* (Yonne:Zodiaque,1986).

[7] Manuel Luís Real, "O românico português na perspectiva das relações internacionais", *Românico em Portugal e Galiza* (Lisboa/A Coruña:Fundação Calouste Gulbenkian/Fundación Pedro Barrié de la Maza,2001).

[8] Jorge Rodrigues, "Aspectos da ornamentação e representação na escultura do românico em Portugal" (Tese de Mestrado, Universidade de Lisboa, 1987). Jorge Rodrigues, "A escultura românica", *História da Arte Portuguesa*, dir.Paulo Pereira (Lisboa: 1995).

[9] Maria José Pérez Homem de Almeida, "La Iglesia de San Salvador de Bravães y su significación en el arte románico português" (Tese de Licencatura, Universidade de Santiago de Compostela, 1982); Maria José Pérez Homem de Almeida, "San Salvador de Bravães: una encrucijada en el románico portugués" (Porto:1984); Maria José Pérez Homem de Almeida e Manuel Luís Réal,"Influências da Galiza na arte românica portuguesa", *Actas das II Jornadas luso-espanholas de História Medieval* (Lisboa: 1990).

[10] Isidro Gonzalo Bango Torviso, *Arquitectura Románica en Pontevedra* (A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1978).

[11] Fontoira Surís, Rafael, *Inventario de la riqueza monumental de la provincia de Pontevedra y del Camino de Santiago* (Pontevedra: Deputación de Pontevedra, 2001).

FONTES

A primeira evidência da existência da Diocese de Tui vem do período suevo. De acordo com o *Paroquiale Suevum* (572), o seu território surge em ambos os lados do rio Minho.[12]

Em 24 de Outubro de 1024, a sede foi anexada a Santiago de Compostela, segundo um diploma de D. Afonso V. Dois documentos de 1071 informam sobre a localização definitiva da cidade de Tui e a remodelação de sua sede[13]. Raimundo de Borgonha, em 1095[14], amplia a área administrativa da cidade de Tui, na terra da margem esquerda do Minho, mas em 1097 a formação do Condado Portucalense implicou que a parte transminhota ficasse nas mãos de Henrique de Borgonha (Imagem I).

Entre 1156 e 1157 produziu-se a expansão do poder feudal de Tui na região: isso mostra o documento de 1156 que faz a repartição das igrejas e das propriedades da diocese Tui[15]. O espaço do bispado foi dividido em 19 arciprestados: 12 na margem direita do Minho e 7 na esquerda, na zona portuguesa. Essas terras são consideradas arciprestados do ponto de vista eclesiástico, mas estão de acordo com divisão em *terrae* ou distritos. Em 1258, a criação de tribunais muda o nome de alguns destes arciprestados: Marítima em Caminha, Coira y São Martinho em Fraião e Ripa Limie em Ponte Lima. Existem alguns documentos de grande valor para o conhecimento das freguesias no território português durante a Idade Média, coevos à criação de tribunais e preservados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, com o título *Igrejas do bispado de Tui no território de entre Lima e Minho*.[16] Segundo esses documentos, 41 igrejas são de patronato real, mas pertencentes à Diocese de Tui, e 155 de patronato episcopal. Esses documentos mostram uma área episcopal muito ampla e uma diocese que, graças à sua dimensão, deve ter disposto de muitas rendas e, por isso, sido muito rica.

No século XII, a fronteira é particularmente permeável: Afonso Henriques ocupa militarmente a Galiza entre 1130 e 1169 e há dois tratados, um assinado em Tui (1137)17 e outro em Zamora (1143), que definem uma política fronteiriça primitiva. No entanto, quando este território foi tomado por Fernando II, Afonso Henriques cedeu Tui, Toroño e a Limia à coroa de Leão. Em 1169, a divisão política está praticamente definida e permanece quase intacta até hoje; porém, esta divisão não afetou a fronteira eclesiástica. Testemunho da separação política, é a bula Manifestis Probatum, outorgada pelo Papa Alexandre III em 117918, reconhecendo o Reino de Portugal (Imagem II)

O senhorio no território do sul da província de Pontevedra e Norte de Portugal, essencialmente, gira em torno do poder exercido pela hierarquia religiosa da Diocese de Tui e também pelos mosteiros, muitos deles patrocinados pelos monarcas e nobres. Por exemplo, alguns grandes mosteiros, como o cisterciense de Santa María de Oia19, na Galiza, possuem um grande número de propriedades nos territórios galego e português,

---

[12] Para a organização ver: A. Almeida Fernandes, *Paróquias suevas e diocesis visigóticas* (Arouca: 1997). Para a organização paroquial de Tui no século VI ver: Cendón Fernández, 131 e Fernando López Alsina "La cristalización de Tui como espacio de poder señorial entre 1095 y 1157", *Tui: Pasado, presente y futuro* (Pontevedra: Diputación de Pontevedra, 2006), 57-95.

[13] O primeiro documento é de 1 de Fevreiro de 1071. Nele, D.García doa a sé de Tui Vilar de Mouros (Caminha, Portugal). No segundo documento, de 13 de Junho de 1071, Dona Urraca fez doações de bens à sé tudense. López Alsina,70.

[14] Urraca e Raimundo de Borgonha concedem o couto a cidade de Tui. Pascual Galindo Romeo, *Tuy en la Baja Edad Media, siglos XII-XV* (Madrid: 1950),VI.

[15] Francisco Ávila y La Cueva, *Historia Civil y Eclesiástica de la Ciudad de Tuy y de su Obispado* (Santiago de Compotela: Consello da Cultura Galega, 1996): 369.

[16] Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), *Gaveta 19*, Maço 14, Documento 7, fls. 5v-7v.

[17]Archivo Catedralicio y Diocesano de Tui, *Pergaminos* 5/3.

[18] Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), PT-TT-BUL/16/20.

[19] O mosteiro de Santa María de Oia possuía em Portugal numerosos territórios. Em 1315, D. Dinis obriga as justiças a respeitar os privilégios e isenções das propiedades de Oia em Portugal. Documento do Archivo Histórico Nacional Clero Oya, carp. 1820, nº 10. Possuía granjas como a de Silva, Jose Marqués, "O mosteiro de Oya e a granja de Silva, no contexto das relações luso-castelhanas dos séculos XIV-XV", *II Coloquio Galaico Minhoto* (Santiago de Compostela:1984), 1: 153-181.

incluindo propriedades agrícolas. Isto porque estamos numa faixa de território reconquistado muito cedo e com uma grande tradição monástica, núcleo de acção de figuras importantes do monaquismo como São Martinho de Dume, São Isidoro e São Frutuoso.

Na área galega, o senhorio dos leigos é insignificante, já que a maioria dos senhores doam as terras e igrejas para os grandes e pequenos centros monásticos. Enquanto na área de Portugal pode testemunhar-se a existência de "uma forte nobreza rural"20 que exercem o conceito de ecclesia mea propia, conservando a propriedade das igrejas, reservando-se o direito de escolher os clérigos e estendendo o seu domínio não só à igreja, mas também à terra e à população do entorno, estes transmitidos por herança. Esta situação também é vista do ponto de vista artístico pela existência de uma clara distinção dos edifícios senhoriais e capelas funerárias em anexo ao prédio da igreja. Os mosteiros também foram afetados. Os seus fundadores procuraram manter esses direitos e surgiram conflitos como aquele do Mosteiro de Santa Maria de Refojos de Lima, em 1315, que obrigou à intervenção do rei D. Dinis.21

Beneditinos e cistercienses representam a maior parte das comunidades monásticas na área. A reforma beneditina penetra rapidamente no território no final do século XI, com presença nas proximidades dos centros de León; no século XII apareceram os primeiros cistercienses. Durante o arcebispado de Paio Meléndez (1130-1156) crescerá o protagonismo da Ordem dos Cónegos Regulares de Santo Agostinho, pois o bispo outorgou a estes cónegos os mosteiros de Paderne (Melgaço, Portugal) e Rebordáns (Tui, Pontevedra). Esta ordem será muito importante nos círculos monásticos portugueses, especialmente após a fundação do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, que empurra o monaquismo beneditino para um lugar secundário. Também está testemunhada a presença das Ordens Militares na área, em Vigo (Pontevedra)22 e no Norte de Portugal.23

## COMPOSIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO

Abordar a questão das relações artísticas galaico-minhotas pode ser muito complicado, uma vez que só temos fontes históricas, não temos fontes artísticas que possam fornecer informações sobre as oficinas e autores envolvidos na construção de obras românicas. O principal método de análise é a comparação entre as formas artísticas das duas margens minhotas e o estudo da bibliografia dedicada às diferentes manifestações.

Estudamos um total de 83 exemplares de arquitetura românica de carácter religioso. Concentramo-nos sobre o tema das edificações porque a arquitectura teve o maior impacto e pela sua ligação à escultura, que nos permite a abordagen das obras desde uma perspectiva que melhor reflete a singularidade do Românico destas duas regiões.

As construções estão distribuídas por 17 arcipestrados: Tuda, Mineore, Fragoso, Lourinia, Maniola, Taraes, Ripa Tene, Salceta, Longares, Montibus, Sancti Martini de Latronibus, Novoa-Avion, Valadares, Pena de Regina, Coira, Cervaria, Marítima, Ripa Limie e Vale do Vice. A maioria são fundações monásticas, muitas das quais estão convertidas em igrejas paroquiais. A maior parte das fundações monásticas são de origem beneditina, embora muitas, especialmente no território português, tenham sido assumidas pelos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. Temos 44 edíficios preservados na

---

[20] Jorge Rodrigues, "A imagem do poder no Românico português", *Propaganda e Poder* coord. M.Costa, (Lisboa:Edições Colibrí. 1999), 53.

[21] Iglesias Almeida,92-94

[22] Hipólito Sá Bravo, *El monacato en Galicia* (A Coruña:1972), 2:247.

[23] Em 1140, o Mosteiro de Leça do Bailo (Matosinhos, Porto) recebe carta de couto e Afonso Henriques menciona sua pertença à Ordem do Hospital, porém, pode-se falar de uma entrada anterior dessas ordens, pois, segundo Rui de Azevedo, Dona Teresa de Portugal teria dado o antigo mosteiro destruído e sem monges à Ordem do Hospital entre 1122 e 1128. Rui Azevedo, "Algumas achegas para o estudo das origens da Ordem de S. João do Hospital de Jerusalém, depois chamada de Malta, em Portugal", *Revista Portuguesa de História*, IV, (Coimbra:1949), 317-327. Sobre as ordens militares em Portugal, Isabel Cristina Ferreira Fernandes, *Ordens Militares: guerra, religião, poder e cultura* (Lisboa: Colibri,1999).

sua totalidade e 39 em forma fragmentária, por meio de vestígios, alguns dos quais em muito mau estado.

Na arte românica da antiga diocese tudense, a arquitectura tem uma estreita relação de interdependência com a escultura. Embora seja considerada rural e mesmo pobre, devemos enfatizar a sua singularidade, especialmente quanto ao uso de decoração escultórica. As estruturas e motivos são o resultado de um importante processo de absorção das correntes artísticas europeias, feita através das catedrais de Tui, Compostela, Braga, Ourense e das igrejas cistercienses de finais do século XII, e da reutilização do passado como exemplo: a influência castreja que aparece no gosto pelas formas geométricas[24] nas hexapétalas herdadas da decoração dos castros como o de Castro Laboreiro (Melgaço, Portugal) (Imgaem III) e Santa Tegra (A Guarda, Pontevedra), que se reflectem em exemplares românicos como o de Santa María de Castrelos (Vigo, Pontevedra) (Imagem IV). A herdança pré-românica refletida no uso do sogueado no capitel historiado de São Salvador de Paderne (Melgaço, Portugal) (Imagem V) ou na decoração de uma arquivolta de S. Vicente de Barrantes (Tomiño, Pontevedra) (Imagem VI) que apresenta uns arquinhos similares aos da igreja de S. Pedro de Balsemão (Lamego, Portugal). Outro nexo comum destas relações artísticas Galaico-Minhotas está nas tradições e na cultura popular comum, como acontece com os motivos apotropaicos e de longa tradição popular, como o serpentiforme de San Fins de Friestas (Valença, Portugal) (Imagem VII) ou o cánideo ou leão de Santa María da Porta (Melgaço, Portugal) (Imagem VIII), referindo a atitude de guarda e proteção que devem ter os que entram na igreja e no espaço sagrado, embora os animais da Capela de Nossa Senhora de Orada (Melgaço, Portugal) (Imagem IX) sejam parte do motivo da árvore da vida, que também aparecem na área galega da diocese no tímpano de S. Miguel de Pexegueiro (Tui, Pontevedra), (Imagem X), que se relacionam com o grifo e o dragão em luta, representação da batalha entre o bem e o mal do tímpano norte de Sao Cristovão de Rio Mau (Imagem XI).[25]

É importante a presença no entorno diocesano de ofícinas itinerantes que fazem cópias sistemáticas que respondem a programas iconográficos idênticos ou com intenção semelhante. É o caso, por exemplo, da que fez o tímpano de S. Salvador de Albeos (Crecente, Pontevedra) (Imagem XII), cuja *Maiestas Domini* tem traços comuns às de Bravães (Ponte da Barca, Portugal) (Imagem XIII) e Rubiães (Paredes de Coura, Portugal) (Imagem XIV). Podemos dizer que as oficinas que trabalham na zona conhecem a linguagem das artes de ambas as margens do Minho e que partilham mestres e canteiros.

## COMENTÁRIOS FINAIS

A evolução histórica comum e a existência de uma fronteira de carácter político que pouco afectou os usos e costumes da população foi, sem dúvida, essencial para a sobrevivência de uma corrente artística dentro da arte românica que podemos considerar homogénea e que constitui uma aportação muito original pela reinterpretação das formas e motivos tradicionais e a introdução de localismos e de referências de uma e outra bacias do Minho.

[24] Artur Nobre de Gusmão, *Românico português do noroeste:algums motivos geométricos na escultura decorativa* (Lisboa: Vega, 1992), 16.
[25] Marisa Costa Marques, *O Mundo do Fantástico na Arte Românica e Gótica em Portugal, Medievalista On-line,*8 (Julho de 2010) http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA8\marques8013.html.

ANEXO: IMAGENS

Imagem 1. Situação do Condado Portucalense no contexto da Península Ibérica

Imagem 2. Bula Manifestis Probatum

Imagem 3. Hexapétala de Castro Laboreiro (Melgaço)

Imagem 4. Arquivolta com hexápetalas Santa María de Castrelos (Vigo)

Imagem 5. Capitel de São Salvador de Paderne (Melgaço)

Imagem 6. Detalhe decoração arquivolta de S. Vicente de Barrantes (Tomiño)

Imagem 7. Motivo serpentiforme de Sanfins de Friestas (Valença)

Imagem 8. Tímpano de Santa María da Porta (Melgaço)

Imagem 9. Detalhe do tímpano de S.Miguel de Pexegueiro (Tui)

Imagem 10. Tímpano da Capela de Santa María de Orada (Melgaço)

Imagem 11. Tímpano norte da igreja de Rio Mau (Vila do Conde)

Imagem 12. Tímpano do mosteiro de S.Salvador de Albeos (Crecente)

Imagem 13. Tímpano de Bravães (Ponte da Barca)

Imagem 14. Tímpano de Rubiães (Paredes de Coura)

# 16

## O sistema hidráulico superior na arquitectura sacra gótica. Casos de estudo na zona Norte de Portugal[1]

Ana Patrícia R. Alho[2]

Resumo

Esta comunicação decorre da tese de doutoramento que desenvolvemos: "O sistema hidráulico na arquitectura sacra gótica em Portugal dos séculos XIII a XV". Partindo do conceito de uma arquitectura entendida como um conjunto articulado de sistemas, propomo-nos realizar um estudo sobre o sistema hidráulico, tendo por universo a arquitectura religiosa medieval portuguesa, compreendida entre os séculos XIII e XV. Faremos a comparação dos diversos sistemas hidráulicos superiores presentes no caso português, sendo que para este workshop internacional pretendemos limitar a nossa análise a alguns exemplos presentes na zona Norte de Portugal: Catedral do Porto, Mosteiro de Leça do Balio, Mosteiro de São Salvador de Travanca, Catedral de Vila Real, Igreja de São Domingos e Igreja de São Francisco de Guimarães.

Abstract

The communication follows the doctoral thesis we have developed: "The hydraulic system in the sacred Gothic architecture in Portugal between the 13th and 15th centuries." Based on the concept of an architecture understood as an interconnected set of systems, we propose to conduct a hydraulic system, which is the universe of medieval religious architecture of Portugal, between the thirteenth and fifteenth centuries. We compare the various hydraulic systems present higher in the Portuguese case, and for this international workshop intend to limit our analysis to present some examples in the north of Portugal: Porto Cathedral, Monastery of Leça Balio, Monastery of San Salvador de Travanca Cathedral, Vila Real, Church of St. Dominic and St. Francis Church of Guimarães.

O presente texto resulta da comunicação apresentada no IV Workshop de Estudos Medievais e está dividido em duas partes. Na primeira, apresentamos globalmente o tema em estudo e, na segunda, expomos o sistema hidráulico superior de alguns casos em análise.

### I – O sistema hidráulico na arquitectura sacra gótica em Portugal dos séculos XIII a XV

O projecto de investigação intitulado "O sistema hidráulico na arquitectura sacra gótica em Portugal dos séculos XIII a XV" parte de um conceito de arquitectura entendida como um conjunto articulado de sistemas que, faseadamente, constituem a preocupação do mestre construtor. O sentido da arquitectura gótica portuguesa e das suas soluções técnicas ganha um novo enfoque se for analisado deste ponto de vista, sistema por

[1] Agradeço ao Professor Doutor Fernando Grilo pela sua disponibilidade, apoio e incentivo como orientador do doutoramento que actualmente desenvolvo, e à organização deste workshop, pois sem o seu esforço e empenho seria impossível realizar tal evento.

[2] Orientadores: Professor Doutor Fernando Grilo e Professor Doutor Virgolino Ferreira Jorge.

sistema, solução por solução, até à cabal compreensão do edifício como uma unidade orgânica funcional. Assim, num edifício gótico encontramos, entre outros, o sistema de coberturas externas (telhados e terraços), sistema hidráulico (condutas e gárgulas, condutas de recolha e escoamento), sistema das coberturas internas (abóbadamento e suas tipologias) sistema murário (esteriotomia da pedra, solução de rasgamento de aberturas, soluções de aparelhamento) e sistema de contrafortagem (arcobotantes, contrafortes internos e externos, etc.), funcionando em conjunto de modo a criar a perfeita expressão da devoção, da iconografia e da beleza da luz.

Consideraremos a existência e análise de um sistema hidráulico superior (referente às águas pluviais) e de um inferior (referente às águas potáveis, ao nível do solo) presentes na arquitectura gótica portuguesa, recorrendo assim a conceitos arquitectónicos e arqueológicos. No entanto, nestes dois subsistemas deparamos com três aspectos comuns com elevada importância para a funcionalidade de qualquer edifício: captação, distribuição e evacuação. Existe também uma articulação entre estes dois subsistemas, condicionando a organização arquitectónica do edifício.

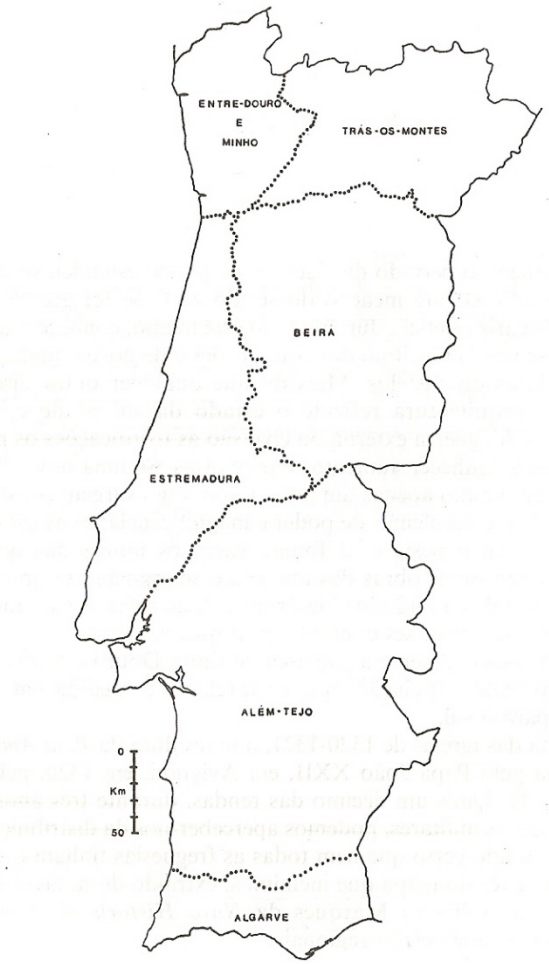



Imagem 1. Mapa de Portugal, in Pedro Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa* (Lisboa: Editorial Estampa, 1994), 22.

O sistema hidráulico é sem dúvida fundamental para o bom funcionamento dos edifícios, visto tratar-se de um vasto conjunto de elementos que constituem um subsistema da organização arquitectónica geral do edifício. Todo o sistema hidráulico demonstra uma elevada complexidade e cuidado. Desde sempre, uma das primordiais preocupações dos arquitectos ao conceberem o edifício foi conduzir as águas pluviais para o exterior da zona coberta. Esta é também uma das grandes preocupações demonstradas aquando dos restauros efectuados nos edifícios.

Dividimos o estudo em cinco grandes capítulos: o primeiro diz respeito à análise da arquitectura sacra gótica portuguesa desenvolvida entre os séculos XIII e XV. Por uma questão de operacionalidade, encaramos a organização administrativa do reino em comarcas, que posteriormente dividimos em função das unidades administrativas actuais.

Inicialmente, estendemos a nossa investigação até ao século XV, mas, após estes dois anos de trabalho, decidimos prolongar o estudo até à primeira metade do século XVI, conseguindo assim compreender a evolução do sistema hidráulico superior até ao tardo gótico português.

Optámos por seguir a organização do espaço proposta por Pedro Dias no seu estudo sobre a arquitectura gótica portuguesa,[3] o que nos levou a dividir o território nacional em seis partes: Entre-Douro e Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura, Além-Tejo e Algarve, incluindo os arquipélagos da Madeira (Funchal) e dos Açores (São Mi-

[3] Pedro Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa* (Lisboa: Editorial Estampa, 1994), 22.

guel).

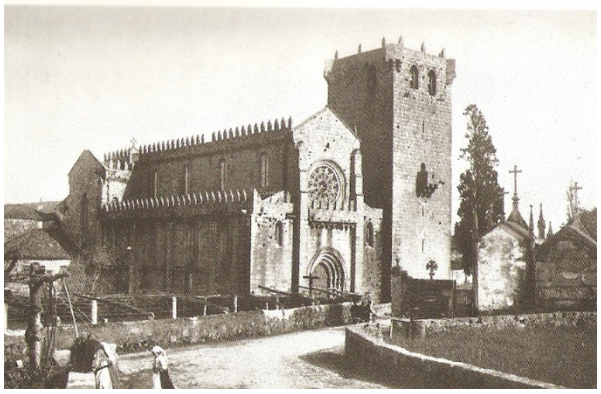
Entre os diversos edifícios que nos propomos analisar, destacamos alguns que já foram parcialmente estudados por nós no âmbito do trabalho de campo: Catedral do Porto, Mosteiro de Leça do Balio, Mosteiro de São Salvador de Travanca, Catedral de Vila Real, Igreja de São Domingos e Igreja de São Francisco de Guimarães.

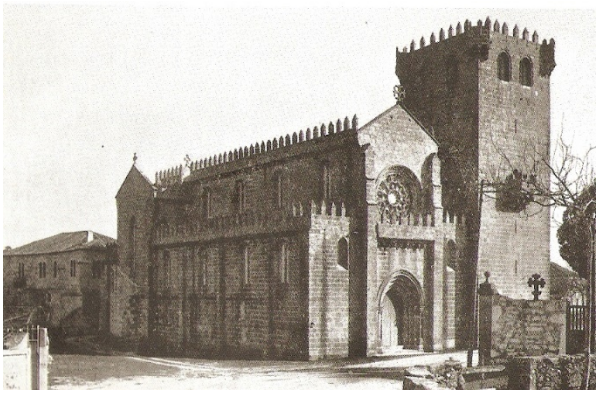
No segundo grande capítulo, focaremos a nossa atenção nos restauros efectuados nos edifícios pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e pelo Instituto Português do Património Arquitectónico. Este é um ponto com muita importância, visto que os restauros e as ampliações dos edifícios, feitos ao longo do tempo modificaram, de um modo por vezes extraordinário, tanto a aparência das gárgulas como a sua funcionalidade, modificando os sistemas hidráulicos correspondentes.

O restauro do sistema hidráulico é desde sempre uma das preocupações primárias, quando se inicia uma campanha de restauro, tal como podemos verificar através das palavras de D. João de Castro,[4] ao fazer a análise do Mosteiro de Leça de Bailio antes do restauro efectuado pela DGEMN:

> Pelos telhados, onde quase todas as telhas partidas ou deslocadas atestam a insegurança da armação, e através das fendas dos andarves desconjugados, as águas da chuva penetravam no templo, infiltravam-se nas paredes e iam apressando sem cessar a obra de destruição que as malfeitorias do tempo e a falta de amparo haviam começado. Nas muralhas gigantes da torre, que o terramoto de 1755 fendera, eram ainda visíveis os danos causados pela antiga e desnecessária obra que alterara o nível dos respectivos pavimentos; e nas janelas, onde se haviam introduzido violentamente alguns sinos, as cantarias mutiladas como que recordavam as sevícias de uma guerra de vândalos. [5]

Este autor mostra-nos que os telhados e o sistema hidráulico são, na maioria das vezes, um dos primeiros elementos a restaurar: "Que cumpria pois fazer? Em primeiro lugar, acudir aos telhados, onde o risco de um desastre se agravava de dia para dia".[6]





Imagens 2 e 3. Aspecto do Mosteiro de Leça do Balio, antes e depois do restauro (Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, *Boletim* 1: 24)

[4] DGEMN, "A Igreja de Leça do Balio", *Boletim* 1 (1935): 15-16.
[5] O destaque a negrito na transcrição é da nossa autoria.
[6] DGEMN, "A Igreja de Leça do Balio", *Boletim* 1 (1935): 15-16

Imagem 4. Mosteiro de Leça do Balio, aspecto actual, fotografia da autora

Neste capítulo, poderemos também identificar com mais fidelidade as obras originais de diversos elementos do sistema hidráulico, entre eles as gárgulas.

No terceiro capítulo, iremos analisar os sistemas hidráulicos presentes na arquitectura gótica portuguesa e compará-los com outros casos europeus, mais especificamente de edifícios presentes em Espanha, França, Inglaterra, Itália e Alemanha, de modo a identificar e compreender a originalidade e a complexidade dos sistemas hidráulicos, as suas filiações, técnicas e tipologias.

No que respeita ao trabalho de campo sobre a arquitectura gótica europeia, falta, neste momento da nossa investigação, realizar o mesmo na Catedral de York (Inglaterra) e na Catedral de Colónia (Alemanha). Quando o fizermos, estaremos perante um conjunto de vinte e um edifícios.

Analisámos inicialmente o sistema hidráulico superior, encontrando depois várias soluções hidráulicas para cada um deles. Após esta caracterização, criámos as tipologias referentes ao sistema hidráulico superior, compostas por dez grupos: I. Telhados de duas ou mais águas com gárgulas ou goteiras; II. Terraços inclinados com gárgulas ou goteiras; III. Gárgulas duplas no arcobotante; IV. Gárgulas duplas no contraforte; V. Canalização interior no contraforte; VI. Utilização do contraforte como auxiliar do sistema hidráulico; VII. Utilização do arcobotante como auxiliar do sistema hidráulico; VIII. Utilização do varandim como auxiliar do sistema hidráulico; IX. Utilização de taças em ferro; X. Utilização de arcobotantes duplos.

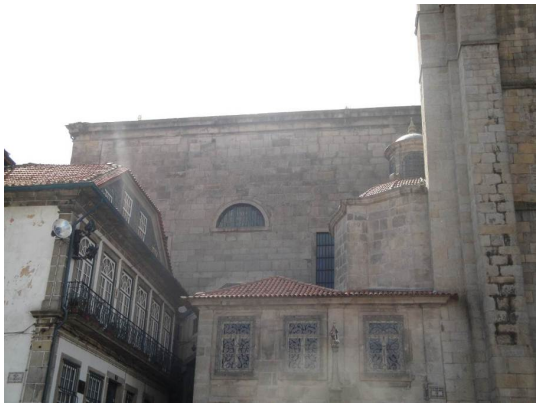
No último capítulo, analisaremos a evolução dos sistemas hidráulicos na arquitectura gótica portuguesa, não esquecendo a migração dos mestres e das suas técnicas. Após o trabalho de campo estar concluído, vimo-nos obrigados a excluir alguns dos edifícios inicialmente propostos e a incluir outros. Assim sendo, excluímos a igreja de Santa Maria de Tavira, a igreja de S. Gens de Boelhe, a igreja de S. Martinho da Cedofeita, a igreja de S. Martinho de Mouros e a igreja Matriz de Barrô, e incluímos o convento de S. Francisco de Alenquer, o convento de Santa Maria de Almoster, o convento de Nossa Senhora da Conceição de Beja, a igreja de S. Francisco de Évora e dois edifícios religiosos em São Miguel (Açores). Estamos perante um conjunto de cinquenta e quatro edifícios que analisámos inicialmente no que respeita ao sistema hidráulico superior, encontrando depois várias soluções hidráulicas em cada um deles. Após esta caracterização, criámos as tipologias referentes ao sistema hidráulico superior, compostas por sete grupos: I. Telhados de duas ou mais águas, sem gárgulas ou goteiras; II. Telhados de duas ou mais águas, com gárgulas ou goteiras; III. Um telhado de duas águas, sem gárgulas ou goteiras; IV. Utilização do arcobotante com taças; V. Utilização do arcobotante sem taças; VI. Telhados com duas ou mais águas, terraços, gárgulas ou goteiras; VII. Claustros.

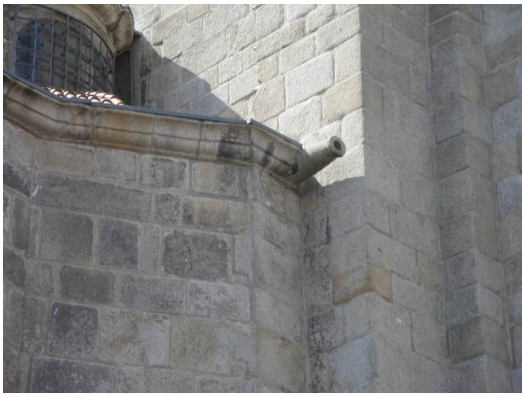
## II – O SISTEMA HIDRÁULICO NA ARQUITECTURA MEDIEVAL PORTUGUESA. CASOS EM ESTUDO

Na segunda parte da nossa comunicação, decidimos apresentar alguns exemplos do sistema hidráulico superior, sendo que analisámos seis edifícios.

Catedral do Porto – Telhados de duas águas com arcobotantes sem qualquer função hidráulica, sendo que, existem goteiras em pedra e em zinco. Tanto na igreja como no claustro existem quatro goteiras, perfazendo uma total de oito. O sistema hidráulico superior é composto da seguinte forma:

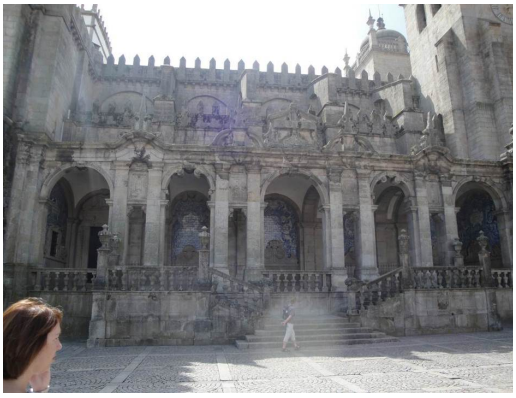
I. No corpo da igreja, as águas descem do telhado para o exterior. Neste caso, existe um pormenor interessante, que corresponde à capela que foi adossada à igreja; desta forma, o percurso das águas foi alterado: a água desce de um primeiro telhado para um segundo, sendo aí encaminhada para uma goteira que a envia para um terceiro telhado e, daí, para o exterior.





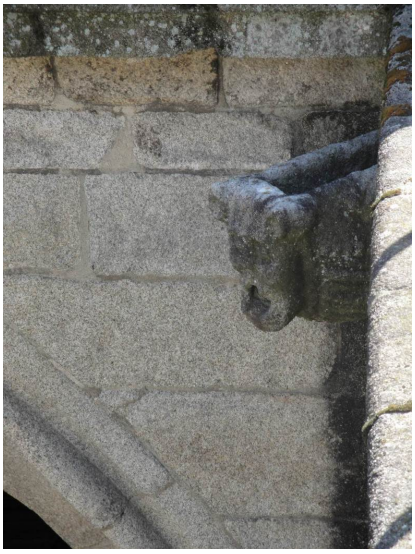
Imagens 5 a 7. Catedral do Porto, fotografias da autora

II. No transepto, as águas descem do telhado para o terraço, sendo depois encaminhadas para as goteiras e daí para o exterior. É de notar que na Catedral do Porto os arcobotantes não têm a função hidráulica. Neste caso, não existem gárgulas nem goteiras para fazer a passagem da água, mas sim orifícios.



Imagens 8 e 9. Catedral do Porto, fotografias da autora

III. Nos claustros, as águas descem do terraço para as goteiras e, finalmente, para o exterior. Num dos claustros não existem gárgulas, sendo que num outro existem quatro gárgulas que estão posicionadas nos cantos do mesmo. Uma destas gárgulas é, sem qualquer dúvida, o resultado de uma campanha de obras de restauro, pois foi colocada, no local onde estaria a gárgula, uma telha a desempenhar o mesmo efeito hidráulico.



Imagens 10 a 12. Catedral do Porto, fotografias da autora

Mosteiro de Leça do Balio – Telhados de duas águas com contrafortes escalonados. Existem dez gárgulas e três goteiras. O sistema hidráulico superior é composto do se-

guinte modo:

I. No corpo da igreja, a sul, as águas descem do telhado para as gárgulas, através das quais são enviadas para um terraço e, daí, para o exterior.

Imagens 13 e 14. Mosteiro de Leça do Balio, fotografias da autora

II. No corpo da igreja, a norte e na torre, as águas descem do telhado para as gárgulas e, daí, para o exterior.

Imagens 15 e 16. Mosteiro de Leça do Balio, fotografias da autora

Mosteiro de São Salvador de Travanca – O sistema hidráulico superior é composto por:

I. No corpo da igreja e nas capelas adjacentes, as águas descem de um primeiro telhado para um segundo e, daí, para o exterior.

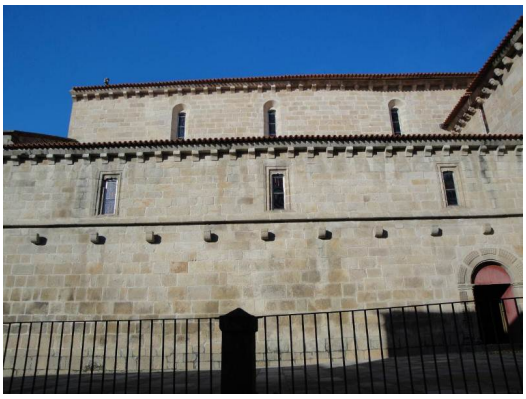
Imagens 17 a 19. Mosteiro de São Salvador da Travanca, fotografias da autora

II. Na fachada da igreja, as águas pluviais descem do telhado para a um orifício e, daí, para o exterior. Este orifício deve ter sido colocado posteriormente, aquando da construção do edifício anexo à igreja, tendo assim sido resolvido o problema de escoamento das águas.

Imagens 20 e 21. Mosteiro de São Salvador da Travanca, fotografias da autora

Catedral de Vila Real, Igreja de São Domingos – O sistema hidráulico superior é composto da seguinte maneira:

I. A água pluvial cai num primeiro telhado, é enviada para um segundo e, daí, para o exterior. Não existem gárgulas nem goteiras.



Imagens 22 e 23. Catedral de Vila Real, fotografias de autor

Igreja de São Domingos de Guimarães – O sistema hidráulico superior é composto da seguinte forma:

I. No corpo da igreja, as águas descem de um primeiro telhado para um segundo e, daí, para o exterior.

Imagem 24. Igreja de São Domingos de Guimarães, fotografia da autora

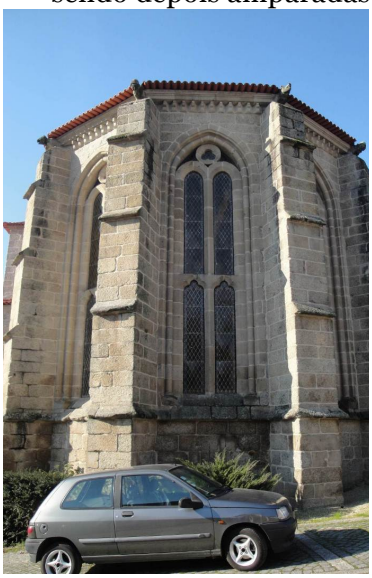
II. As águas descem do telhado para as gárgulas (duas) e, daí, para o exterior.

Imagens 25 e 26. Igreja de São Domingos de Guimarães, fotografias da autora

Igreja de São Francisco de Guimarães – O sistema hidráulico superior é composto do seguinte modo:

I. Na cabeceira da igreja, as águas descem do telhado para as gárgulas (seis),

sendo depois amparadas pelo contraforte para o exterior.



Imagens 27 e 28. Igreja de São Francisco de Guimarães, fotografias da autora

II. Na igreja, as águas descem de um primeiro telhado para um segundo e, daí, para o exterior. Neste caso, na "base" da construção podemos visualizar o efeito das águas pluviais para os edifícios.

Imagens 29 a 31. Igreja de São Francisco de Guimarães, fotografias da autora

III. Na torre, a água cai no telhado, é enviada para as quatro gárgulas que a circundam e, daí, para o exterior.

Imagens 32 e 33. Igreja de São Francisco de Guimarães, fotografias da autora

# 17

## Mal moral: aspectos de aproximação entre Agostinho e Kant

Adriane da Silva Machado Möbbs[1]

Resumo

Santo Agostinho concebe e analisa o mal em três níveis: metafísico-ontológico, moral e físico. O *mal metafísico-ontológico* refere-se à finitude e à contingência humana, assim como à imperfeição e à falta de ordenação em tudo o que existe. O *mal físico* apresenta-se como dor e sofrimento, tanto dos animais como – principalmente – do homem. Assim, o sofrimento inerente à vida humana é aqui o problema radical, objeto da reflexão filosófica, mas, sobretudo, vivência existencial onipresente. Por fim, temos o *mal moral*, que se coloca em conexão com a liberdade e com a responsabilidade do homem. Este se caracteriza como produto das ações humanas e a injustiça e a opressão se convertem em seus expoentes radicais. Pergunta-se: o livre-arbítrio seria a causa do mal moral? Ou seja, o livre-arbítrio seria a causa do pecado (mal moral em linguagem religiosa)? Visa-se elucidar essa questão a partir da abordagem de alguns dos principais conceitos trabalhados por Agostinho na sua obra *De libero arbitrio*, e, também, em sua obra *Confissões*. É no livro I do *De libero arbítrio* que Agostinho aborda duas questões importantes, com as quais este trabalho está especificamente preocupado, a saber: i) Qual é a causa da prática do mal (*malefacere*)? ii) Que significa proceder mal? Assim, a partir destas questões, pretende-se avaliar a concepção agostiniana de mal moral e livre-arbítrio, e realçar a aproximação entre Agostinho e Kant e a complementação de um pelo outro, a partir de Paul Ricœur, pela via ética.

Abstract

Augustine conceives evil and analyzes it on three levels: metaphysical-ontological, moral and physical. The metaphysical-ontological evil refers to human finitude and contingency, as well as the imperfection and lack of order in everything that exists. The physical evil presents itself as pain and suffering, both animals - mostly - of man. Thus the suffering inherent in human life is the radical problem, the object of philosophical reflection, but especially ubiquitous existential experience. Finally, we have a moral evil, which arises in connection with the freedom and responsibility of man. This is characterized as the product of human actions and injustice and oppression that are converted into their radical exponents. Will: free will would be the cause of moral evil? I.e., free will would be the cause of sin (moral evil in religious language)? The aim is to elucidate this issue from some of the key concepts used by Augustine in his work *De libero arbitro*, and also in his Confessions work. It is in Book I of *De libero arbitrio* that Augustine will addresses two important issues with which this work is specifically concerned, namely: i) What is the cause of evil practice (*malefacere*)? ii) What means wrongdoing? Thus, from these issues, we intend to evaluate the Augustinian concept of moral evil and free will, and highlight the rapprochement between Augustine and Kant and complementing each other, from Paul Ricoeur, ethics means.

### INTRODUÇÃO

Este artigo tem por escopo um tema antigo e dinâmico que ocupa grande parte da História da Filosofia e da Teologia, a saber: o problema do mal para o filósofo neoplatônico

[1] Doutoranda em Filosofia - Universidade Federal de Santa Maria, bolsista CAPES, sob a orientação do Prof. Dr. Noeli Dutra Rossatto; graduanda em Pedagogia pela mesma instituição. Professora/Tutora do Curso de Licenciatura em Pedagogia a Distância - Universidade Federal de Pelotas. E-mail: dryka.rs@gmail.com.

Agostinho de Hipona. Nossa intenção inicial é pontuar a abordagem agostiniana acerca do mal moral e do livre-arbítrio e, posteriormente, realçar a aproximação entre Agostinho e Kant. E, por fim, apresentar a complementação de um pelo outro, a partir da aproximação proposta por Paul Ricœur.

Santo Agostinho concebe e analisa o mal em três níveis: o nível metafísico-ontológico, moral e físico. O *mal metafísico-ontológico* refere-se à finitude e à contingência humana, assim como à imperfeição e à falta de ordenação em tudo o que existe. O *mal físico* apresenta-se como dor e sofrimento, tanto dos animais como – principalmente – do homem. Assim, o sofrimento inerente à vida humana é aqui o problema radical, objeto da reflexão filosófica, mas, sobretudo, vivência existencial onipresente. Por fim, temos o *mal moral*, que se coloca em conexão com a liberdade e com a responsabilidade do homem. Este se caracteriza como produto das ações humanas e a injustiça e a opressão se convertem em seus expoentes radicais. É através deste que surge o problema da "maldade" como atributo humano e, às vezes, também divino. E com ele a consciência do pecado e da culpa e o anseio de justiça e perdão como sua contrapartida.

O mal moral tem relação direta com o problema do sentido da vida e enseja conseqüências imediatas para a ética, a religião e a filosofia da história. Parece que não podemos nos reconciliar com o mal moral, a começar por aquele que observamos em nós próprios, e constantemente procuramos nos eximir, justificar nossas atitudes, negar nossa capacidade de praticá-lo e fugir de nossa responsabilidade para com ele.

Suscitar a questão da *práxis* humana significa debater a problemática do mal em sua dupla vertente existencial: o mal como evento ou acontecimento e o mal como interpelação de nossa responsabilidade para com ele e questionamento acerca da realidade ou ilusão da liberdade. Assim, pergunta-se: o livre-arbítrio seria a causa do mal moral? Ou seja, o livre-arbítrio seria a causa do pecado (mal moral em linguagem religiosa)? Visa-se elucidar essa questão a partir da abordagem de alguns dos principais conceitos trabalhados por Agostinho na sua obra *De libero arbitrio* e, também, em sua obra *Confissões*. É no livro I do *De libero arbitrio* que Agostinho aborda duas questões importantes, com as quais este trabalho está especificamente preocupado, a saber: i) Qual é a causa da prática do mal (*malefacere*)? ii) Que significa proceder mal?

Portanto, iniciemos por abordar, ainda que brevemente, o conceito de mal moral em relação ao livre-arbítrio. Posteriormente, ressalta-se a aproximação de Agostinho e Kant no que tange à questão do mal; e, por fim, indica-se a complementação de um pelo outro a partir do filósofo francês Paul Ricœur.

## 1. O LIVRE-ARBÍTRIO E O MAL MORAL

Nossa intenção aqui é abordar, ainda que brevemente, o conceito de mal moral em relação ao livre-arbítrio. Este conceito, na filosofia de Agostinho, apresenta-se em conexão com a liberdade e com a responsabilidade humana. Está caracterizado como produto das ações humanas, e tem como seus expoentes radicais a injustiça e a opressão. É através dele que surge o problema da maldade como atributo humano e, às vezes, também divino. E, com ele, a consciência do pecado e da culpa e o anseio de justiça e perdão como sua contrapartida.

Neste sentido, se as ações dos homens não são sempre o que deveriam ser, sua vontade é a responsável por isso. De acordo com Agostinho, o homem escolhe livremente suas decisões, e é por ser livre que é capaz de fazer mal. A questão que se coloca, então, é a seguinte: como um Deus perfeito pôde doar-nos uma vontade capaz de fazer mal?

Entendemos, de acordo com as leituras das obras de Agostinho, que a vontade desempenha um papel fundamental, uma vez que dependem dela não apenas todas as determinações e decisões que tomamos na ordem prática, mas também estão sob seu controle imediato todas as operações de nossas faculdades cognitivas na ordem teórica. Assim, todos os movimentos da alma dependem da vontade. Agostinho diz: "Todo movimento da alma tende ou na direção de um bem a ser adquirido ou conservado, ou para longe de um mal a se evitar ou descartar: o movimento livre da alma para adquirir

ou evitar algo é a vontade".[2]

A vontade, para Agostinho, deveria tender, de acordo com sua natureza, ao Bem supremo, mas como existem muitos bens criados e finitos, por vezes, ela pode vir a tender a eles, assim invertendo a ordem hierárquica, preferindo a criatura ao Criador, fazendo, desta forma, sua opção pelos bens inferiores em vez dos bens superiores. Logo, o mal só pode ser entendido como a corrupção de uma das perfeições na natureza.

Assim, perguntamos: então, possuímos uma natureza má? Não, a natureza má é aquela em que a medida, a forma ou a ordem estão corrompidas; e ela é má somente na exata proporção do grau de sua corrupção. Se não estivesse corrompida, essa natureza seria toda ordem, forma e medida, quer dizer, boa. No entanto, mesmo corrompida, ela permanece boa enquanto natureza e é má apenas enquanto está corrompida.

Portanto, essa relação do mal com o bem num sujeito é exprimida ao se dizer que o mal é uma privação. Assim, ele é a privação de um bem que um sujeito deveria possuir, uma falta de ser o que ele deveria ser; e, por conseguinte, um puro nada.

Aqui pontuamos uma primeira observação no sentido de evitar equívocos, como aquele apontado nos maniqueus. De acordo com Agostinho, o mal é a pura ausência de ser. Sendo nada por definição, o mal sequer pode ser concebido fora de um bem. Para que exista um mal, é necessário que haja privação, portanto, é necessário que haja uma privação de algo. Enquanto tal, essa coisa é boa e, somente enquanto privada de algo, é deficiente; o que não é não tem defeitos. "O mal não é somente uma privação, é uma privação que reside num bem como em seu sujeito".[3]

Assim, para melhor compreendermos: o ato voluntário e livre pode ser assimilado por uma substância qualquer, que seja dotada de medida, de forma e de ordem. Se essas perfeições não são o que deveriam ser num ato determinado, então, elas são imperfeitas e, portanto, há o mal nelas.

Mas no que consiste uma vontade má? Uma vontade má é uma vontade que, enquanto tal, é boa, mas à qual falta ser plenamente o que deveria ser. Aqui, não mais do que em outros lugares, o mal não pode existir fora do bem.

> Vi claramente que todas as coisas que se corrompem são boas: não se poderiam corromper se fossem sumamente boas, nem se poderiam corromper se não fossem boas. Com efeito, se fossem absolutamente boas, seriam incorruptíveis, e se não tivessem nenhum bem, nada haveria nelas que se corrompesse.[4]

Assim, percebe-se que, para Agostinho, para que as coisas sejam corruptíveis é necessário que elas sejam boas, não sumamente boas, pois as coisas sumamente boas são incorruptíveis, mas as coisas boas podem ser corrompidas. Aliás, é necessário que sejam boas para que possam ser corrompidas, pois se não fossem boas, não haveria nada que pudesse ser corrompido, ou seja, o mal não pode ser corrompido pelo mal, pois não há nele nada de bom, e não havendo nada de bom, ele nem mesmo existe. Acerca das coisas corruptíveis, Agostinho diz:

> Por isso se são privadas de todo o bem, deixarão totalmente de existir. Logo, enquanto existem, são boas. Portanto, todas as coisas que existem são boas, e aquele mal que eu procurava não é uma substância, pois, se fosse substância, seria um bem. Na verdade, ou seria substância incorruptível, e, nesse caso, se não fosse boa, não se poderia corromper.[5]

Neste momento, acreditamos ser possível abordar a questão agostiniana: porque existe o mal no mundo? Após compreender a natureza puramente privativa das coisas más, Agostinho explica a existência do mal no mundo, pois, aquilo que não é nada não pode

---

[2] Santo Agostinho, *A Cidade de Deus* (Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002). Citado em Étienne Gilson, *Introdução ao estudo de Santo Agostinho*, 1 (São Paulo: Paulos, 2007), 253.
[3] Santo Agostinho, *Confissões* (São Paulo: Nova Cultural, 2004), 187.
[4] Ibid., 187.
[5] Ibid., 187.

ter sido criado; e, também, se Deus tivesse criado o mal, ele seria inevitável, porque criar é tirar do nada e o que vem do nada é corruptível.

No que tange ao mal moral, cabe considerar que, se as ações dos homens não são sempre o que deveriam ser, sua vontade seria a responsável. O homem escolhe livremente suas decisões e é por ser livre que é capaz de fazer o mal. Porém, pergunta-se: porque um Deus perfeito pôde doar-nos o livre-arbítrio, ou seja, uma vontade capaz de fazer o mal?

Para que seja possível responder a essa questão é necessário saber se e em que medida a vontade livre pode ser contada entre o número dos bens. A vontade livre é um bem, embora seja possível fazer mau uso desse bem. Mas a vontade, tomada em si mesma, é boa, pois, uma vez privado dela, ninguém poderia levar uma vida direita. A vontade é um bem que deve ser utilizado de forma correta e, assim, poderá propiciar às pessoas uma vida com retidão, devendo reprovar àqueles que a utilizam mal; e não a Deus por tê-la dado.

Mas se este é um dom tão perigoso, capaz de nos permitir fazer o mal, porque Deus o teria dado?

Embora a vontade livre consista em um perigo, assim como toda a liberdade, ela é também a condição necessária para o maior bem dos bens que nos poderia ser concedido: a beatitude.

A vontade livre pode ser caracterizada como um bem mediano cuja natureza é boa, mas cujo efeito pode ser mau ou bom, de acordo com a maneira pela qual o homem a usa. O uso do livre-arbítrio está à disposição do próprio livre-arbítrio. Portanto, a vontade livre pode ser considerada mestra de todas as coisas de que dispõe livremente, e, assim, igualmente mestra de si mesma. Logo, depende dela, e somente dela, o mau uso do bem que ela é.

Deste modo, segue a demonstração de que o livre-arbítrio é um bem; e, logo, vem de Deus: i) seu mau uso não implica em que ele não seja um bem; ii) o mal não provém dele, mas de um movimento defeituoso que ele realiza; iii) sem o livre-arbítrio as pessoas não viveriam retamente, não seriam boas, nem felizes.

Assim sendo, é do sumo bem, fonte de toda felicidade, que procede tudo que existe, todos os bens, porque tudo que existe por ser mutável é apenas perfectível. Ademais, é o sumo bem, matriz perfeita e imutável de tudo o que foi criado, que aperfeiçoa o que é apenas perfectível, tendo em vista que o não aperfeiçoamento dos bens perfectíveis implicaria na queda deles ao nada, ao não-ser, pois o ser é perfeito.

Desta forma, Agostinho explicita que o bem do livre-arbítrio não poderia provir senão de Deus. Logo, não é do mau uso de um bem que segue a sua inconveniência, ainda mais se considerarmos que o bem em questão é um bem capaz de tornar reto e feliz o viver do homem. Assim, se do bem do livre-arbítrio provém o mal, como aponta Agostinho na conclusão do livro I do *De libero arbitrio*, esse mal não provém do livre-arbítrio enquanto um bem, pois isso acarretaria conseqüências ontológicas contestáveis (Deus seria o autor do mal), mas de um mau uso dele, de um abuso, ou melhor, de um movimento de conversão dele ao que é apenas temporal e de aversão ao bem imutável (verdade, Deus).

Esse movimento que tem o homem como autor moral não pode ser atribuído a Deus como autor ontológico. Nesse caso, podemos dizer que a privação de ser, ou seja, a ausência de ser, seria a responsável.

Portanto, para o filósofo neoplatônico, o mal deriva do fato de que não há um único bem, mas sim, muitos bens. O pecado, por sua vez, consiste, então, na escolha errônea entre esses bens. O mal moral é o pecado. Logo, esse depende de nossa má vontade, sendo essa uma vontade má, uma "causa deficiente", embora o fato de termos recebido de Deus uma vontade livre ser para nós grande bem, o mau uso desse grande bem seria um mal.

## 2. O MAL RADICAL E A VONTADE RADICAL

Aqui pretendemos demonstrar a aproximação existente entre Agostinho e Kant no que tange a questão do mal. Desta forma, se faz necessária a abordagem, ainda que breve,

da concepção de mal radical em Kant. O conceito de mal radical aparece com Kant no contexto da discussão de sua obra *A religião dentro dos limites da simples razão* e busca dar conta da complexa relação entre o respeito pela lei moral e o amor-próprio na definição do móbil para a ação.

Kant, grande crítico de Agostinho e Leibniz, sustenta que, no campo racional, não há uma resposta possível para a origem do mal, e nem para a tendência humana de agir mal. Não há, desta forma, nos limites da pura razão, uma resposta possível para a origem do mal, nem para a tendência que há no homem de agir mal.[6]

Esta problemática proposta por Kant acaba por romper com a ideia de pecado original, embora ainda possua algumas semelhanças. Neste sentido, o mal possui origem numa máxima suprema que serve de fundamento subjetivo último a todas as máximas más do nosso livre-arbítrio, sendo radical quanto à sua origem.

Kant, mesmo com todo o seu rigorismo, não admite que exista um meio-termo moral entre o bem e o mal, mas em troca admite a concepção de vários graus ou estágios de realização da propensão universal ao mal. Assim, o primeiro grau ou estágio do mal radical seria a *fragilidade* da natureza humana, implicada no fato de que mesmo acolhido o bem na máxima do arbítrio, como motivo incontornável, subjetivamente, na ação a máxima se mostra mais fraca que a inclinação.

Outro nível do mal radical é o da *impureza* do coração, que consiste na tendência de misturar motivos morais com motivos não morais, como se a lei por si só não fosse motivo suficiente, resultando que mesmo "as ações conformes ao dever não são executadas puramente por dever".[7] E, por fim, temos a *corrupção* ou perversidade do coração humano, assentada no fato de que são acatadas no arbítrio máximas más, que expõem a lei moral subordinada a motivos não morais, provenientes das inclinações ou desejos.[8]

Kant, na busca por identificar o fundamento da disposição para o mal no homem, se vê diante da dificuldade de ter de articular os planos da natureza e da liberdade: e, ainda, de admitir que a noção de mal radical possa conservar algumas ambigüidades, permitindo introduzir uma noção de responsabilidade compatível com uma inata propensão para o mal.

A noção de mal radical, assim como aparece no texto *A Religião dentro dos limites da simples razão*, opera como articulação e explicação das oscilações no vínculo entre razão e vontade, bem como no conflito entre o respeito pela lei moral e amor-próprio. O mal radical, como o concebe Kant, está intimamente relacionado ao problema da liberdade, mas particularmente, também, ao que ele julga ser uma predisposição natural do homem a inclinar-se a ceder às suas apetições.

Portanto, quando Kant afirma que há uma disposição natural para o mal no homem, está se referindo ao fato que, para o uso de sua liberdade, o homem sempre admite uma máxima fornecida a si mesmo pelo arbítrio: e de que a qualidade boa ou má das máximas adotadas está de antemão determinada pelo insondável primeiro princípio de sua aceitação, que poderia ser atribuído universalmente ao homem. Com efeito, o mal radical não se refere a alguma forma particular de mal ou alguma de suas manifestações nas ações dos homens, mas mais propriamente ao fundamento da possibilidade de todo mal moral.

Kant havia se referido ao mal antes mesmo de seu livro sobre a religião, quando na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* havia sugerido que o mesmo é um desenvolvimento incompleto da capacidade humana para o bem. Ele compreendia que uma vontade é livre na medida em que é determinada pelo princípio moral, como forma do querer em geral, e não-livre na medida em que é determinada por um objeto, isto é, por algo que lhe é externo, ainda que seja a própria felicidade. Desta forma, uma vontade livre é sempre uma vontade autônoma, determinada por si própria, enquanto

---

[6] Paul Ricœur, *O Mal: um desafio à Filosofia e à Teologia* (Campinas, SP: Papirus, 1988), 10.
[7] Immanuel Kant, *A Religião nos Limites da Simples Razão* (Lisboa: Edições 70, 1974), 374.
[8] Adriano Correia, "O conceito de mal radical", in *Trans/Form/Ação*, 28(2) (2005), 91.

uma vontade não-livre é uma vontade heterônoma.[9] Portanto, uma vontade livre pode ser apenas uma vontade boa, consoante à lei moral, enquanto uma vontade não-livre é apenas uma vontade fraca ou imperfeitamente boa, uma vez que não poderia ser uma vontade livre e ao mesmo tempo má.

Porém, em sua busca por identificar o fundamento da propensão para o mal no homem, Kant se vê diante da dificuldade de ter de conciliar natureza e liberdade. E ele adverte: ao se compreender o mal como decorrente de algum condicionamento natural, ainda que seja uma fraqueza, necessariamente o homem seria inimputável, pois não poderia ser considerado efetivamente responsável (porque não livre) pelas ações que desencadeasse.

Segundo Kant, quando um homem quer livremente, ele quer o bem, e quando se desvia é porque sua vontade se vê vítima de suas inclinações, ou seja, quando se desvia do bem, ele de fato não quer livremente. Não obstante, as inclinações não são razões ou motivos suficientes para a ação de um agente livre, se não são incorporadas espontaneamente em sua máxima, de modo que "o mal deve estar radicado mais na vontade que em nossa dada natureza sensível".[10]

## 3. Complementação entre Agostinho e Kant

Neste momento nossa intenção é demonstrar, a partir de Paul Ricœur, a complementação de Agostinho por Kant, e evidenciar ainda alguns deslocamentos substanciais notáveis no pensamento ricœuriano.

Portanto, como vimos recentemente, Agostinho e o próprio mito adâmico apontam na direção de uma interpretação do mal radicado na própria vontade humana e, por isso, um mal antropológico. Mas, segundo Ricœur, a forma mais completa do problema nos será dada por Kant, através do seu relato sobre o mal radical.

Na interpretação de Ricœur, o mal, além do aspecto religioso, toma uma dimensão ética, em dois sentidos: i) em relação à questão da liberdade e, ii) em relação à questão da obrigação. A visão ética do mal é retomada na liberdade, uma vez que ele é fruto ou invenção da liberdade. Assim, "o mal tem a significação de mal porque ele é obra de uma liberdade; eu sou autor do mal".[11] Contudo, se a liberdade qualifica o mal como "fazer", ele acaba por ser o revelador da liberdade. Então, "o mal é uma ocasião privilegiada de tomar consciência da liberdade".[12]

A visão ética do mal, segundo Ricœur, nos reconduz ao nível dos símbolos primários, nos quais é possível ver declarado o mal *já-aí*. Assim, é em meio ao mal no qual nascemos que encontramos também, em nós mesmos, o próprio despertar da nossa consciência. E é neste sentido que se manifestam Agostinho, passando do mal atual ao mal original, e Kant, ao passar da máxima má ao móbil da vontade, ou seja, ao livre-arbítrio, fundamento de todas as máximas más.

Neste ponto, podemos perceber que, na visão de Ricœur, as intenções precedem o indivíduo, já que não somos livres nem mesmo para nascer, dado que no momento do nosso nascimento adentramos no mundo em prejuízo com a liberdade. Assim, quando acontece a tomada de consciência, estamos já-aí no mundo.

Para Ricœur, o que há de mais admirável no conceito de pecado original é a sua riqueza analógica, ou seja, a sua capacidade de remeter intencionalmente para aquilo que há de mais radical na confissão dos pecados, isto é, que o mal precede a minha tomada de consciência. Sendo assim, o mal nada mais é que minha impotência prévia, ele é para a minha liberdade o mesmo que meu nascimento é para minha consciência, isto é, sempre já-aí. Então, para Ricœur, a intenção do pseudo-conceito de pecado original, nada mais era que a tentativa de integrar o próprio esquema da herança no esquema da

---

[9] Immanuel Kant. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, (Lisboa: Edições 70, 1997), 86, 91.
[10] Henry Alisson, "Reflection on the banality of (radical) evil", in *Idealism and Freedom*: *essays on Kant's theoretical and practical philosophy*, (Cambridge: Cambridge University Press, 1966), 169-182.
[11] Paul Ricoeur, *O conflito das interpretações*, (Porto: Rés, 1990), 421.
[12] Ibid., 422.

contingência. Conclui Ricœur nestes termos:

> O inescrutável, segundo nós, consiste precisamente no fato de que o mal que sempre começa pela liberdade esteja sempre já aí para a liberdade, que seja ato e aparência exterior (habitus), surgimento e antecedência. É por isso que Kant faz expressamente deste enigma do mal para a filosofia a transposição da figura mítica da serpente; a serpente, penso, representa o "sempre já aí" do mal, desse mal que, todavia, é o começo, ato, determinação da liberdade por ela própria.[13]

O mal como pseudo-conceito evocado por Ricœur não se sustenta racionalmente, mas, por outro lado, há essa riqueza de significado que abre para a reflexão. No entanto, Ricœur reconhece uma profundidade metafísica em Agostinho, que "apreendeu alguma coisa de essencial que Pelágio desconheceu inteiramente".[14] E Ricoeur complementa nesses termos: "é na própria vontade que há quase-natureza; o mal é uma espécie de involuntário no próprio seio do voluntário, já não em face dele, mas nele, e é isso o servo-arbítrio"[15].

É notável o quanto o pensamento kantiano influencia o pensamento de Ricœur. Assim, para Ricœur, Kant acaba por concluir Agostinho. Primeiramente, por arruinar definitivamente o invólucro gnóstico do conceito de pecado original; logo após, ao tentar uma dedução transcendental do fundamento das máximas más; e, finalmente, por voltar a mergulhar no não-saber a pesquisa de um fundamento do fundamento.[16] A este respeito diz Isabelle Bochet:

> *A religião nos limites da simples razão*, com efeito, no entender de P. Ricœur, tem o mérito de afastar todo o naturalismo da concepção de um inclinar 'inato' ao mal, na medida em que esta inclinação é uma 'maneira de ser da liberdade que vem da liberdade', e reconhece que a origem do mal moral "permanece impenetrável".[17]

Para Bochet, Kant é aqui, sem dúvida, devedor de Agostinho. Em sua concepção, Agostinho dá razão, de modo coerente, à maneira como a própria liberdade se liga a ela mesma, e é ele o primeiro a sublinhar o caráter incompreensível do mal.[18]

Portanto, podemos dizer que através dos mitos e dos símbolos em conjunto com a contribuição filosófica dos pensadores que se preocuparam com a questão do mal, se avançou muito nas explicações acerca da origem, das conseqüências e da ampla dimensão do mal, porém, muito pouco se sabe acerca do lado "injustificável" e trágico do mal. Para Ricœur, no entanto, não basta uma elaboração intelectual no plano especulativo, é necessário um comprometimento com a questão: "que fazer contra o mal?". Pois ele entende o mal como um problema a ser abordado nos planos do pensamento, do sentimento e da ação.

## CONCLUSÃO

No presente artigo optamos por dar ênfase ao pensamento agostiniano acerca do mal moral e o livre-arbítrio porque, a nosso ver, a contribuição de Agostinho ao pensamento acerca do mal é notória.

Neste sentido, vimos que na concepção agostiniana o homem escolhe livremente suas decisões, e é justamente por ser livre que é capaz de fazer mal. Demonstramos também, a partir das obras de Agostinho, que a vontade desempenha um papel fundamental, pois dependem dela não apenas todas as determinações e decisões que tomamos na ordem prática, mas também estão sob seu controle imediato todas as operações

[13] Ibid., 303.
[14] Ibid., 276.
[15] Ibid., 302.
[16] Ibid., 303.
[17] Isabelle Bochet, *Augustin dans la Pensée de Paul Ricoeur*, (Paris: Facultés Jésuites de Paris, 2004), 30.
[18] Ibid., 30.

de nossas faculdades cognitivas na ordem teórica. Assim, todos os movimentos da alma dependem da vontade.

Portanto, a vontade deveria tender, de acordo com a sua natureza, ao Bem supremo, mas, por vezes, ela pode vir a tender aos bens criados e finitos, invertendo a ordem hierárquica, preferindo a criatura em detrimento do Criador, optando por bens inferiores ao invés de bens superiores.

Vimos, também, que a relação do mal com o bem num sujeito é uma privação. Assim, o mal é a privação de um bem que um sujeito deveria possuir, uma falta de ser o que ele deveria ser e, por conseguinte, um puro nada. Ou seja, para Agostinho, o mal é a pura ausência de ser.

Abordamos, num segundo momento, o mal radical e a vontade radical na visão de Kant, na tentativa de realçar os aspectos de aproximação entre Agostinho e Kant. Assim, vimos que na concepção kantiana não há, no campo racional, uma resposta possível para a origem do mal, nem para a tendência humana de agir mal. Não havendo, nos limites da pura razão, uma resposta possível a estas duas questões.

Essa problemática levantada por Kant acaba por romper com a ideia de pecado original, embora ainda possua algumas semelhanças. Neste sentido, o mal possui origem numa máxima suprema que serve de fundamento subjetivo último a todas as máximas más do nosso livre-arbítrio, sendo radical quanto à sua origem.

Colocamos, também, a dificuldade encontrada por Kant de ter que conciliar natureza e liberdade. E, ainda, sua advertência: ao se compreender o mal como decorrente de algum condicionamento natural, ainda que seja uma fraqueza, necessariamente o homem seria inimputável, pois não poderia ser considerado efetivamente responsável (por não ser livre) pelas ações que desencadeasse.

No terceiro e último momento destacamos a complementação de Agostinho por Kant, a partir de Paul Ricœur, pela via ética. Evidenciamos que Agostinho e o próprio mito adâmico apontam na direção de uma interpretação do mal radicado na própria vontade humana, e, por isso, antropológico. Destacamos a posição de Ricœur, segundo a qual a forma mais completa do problema nos foi dada por Kant através do seu relato sobre o mal radical.

Sublinhamos, na interpretação de Ricœur, a dimensão ética do problema do mal, em dois sentidos: no primeiro sentido em relação à questão da liberdade e, num segundo sentido, em relação à questão da obrigação. O mal é fruto ou invenção da liberdade. E é a liberdade que qualifica o mal como "fazer" e o mal, por sua vez, acaba por ser o revelador da liberdade.

Deste modo, para Ricœur, as intenções precedem o indivíduo, já que não somos livres nem mesmo para nascer, já entramos no mundo em prejuízo com a nossa liberdade. Assim, na tomada de consciência estamos *já-aí* no mundo.

Por fim, vimos que podemos dizer que através dos mitos e dos símbolos, em conjunto com a contribuição filosófica dos pensadores que se preocuparam com a questão do mal, se avançou muito nas explicações acerca da origem, das conseqüências e da ampla dimensão do mal, porém, muito pouco se sabe acerca do lado "injustificável".

# 18

## O autoconhecimento da alma em Tomás de Aquino

Marcelo Pereira de Andrade[1]
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Brasil

Resumo

Agostinho realiza a distinção entre o duplo autoconhecimento da mente: um entendido como uma experiência interior, íntimo e imediato; outro, entendido como uma definição da natureza da mente atingida na verdade mesma.

Tomás de Aquino, ao tratar do problema do autoconhecimento da alma, retoma a distinção feita por Agostinho, mas dentro de uma gnoseologia de inspiração aristotélica, em que a alma é concebida como forma comunicando o ato de ser ao corpo, mas supondo-o para a obtenção do material necessário para o conhecimento. Ao fazer isso, Tomás afasta-se de Agostinho no tocante ao autoconhecimento imediato e originário da alma, ou o concilia com a teoria do conhecimento aristotélica que professa, apesar das inúmeras dificuldades?

Abstract

Augustine makes the double distinction between the self of the mind: one, understood as an inner experience, intimate and immediate, the other, understood as a definition of the nature of mind achieved in the truth itself. Thomas Aquinas, dealing with the problem of the self-knowledge of the soul, resumes the distinction made by Augustine, but within a gnoseology of Aristotelian inspiration, in which the soul is conceived as a form of communicating the act of being to the body, but supposing it to obtain the necessary material for knowledge. Thus, does Thomas Aquinas move away from Augustine when it comes to the self-knowledge immediate and originary from the soul, or does he reconcile it with the Aristotelian theory of knowledge that he professes despite numerous difficulties?

## I – BREVE HISTÓRIA DO PROBLEMA

### 1. O DUPLO AUTOCONHECIMENTO EM AGOSTINHO DE HIPONA

A passagem é famosa. Nela, Agostinho estabelece a distinção entre dois modos de autoconhecimento: um íntimo (*quid in se ipso agatur attendens*) e um conhecimento geral ou específico, pelo qual se alcança uma definição (*speciali aut generali cognitione definit*). A definição é fundamentada na contemplação da inviolável verdade. Enquanto o primeiro modo de autoconhecimento é entendido como uma experiência interior que, se expresso, só pode ser crido, entende-se o segundo modo como uma definição que é atingida na verdade mesma, tratando-se de algo que outrem pode atingir, havendo então concordância na verdade:

> Mas, quando a mente humana se conhece e se ama a si mesma, não ama e conhece algo de imutável. De um modo todo homem, atento ao que em si se passa, expressa sua mente ao falar; e de outro modo, por um conhecimento específico ou genérico, define a mente humana. Assim, quando alguém me fala de sua própria mente dizendo se entende ou não entende isto ou aquilo, ou que quer ou não quer isto ou aquilo, creio nele; quando de maneira geral ou específica diz a verdade

[1] Doutorando em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil). Bolsista CAPES. Gostaria de expressar aqui minha gratidão ao Prof. Dr. Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento.

> acerca da mente humana, eu reconheço e aprovo. Donde ser manifesto que uma coisa é cada um ver em si aquilo que o outro poderá acreditar se ele o disser sem, contudo, o ver; outra coisa é ver na própria verdade aquilo que o outro também pode ver, uma das quais pode alterar-se com o tempo, a outra manter-se inalterável pela eternidade. De fato, não é vendo com os olhos do corpo muitas mentes que alcançamos, por similitude, um conhecimento genérico ou específico da mente humana, mas vemos a inviolável verdade a partir da qual definimos, com tanta perfeição o quanto podemos, não o que seja a mente de cada homem, mas o que deva ser de acordo com as razões sempiternas.[2]

De fato, no livro décimo de *Sobre a Trindade*, Agostinho busca explicar a ambiguidade do autoconhecimento humano estabelecendo a distinção entre *nosse* (conhecer) e *cogitare* (pensar). Segundo ele, a mente sempre se conhece a si mesma, já tem notícia de si mesma (*notitia sui*), embora nem sempre se pense a si mesma (*cogitatio sui*).[3] Por isso, uma coisa é conhecer (*nosse*), outra, pensar (*cogitare*). Tal distinção pode ser entendida com um exemplo simples, dado pelo próprio Agostinho: o fato de alguém que conhece várias ciências, não pensar na gramática, no momento em que pensa na medicina, não significa que ignore a gramática. Ele a conhece, embora não pense nela. Há, portanto, uma passagem do conhecer, isto é, da notícia que possui da gramática, ao pensar.[4] Este também é o caso da mente humana. Ela possui um duplo conhecimento de si: a *notitia sui* (notícia de si), que é o autoconhecimento implícito, e a *cogitatio sui* (pensamento de si). que é o autoconhecimento explícito.[5] Mas, ainda que a mente sempre se conheça, nem sempre pensa em si mesma. Mas, ao se pensar, a mente "encontra, não o que ignorava, senão aquilo em que não pensava".[6] O pensar-se pressupõe o conhecimento de si e, por isso, a passagem da *notitia sui* à *cogitatio sui* é comparável à lembrança de algo: "Sabes isso, mas ignoras que sabes; te recordarei e encontrarás que sabes aquilo que pensavas ignorar".[7] A mente possui memória latente de si e quando se pensa é como se lembrasse de si mesma. Presença despercebida de si enquanto não realiza a *cogitatio*, mas presença ainda sim, enquanto *notitia*. Enquanto me conheço, sou presença despercebida de mim; quando me penso, sou presença percebida, consciente. Se o exemplo do perito em várias doutrinas, como a gramática e a medicina, ressalta que não se pode afirmar que ele ignore a gramática porque não pensa (*cogita*) nela – no momento em que se ocupa com a medicina, embora a saiba (*nosse*) – assim

---

[2] "Sed cum se ipsam nouit humana mens et amat se ipsam, non aliquid incommutabile nouit et amat. Aliterque unusquisque homo loquendo enuntiat mentem suam quid in se ipso agatur attendens; aliter autem humanam mentem speciali aut generali cognitione definit. Itaque cum mihi de sua propria loquitur, utrum intellegat hoc aut illud an non intellegat, et utrum uelit an nolit hoc aut illud, credo; cum uero de humana specialiter aut generaliter uerum dicit, agnosco et approbo. Unde manifestum est aliud unumquemque uidere in se quod sibi alius dicenti credat, non tamen uideat; aliud autem in ipsa ueritate quod alius quoque possit intueri, quorum alterum mutari per tempora, alterum incommutabili aeternitate consistere. Neque enim oculis corporeis multas mentes uidendo per similitudinem colligimus generalem uel specialem mentis humanae notitiam, sed intuemur inuiolabilem ueritatem ex qua perfecte quantum possumus definiamus non qualis sit uniuscuiusque hominis mens, sed qualis esse sempiternis rationibus debeat." Santo Agostinho, *A Trindade* [edição bilingue], coord. Arnaldo do Espírito Santo (Fátima: Paulinas, 2007), IX, VI, 9.

[3] Santo Agostinho, *A Trindade*, V, 7; XIV, VI, 8-10.

[4] "Ita cum aliud sit non se nosse, aliud non se cogitare (neque enim multarum doctrinarum peritum, ignorare grammaticam dicimus, cum eam non cogitat, quia de medicinae arte tunc cogitat)...": Santo Agostinho, *A Trindade*, X, V, 7.

[5] "Mens igitur quando cogitatione se conspicit, intelligit se et recognoscit: gignit ergo hunc intellectum et cognitionem suam. Res quippe incorporea intellecta conspicitur, et intelligendo cognoscitur. Nec ita sane gignit istam notitiam suam mens, quando cogitando intellectam se conspicit, tanquam sibi ante incognita fuerit: sed ita sibi nota erat, quemadmodum nate sunt res quae memoria continentur, etiamsi non cogitentur [Quando a mente, pelo pensamento se considera, se entende e se reconhece, então engendra este entendimento e o conhecimento de si mesma. Uma coisa incorpórea é considerada quando entendida; e é conhecida, quando entendida. Mas a mente não engendra esta sua notícia quando pensando, considera-se entendida, como se antes fosse desconhecida para si; mas ela era sabida para si, assim como é natural às coisas contidas na memória, ainda que não se pense nelas]": Santo Agonstinho, *A Trindade,* XI, VI, 8.

[6] "Inueniet autem, non quod nesciebat, sed unde non cogitabat." Santo Agostinho, *Trindade*, XIV, VI, 8.

[7] "Scis hoc, sed scire te nescis; commemorabo, et inuenies te scientem quod te nescire putaueras". Santo Agostinho, *A Trindade*, XIV, VIII, 9.

também, não posso afirmar que me ignoro, pois me conheço, tenho *notícia* de mim, ainda que não pense em mim mesmo. A notícia de si (*notitia sui*) significa o autoconhecimento imediato e originário, isto é, o autoconhecimento pela própria presença da essência da mente a ela mesma.

## 2. O AUTOCONHECIMENTO EM TOMÁS DE AQUINO

No século XIII não apenas as obras de Aristóteles foram traduzidas, mas também os Comentários de pensadores árabes ou judeus. As consequências foram diversas, mas consistiam, sobretudo, na tensa relação entre a razão humana e a fé, e na assim denominada "doutrina da dupla verdade". Assim, para os agostinistas conservadores, a filosofia de Aristóteles era um perigo para a fé por insistir demais na autonomia da razão. Para outros, a filosofia de Aristóteles era o ápice do esforço intelectual humano. "Assim, com a tradução das obras de Aristóteles e as obras de seus comentadores árabes ou judeus acirrou-se a tensa relação entre a razão humana e a fé".[8] Coube, sobretudo, a Tomás de Aquino realizar a tarefa de uma tentativa de compatibilização entre Agostinho e Aristóteles. O que significou, por parte de Tomás, uma reinterpretação da herança agostiniana acerca do autoconhecimento da mente.

De fato, Tomás de Aquino, transpôs as intuições fundamentais de Agostinho em vocabulário aristotélico e reinterpretou a herança agostiniana do autoconhecimento da mente incorporando elementos da gnosiologia aristotélica. Por isso, os comentadores, na maioria das vezes, ressaltam que coube a ele (Tomás) realizar a tarefa de uma compatibilização entre Agostinho e Aristóteles. Contudo, para alguns, esta compatibilização – no que diz respeito ao autoconhecimento humano – acabou, na verdade, pendendo mais para um lado: o aristotélico. Como sugere Gardeil, a distinção entre o duplo autoconhecimento entendida da maneira como Agostinho a apresentou não mais aparece[9] ou, pelo menos, é deixada em segundo plano em sua *Suma Teológica Iª, Q. 87 a. 1.*

Tomás distingue o duplo autoconhecimento, mas supostamente afasta-se de Agostinho ao eliminar a *notitia sui* – que em seu vocabulário chama-se o conhecimento habitual de si. Ora, justamente em *ST Iª, Q. 87 a. 1* encontramos sua última palavra *ex professo* sobre o assunto, isto é, nela está contido o pensamento final de Tomás de Aquino acerca do autoconhecimento humano.[10]

A afirmação do artigo 1º da Q. 87 é a de que nosso intelecto se intelige a partir de seu ato. Isto de duplo modo: (a) quando percebe que realiza intelecções e, portanto, o intelecto percebe que é intelectivo. Para este conhecimento é suficiente a presença da mente. Trata-se de um conhecimento que propicia a percepção de que tenho uma alma intelectiva, porém, seu alcance é particular e não possibilita saber o que significa ter ou ser uma alma intelectiva; (b) quando conhece a própria natureza da alma, isto é, quando entende o que significa ter ou ser uma alma intelectiva. Para este conhecimento, não é suficiente a presença da mente, senão uma pesquisa diligente e sutil. Seu alcance é universal porque definidor remontando, em última instância, à verdade inviolável da mente divina.

Se nosso intelecto não se intelige por sua essência, mas pelo seu ato – como afirma Tomás – não há, portanto, um autoconhecimento imediato e direto da alma. Ora, como também dissemos acima, Agostinho afirma explicitamente o autoconheci-

---

[8] Luis Alberto de Boni, *A Entrada de Aristóteles no Ocidente Medieval* (Porto Alegre: EST Edições/Editora Ulysses, 2010), 57.

[9] "...lendo estes textos, não podemos nos furtar de perguntar se o conhecimento habitual e direto da alma teria sido aqui positivamente eliminado...": H. D. Gardeil, *Iniciação à Filosofia de S. Tomás de Aquino. Tomo III: Psicologia*, trad. Augusto J. Chiavegato (SP: Duas Cidades, 1967), 140-145.

[10] A lista cronológica dos textos em que Tomás trata *ex professo* do tema do autoconhecimento utilizada em nossa investigação é a seguinte:

1. 1252-1254: São Tomás de Aquino, *Scriptum super libros sententiarum*, tomos I-II, ed. P. Mandonnet OP (Paris: 1929); tomos III-IV, ed. M.F. Moos OP ( Paris: 1933-1947).
2. 1256-1259: São Tomás de Aquino, *Quaestiones Disputate De Veritate X, Q. 8-10* (Roma: 1972).
3. 1259-1265: São Tomás de Aquino, *Summa contra gentiles*, III, 46 (Caxias do Sul: 1990).
*4. 1266-188:* São Tomás de Aquino, *Summa Theologica* (Turim, Roma: 1939).

Utilizamos também alguns textos complementares.

mento imediato e direto (*notitia sui*) da mente, sendo este condição de possibilidade de todo conhecimento e, notadamente, do próprio autoconhecimento definidor e universal – auto-pensamento (*cogitatio sui*) na linguagem agostiniana.

Ao reinterpretar a herança agostiniana do autoconhecimento da mente incorporando elementos da concepção aristotélica do modo como se dá o conhecimento teria Tomás, na verdade, abandonado a herança agostiniana do autoconhecimento imediato e originário?

## 3. A MENÇÃO AO AUTOCONHECIMENTO HABITUAL DA ALMA COMO CAUÇÃO DA PERMANÊNCIA DA HERANÇA AGOSTINIANA EM TOMÁS DE AQUINO?

A última palavra *ex professo* de Tomás de Aquino sobre o autoconhecimento da alma significaria uma ruptura definitiva com Agostinho, não fosse uma passagem na própria *ST Iª* em que Tomás menciona um tipo de autoconhecimento da alma que contrasta com o autoconhecimento atual.

Tratando da questão do fim da produção do homem, Tomás investiga no *artigo 7º da Q. 93* se a imagem de Deus se encontra na alma segundo seus atos. Na resposta ao quarto argumento do corpo do artigo, Tomás faz referência explícita ao autoconhecimento habitual:

> Quanto ao quarto, cumpre dizer que alguém poderia responder pelo que Agostinho diz no livro XIV Sobre a Trindade "que a mente sempre se lembra de si mesma, sempre se conhece e se ama". Alguns entendem isso como se na alma houvesse em ato a inteligência e o amor de si mesma. Mas exclui este entendimento quando acrescenta que "a alma não pensa sempre em si como distinta do que não é o que ela mesma [é]". Assim é patente que a alma sempre se entende e se ama, não atualmente, mas habitualmente. Embora também se possa dizer que, percebendo seu ato, ela conhece a si mesma toda vez que conhece algo. Mas porque não está sempre entendendo em ato, como é patente quando dorme, por isso é preciso dizer que os atos, embora nem sempre permaneçam em si mesmos, permanecem, contudo, sempre em seus princípios: a saber, nas potências e nos hábitos. Donde Agostinho dizer no livro XIV do Sobre a Trindade: "Se a alma racional foi feita à imagem de Deus no sentido de que pode usar da razão e do intelecto para conhecer e contemplar a Deus, desde o início em que começou a ser, esteve nela a imagem de Deus."[11]

A resposta ao argumento começa explicando que a afirmação de Agostinho de que a mente sempre se lembra de si mesma, sempre se conhece e se ama poderia ser entendida como significando que a alma sempre está em ato na inteligência e no amor de si. Mas tal intepretação é imediatamente excluída, pois Tomás mostra que o próprio Agostinho afirma que a alma nem sempre pensa em si mesma como distinta das demais coisas.

O problema está em como compreender tal distinção: o fato de que a alma sempre se lembra de si mesma, se entende e se ama, significa que realiza isso sempre em ato? Tomás afirma que não, apoiando-se no próprio Agostinho: a alma não pensa sempre em si mesma. Ora, que nem sempre a alma se conhece (cognoscere) é o resultado da condução do artigo 1º da Q. 87: a alma só se conhece quando em ato. Mas a passagem acima (Q. 93, a. 7, ad. 4), afirma que a alma nem sempre está se conhecendo em ato, o que não significa que não se conheça de alguma maneira; ela se conhece habitu-

[11] "Ad quartum dicendum quod aliquis respondere posset per hoc quod Augustinus dicit XIV *de Trin*., quod *mens semper sui meminit, semper se intelligit et amat*. Quod quidam sic intelligunt, quase animae adsit actualis intelligentia et amor sui ipsius. Sed hunc intellectum excludit per hoc quod subdit, quod *non semper se cogitat discretam ab his quae non sunt quod ipsa*. Et sic patet quod anima semper intelligit et amat se, non actualiter, sed habitualiter. Quamvis etiam dici possit quod, percipiendo actum suum, seipsam intelligit quandocumque aliquid intelligit. Sed quia non semper est actu intelligens, ut patet in dorminente, ideo oportet dicere quod actus, etsi non semper maneant in seipsis, manent tamen semper in suis principiis, scilicet potenttis et habitibus. Unde Augustinus dicit, XIV *de Trin.*: *si secundum hoc facta est ad imaginem Dei anima rationalis, quod uti ratione atque intellectu ad intelligendum et conspiciendum Deum potest, ab initio quo esse coepit, fuit in ea Dei imago*". São Tomás de Aquino, *Quaestiones Disputate De veritate*, Q. 93, a. 7, ad. 4 (destaques meus).

almente.

Se assim é, a ideia de que em Tomás a alma só se conhece em ato parece não sustentar-se. A não ser que seja considerada a hipótese de que o pensamento final de Tomás sobre o autoconhecimento da alma desemboca numa contradição.

Mas será que Tomás de Aquino se permitiria uma flagrante contradição no espaço de apenas seis Questões?

## II – COMO ABORDAR O PROBLEMA?

A resposta a essa questão implica a consideração de outras duas interrogações: (a) a afirmação de que a alma se conhece habitualmente se identifica, de alguma maneira, com o autoconhecimento particular da alma? (b) habitualiter significa, de algum modo, uma assimilação da herança agostiniana da notitia sui, isto é, do autoconhecimento da alma por sua essência ou não?

A dificuldade na resposta às questões acima se deve ao fato de Tomás não dar muitos detalhes acerca do autoconhecimento habitual da alma na Summa.

O que quer dizer "a alma se conhece habitualmente"? Tomás estaria assimilando e reformulando (não simplesmente repetindo) a herança agostiniana da presença da mente a si mesma, preservando-a e, ainda assim, em coerência com os aspectos principais da teoria sobre o conhecimento das coisas de inspiração aristotélica?

As dúvidas permanecem quando lemos os artigos da Q. 87 da ST Iª.

A correta interpretação acerca do modo como Tomás de Aquino entendeu o autoconhecimento da alma depende, a meu ver, da análise dos elementos da gênese de seu pensamento final sobre o assunto. Isso significa percorrer as principais obras em que o tema é tratado.[12]

Minha proposta é tratar obras maiores em que o tema do autoconhecimento humano é tratado ex professo. São quatro as obras principais a serem analisadas, por ordem cronológica:

(A) (1252-1254) – SCRIPTUM SUPER LIBROS SENTENTIARUM MAGISTRI PETRI LOMBARDI. Trata-se da primeira obra de Tomás de Aquino em que o problema do autoconhecimento aparece.

(B) (1256-1259) – QUAESTIONES DISPUTATAE DE VERITATE – QUAESTIO DECIMA. Dos textos de Tomás de Aquino sobre o autoconhecimento da alma ou mente, o a. 8o da Q. 10 do De Veritate é, sem dúvida, o mais longo e o mais detalhado.

(C) (1259-1265) – SUMMA CONTRA GENTILES III, 36. Texto importante para verificar se Tomás mantém ou não posições assumidas no De Veritate X, a. 8.
(D) (1266-1268) – SUMMA THEOLOGICAE Ia PARS, Q. 87, a. 1-4. Trata-se do texto canônico contendo a última palavra ex professo de Tomás de Aquino acerca do autoconhecimento humano.

(E) (1272) – IN LIBRUM DE CAUSIS, PROP. 15. Último escrito em que o tema é abordado antes de sua morte.

### 1. METODOLOGIA

O método adotado é o de realizar uma leitura hermenêutica dos textos, abordando como o tema do autoconhecimento foi sendo desenvolvido e modificado; como Tomás foi

[12] Seria uma pesquisa muito extensa e que ultrapassaria os limites de meu trabalho. Por isso, delimitei o percurso às obras maiores em que o tema do autoconhecimento é tratado *ex professo*.

incorporando novos elementos e deixando de lado outros. O cotejo com outras obras em que Tomás tratou o tema ex professo revela um vocabulário conceitual que se foi impondo, aos poucos, na direção de uma tradução das intuições fundamentais de Agostinho em linguagem aristotélica. Mas poderia revelar também a permanência de conceitos basilares de Agostinho como, por exemplo, "a presença da mente a si mesma".

Além disso, poderia ser interessante o levantamento das fontes de Tomás de Aquino ao tratar do assunto. Além das fontes evidentes – como é o caso do Tratado sobre a Trindade de Agostinho e do Tratado sobre a Alma de Aristóteles, as fontes que Tomás não indica explicitamente, na medida em que for possível detectá-las ou pelo menos formular alguma hipótese a respeito. Além disso, procurar-se-á verificar se há o uso permanente das mesmas fontes ou se, a certa altura, Tomás introduz novas fontes ou abandona alguma das que vinha utilizando.

## III – MINHA HIPÓTESE/TESE

Minha tese é a de que o âmago do rompimento de Tomás de Aquino em relação a Agostinho no tocante ao autoconhecimento humano reside na diferente compreensão de ambos acerca da noção da praesentia mentis. Para Agostinho, nada está tão presente ao conhecimento como o que está na mente, e nada está tão presente na mente quanto a própria mente.[13] A mente é, pois, presença a si mesma e, por isso, não se encontra a si mesma como se estivesse ausente. A mente conhece (nosse) sua presença a si mesma. Agostinho chama tal conhecimento de notícia de si (notitia sui), significando um conhecimento imediato e originário. Portanto, a notitia sui agostiniana – o autoconhecimento mediante a presença da mente a si mesma – significa que a mente é autotransparência.

Tomás de Aquino afirma categoricamente ser impossível o autoconhecimento imediato da alma.[14] Isso se deve ao modo como ele entende o alcance do fato da presença da alma: a alma não é simplesmente presença a si mesma, mas sim, simples presença aí, isto é, ele entende por presença da alma não a presença a si, mas o simplesmente estar aí da alma. Não há em Tomás de Aquino algum tipo de autoconhecimento imediato da alma ou notícia de si (*notitia sui*). Em outros termos, a simples presença da alma não é suficiente para a realização do autoconhecimento, pois não se trata da presença da alma a si mesma, senão de sua simples presença aí.

A partir da constatação do simples estar-aí da alma, Tomás distinguirá o duplo modo de autoconhecimento da alma: (a) o autoconhecimento particular, que ocorre na medida em que alguém percebe que tem uma alma intelectiva, porque percebe que intelige; (b) o autoconhecimento universal, que significa o conhecimento da natureza da mente humana a partir do ato do intelecto. Ambos se realizam na medida em que o intelecto torna-se em ato mediante as espécies inteligíveis.

Portanto, todo o problema está centrado na divergente compreensão do alcance da noção de presença da mente (*praesentia mentis*) em Agostinho e Tomás de Aquino.

---

[13] Santo Agostinho, *A Trindade,* X, VII, 10.

[14] "Impossibile est autem dici quod per seipsam intelligat de se *quid est*. Per hoc enim fit potentia cognoscitiva actu cognoscens, quod est in ea id quo cognoscitur." São Tomás de Aquino, *Suma Contra Gentios,* III, 46.